Santo Tirso arqueológico

Santo Tirso

arqueológico

SUMÁRIO

Jornadas Arqueológicas Comemorativas dos 150 Anos do Nascimento do Abade Joaquim Pedrosa
O Instituto Português de Arqueologia. Balanço de um ano e meio de actividade João Zilhão
O Abade Pedrosa. Perfil humanista de um sacerdote. Na senda dos Pioneiros da Arqueologia no Concelho de Santo Tirso Francisco Carvalho Correia
Sobre os Cantões Proto-históricos do Noroeste de Portugal Jorge de Alarcão 45
Artigos
Machado de Bronze de Santo Tirso Ana Ávila de Melo e Maria de Fátima Araújo
Propuesta de Conservación para la Estación Arqueologica de Monte Padrão J. Angel Acuña Farto 65
O Nacionalismo Católico em Santo Tirso (1901-1910) Nuno Olaio
A Capela da Senhora da Torre Francisco Carvalho Correia
Documentos de Santo Tirso
História Medieval
Livro Preto da Sé de Coimbra – Arquivo da Universidade de Coimbra Francisco Carvalho Correia
História Moderna e Contemporânea
Manifesto dos Católicos de Santo Tirso a todos os Católicos do Reino Nuno Olaio
Vária
Ficheiro de entradas

SUMÁRIO

Abade Joaquim Pedrosa
O Instituto Português de Arqueologia. Balanço de um ano e meio de actividade João Zilhão
O Abade Pedrosa. Perfil humanista de um sacerdote. Na senda dos Pioneiros da Arqueologia no Concelho de Santo Tirso Francisco Carvalho Correia
Sobre os Cantões Proto-históricos do Noroeste de Portugal Jorge de Alarcão
Artigos
Machado de Bronze de Santo Tirso Ana Ávila de Melo e Maria de Fátima Araújo
Propuesta de Conservación para la Estación Arqueologica de Monte Padrão J. Angel Acuña Farto
O Nacionalismo Católico em Santo Tirso (1901-1910) Nuno Olaio
A Capela da Senhora da Torre Francisco Carvalho Correia
Documentos de Santo Tirso
História Medieval
Livro Preto da Sé de Coimbra – Arquivo da Universidade de Coimbra Francisco Carvalho Correia
História Moderna e Contemporânea
Manifesto dos Católicos de Santo Tirso a todos os Católicos do Reino Nuno Olaio
Vária
Ficheiro de entradas

Director: Álvaro de Brito Moreira Coordenação: Nuno Olaio

Desenhos e Fotografias: Museu Municipal Abade Pedrosa

Edição: Câmara Municipal de Santo Tirso

Execução Gráfica: Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira

Tiragem: 1000 exemplares Depósito Legal: 43497/00

Solicita-se permuta. On prie l'echange. Echange wanted.

Santo Tirso Arqueológico

Museu Municipal Abade Pedrosa Av. Unisco Godiniz, 1000 4780 Santo Tirso Portugal

Santo Tirso Arqueológico, 2-3, 2° série, 2000

JORNADAS ARQUEOLÓGICAS COMEMORATIVAS DOS 150 ANOS DO NASCIMENTO DO ABADE JOAQUIM PEDROSA

A Câmara Municipal de Santo Tirso organizou através do Gabinete Municipal de Arqueologia as Jornadas Arqueológicas Comemorativas dos 150 Anos do Nascimento do Abade Joaquim Pedrosa, entre os dias 20 e 21 de Novembro de 1998. Com este evento pretendeu-se evocar a memória de um dos percursores da arqueologia tirsense e estimular o gosto por esta disciplina. A possibilidade de trazer a Santo Tirso um conjunto significativo de projectos de investigação, divulgação e conservação do património arqueológico permitiu criar um espaço de debate sobre a arqueologia que se pratica actualmente e o lugar que ocupa no seio das Ciências Humanas e Sociais. Incluímos neste número da revista Santo Tirso Arqueológico um conjunto de comunicações apresentadas nas Jornadas, contando apresentar na próxima edição da revista as restantes comunicações.

Jornadas Arqueológicas Comemorativas dos 150 Anos do Nascimento do Abade Joaquim Pedrosa

Programa

Dia 20 de Novembro de 1998

- 09.30 h Recepção dos participantes e entrega da documentação
- 10.30 h Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto
- 11.00 h Presidente do Instituto Português de Arqueologia *Prof. Doutor João Zilhão*
- 11.30 h Presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico Dr. Luís Calado
- 12.00 h Dr. Francisco Carvalho Correia (Historiador Local) "Abade Pedrosa: o perfil de um humanista"
- 14.30 h Prof. Doutor Jorge Alarcão (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra) "Sobre os cantões proto-históricos do Noroeste de Portugal"
- 17.30 h Prof. Doutor Acuña Castroviejo (Universidade de Santiago de Compostela) "A arte romana na Gallaecia"
- 18.30 h *Prof^a Doutora Manuela Martins (Unidade de Arqueologia, Universidade do Minho)*"Bracara Augusta no contexto da romanização do Noroeste português"
- 21.30 h Concerto de Música de Câmara (Artave – Escola Profissional Artística do Vale do Ave) Museu Municipal Abade Pedrosa

21 de Novembro de 1998

- 09.30 h Prof^a Doutora Raquel Casal (Universidade de Santiago de Compostela) "El adorno personal en la Gallaecia"
- 10.30 h Doutor Lino Augusto Tavares Dias (Escola Profissional de Arqueologia do Freixo) "Construção de uma estação arqueológica: o caso de Tongóbriga"
- 12.00 h Prof. Doutor Caamaño Gesto (Universidade de Santiago de Compostela) "Los campamentos romanos de Gallaecia"
- 13.00 h Debate e encerramento das Jornadas
- 13.30 h Almoço oferecido pela Câmara Municipal Hotel Cidnay
- 15.30 h Visita à Área Arqueológica de Alvarelhos

O INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA BALANÇO DE UM ANO E MEIO DE ACTIVIDADE

João Zilhão

Instituto Português de Arqueologia - Lisboa

Resumo:

Balanço de um ano e meio de actividades do Instituto Português de Arqueologia (IPA). Prioridades e princípios gerais de actuação para o futuro. A Lei Orgânica do IPA e a arqueologia em Portugal.

Abstract:

Account of one and a half year of activities of the Portuguese Institute of Archaeology (IPA). Priorities and general principles for future activities. The organic law of IPA and the portuguese archaeology.

O INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA BALANÇO DE UM ANO E MEIO DE ACTIVIDADE

Comunicação às Jornadas Arqueológicas Comemorativas dos 150 anos do Nascimento do Abade Joaquim Pedrosa, Santo Tirso, Novembro de 1998

O Instituto Português de Arqueologia é uma direcção-geral do Ministério da Cultura, com as seguintes atribuições:

- assegurar o desenvolvimento das medidas de política e o cumprimento das obrigações do Estado no domínio da arqueologia, em todo o território nacional e nos espaços marítimos contíguos, em colaboração com os demais organismos do Ministério da Cultura;
- promover a institucionalização da arqueologia através de uma política de contratualização com outras pessoas colectivas públicas e privadas, visando assegurar uma adequada articulação interinstitucional, na prossecução das políticas definidas para o sector;
- colaborar na realização de projectos e acções vocacionados para a sensibilização pública para o património arqueológico, estimulando na sociedade civil a promoção de iniciativas destinadas ao seu conhecimento e divulgação.

A Lei Orgânica que criou o IPA como o organismo do Ministério da Cultura destinado a promover a prossecução destes objectivos políticos foi publicada em 14 de Maio de 1997. Nesta fase inicial de desenvolvimento, a grande prioridade orgânica tem sido, como é natural, a estruturação dos próprios serviços. O IPA dispõe actualmente de uma sede em Lisboa, onde funcionam os serviços centrais (direcção, contabilidade, pessoal) e alguns departamentos: gestão e planeamento, inventário, divulgação e contencioso. Ao IPA encontram-se ainda ligados dois serviços autónomos, com o estatuto de direcções de serviços, que têm a seu cargo o cumprimento das atribuições do Instituto no que diz respeito a duas categorias de vestígios arqueológicos com características próprias: o Centro Nacional de Arte Rupestre, cuja sede nacional, por razões simbólicas óbvias, se decidiu localizar em Vila Nova de Foz Côa, e o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, com sede nacional em Lisboa. Finalmente, o IPA é ainda responsável, através do Parque Arqueológico do Vale do Côa, pelo estudo, conservação, gestão e valorização dos sítios de arte rupestre do Côa, integrados na Lista do Património Mundial da UNESCO a partir de Dezembro de 1998.

Estão já em funcionamento oito Extensões regionais do IPA, com sede nas seguintes localidades: Vila do Conde, Macedo de Cavaleiros, Viseu, Covilhã, Torres Novas, Crato, Castro Verde e Silves. Está previsto que venha a ser criada igualmente, a curto prazo, uma Extensão regional para a área metropolitana de Lisboa. A escolha destas localizações foi feita com o objectivo de se obter uma distribuição equilibrada por áreas do território português relativamente homogéneas do ponto de vista geográfico. No interior de cada uma dessas áreas, foram tidos em conta critérios de centralidade, de acessibilidade e de desconcentração. No que respeita a este último critério, procurou-se tanto quanto possível evitar que a localização das Extensões do IPA coincidisse com a de outros serviços ou instituições ligadas à Arqueologia, nomeadamente Museus e Universidades. A ideia era a de que as Extensões do IPA preenchessem tanto quanto possível os vazios da malha de recursos humanos e institucionais ligada à Arqueologia que lhe era preexistente, de modo a assegurar, em articulação com esses recursos, uma cobertura do país tão completa quanto possível. Naturalmente, também se tiveram em conta a disponibilidade, o empenho e os apoios concretos que as autarquias das localidades potencialmente interessantes vieram a manifestar quando contactadas nesse sentido pelo IPA.

Estas Extensões têm como função essencial proceder à verificação e actualização do Inventário Nacional de Sítios Arqueológicos, bem como proceder à monitorização do estado de conservação dos sítios localizados na área territorial que lhes corresponde. Para além disso, compete-lhes acompanhar o andamento dos projectos de investigação aprovados no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, dos projectos de valorização de sítios ou monumentos arqueológicos promovidos por outras entidades, e dos projectos de minimização de impacte ambiental, na componente respeitante ao património arqueológico. Além disso, os técnicos das Extensões estarão sempre à disposição das autarquias e outras entidades para a prestação de apoio técnico ou realização de peritagens no âmbito do património arqueológico.

No quadro de uma nova Lei de Bases do Património, no entanto, deverá ser gradualmente transferida para as autarquias a responsabilidade de zelar pela aplicação da legislação sobre a salvaguarda do património arqueológico, sobretudo em relação a tudo o que respeita a licenciamentos de obras ou de explorações de inertes, tanto em meio urbano como em meio rural. Para o fazerem adequadamente, terão necessariamente de se dotar dos meios humanos necessários, seguindo o exemplo pioneiro daquelas que já hoje em dia se encontram dotadas de Gabinetes de Arqueologia Municipais, ou solicitando a integração de arqueólogos nos quadros dos Gabinetes de Apoio Técnico intermunicipais. Como é óbvio, as Extensões do IPA colaborarão estreitamente com esses serviços. Desde já se antevê que uma das mais importantes e frutíferas áreas de colaboração venha a ser a que diz respeito à criação de uma rede nacional de Depósitos de Espólios Arqueológicos com condições para receber os materiais e a documentação provenientes dos trabalhos arqueológicos realizados no país.

Na situação que a arqueologia portuguesa vivia nos anos de 1995-96, quando a decisão de criar o IPA foi tomada, entendeu-se que, para além das tradicionais funções de preservação e valorização dos sítios monumentais mais conhecidos do grande público, a salvaguarda do património arqueológico passava prioritariamente por assentar mecanismos eficazes de implementação de uma política de «conservação pelo registo», ou seja, de estudo e recolha prévia dos bens arqueológicos afectados pelas profundas e importantes alterações da paisagem impostas pelas necessidades da vida moderna.

Nos últimos decénios, com efeito, generalizou-se em todos os países desenvolvidos a prática de fazer preceder essas intervenções dos estudos arqueológicos necessários à recuperação do máximo de informação que, pelos padrões científi-

cos do momento, é possível extrair dos «arquivos da terra» cuja destruição, em caso de necessidade, é considerada permissível após estudo e registo adequados. Em conformidade com a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, e com a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (La Valetta, Malta, 1992), ratificada pelo Estado Português em Dezembro de 1997, os custos decorrentes da adopção de uma tal política de conservação pelo registo devem ser afectados aos promotores das intervenções que venham eventualmente a causar a destruição física dos vestígios arqueológicos em causa.

Neste quadro, cabe ao Estado definir a legislação e as regras por que se deverá pautar esta actividade, fiscalizá-la, e recolher e pôr à disposição dos intervenientes a informação relevante disponível a cada momento nas bases de dados constituídas por sua iniciativa. É essa, pois, a prioridade política número um do IPA que, para o efeito, produziu diversas contribuições para a proposta de nova Lei de Bases do Património, além de ter estabelecido canais de comunicação rápida com organismos de diversos Ministérios (Economia, Agricultura, Ambiente) que têm permitido fazer avanços práticos significativos no domínio da arqueologia preventiva. São exemplos o protocolo assinado com a EDIA para o salvamento arqueológico da área afectada pelo empreendimento do Alqueva, e o protocolo assinado com a Junta Autónoma do Porto de Angra de Heroísmo que permitiu o salvamento, por uma equipa do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, de diversos navios afundados dos séculos XV e XVI, de importância científica excepcional.

Neste aspecto, o IPA vai ainda investir significativamente na actualização do Inventário Nacional de Sítios Arqueológicos e na constituição de um Arquivo Histórico com toda a documentação administrativa e científica respeitante aos trabalhos arqueológicos realizados em Portugal desde o século passado que se encontra na sua posse, a qual, para o efeito, será digitalizada e microfilmada. Desde há alguns meses, aliás, que o acesso público às nossas Bases de Dados, e nomeadamente à Base de Dados de Sítios Arqueológicos, é já possível, em fase experimental, através da INTERNET. O site do IPA disponibiliza igualmente espaço para que os arqueólogos e instituições portuguesas ligadas à Arqueologia possam colocar as suas próprias páginas informativas.

No campo da documentação, garantiu-se já, por outro lado, a permanência em Portugal da Biblioteca do Instituto Arqueológico Alemão (IAA), uma das mais completas do país e instrumento de trabalho que desempenhou um papel de relevo na formação de várias gerações de estudantes. Após o encerramento da delegação em Lisboa do IAA, que ocorrerá em meados de 1999, a Biblioteca ficará sob gestão do IPA, que assegurará a sua manutenção, actualização e expansão.

A correcta gestão do património arqueológico em todas as suas vertentes é indissociável do apoio à investigação. Dada a tradição portuguesa de canalizar o apoio aos trabalhos arqueológicos sobretudo através dos organismos governamentais da área da Cultura, entendeu-se atribuir também ao IPA um papel de forte impulsionador do seu desenvolvimento. Neste aspecto, implementou-se já este ano uma nova filosofia de aprovação de projectos incluídos no Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, os quais foram avaliados por uma Comissão Independente, composta por peritos de reconhecido mérito sem qualquer ligação ao Ministério da Cultura.

Ainda no âmbito do apoio à investigação, sobretudo no que respeita ao incentivo à aplicação de métodos derivados da física e das ciências naturais, o IPA acordou já, ou está em fase final da respectiva negociação, diversos protocolos de grande importância para o futuro da arqueologia portuguesa, nomeadamente:

- com o Instituto Tecnológico e Nuclear, para a criação, no âmbito do programa de Arqueometria deste Instituto, de linhas de investigação respeitantes à datação por Termoluminescência e à análise de materiais:
- com o Museu de História Natural da Universidade de Lisboa, para apoio a programas de paleoecologia aplicada a contextos arqueológicos;
- com a Universidade de Aix-Marseille, para o lançamento de um programa de formação que permita dotar o país de especialistas em Arqueozoologia em número suficiente para fazer face às crescentes necessidades da investigação, financiado através de bolsas de estudo a atribuir pelo IPA.

O IPA materializou já também o compromisso de criar canais apropriados para a publicação científica dos resultados dos trabalhos arqueológicos realizados no pais. A revista semestral intitulada «Revista Portuguesa de Arqueologia» iniciou a sua publicação regular em 1998 e a série monográfica «Trabalhos de Arqueologia» foi retomada, tendo sido publicados dois volumes um em 1998 e estando diversos outros no prelo. Estão assim reunidas as condições para que a revisão do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos em vigor passe a condicionar a concessão de novas autorizações ao cumprimento da obrigação de publicar cientificamente os resultados de intervenções anteriores.

Não falarei aqui dos projectos ligados ao Parque Arqueológico do Vale do Côa, que têm sido suficientemente publicitados. A concluir, permitam-me no entanto referir que a função de valorização de sítios arqueológicos, que na divisão de tarefas subjacente à orgânica do Ministério da Cultura se entendeu manter sobretudo ligada ao IPPAR, não deixa de merecer a nossa atenção. Estão em curso alguns projectos próprios, nomeadamente a valorização do santuário rupestre do Gião, solicitada ao Centro Nacional de Arte Rupestre pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês e pela Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, e foram já realizadas as primeiras trocas de impressões com o IPPAR com vista à definição conjunta das prioridades nacionais nesta área tendo em vista o próximo Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006.



O ABADE PEDROSA. PERFIL HUMANISTA DE UM SACERDOTE.

NA SENDA DOS PIONEIROS DA ARQUEOLOGIA DE SANTO TIRSO

Francisco Carvalho Correia

Resumo:

Neste estudo aborda-se o trabalho dos percursores da arqueologia tirsense. Apresenta-se o perfil biográfico do abade Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, considerado o grande dinamizador da arqueologia tirsense no final do século XIX.

Abstract:

This study is a contribution for the knowledge of the pioneers of Santo Tirso archaeology. Th author presents in this work the biographic sketch of the priest Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, known as the great undertaker of Santo Tirso archaeological studies in the nineteen century.

O ABADE PEDROSA. PERFIL HUMANISTA DE UM SACERDOTE.

NA SENDA DOS PIONEIROS DA ARQUEOLOGIA DE SANTO TIRSO

Naturalmente que o contexto sócio-cultural que, na segunda metade do séc. XIX, no país se ia respirando e cujo fôlego se alimentava ao ritmo das pulsações da mentalidade europeia da altura, teria exercido uma influência benéfica na vocação arqueológica do patrono do nosso museu. Já o realçaria Francisco Sande Lemos, na monografia que ao P.e Pedrosa lhe dedicou¹.

Não sei, porém, se outros factores houve que lhe não teriam aberto igualmente o apetite. Mais próximos e mais avizinhados, de resto. É que, já antes do nosso abade, outros, aqui, na região tirsense, faziam o gosto à sensibilidade, remexendo aturados por cacos velhos! Com certeza, menos preparados, especificamente, para o efeito. Mas extraordinariamente cultos e afogueados no ardor da mesma paixão.

Ex ovo omnia! Tudo tem um começo e uma origem. Não sei, porém, adivinhar o sentido profundo da relação entre os predecessores do Abade Pedrosa: se causa ou mera sequência de um filosófico post hoc, hoc, sed non propter hoc.

Eu suponho que haveria, de facto, transmissão de uns para outros deste facho olímpico, que o é a paixão da arqueologia. Quanto ao João Bernardo da Silva Carneiro, não o poderia ter conhecido, em pessoa, o Abade Pedrosa, que nascera uns vinte anos depois do falecimento do Capitão. Mas um sobrinho deste, o P.º Boaventura Luis Carneiro, foi pároco em Santo Tirso, na altura em que, nesta freguesia, decorreram as formalidades da ordenação do futuro Abade Pedrosa e em cujo processo aquele tomaria um papel de relevo. Com certeza que, ao menos através do seu pároco, chegariam aos ouvidos do Abade Pedrosa notícias e informações da actividade cartográfica do eminente capitão.

Quanto a Luis Correia de Abreu, de certeza que o Abade Pedrosa o conheceria. Pai do abade vizinho de Burgães, Luis Correia de Abreu deixou pegadas sem número de iniciativas em prol da cultura, fundando colégios e escolas, organizando em Santo Tirso cursos de actualização permanente para professores, com o auxílio do abade de Santa Cristina do Couto. Não sei mesmo se o reitor do Seminário portucalense de Nossa Senhora da Conceição, onde estudou o Abade Pedrosa, não seria mesmo familiar de Luis Correia de Abreu.

De resto, este pedagogo era bem conhecido da gente culta da sociedade tirsense, bem como a sua predilecão especial pelas antiguidades e a sua vocação pela história. E quando morreu, já o Abade Pedrosa exercia, há três anos, as suas funções sacerdotais na paróquia de Santo Tirso.

Não seria pois, de forma alguma impossível que, além do ambiente europeu e o mais achegado, propício, que o era, além deste contexto, repito, exercesse sobre o nosso Abade Pedrosa uma certa magia o exemplo estimulante de alguns dos seus conterrâneos. Ao que se poderiam adicionar colegas de sacerdócio depois, amigos e companheiros de jornadas a santuários de arqueologia. Citarei o P.º Martins Capela, o Ab. de Tagilde...

Lemos, Francisco Sande – O Abade Pedrosa e a arqueologia de Santo Tirso, Ave, Cadernos de Cultura, nº 3, ed, da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1989, pp. 1-2. Eu já não falo dos párocos na interpelação oficial de 1758. Publicadas que foram as suas respostas, atinentes ao aro concelhio², é-nos permitido deduzir, do facto, o perfil de um que outro mais desperto no apreço curioso das antiguidades. Destacarei, por exemplo, o Pe. Atanásio Mendes de Freitas, de Areias, no que toca ao rasto felino das coisas de antanho, por sobre o monte da Torre Alta. Não é a resposta superficial e fria da anódina indiferença de quem *tanto se lhe dá como se lhe deu!* A torre altaneira, se hoje imaginar-se pode, o esboço a ele se lhe deverá... Já que, há duzentos anos, o cutelo dos poderes públicos o colo elegante de outra linda Inês cruamente lhe degolou...

E, como o P^e. Atanásio, outros de tantas outras paróquias se poderiam citar. Por exemplo, aqui bem perto, o de Burgães, da mesma altura, o P^e. João da Cunha de Sotto-Mayor Sarmento e Mendonça. Aliás, confessa mesmo – e disso dá provas! – o seu amor pelas relíquias venerandas de antanho, gosto que do pai – académico de Academia Real de História Portuguesa – com orgulho veio a herdar. E tantos outros, repito. De resto, a fonte comum do *status quo* das antigualhas no séc. XVIII. Disso mesmo e da sua importância se valeu Leite de Vasconcelos, ao referenciar textos de respostas aos inquéritos paroquiais de 1758.

Mas punhamo-los de parte. Para a região de Santo Tirso e antes do Abade Pedrosa, merecem lembrança especial dois nomes, pelo menos: João Bernardo da Silva Carneiro e Luis Correia de Abreu. Vamos a eles.

1. João Bernardo da Silva Carneiro (1748-1829)

Da casa de Covas, Areias, onde nasceu a 10 de Julho de 1748 exactamente 100 anos, antes do ab. Pedrosa. Cinco dias depois, baptiza-lo-ia o cura desta mesma paróquia, o Pe. Pedro Francisco. De padrinho servirá João da Silva Freitas, filho de Custódio Mendes, viúvo e sobrinho do abade de Areias, o dito Atanásio Mendes de Freitas. De madrinha fez o papel Iria Marques de Jesus, mulher de Domingos da Silva, da freguesia de Monte Córdova.

Por morte de seu pai, João da Silva Carneiro³, foi o João Bernardo, em 1795, eleito Alferes de Ordenanças. Logo promovido, em 1797, a Capitão das mesmas. Faleceria com a provecta idade de 81 anos, a 27 de Agosto de 1829, sucedendo-lhe (1830) no cargo o sobrinho homónimo João Bernardo da Silva Carneiro.

Para agora, o que mais nos interessará o registo de dois bons e preciosos mapas que elaborou o João Bernardo, o tio, solteiro que ficou: o da *Quinta de Silvalde* (Areias) e o *do Couto de Palmeira, de uma e outra banda do Rio Ave.*

1.1. O mapa da Quinta de Silvalde

No mapa da Quinta de Silvalde⁴ não descortinaria o Capitão os vestígios arqueológicos que, posteriormente, melhor se iriam patentear, aquando da construção da nova estrada Santo Tirso-Famalicão e da nova igreja de Areias, no último quartel do séc. XIX. Também lhe faltou desdobrar o alcance histórico e cultural do topónimo *Cristelo* que, no bojo da Quinta, e de há muito conhecido, aí se anichou.

A predilecção em torno do património leva-o, porém, a registar muita coisa: o pormenor da micro-toponímia, campos e bouças, com o seu respectivo conteudo fitológico, geográfico, arquitectónico... Muito sensível pela conservação da riqueza natural. Diante dela, não consegue reprimir a sua enorme comoção pela beleza que a mãe Natura, a cada instante, nos proporciona:

Neste terreno – e refere-se ao espaço geográfico que se alargava das moradias de Silvalde à Estrada de Santo Tirso – Famalicão – hão muitas arvores de castanheiros e carvalhos. Regalia desta Quinta que se deve mandar conservar em todo o tempo feturo.

CST I (1951-1952) 239-248; 411-423; II (1952--1953) 133-149; 463-491; III (1954-1955) 105-118; 213-224; 431-455; IV (1955-1956) 73-78. Natural de Monte Córdova, do lugar de Vila Meã, que a Covas veio casar com Mariana Pinheiro da Costa, nascida a 5 de Fevereiro de 1710. Título original: Mappa do Terreiro e Cazas da Quinta de Silvalde Em Areas de Landim, com o suplemento da Rellação nominal dos Campos e Bouças de que hé Composta a Quinta da Ex.ma snr.a D. Maria Cazemira de Gozmão e Faria, chamada de Silvalde, sita na Freguesia de Areas do Couto de Landim e todas as terras que lhe per-

tencem neste Couto de Landim.

A destruição e a morte deixam-no sem força e sem alento. Quanto às moradias, anotou, com certa mágoa de tristeza:

Não foi bom deixar arruinar as casas que serviam aos caseiros⁵.

1.2. O mapa do Couto de Palmeira

Mais rico o Mapa do Couto de Palmeira.

1.2.1. Além de uma toponímia recheada de um grande fundo histórico e cultural – o *Paranho*, três vezes recordado (Castelinho do Paranho, Vale do Paranho e Monte do Paranho), *Argemil, Ponte Velba (que sempre teve este nome*, anota o Capitão, querendo-a, de forma mais ou menos intencional, pôr em relação com aquela *ponte antiga*, de que falam as cartas da demarcação do Couto de Santo Tirso, ao séc. XI), *Ponte do Arquinho, Quinta da Batalha* (nome que veicularia na tradição, as lutas seculares entre os agostinhos landinenses e os bentos da nossa cidade), *Pedra do Couto* (*scilicet*, da demarcação da terra privilegiada dos beneditinos que Soeiro Mendes da Maia ofertou, em 1098, ao nosso mosteiro), *Vale do Fojo* e *Montes e Vales dos Fojos Velhos, Monte das Ferraduras* (que traz à memória um conteúdo significativo de insculturas rupestres, que ele logo explicitará), *Eira Vedra*...Aponta este nosso oficial do exército largas dezenas de topónimos que se situam na periferia ou no bojo do Couto de Palmeira, porque neles intuiu ou acerca deles do povo cicerone recolheu informações históricas, arqueológicas e culturais que julgou e bem, não poderiam olvidar-se.

1.2.2. Mas, além da toponímia, muito atento João Bernardo à *história das instituições*. Antes de mais, o problema da atribuição do donatário a cujo nome pertenceria a jurisdição cível da região demarcada.

Neste campo, mete o culto oficial a prioridade das suas ocupações. Por isso, é mais desenvolvido e interessante o *Mapa do Couto de Palmeira* da parte de Além Ave – de S. Bartolomeu de Ervosa ou da Lagoncinha – que da parte a norte do mesmo rio. É que exactamente esta secção a sul foi, ao longo de muitos séculos, o pomo das discórdias entre o mosteiro de Landim e o do Santo Tirso.

Não vamos agora dizer do problema, que supunha uma reinterpretação da identidade daquela *ponte antiga* – Lagoncinha sobre o Ave, ou Ponte Velha sobre o Sanguinhedo? –, porque não é caso disto agora. Mas há razões fortes, curiosamente, tanto a favor dos benedinos – que limitavam pela Lagoncinha – como dos landinenses, que faziam antes finca-pé teimoso na Ponte Velha, sobre o rio Sanguinhedo. Por isso, não foi fácil a abordagem do problema, nem uniformes, no rodar dos séculos, as decisões da Justica.

João Bernardo da Silva Carneiro é decididamente em prol dos Agostinhos, e faz de S.Bartolomeu território das competências administrativas dos Crúzios. Agora que este mosteiro fora encerrado, e vergonhosamente levados ao pregão da hasta pública os seus bens⁶, restava-lhe defender as competências civis do concelho de Landim⁷, herdeiro nato do couto deste nome – e até as competências militares dele próprio, João Bernardo da Silva Carneiro, ali mesmo seu Capitão de Ordenanças.

À base do costumeiro, tenta demonstrar não só a legitimidade da jurisdição landinense sobre S. Bartolomeu, como até defender uma linha que, metida pelo lençol de água do rio Sanguinhedo seja de exacta fronteira na divisão também eclesiástica de Santo Tirso e da freguesia bartolomeana.

Vejamos estes quatro pontos do Mapa do Capitão:

Ponte do Arquinbo que está no Ribeiro de Sanguinhedo em Argemil, onde as Justiças de Landim levantão e abaixão as varas quando vão e vem de S. Bartolomeu⁸;

Citações extraídas de PIRES DE LIMA, Augusto César, e PIRES DE LIMA, Américo Pedrosa – A quinta de Silvalde na freguesia de S. Tiago de Areias, concelho de Santo Tirso, sep. de «Douro Litoral – Boletim da Comissão de Etnografia e História», 8.a série III-IV, Porto, 1957, pp. 2.6 e 7.

Foi o mosteiro de Landim extinto em 1770. Cf. Página Literária de Cultura Tirsense (nº 34), em J.S.T. de 25 de Dezembro de 1992, pp. 5-6

Durou de 1770 até 183. Nesta altura, foi extinto, passando as suas freguesias para o concelho de Famalicão e de Santo Tirso,

N. 5, p. 47.

Pedra do Couto que divide quatro Jurisdiçoens, que são o Concelho da Maya, que fica para o poente, o Couto de S. Thirso para o Nascente, o Concelho de Refoyos Dave para o Sul, e os de Landim e Palmeira para o Norte⁹:

Fonte de Cortivecas ou por outro nome Fontiscos que está em hum Valle em que está hum cruzeiro ao pé do qual se fez o Sermão da Procissão de S. Sebastião, e nele gente (?) o Povo que faz a dita Procissão. E se tem observado que as Justicas de S. Thirso nunca passavão do dito cruzeiro para a parte de S. Bartolomeu, e tanto assim, que hindo as mesmas Justicas esperar o Corregedor da Comarca quando vem de Azurara para S. Thirso, ahy esperam athe elle chegar¹⁰:

Fonte da Perguica, ao pe de Montarrosso para a parte do Nascente. Tambem as Justicas de Santo Thirso, quando andão em correyção, nunca chegarão a esta fonte, e antes de chegar a ella em pouca distancia dão volta pelo monte da Cabroeyra para o seu Couto sem entrar na Bouça de Sarnalde do Cazal de Argemil¹¹.

Não há lembrança – conclui João Bernardo da Silva Carneiro – que as Justiças do Couto de S. Thirso passassem para dentro da demarcação de S. Bartolomeu declarada neste mapa¹².

1.2.3. Veja-se ainda, neste Mapa, a menção de igrejas, capelas, cruzeiros, azenhas, moinhos, engenhos de azeite, pontes, fontes, marcos divisórios das freguesias – entre Lousado e Palmeira, e entre Lousado e S. Bartolomeu, estes falsos e posteriores a 1758 – e as insculturas: Quanto a estas vejamos as notas do Capitão:

Marcas de ferraduras que estão em huma Lage em 22 varas de distancia da dita Pedra do Couto hindo pela estrada para Santo Thirso a esquerda¹³.

Valle de todos os Lavradores na ponta do qual estão humas Lages desviadas do caminho que vay da Vella próximo (?) outras marcas, a parte da Ponte, couza de 60 varas, estão muitas marcas e huma cruz¹⁴.

Valle dos Pegos e Marcas das ferraduras: aqui fazem os caminhos huma encruzilhada ao pé da qual para o Norte estão humas Lages que tem as ditas marcas e já algumas dellas se tirarão com as pedras que se arrancarão neste sitio¹⁵.

Nada escapa à anotação meticulosa deste cartógrafo paciente. Para agora, interessa-nos a forma particular, com que refere as insculturas. Tão importantes as considera que toma o cuidado de as situar por referências à sua distância, medida por varas, em relação a pontos de evidência mais conhecidos. Tão importantes que identificará estradas e carreiros que às ditas insculturas nos possam conduzir.

Tão importantes que, para melhor garantia de um encontro com as gravuras rupestres, depois da via e da distância, nos indica a mão – esquerda ou direita – a que nos subjazem. Enfim, muitos pormenores que garantem a curiosidade insatisfeita de João Bernardo e o interesse de fazer conhecidas, para melhor estimação, as pegadas da acção multissecular do homem, nas terras do nosso concelho.

E, com certeza, que dor lhe iria vincada na alma, quando arrematou com a nota do vandalismo selvagem de que foram alvo tantas das insculturas:

Algumas dellas se tirarão com as pedras que se arrancarão neste sitio 16 .

1.2.4. Além das instituições civis veiculadas na tradição, as próprias instituições eclesiásticas: os limites das freguesias e das competências da administração paroquial.

N. 41, p. 49.

N. 54, p. 50.

N. 59, p. 50.

P. 51, mesmo ao final deste mapa.

N. 51, p. 49 N. 52, p. 50. Cf. nota anterior. O Capitão alude à procissão de S. Sebastião, a propósito de um cruzeiro ao pé da Fonte de Cortiveças. Aí estacionava a romagem dos fregueses da paróquia de Santa Maria Madalena. Aí ouviriam devotos as exortações penitenciais do sermão. Era o caso de um cerco em honra do mártir antipestífero.

E sabe-se que os cercos mai-las visitas pascais são umas das formas visíveis e palpáveis da definição dos limites das paróquias e dos actos jurídicos da administração eclesiástica. E sabemos da importância do aparato gestual, no costumeiro, como complemento dos actos jurídicos que demonstraram a posse ou a sua transferência.

O dito cruzeiro, com os ritos que, em torno a si, de quando em vez tinham lugar é bem marco delimitativo das competências civis e eclesiásticas em jogo: termo *a quo* para os landinenses e freguesia de S. Bartolomeu: e *ante quem* dos beneditinos e da freguesia de Santa Maria Madalena.

2. Luis Correia de Abreu (1804-1877)

Há um outro nome que bem merece o seu realce, pelo cuidado e atenção que dedicou às antiguidades – que não só! – do nosso concelho: Luis Correia de Abreu, ilustre filho de Burgães, pedagogo e historiador.

Já muitas vezes dele me ocupei¹⁷. Desses trabalhos, parcialmente, me vou servir.

2.1. A Casa da Lage

Luis Correia de Abreu era filho de Manuel Correia de Abreu, da Quinta da Lage, Burgães, e da sua esposa Dona Genoveva Claudina Machado de Oliveira Marinho Malafaia, descendente dos Malafaias da Quinta de Bougado, freguesia de S. Mamede de Negrelos. Sexto filho do casal¹⁸, Luis Correia de Abreu nasceria a 25 de Novembro de 1804, na Quinta da Lage¹⁹.

Titular da casa, «receber-se-ia» por duas vezes: em primeiras núpcias, com Dona Clememência Ferreira, da freguesia de Góios, Barcelos, que faleceu a 1 de Agosto de 1828²⁰; e, em segundas núpcias, a 8 de Outubro de 1840, na capela da Quinta de Sequeiros, com Dona Rita Ricardina de Araújo Ferreira²¹, filha do Major Manuel José Frutuoso e de Dona Custódia Maria do Nascimento Ferreira, moradores e senhores da Casa e Quinta de Sequeiros, S. Tomé de Negrelos, e prima do Desembargador Silvério da Silva Castro, da Quinta de Vilar, Vila Nova de Famalicão. Dona Rita Ricardina, pouco mais nova que o seu marido, nascera na Quinta de Sequeiros, a 11 de Outubro de 1807²².

Deste matrimónio tiveram os filhos António Maria, Manuel, Francisco, Maria Teresa, Isménia Júlia e José Vicente.

2.2. O pedagogo e o erudito

Miguelista dos quatro costados, refugiou-se Luis Correia de Abreu em Paris, com emigrantes da mesma feição. Entre eles, o P^e. José da Silva Tavares²³. E começa aí a devotar-se a uma causa superior, a que vai consagrar a sua vida inteira e a sua fazenda, em grande parte: o ensino.

A ele se deve com efeito, a fundação sucessiva de três colégios, um dos quais ainda hoje sobrevive. E algumas escolas. Destas instituições destacamos:

Primeiro, em 1838, na dita Cidade das Luzes, o Colégio Luso-Brasileiro de S.Pedro de Alcântara, em Fontenay-aux-Roses, na implantação do actual aeroporto de Orly²⁴. Neste Colégio foram alunos personalidades eminentes, como o Duque de Loulé, o Conde de Azambuja, o Conde de Farrobo, o Visconde de Allen...

Luis Correia de Abreu. ilustre filho de Burgāes, pedagogo e historiador «Ecos de Negrelos», Março 1996, p. 11; Luis Correia de Abreu: o pedagogo e historiador, JST 26 de Abril de 1996, p. 11; História do padroado da igreja de Santiago de Burgães. 1. Os apontamentos de Luis Correia de Abreu, em JST de 21 de Junho de 1996, pp. 8--9; Luis Correia de Abreu. A sua monografia de Burgães: a geneneogia da Casa da Laje em JST de 28 de Fevereiro de 1997, pp. 8-9

Manuel Correia de Abreu teve, da sua esposa, estes filhos: José (que morreu pequeno, em Anha, Viana do Castelo), João (que morreu menino também, em Barcelos), Eufrasia (ou Engracia?), falecida em tenra idade, como os seus irmãos, Felicidade (solteira ainda, em 1848) e Manuel que casou em Rebordões, com Dona Angelina, sobrinha do abade desta paróquia, o Pe, Carlos de Figueiredo, Para além do Luis, de quem agora escrevemos.

Livro dos Baptizados de Burgães, f. 36 v. Ao avô de Luis Correia de Abreu – José Correia de Abreu – Ihe foi passada carta de brasão por D. João VI, nas famílias de Correias, Abreus, Fonsecas e Ferreiras.

Livro de Óbitos de Santa Maria de Goios, f. 176.

Escritura exarada nas Notas do Tab. do Julgado de Negrelos, António Silvério dos Santos, a 3 de Outubro de 1840,

Livro de Baptismos de S Tomé de Negrelos, f. 6.

A fonte de que disponho – uma carta enviada ao Comércio do Porto por José Baía, da Casa da Lage e neto de Luis Correia de Abreu – identifica-o com Frei José da Sacra Família, jesuita e Doutor em Sacra Teologia, achegas que me causaram um certo embaraço. Mas o mesmo garantem os descendentes de Fernando Pires de Lima, num livro de homenagem ao pai, de que falaremos a seguir.

José Baía, na carta referida, alude à colaboração de Luis Correia de Abreu na própria fundação do Colégio de Fontenay. O Livro de homenagem ao Prof. Fernando Pires de Lima, a que já aludimos, diz-nos que o Colégio foi fundado pelo Pe. Tavares. E fala de Luis Correia de Abreu, na qualidade de seu professor.

Regressando a Portugal, fundará Luis Correia de Abreu o Colégio da Formiga, a 1 de Novembro de 1842²⁵. Ainda hoje existe. E não foi o topónimo a alcunhar a instituição. Foi antes o Colégio a dar o nome ao sítio. Para o distinguir dos Colégios da Companhia que adoptavam para símbolo do trabalho e do estudo a abelha, Correia de Abreu lançou mão de um outro elemento metafórico, mas com idêntica significação: a formiga. Era o emblema dos alunos²⁶. Donde o nome do Colégio. E daí, por força da expansão semântica – metonimicamente –, o nome do lugar...

Logo depois, mais um Colégio, na ânsia de uma formação acessível às pessoas da sua terra: o Real Colégio de D. Fernando, em Landim ²⁷, que ele fundou a 17 de Julho de 1849. Aqui foi professor António José Viale, grande humanista, que escreveu a Lysiade, para uso dos alunos do Colégio²⁸.

Estes iam fazer exame ao Liceu de Braga. E, pelo Colégio de Landim, passaram homens ilustres, como o Dr. Ernesto de Lencastre, antigo chefe dos Serviços de Saúde do Exército, e seus irmãos Bernardo e Miguel, o General Pimenta de Castro e o seu irmão Manuel Tomás, o Conde de Aurora, José de Sá Coutinho, Manuel Marinho Falcão, filho do Visconde de Roriz...

Depois, agora mais próximo ainda dos seus, criou em Burgães a Cadeira Régia do Ensino Primário. Para ela trouxe um hábil professor, como, para Santo Tirso, uma excelente mestra.

Mas não ficou por aqui - pela fundação de estabelecimentos e pela aquisição de professores - a preocupação de Luis Correia de Abreu. Procurou mestres bem apetrechados, sim. Mas proporcionou-lhes também as circunstâncias propícias de uma actualização pedagógica. Instigou, por exemplo, o P.e Jacinto dos Santos Loureiro, culto e inteligente reitor de Santa Cristina do Couto, a fazer conferências aos professores, numa como que tentativa renovada de formação contínua ao longo da carreira docente.

Planeou ainda Correia de Abreu uma história de Santo Tirso, onde escreveria sobre capelas, igrejas, irmandades, vida dos homens mais notáveis, para a qual carreou alguns elementos²⁹. Mais ainda, no plano da educação, procurou obter uma sala de aulas, na Casa de Silvalde, em Areias, para alunos desta freguesia e paróquias das redondezas³⁰.

Dentro do seu interesse cultural, o intuito da organização de um como que pequeno museu, na sua Quinta, onde se guardassem e se conservassem as memórias do passado burgalenense³¹. Neste sentido, adquiriu parte do tesouro numismático que José das Casas Novas encontrou em 1841. Ergueu com todo o cuidado no jardim da sua casa a ara do deus Cosus, para conservar na Quinta e freguesia do seu nascimento esta memória das antiguidades da sua pátria, na expressão formal da sua pena. Lamentou a perda e ruína do Memorial que privou a posteridade deste antiquíssimo monumento que tanto enobrecia a terra que o possuía, palavras suas. O seu amor, o seu carinho e a sua cultura, nada comum, pelas antiguidades da sua região...

2.3. Os apontamentos históricos de Luis Correia de Abreu

Os apontamentos que vamos referir são de Luis Correia de Abreu. Quando, pela vez primeira, os houve entre mãos, logo conclui na suspeita da sua autoria. De facto, não estão assinados. E de Luis Correia de Abreu se fala sempre em terceira pessoa. Mas são dele, pela certa.

Primeiro, uma referência cronológica, um termo ante quem: Burgães ainda se diz da diocese de Braga, o que nos garante da sua elaboração anterior a 1882, quando esta freguesia passou, de facto, para a diocese do Porto, a que, de direito, sempre pertencera, aliás.

Mas logo me foi possível estabelecer um período estreito, um filete de dois anos tão só, dentro do qual se teriam passado à redacção os apontamentos, tais como hoje se encontram. Acabá-los-ia, na sua elaboração fundamental, por entre os anos de 1846, de um lado, e 1848, por outro. É que, falando muito embora na terceira

Em sufrágio da alma da sua segunda mulher, organizou a festa anual de Santa Rita homónima de sua esposa –. iunto do Colégio que lancou raízes no local e se expandiu para além da estrita programação religiosa, com que a lancou.

Ainda hoje há, no Colégio, antigas fotos de alunos, com bata a ostentar o eloquente distintivo.

Segundo informação colhida, funcionou no que fora o celeiro do convento, em frente da veneranda igreja de Landim Recordemos que Luis Correia de Abreu, muito embora nascido em Burgães e na Casa da Lage, tinha nos seus antepassados raízes landinenses: na Quinta de Sande e na Casa da Basta, no lugar do Burgo.

Injustamente farpeado por Fialho de Almeida, em Pasquinadas, 4ª. ed., Porto, 1923, pp. 121 a 128, ao c. O Conselheiro Viale.

Fernando Pires de Lima. No primeiro centenário do seu nascimento, Porto, 1941, pp. 10-11, nota 2. Esta nota é importante, porque parte desta crónica existe, de facto. Não sobre Santo Tirso, mas de forma mais restrita sobre Burgães. Escreveu-a Luis Correia de Abreu. com muita erudição e equilíbrio. Já os publiquei, aos capítulos que me vieram às mãos, nas Páginas Literárias do Jornal de Santo Tirso.

Do papel de Correia de Abreu na formação do Professor Fernando Pires de Lima, no funcionamento da Escola de Areias - preocupação pela sua instalação e materiais, desde o mobiliário aos livros -, veja-se o citado vol. pp. 12-13,

Foi precisamente do seu pequeno Museu que, por ordem de seu filho António, saiu a ara do deus Coso, dedicada por Severo, para o Museu Martins Sarmento, de Guimarães

pessoa, o autor pára nos descendentes de Luis Correia de Abreu, do seu segundo matrimónio, dos que houve até ao presente.

E enumera como termo *ad quem* Dona Maria Teresa, que nasceria na Quinta da Lage, a 18 de Setembro de 1846. E, com outra tinta, foram acrescentados, posteriormente, mais dois filhos: Dona Isménia Júlia, que nasceu em Landim, a 26 de Dezembro de 1848, e José Vicente, que também aí viu a luz do dia, um tanto depois. Desta maneira a redacção do texto – base, a elaborar-se-á por entre 1846 e finais de 1848. Suponho que o berço landinense destes dois filhos de Correia de Abreu se deve ao facto da direcção deste ilustre burgalenense à cabeça do Real Colégio D. Fernando.

Ora, neste hiato não vejo ninguém na Quinta da Lage, a que o autor pertence, sem dúvida, pelo destaque que, na história da paróquia, concede a esta família, que pudesse entregar-se, com tanta personalidade e diligência, a obra de tanto feitio. Sem dúvida, um tio, Frei José da Província da Soledade (José Vicente Correia de Abreu) poderia ombrear com o sobrinho. Mas, em 1846, julgo que já tinha falecido.

De mais a mais e com peso mais avantajado, temos o depoimento dos Pires de Lima, que, em 1941 – e com grande conhecimento de causa –, nos testemunharam que Luis Correia planeou uma pequena crónica de Santo Tirso, onde descreveria capelas, igrejas, irmandades, vida de homens mais notáveis, e para a qual carreara alguns elementos.

Assim, os manuscritos que possuímos entre mãos são uma parte – a restrita a Burgães – do muito que já teria elaborado e na qual se teriam metido coisas de interesse extraburgalenense – embora inseridas no plano geral de uma história de Santo Tirso –, como uma biografia de Fernando Pires de Lima e um resumo histórico da escola de Areias, causa, aliás, pela qual Luis Correia de Abreu tanto se empenharia.

2.3.2. Dos curiosos papéis de Correia de Abreu, os que nos chegaram às mãos foram os capítulos que seguem:

- . Antiguidades e costumes velhos da freguesia de S. Tiago de Burgães;
- . O costumeiro e os legados pios;
- . O padroado de Burgães;
- , A genealogia da Casa da Lage.

Vamos transcrever o primeiro capítulo tão só. Tem o título original de Descripção das antiguidades e costumes velhos da freguesia de Santiago de Burgães ³².

Purganis ³³, villa situada na margem direita do Rio Ave, a que hoje se (?) chama Burgães, à qual (?) se refere Argote no Tomo 3º, fl. 350 ³⁴, confina com (?) as freguezias de S.to Thyrso, Rebordões, Monte Córdova (?) S. Miguel do Couto, onde existe ainda a Pia, em que foi baptizado (?) S. Rosendo ³⁵. Apezar de que Burgães não he senão huma (?) simples aldeia, tem contudo muitos vestígios (?) de Antiguidade, que ao curiozo observador dão mostras do que foi (?).

No sítio chamado Cham das Cruzes, proximo (...) do lugar de S.ta Cruz, aparecem tijolos, e varios vestígios, que indicão ruínas de povoação: neste mesmo sítio, escavando na terra no anno de 1841 José das Casas-Novas achou huma panella de barro cheia de moedas de cobre do tempo de Constantino Magno, como se vê de algumas das mesmas moedas, que se conservão na posse (?) da Casa da Quinta da Lage ³⁶. Junto a este denominado (?) Cham das Cruzes existe huma propriedade de terra lavradia, chamada S. Simão, pertencente à Casa do Corgo da mesma freguezia, onde appareceo (?) há annos hum pequeno Padrão com huma legenda, de que apenas se pode ler *Severus*. Este padrão está hoje no jardim da Quinta da Lage (...) sobre hum pedestal que mandou

A primeira página da fotocópia – de uma me sirvo – tem ao centro, de cima abaixo, uma mancha que suponho vir do original.

Daí algumas palavras de leitura mais ou menos duvidosa que faço seguir de interrogação, entre parêntesis...

Portum Purgani, em documento de 1 de Janeiro de 572 (Liber Fidei, ed. do Dr. Avelino de Jesus da Costa, doc. n. 15, pp. 32-33), identificado com Burgães, segundo o mesmo investigador (O Bispo D. Pedro, vol. l, p. 113)

CONTADOR DE AR-GOTE, D. Jerónimo – Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Braga, t. III, Lisboa, 1744, p. 350, onde se lhe atribui à paróquia o nome de Purganis. Que dela trataria Teodomiro, como marco limítrofe das duas dioceses – a de Braga e a do Porto –, divisão que o Papa Pascoal II reassumiria. A explicitação de Burgães, porém, só cinco anos à frente emergirá, com o seu sucessor, o Papa Calisto II,

A pia baptismal de S. Rosendo foi «descoberta» – ou re-descoberta – pelo nosso conterrâneo Dr. Joaquim Alberto Pires de Lima, facto de que deu notícia em artº. publicado no JST de 9 de Setembro de 1938. Depois, em JST de 9 de Junho de 1939, desenvolveu o assunto da famosa pia baptismal, igualmente, no artº. S. Rosendo, Nun' Álvares do Sec. X, em «Ocidente» IV, Lisboa, 1938. Cf vol. do mesmo autor A meu Ver, Porto, 1948, pp. 169-171.

Dos tesouros de moedas romanas descobertos em Santo Tirso, no séc. passado, receberam divulgação o de Monte Saltos (Sequeirô), no «Economista», n. 17 do vol. V, 2ª, série, de 25 de Outubro de 1896. Tinha o tesouro 400 moedas, todas da época de Constantino. Também foi divulgado o tesouro de Vilarinho, encontrado numa bouca que pertencia ao Dr. Rebelo Barbosa, em vaso com cerca de 5 mil numismas, sobretudo do tempo de Galieno e Probo. A descoberta recebeu divulgação em O Popular, de 22 de Agosto de 1900.

Também este tesouro de Burgães foi divulgado por Martins Sarmento na «Revista Lusitana» I, 3 (1887) 227. Cf. MARTINS SARMENTO, Francisco – Dispersos, Coimbra, 1933, p. 304

304 Foi encontrada em 1841, na propriedade de S Simão, pertencente à Casa do Corgo, Burgāes. Em 1847, foi adquirida por Luis Correia de Abreu que a colocou nos jardins da sua Quinta da Lage. Mas, quarenta anos depois, em 1887, o seu filho António Maria Correia de Abreu oferecê-la-ia ao Museu da Sociedade Martins Sarmento, onde agora se conserva Cf FAYA SANTARÉM, Carlos Manuel - Inscrições Romanas do Concelho de Santo Tirso, em CST V (1956) 64

Luis Correia de Abreu leu e apontou o nome do dedicante. Mas pensou numa lápide honorífica, de homenagem ao imperador Severo. É antes uma inscrição votiva, e a divindade a quem a ara foi consagrada é o deus Cosus, Sobre o nome, as diversas interpretações da inscrição e os elementos do teónimo, cf. ENCARNAÇÃO, José da - Divindades indigenas sob o domínio romano em Portugal, INCM, Lisboa, 1975, pp. 164-169, Cf. ainda CARDOSO, Mário - Correspondência epistolar entre Emilio Huebner e Martins Sarmento, Guimarães, 1947, pp. 89, 93, 95, 104, 109, 149, 152, 161. Sobre esta ara, imensa é a bibliografia existente.

E uma citação parcial feita por Luis Correia de Abreu da leitura de Bernardo de Brito.

Monarquia Lusitana Parte Segunda, INCM, Lisboa, 1975, p. 77

Joaquim Bento Correia de Miranda e Sá, filho de Manuel Correia de Miranda e de Dona Tomásia Maria Angélica de Seabra e Sá, casou com Dona Ana Maria Gomes e foram pais de seis filhos. Joaquim Bento foi major de Ordenanças de Santo Tirso e do Concelho de Refojos de Riba d'Ave. Cf. MATTOS, Armando de – Desperdicios, ed. Pátria, Gaia, 1932, p. 121.

Não há nesta terra coisa digna de memória, menos um túmulo antiquissimo que se diz ser do tempo dos godos; está ele metido dentro de um arco de altura de 16 palmos (o palmo equivale a 0,21920 m –, e vinte de comprido; o remate são três pedras redondas sofrivelmente

fazer Luís Corrêa d' Abreu no anno de 1847 para conservar na Quinta e freguesia do seu nascimento esta memoria das antiguidades da sua patria. Deste Padrão ainda Autor nenhum fallou³⁷. Fr. Bernardo de Brito no L.º 5.º Cap. 15 fl. 104 e 105 da 2.ª parte da Monarquia Luzitana, impressa em Lisboa no Anno de 1690, assevera que athé àquella època não havia notícia se não de duas Memorias dedicadas àquelle Imperador³⁸: huma numa pedra está na Igreja de Nossa Senhora, junto à Collares, com esta inscrição: *«Soli aeterno, et Lunae pro aeternitate Imperii et Salute imp. Caes. Septimii Severi Aug. Pii... Caes. Et Juliae Aug. Matris ejus Drusus Valerius Caelianus...* Quer dizer que Druzo Valerio Celiano levantou aquelle Altar ao Sol, e Lua pela saúde, e perpetuidade do Império do Imperador Septimio Severo e de Julia Augusta, Mai de seu filho Cayo Cezar Marco Aurelio Anntonino³⁹.

E a outra num dos caminhos, que Antonino Pio descreve de Lisboa para Merida, acima (?) de Almeirim indo para Alpiaça, onde estão alguns Padrões derrubados, num dos quaes se lião estas palavras: «... *Vero Adiaben restitutor urbis*». Quase dizendo, que aquelle Padrão se levantára , sendo Imperador Severo, vencedor dos Adiabenos, restaurador da Cidade de Roma⁴⁰.

Havia na mesma freguezia em huns Campos chamados «os Memoriaês», separados por hum caminho d'outros de igual nome, pertencentes á Quinta da Lage, hum Arco cobrindo huma sepultura, que denotava ter sido ali enterrada pessoa grande. Pela ocasião da Guerra Peninsular o General Terante ordenou ao Sargento-Mór Commante das Ordenanças do Concelho de Refojos de Riba d'Ave Joaquim Bento Corrêa de Miranda e Sá⁴¹ da Quinta de Deniz, sita na freguezia de S. ^{ta} Cristina do Couto, que o alagasse, e observasse se nelle se achava cousa digna de memoria: alagou-se e por ordem do mesmo General, o tornou a levantar, ficando a posteridade privada da notícia do que se encontrou; por isso que nem por escripto, nem por tradição nos consta. Passados annos cortou-se hum sobreiro, que cahio sobre o referido Arco, e novamente o derrubou; achando-se agora as pedras d'lle fazendo parede aos campos, e a posteridade privada deste antíquíssimo Monumento, que tanto enobrecia a terra que o possuia⁴². O Panorama do Tomo fl.⁴³ enganou-se em dizer que este Arco estava na freguezia de Rebordões, onde nunca esteve, nem consta que tenha tido tal freguezia Monumento algum desta ordem.

No alto do Monte de S.João do Carvalhinho, quase no sitio onde lemitão as duas freguezias de Burgães, e Rebordões, e pouco distante da Capella de S.João, existem huns grandes penedos com esta Inscripção "Circus" o que denota que ali seria Anfitiatro Romano⁴⁴.

Tem apparecido em differentes epocas e em differentes sítios da freguezia de Burgães varias sepulturas. Dentro na Quinta da Lage no Pomar das Eirozes num pedaço de terra, que nunca foi cultivado appareceo no dia 3 de Fevereiro de 1841 huma sepultura com os lados formados de pedra de cantaria bem labrada, e o lastro de grandes tijolos⁴⁵.

Burgães foi patria de D. Mór Mendes, filha de D. Mem Gonçalves da Maia, e terceira neta daquelle famigerado D. Soeiro Mendes da Maia⁴⁶ que em 22 de Março de 1094⁴⁷ deu ao mosteiro de S.^{to} Thyrso o Couto de S.^{to} Thyrso, na mesma forma que no anno antecedente lho havia dado o Conde D. Henrique⁴⁸, cuja Senhora foi do Numaro das primeiras relligiosas, que povoarão o referido Mosteiro Duples de S.to Thyrso⁴⁹, depois que o Infante Alboazar Ramires pela era de 927 o reedificou das ruínas Mauritanas⁵⁰, como descreve Carvalho na primeira edição da sua Corographia à fl. 371 do Tomo 1.⁹⁵¹.

Diz a antiga tradição que os grandes, e excellentes Paçães da Igreja de Burgães forão dados pelos antigos senhores da Quinta da Lage.

Teve esta freguezia hum Mosteiro, como se vê no Breve do Papa Pascoal 2.º passado no anno de 1115⁵², e transcripto no Cathalogo dos Bispos do Porto à fl. 9 por D. Rodrigo da Cunha⁵³, onde se vê bem, que esta freguezia de Burgães, que hoje pertence á Dioceze de Braga, já pertenceo à do Porto⁵⁴. Não há vestígios alguns de tal Mosteiro, nem se sabe qual fosse o sítio, em que existira. Há nas Agras do lugar de

S.^{ta} Cruz, e perto do denominado Cham das Cruzes, huns Campos, chamados portaes da igreja, que pelo nome denotão ter ali existido Templo; mas nem por escritpo, nem por tradição se sabe a razão porque se denominão assim⁵⁵.

Enfim, muita gente pensaria talvez num pioneirismo absoluto do Abade Pedrosa, no respeitante ao interesse manifesto pelas velharias do concelho. Foi, sem dúvida, este pároco um apaixonado da arqueologia; que, com outros, compartilhou e reajustou os seus pontos de vista; que fez várias sondagens e escavações no concelho e fora dele; que tentou, através de uma exposição pública dos materiais angariados, chamar a atenção, por um lado, dos tirsenses, em geral, para as riquezas arqueológicas da sua terra, e, por outro, das autoridades locais, para a criação de um museu municipal que às ditas indagações e resultados salvasse da perda e dispersão. Sem êxito, para a segunda das intenções. Quanto à primeira, o povo, em geral, manter-se-ia na sua ignorância e obstinado no seu desprezo por aquilo que apelidava de cacos de chocolateiras partidas...Ou que, nas sondagens, viam formas de exacerbar, e não de exorcismar almas e fantasmas de mouros ou coisas assim, que, sob grossas mantas de tantos séculos tecidas, não deixariam de vingar-se de quem tão impiedosamente os despertasse de tamanha sonolência.

A este propósito, recorde-se o que diz o Sr. Dr. Augusto César Pires de Lima: «O Pe. Joaquim Pedrosa pensava há muito que no lugar do Corvilho, próximo da vila, deveria ter existido um castelo romano.

Há meses, começaram a cavar no Corvilho os alicerces do novo hospital⁵⁶, e o aparecimento de alguns vasos veio dar razão a tais suspeitas.

Estando um dia aquele arqueólogo numa farmácia a conversar sobre o caso, ouviu a uma mulher:

Bem dizia a minha avó que não queria as casas que se fizessem no Corvilho, pois lá apareciam bruxas, e era um cemitério antigo⁵⁷.

Apenas um que outro – um palmo quadrado de boa terra – receberia com abertura a semente da boa nova do generoso abade e contribuiram – embora já de realização tardia e com perda irreparável de muita coisa que o culto sacerdote reunira – para que se criasse o Museu Municipal.

Mas esquecer aqueles que, antes do Abade Pedrosa, manifestaram a sua paixão pelas antiguidades venerandas da nossa terra seria, efectivamente, uma injustiça que gostaríamos, nestas páginas que aqui ficaram, fosse, para o futuro, remediada. Pelo seu forte amor à terra e ao homem souberam vencer e superar as inúmeras limitações do autodidactismo, do isolamento mais absoluto, face a outros com quem, eventualmente, pudessem como que partilhar os seus fervores, da carência total de apoio das entidades públicas e oficiais, donde se lhes facultassem meios e instrumentos de melhor e mais segura orientação.

Aqui ficam, pois, registados os nomes de dois ilustres desconhecidos, antes de abordarmos a figura eminente do nosso Abade Pedrosa.

3. O Abade Pedrosa (1848-1920): perfil humanista de um sacerdote

Quanto ao Abade Pedrosa, nós não temos a intenção de repetir aquilo que já foi escrito pelo Dr. Augusto César Pires de Lima e, mais recentemente, pelo Dr. Sande Lemos. Vamos tentar, apenas, duas coisas: completar e corrigir.

Completar. Publicou-se o espólio da sua correspondência, quer no diálogo epistolar que o nosso abade manteve com Martins Sarmento^{57a}, quer as suas cartas a Possidónio da Silva^{57b}. Delas emergirá a silhueta do devoto apaixonado pelos valores humanos da arqueologia, história e arte. Publicaremos, agora, o dossier da documentação, quer a respeitante aos seus estudos no Seminário do Porto, quer ao processo da sua ordenação. Um conjunto bastante significativo que nos ajuda a entender o perfil humano e sacerdotal do arqueólogo.

lavradas; nas duas partes se acham esculpidas duas cruzes perfeitas, e um signo salomónico na do meio. O túmulo que está metido dentro deste arco tem nove palmos de comprido e quatro de largo, perto de cinco; todo este sepulcro não tem letras algumas, nem divisas, nem tão-pouco há tradição de quem nele esteja enterrado. A injúria dos tempos o pôs por terra se já não fosse a barbaridade da gente rústica da freguesia para se aproveitar das pedras.

Assim esteve este monumento muitos anos até que João da Cunha de Sotto-Mayor, Sarmento e Mendonça Abade desta Santa Igreja de Burgães - é o próprio abade que assim escreve e que paroquiou esta freguesia de Burgães, durante dois anos, de 1757 a 1759 -, herdando de seu pai Pedro da Cunha Sotto Mayor, Fidalgo da Casa de Sua Magestade Fidelissima, Professo da Ordem de Cristo, Alcaide-Mor de Braga, Coronel de Infantaria e Académico da Academia Real de História Portuguesa, o prezar as belas-letras, curiosidade e estimação das coisas antigas, à sua custa o mandou reedificar com as próprias pedras que dantes formavam o túmulo, no que teve imenso trabalho para juntá-las, tirando-as das paredes em que os frequeses se tinham constituido

Está este monumento junto a uma estrada pública na agra da Cancela chamada da Cruz, contigua a uma aldeia a que chamam Sarnado; um dos povos principais da freguesia para a parte norte da igreja matriz e não longe do rio Ave...

Assim escrevia, nas respostas ao P.e Cardoso, para a elaboração do *Dicionário Geográfico*, em 1758, o Pe. João Cunha de Sotto Mayor Sarmento e Mendonça (CST II (1952-1953) 145-146). Sobre estes monumentos, cf.

Sobre estes monumentos, cf. PEDRO VITORINO – Acerca de «Os Marmoriais», em «Douro Litoral», 1.ª série, p. 1.

⁴³ Correia de Abreu deixou em branco a designação do tomo e da página.

Isto assim o escreve Correia de Abreu.

Ainda lá está, dizemme as pessoas da Casa da Lage. Creio que a esta sepultura alude Martins Sarmento numa carta ao Pe. Pedrosa Cf. PIRES DE LIMA, Augusto Cesar – A Correspondência Martins Sarmento – Pe, Joaquim Pedrosa, Guimarães, 1940, p. 28.

Diz o Livro Velho de Linhagens:

Dom Mem Gonçalves foi casado com dona Leogunda Soares, que chamavam por sobrenome a Tainha, filha de dom Soeiro Godins, o que fege a Varzea, e houveram dous filhos e três filhas

(...) e uma filha houve nome dona Mor Mendes, que foi monja em Santo Tirso, e senhora de Burgães, e fege seu testamento à igreja de Burgães, convém a saber: dous casaes em Guimarães e outro em Monte Córdova em o logo que chamam o Orcal, e outro em Gavião. Cf. Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série, vol. I, Livros Velhos de Linhagens, ed. crítica de Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, 1980, p. 51.

Antes, em 1098. E a 23 de Março. Cf. CRUZ, António — Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro, Coimbra, 1938, pp. 155-158.

Foi no ano anterior, que é, pois, o de 1097, a 23 de Novembro. Cf. CRUZ, António, o.c., pp. 149-155

O mosteiro de Santo Tirso não foi duples, segundo Mattoso. As monjas ou devotas ou irmãs do nosso mosteiro seriam, antes, do número das familiares. Cf. o artº. O Mosteiro de Santo Tirso e a Cultura Medieval Portuguesa, em «Santo Tirso. Boletim Cultural», Vol. I, n. 1 (1977) 112-113.

O convento de Santo Tirso foi fundado em 978 por Unisco Godins, esposa de Aboazar Lovesendes, sem que, antes, houvesse qualquer mosteiro no lugar. As referências toponímicas de 978 não aludem a tal facto. Só ao nome do local – Moreira – e às marcas referenciais das vizinhanças e mais significativas: Rio Ave e Monte Córdova...

CARVALHO DA COSTA, Corografia, Lisboa, 1706, pp. 370-371.

Luis Correia de Abreu, levado pelo Contador de Argote, confundirá a Bula de Pascoal II com a de Calisto II. Ambas trataram dos limites da diocese do Porto. Mas, enquanto a primeira, de 1115, se restringira à periCorrigir, depois. Também emendaremos uma que outra afirmação corrente, sem alicerce, todavia, como a da sua naturalidade e possivelmente, a do Liceu, onde fez os estudos do ensino secundário. Acrescentaremos também a emenda à noticia – melhor, à sua data – da visita de Leite de Vasconcelos a Santo Tirso, durante a qual se fez acompanhar do nosso abade. Anteciparemos de dois anos a sua cronologia: de 1895 – assim o julga Sande Lemos – para 1893, tal como o provaremos.

Também acrescentaremos alguma coisa mais acerca da sua paixão musical e das suas relações com os homens cultos da época, que realçam – e bem –, a par do seu diálogo com a gente mais simples, no curso da vida pastoral, o perfil humanista do ilustre sacerdote.

3.1. O «Curriculum vitae» do Abade Pedrosa

3.1.1.0 «curriculum» académico

O Abade Pedrosa – de seu nome completo Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa – nasceu em S. Martinho de Bougado⁵⁸, a 30 de Novembro de 1848, filho legítimo do médico Joaquim Anacleto da Silva Pedrosa e de sua esposa Dona Angelina Amália da Fonseca⁵⁹. Recebeu o baptismo a 10 de Dezembro⁶⁰.

Diz Francisco Sande Lemos que Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa frequentou o Liceu de Braga⁶¹; e que, em 1866, com dezoito anos, entrou para o Seminário do Porto. Mas, em requerimento, com data de Setembro de 1866, o futuro abade de Santo Tirso declara ter feito exames de 1º., 2º. e 3º. ano de Português, Latim e Francês no Liceu Nacional do Porto...

Seja como for, logo nesse mesmo ano entra no Seminário da diocese portucalense para acabar os seus estudos preparatórios. Não ingressou como *aluno gratuito*, que era seu desejo, pretextando falta de possibilidades económicas dos pais, com família numerosa a seu cargo. Antes, como pensionista, à custa da generosidade de um benfeitor⁶².

Completá-los-ia, os estudos preparatórios, das Ciências Sagradas, em 1871, que, logo, a 9 de Outubro desse ano, por anuência do Bispo e futuro Card. D. Américo, com data de 5 deste mesmo mês, matriculou-se no primeiro ano de Teologia⁶³.

Um ano depois, a 2 de Outubro de 1872, vêmo-lo inscrito no segundo

ano⁶⁴.

O aproveitamento era positivo, que nenhuma disciplina para trás ficara. De tal forma que, a 1 de Outubro de 1873, como aluno interno e $j\acute{a}$ gratuíto do Seminário diocesano do Porto, julgando-se habilitado, requere a matrícula nas aulas do último ano de Teologia, o terceiro⁶⁵.

3.1.2. O «Curriculum» sacerdotal: a ordenação

Acabados que foram os seus estudos preparatórios, Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, a 31 de Agosto de 1871, por despacho do «Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. Direcção Geral dos Negócios Eclesiásticos», obteve a autorização régia para que pudesse ser admitido às sagradas ordens de Subdiácono e Diácono.

Nesta ordem de ideias e feito o segundo ano de Teologia⁶⁶, logo será aceite, a 23 de Agosto de 1873, o seu requerimento de admissão ao estado clerical, com a recepção da Prima Tonsura, das quatro Ordens Menores e do Subdiaconado. Previamente se munira do registo criminal, donde nada constou que as impedisse⁶⁷ e de um atestado do Vice-Reitor do Seminário Episcopal do Porto, Manuel Correia de Abreu, com data de 21 de Agosto de 1873, donde se garantia, no candidato, a frequência dos sacramentos e a presença segura no mesmo dos sinais de vocação.

Como de noma - feito o requerimento de admissão ao estado clerical -,

desencadearam-se as necessárias inquirições em Santo Tirso, onde a família Pedrosa vivia, e em S. Martinho de Bougado, lá onde o futuro Abade Pedrosa nascera.

Na nossa cidade⁶⁸, fizeram-se os proclamas na missa conventual de 31 de Agosto de 1873⁶⁹. Em S. Martinho de Bougado⁷⁰, da mesma forma. E nas duas comunidades, não apareceu denúncia de qualquer factor que fosse de impecilho na admissão ao estado eclesiástico do futuro abade de Santo Tirso. E, em atestado de 8 de Setembro de 1873, o Pe. Boaventura Luis Carneiro, pároco da freguesia de Santa Maria Madalena de Santo Tirso, reforçou, com testemunho pessoal, a vocação eclesiástica de Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa.

É, exactamente, nestas circunstâncias que o Abade Pedrosa vai constituir o seu património eclesiástico que lhe valerá como título de ordenação. Assim, a 3 de Setembro de 1873, nas notas do Tabelião da Vila e Comarca de Santo Tirso, António Caetano Correia do Amaral, o futuro abade a si próprio se dotou com quatro inscrições de dívida interna fundada, no valor cumulativo de um conto e 300.000 reis, acrescidos de um certificado provisório no valor nominal de 50.000 reis.

Logo a 15 de Setembro, dá entrada na Câmara Eclesiastica o seu requerimento, onde pedia que a escritura do seu património nela fosse autuada. A 17 fará termo jurado *de non alienando*. E, no dia seguinte, será o dito património julgado por sentença, para que, a seu título, o nosso teólogo Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa se pudesse ordenar de ordens sacras, visto que as inscrições de assentamento e certificado com o valor nominal de um conto e 350.000 reis e vencimento de 3% se achavam devidamente averbados, para o referido património, e, segundo o uso da Diocese, tinham o rendimento cabal que se exigia.

Obtida assim a confirmação da sua idoneidade moral, constituído que fora o seu património, o seminarista Joaquim Pedrosa, com os exames de lei – os especiais para ordens menores e Subdiaconado⁷¹ – completaria a sua preparação, em ordem ao ingresso no estado clerical.

Uma semana depois, matricular-se-ia para as receber. A prima Tonsura e as Ordens Menores deu-lhas o dito D. Américo, a 19 de Setembro de 1873, na capela do Paço Episcopal⁷². E, logo no dia seguinte, o mesmo Bispo lhe conferiria também o Subdiaconado, e da mesma forma, na dita capela do Paço Episcopal⁷³.

No decurso do último ano de Teologia – o terceiro –, em Abril de 1874, requere o Abade Pedrosa ao seu Bispo o admita ao Diaconado e lhe marque os exames de norma⁷⁴.

A partir de agora desencadear-se-ia, novamente, todo um processo que iria ter por base um testemunho convergente – de entidades oficiais e particulares –, sobre a idoneidade deste nosso ordinando.

Logo a 10 de Maio, tanto em S. Martinho de Bougado como em Santo Tirso, far-se-iam os proclamas. Na Trofa, o abade António Carneiro Maia procedeu às denúncias na missa conventual, do que não resultaria qualquer impedimento.

Em Santo Tirso, tiveram vez, no mesmo dia, sob a acção do abade António Castro Nunes Fragoso. Na vila, porém, logo adiante – 19 de Maio – se procederia às inquirições, junto de testemunhas⁷⁵, do que resultou a sintonia perfeita num elogio do comportamento moral e espiritual do candidato e seus ascendentes. Só uma testemunha aponta uma deficiência. Mas esta de ordem corporal: *posto que seja um pouco míope vê muito bem ao perto*. Neste particular, não o corroboram as demais testemunhas.

Destaca-se a modéstia⁷⁶, a delicadeza de trato do ordinando⁷⁷ e a sua morigeração⁷⁸. Nisto, todos de acordo. E os acontecimentos futuros – no trato com as pessoas humildes, ao longo da sua vida pastoral, e na relação com as gentes do mundo culto, como se vê da correspondência, e, a respeito de todos, o testemunho continuado da imprensa – não as irão desdizer.

O sacristão da matriz – uma das testemunhas – dá o seu depoimento sobre a assiduidade de Joaquim Augusto aos oficios divinos da igreja, em tempo de férias.

feria, Calisto II, em 1120, passa ao *conteúdo*, a alguns mosteiros, situados *de direito* no interior da malha diocesana da igreja portucalense.

D RODRIGO DA
CUNHA – Catálogo e História dos
Bispos do Porto. Segunda Parte,
cap I, Porto, 1623, pp. 8-9.

Tem razão Correia de Abreu, que escreve por 1846--1848. Na época suevo-visigoda. teria, de facto, Burgães - com outras freguesias mais a leste e a sul do Ave, Rebordões, Roriz, Vilarinho, S. Martinho do Campo... - pertencido à diocese do Porto. No séc. XI, o bispo de Braga, D. Pedro, aproveitando-se do facto de ser também, por acumulação, o responsável da diocese do Porto, ocuparia, desde então, como suas, algumas destas paróquias. Os Papas – sobretudo Pascoal II e Calisto II –, após a reivindicação do bispo do Porto, D. Hugo, condenaram o esbulho do metropolita Mas só em 1882 – depois da morte de Correia de Abreu, que faleceria em 1877, cinco anos antes de Burgães passar, de facto, para a diocese portucalense – é que Burgães, mai-las frequesias em referência, passaram para a jurisdição desta diocese. Por isso é que Correia de Abreu nos diz que Burgães já fora da diocese do Porto, mas que então era de Braga..

Junto da capela de Santa Cruz, já algumas pessoas me disseram ter havido ali uma igreja. Mas tudo muito vago e impreciso...

Foi o novo hospital aí instalado em 1919. Dez anos depois, inaugurar-se-ia a sua capela, a 16 de Agosto de 1929.

PIRES DE LIMA, Dr. Augusto Cesar – Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos, vol. III, ed. Da Junta de Província do Douro Litoral, Porto, 1948, p. 548.

PIRES DE LIMA, Augusto César, A Correspondência Martins Sarmento — Pe, Joaquim Pedrosa, Guimarães, 1940. É uma sep, da «Revista de Guimarães».

57b LEMOS, Francisco Sande – O Abade Pedrosa e a arqueologia de Santo Tirso, «Ave. Cadernos de Cultura», nº 3, ed. da Cāmara Municipal de Santo Tirso, 1989.

Não nasceu, pois, em Santo Tirso, como disse o Sr. Dr. Augusto César Pires de Lima e, depois, Sande Lemos. Os muitos documentos da sua admissão ao Seminário, dos exames, dos processos de ordenação são unânimes, a cem por cento, sem oposição nenhuma, a favor de S. Martinho de Bougado, como se pode ver em apêndice. O pai, Dr Joaquim Anacleto da Silva Pedrosa, nascera no Porto, na freguesia de Santo Ildefonso, a 27 de Janeiro de 1814. Frequentou a Escola Médico--Cirúrgica daquela cidade e aí concluiu o seu curso em 1839. Viria para Santo Tirso, já antes de 1842. Assim o garante Maximiano Lemos (Camilo e os Médicos, p. 331), que se abona do testemunho do nosso facultativo José Coelho de Andrade.

Em 1845, seria vice-provedor de saúde nos concelhos de Paços de Ferreira e Santo Tirso, E, em 1856, onze anos depois, foi médico do partido municipal, na nossa cidade, cargo que exerceria até se aposentar (1888).

Seja como for, apesar desta estada tirsense do pai, desde antes e até para depois do nascimento do futuro Abade Pedrosa, o certo é que o culto sacerdote nasceria em S. Martinho de Bougado... Talvez que as perturbações políticas que lhe facultaram apenas um ano no desempenho da sua vice-provedoria de que se falou - até 1846 - o tenham levado a residir na Trofa onde, de resto, tinha familiares e onde então nasceria o nosso abade. Na Trofa viveriam o sogro do Dr. Anacleto, e os seus cunhados o Pe. Manuel da Fonseca, o Pe. Joaquim da Fonseca Cruz, Joaquina Maria da Fonseca...

Fala Sande Lemos num tio materno sacerdote que teria sido pároco de S. Martinho de Bougado. Julgo que o tal parente fora antes o avô paterno do Pe. Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa.

O registo do evento revela bem o meio elevado, onde nasceria e receberia criação o futuro abade de Santo Tirso.

Também o dissera, primeiro, o Dr. Augusto César Pires de Lima (*Correspondência*, p. 7). Quanto a Sande de Lemos, veja-se a sua monografia, p. 8

Escreveria, no seu despacho, o Bispo da Diocese: Sera Que se ordena a título de património e que lhes não consta haja algum engano ou simulação ou facto por direito reprovado, antes sabem que ele está em pacífica posse do dito património, sem excepção todos o asseveram. Atestado civil⁷⁹ e eclesiástico⁸⁰ foram os requisitos oficiais que se seguiram.

A última semana de Maio representa o culminar destas iniciativas. A 25 deste mês, averba-se a anotação de que o candidato fizera os exercícios espirituais para Diácono. Um dia depois, é o Vice-Reitor, o já referido Manuel Correia de Abreu, que testemunha do bom comportamento moral e religioso do seminarista, do propósito da sua vocação sacerdotal, do exercício da ordem precedente, o Subdiaconado, e do conhecimento das respectivas cerimónias.

A 27 e 28 de Maio fez, com aprovação, exames para o Diaconado: primeiro, de *Canto*, depois de *Reza* e *Cerimónias*. A 29, procede à sua matrícula, para a recepção do Diaconado. E, a 30 de Maio de 1874, recebe este grau da ordenação. Conferiu-lho na Capela do Paço Episcopal o Bispo da Diocese, D. Américo⁸¹.

Faltava-lhe a ordenação de Presbítero. Acabara o terceiro e último ano de Teologia, a 1 de Julho de 1874, tão só investido, mês e meio antes, na posse do Diaconado. Como pretendia o sacerdócio o mais breve possível, pedirá à Santa Sé a habilitação, que lhe foi concedida, a 5 de Junho, pelo Breve *extra tempora*.

Requereu, pois, ao Bispo da diocese a admissão ao Presbiterado, a marcação do dia do exame, a data da ordenação e a dispensa dos interstícios. E foi admitido a 8 de Julho de 1874. A 13 de Julho receberia a licença régia para o efeito⁸². Seguiram-se os exames de *Canto* e *Reza*, ambos a 17 de Julho⁸³.

E feitos os exercícios espirituais para a recepção do Presbiterado⁸⁴, apresentado o depoimento do Vice-Reitor do Seminário, Manuel Correia de Abreu, sobre o bom comportamento moral, civil e religioso, bem como o seu testemunho sobre o exercício da ordem anterior, o Diaconado, por parte do Rev. Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, a 18 de Julho faria este a matrícula para a ordenação em causa. E recebeu o Presbiterado, logo no dia seguinte, 19 de Julho de 1874, na Capela do Paço Episcopal e das mãos do D. Américo⁸⁵. Oito dias depois, subscreve o neopresbítero o termo da adicção à Igreja e de obediência ao seu Prelado.

3.2. O perfil humanista do sacerdote

A intervenção do Abade Pedrosa, no campo da arqueologia e do património cultural, foi balizada e cronometrada por Sande de Lemos⁸⁶. Para aí remetemos os nossos leitores. Também os convidamos a manusear a obra do Dr. Augusto César Pires de Lima, que, na introdução à correspondência deste culto abade de Santo Tirso com Martins Sarmento e sob aspectos particulares, nos dá desenvolvimentos maiores⁸⁷.

O seu interesse e o seu valor no campo da arqueologia e história manifestam-se nas escavações que realizou, nos achados que descobriu – e que vieram a formar o núcleo do Museu Municipal –, nas sociedades científicas que o acolheram – a Sociedade Martins Sarmento e a Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses –, na correspondência sobre a temática em causa – com Martins Sarmento e Possidónio da Silva –, nos restauros levados a efeito pela sua iniciativa e colaboração – o claustro da matriz, a igreja de Roriz, por exemplo –, nas citações de grandes sábios e mestres, que aduzem o seu nome e a sua autoridade – Martins Sarmento que muitas vezes o refere, nos *Dispersos*, por exemplo –, nas excursões a locais de interesse histórico, a que sábios mesmo faziam questão os acompanhasse o abade de Santo Tirso – como Leite de Vasconcelos e Possidónio da Silva –, nos memoriais que levantou para recordar aos vindouros acontecimentos importantes e decisivos na história tirsense, como o Padrão do Pombal (Santa Cristina do Couto) e o do Montinho (Lama)...

Não escreveu volumes ou artigos sobre arqueologia. Teve de o dizer, na sua humildade e sinceridade, quando Martins Sarmento lhe chamou, com igual sinceridade, distinto arqueólogo⁸⁸. Mas o que escreveu – a correspondência e o memorial do

restauro do claustro da nossa igreja, na parte que lhe compete - é extremamente rico de achegas e transbordante de um entusiasmo, sem contenção, em torno do património artístico e arqueológico do nosso concelho e região envolvente. As cartas revelam a sua cultura e a sua paixão. E manifestam, virtualmente, por testemunho escrito, a razão da sua entrega a uma actividade enorme em prol da ciência, tão dedicada e desprendida como a do seu pastoreio na liderança espiritual do rebanho que o seu prelado lhe confiou. Aqui – do povo simples –, como acolá – dos sábios e mestres – a retribuição gratificante de uma estima comum e sem reservas.

Alguns exemplos, recolhidos de entre testemunhos dispersos e, num caso ou noutro, ignorados.

3.2.1. A relação de Camilo com a família Pedrosa. Os diálogos do romancista com o médico acabaram numa redundância pelos componentes do lar, especialmente por aquele que foi bem o protótipo do homem culto da sociedade tirsense, no sec. XIX e começos deste, o Pe. Pedrosa, abade de Santo Tirso, filho do médico camiliano, o Dr. Joaquim Anacleto 89. A amizade do clínico com o torturado de Ceide desdobrou-se num leque afectivo mais alargado e envolvente do padre com o romancista.

O Abade Pedrosa disfrutava de uma grande admiração. Como sacerdote e como intelectual. Duma assentada, o testemunho duplo, explícito de Alberto Pimentel: (...) abade Pedrosa, amigo dele (Camilo) e meu⁹⁰.

Assim, foi a pedido do abade que o autor de A Brasileira de Prazins escreveu a oitava, em memória de S. Bento e seus monges de Santo Tirso, agora insculpida em mármore e exposta na parede lateral da sacristia⁹¹.

Numa passagem do seu magnífico volume Camilo e os Médicos, o historiador da medicina portuguesa Maximiano Lemos refere o interesse concentrado do bondoso pároco de Santo Tirso pelo grande escritor.

Os laços afectivos entre os dois não eram menos fortes que os da cultura, como se verá. Sempre que o médico Pedrosa recebia Camilo ou o visitava na sua mansão de S.Miguel de Ceide, logo o filho abade procurava ansioso novas da saúde do romancista⁹².

O Con. Alves Mendes, que trabalhou no sentido de regularizar a situação conjugal de Camilo com Ana Plácido, devia efectuar o casamento do romancista na nossa cidade, onde o Pe. Pedrosa – e, aqui, só ele! – estava ao par do assunto. Já tudo preparara o solícito abade para a função. Camilo e Dona Ana estavam já em Santo Tirso, há dois dias. Os documentos esses viriam com o Con. Alves Mendes, o eminente orador, que exerceu grande influência no ânimo do romancista.

Com o retardo, porém, das formalidades na Câmara Eclesiástica do Porto, o Con. Alves Mendes não pôde vir na hora aprazada. E o escritor mai-la sua esposa retirar-se-iam, então. O casamento, esse realizou-se. Mais tarde, porém. E no Porto...⁹³.

Mais, Camilo acompanhava o mesmo abade Pedrosa, até nas suas longas jornadas aos «santuários» venerandos da arqueologia e da arte, pelo nosso concelho e terras limítrofes.

O interesse de Camilo pela história premia afinidades entre ambos. Não sei se uma relação triangular alargada – Camilo, Pe. Pedrosa e Martins Sarmento – não levaria o primeiro até a referenciar, uma que outra vez, motivos de interesse, no campo da arqueologia.

De uma excursão do abade Pedrosa, acompanhado de Camilo, temos uma referência epistolar. No contexto de uma visita à bela igreja românica de Roriz, o Abade Pedrosa, juntamente com o romancista, acompanharam Possidónio da Silva. Faltaria tão só a presença concertada de Martins Sarmento. Escrevendo a este, em carta datada de 26 de Julho de 1885, diz o pároco de Santo Tirso:

> (...) Fui na 4ª. feira com o Sr. Possidónio a Roriz, gostou muito da Igreja a que chamou um bello exemplar do sec. 12 e

admittido – entenda-se como gratuito - quando lhe couber a sua vez. Assina João Bispo do Porto. Num outro averbamento, no mesmo texto, se diz admittido por Sua Ex^{cia}. R ^{ma} em o 1° de Out° 1868 Manoel Corr.ª d'Abreu, Vice-R.or.

Cursaria neste ano. Instituições Canónicas, História Sagrada e Eclesiástica. Faria exame a 11 de Junho de 1872, com aprovação, nemine discrepante, e classificação de Bom Tudo consta de uma certidão passada pelo Vice-Reitor Manuel Correia de Abreu, com data de 21 de Setembro de 1872

Requereu a matrícula a 3 de Setembro de 1872. A 19 deste mês pediu certidão do resultado de exame do primeiro ano. O segundo constava das disciplinas que seguem: Teologia Dogmática Especial, Princípios de Direito Natural, Teologia Moral e Direito Canónico. Fez exame a 7 de Julho de 1873, com aprovação, nemine discrepante.

Fará então Teologia Moral (continuação). Teologia Sacramental, Liturgia Sagrada, Teologia Pastoral, Eloquência Sagrada. Completará o ano. após exame, em 1 de Julho de 1874, com aprovação nemine discrepante

Terminou-o a 7 de Julho de 1873.

Foi passado a 18 de Agosto de 1873 e assinado pelo Tab. António Caetano Correia do Amaral

Onde era pároco. nesta ocasião, o Pe. Boaventura Luis Carneiro, da Casa de Covas, Areias.

Ouviram-se três testemunhas: Frei Domingos de Santa Gertrudes Magna, presbítero; José Joaquim Ribeiro Guimarães. casado, negociante; e Francisco Alves Moreira, casado, escrivão da Câmara Municipal da Vila de Santo Tirso.

Era pároco António Carneiro Maia

71 A 11 de Setembro de 1873.

72 Há uma certidão, com data de 28 de Abril de 1874 – para a sua ordenação de Diácono - que confirma o termo da recepção de 1873, assinado pelo Pe António José de Mesquita.

Há também uma certidão, com data de 29 de Abril de 1874, e passada com o mesmo intuito, que confirma o termo da recepção do Subdiaconado, assinado pelo mesmo Pe. António José de Mesquita.

Segue-se o despacho autógrafo do Prelado: Admittido Sigam-se as mais diligencias. Porto e Paço Episcopal 27 d'Abril de 1874. Américo, Bispo do Porto.

Ouviram-se três: José Joaquim Ribeiro Guimarães, de 59 anos de idade, casado, negociante, morador na vila de Santo Tirso; Guilherme da Costa Leite, de 38 anos de idade, casado, proprietário, morador na vila de Santo Tirso; Luis António Moreira Mascarenhas, de 73 anos, casado, sacristão da igreja de Santo Tirso, morador nesta vila.

A humildade é a verdade. E esta abertura diante da verdade leva-o, ao Abade Pedrosa, a dar a cada um o que a cada um pertence. Mesmo à custa de si próprio e do que é mesmo seu. O exemplo desta

A minha parte na reconstrucção do claustro não passou dos meus bons desejos e por isso o meu nome tem de ser riscado do artigo e substituido pelo do Ex.^{mo} Snr. Bernardino da Costa e Sá, a cuja única e exclusiva iniciativa se deve esta reconstrucção, assim como as outras dádivas com que foi dotada esta Egreja (...) É pois de toda a justiça, que ao nome do benemérito o Ex.^{mo} Snr. Josto nome que é o do Ex.^{mo} Snr. Bernardino da Costa e Sá.

Tratava-se da reconstrução do claustro da matriz. Toda a gente sabe que a alma que conciliou todas as energias em volta desta joia arquitectónica foi o Abade Pedrosa. A Semana Thyrsense atribuir-lhe-ia, pois, com certa lógica, a benemerência da reconstrução.

Pois, o Abade Pedrosa recolheu-se ao anonimato. E gosta o deixem assim. Mas não quer que sejam esquecidos os nomes dos dois grandes beneméritos que custearam as despesas.

"Este caso, que o Dr. Augusto Pires de Lima recorda com emoção. O seu irmão mais velho – o que viria a ser catedrático de Anatomia na Faculdade de Medicina do Porto, o Dr. Joaquim Alberto Pires de Lima –, em miúdo, dedicava-se também,

disse-me dar por muito bem empregado o sacrificio que, na sua edade, se fazia em vir por este tempo de Lisboa ao Minho (...)

Ficou com muita pena, assim como o Camillo, de não ver a V. Ex.ª e encarregou-me de dizer a V. Ex.ª, que d'aqui hia examinar a inscripção de que lhe tinha fallado, creio que em Rio Mau (...)⁹⁴

De resto e a complementar a informação, as conversas frequentes, parece, com o romancista. Que o autor de *A Brazileira de Prazins* vinha, muitas vezes, a Santo Tirso, não há dúvida⁹⁵. Que visitava frequentemente a família Pedrosa⁹⁶, igualmente. Este diálogo não se fazia, apenas, por razões de saúde. Passeio e cultura ditaram, às vezes, as deslocações.

Por fora da convivência, a presença espiritual e duradoura do amigo:

(...) Consta-me que o Camillo diz algures, que na residencia de S. Tiago d'Antas esta uma columna de Trajano».

Assim comunicava, a 2 de Fevereiro de 1890 o Abade Pedrosa a Martins Sarmento⁹⁷.

Cinco dias depois, a resposta do notável arqueólogo, com uma alusão dolorosa ao estado físico e psicológico do romancista e igualmente reveladora do interesse dos dois – Abade Pedrosa e Martins Sarmento – pelo drama que, na Casa de Ceide, se ia, ao vivo representando e de dor pela ausência forçada do amigo comum nas palestras e diálogos que, a nível cultural, os levavam a horas de sadio entretenimento:

O Trajano, a que allude Camillo, se não é o tal da parede, não sei qual possa ser. Infelizmente o Camillo não esta agora para estas palestras.

Pobre homem!98

O ponto de quase saturação e ruptura. A iminência do clímax, a passos largos na via do desenlace... Seis meses depois, à volta, a consumação da tragédia de Ceide.

3.2.2. Do grande mestre *Leite de Vasconcelos* sabemos que visitou Santo Tirso a 9 de Janeiro de 1893. Serviu-lhe de anfitrião o Dr. Macedo. E de cicerone o Abade Pedrosa. Relata-o o JST de 15 de Janeiro imediato, sob a epígrafe de *Hospede illustre*:

De visita a seu dedicado amigo Dr. Macedo, esteve n'esta villa, na passada Sexta feira, o snr. Dr. Leite de Vasconcellos, escriptor distinto e indefesso investigador d'antiguidades patrias. Acompanhado do snr. Dr. Macedo, e do digno abbade de Santo Thyrso, percorreu s. ex.ª o local onde existiu outrora o Castro romano⁹⁹. Não foi de todo infecunda esta visita, pois s. ex.a recolheu alguns fragmentos romanos espersos n'aquelle local.

 $\,$ O snr. Dr. Leite de Vasconcellos seguiu para a capital no comboio expresso de Sabbado $^{100}.$

Desta prospecção e com expressa referência à companhia do Abade Pedrosa fala o próprio Leite de Vasconcellos, nas *Religiões da Lusitânia*¹⁰¹.

3.2.3. Mas grande, persistente e duradoura a ligação afectuosa do nosso Abade a *Martins Sarmento*. Quantas notícias e informações dele passaram directamente para as mãos deste ilustre arqueólogo! Revolva-se a úbere correspondência entre os dois – e não está completa a que foi publicada – e a confissão sumariada, mas muito expressiva, do descobridor da Citânia:

Este serviço, e não poucos mais, têm os amigos da antiguidade de os agradecer ao Sr. Abade de Santo Tirso, um modesto e infatigavel trabalhador, a quem devo valiosos obséquios, que folgo muito de tornar bem públicos 102.

E quando, em sessão de 1 de Fevereiro de 1889, foi criada, na Sociedade Martins Sarmento, a classe de sócios correspondentes, foi logo nela metido o nome do Abade Pedrosa.

Da amizade entre os dois, esta carta cheia de bonomia do culto sacerdote a Martins Sarmento:

Meu bom am, o

Cheguei a S.^{to} Thyrso bom, e melhor chegaria, se não fosse o pezar de me não ter despedido, ou antes vizitado segunda vez a grande Citânia, mas desde já voto aos manes do illustre Camalia e comp.a, que enquanto as minhas pernas subirem montes, lá me terão todos os annos em respeitosa romagem e o meu am.º terá de pagar as custas.

A minha volta para aqui foi como devia ser, e competia a quem vinha d'uma região toda archeologica. D'ahi até às Taipas vim a pé para prestar homenagem aos primitivos habitantes desses velhos sítios que de certo não conheceram outro meio de locomoção senão as pernas, das Taipas para Guimarães em carroça que bem podia ser restos d'alguma colónia grega, ou do domínio romano atravez das Caldas, se não tivesse quatro rodas e um só cavallo mas era assim precizo para eu fazer dignamente a minha entrada na patria de D. Mumadona e d'Affonso Henriques, e por fim o carro do Sr. Velloso trouxe-me a caza.

Já ve o meu am.º, que fiz uma viagem bem pitoresca, apezar das velhas d'estes sítios quererem ver nos incidentes d'ella inguiço de mouras encantadas, o que não admirava, porque eu vi por lá penedos com signaes e não levava comigo, nem dente d'alho, nem talisman algum que me livrasse da influencia d'ellas.

Enfim peço desculpa desta maçada e principalmente do meu descuido, em não dar logo que cheguei a esta caza de V. Ex.ª notícias minhas, eu de Briteiros só trouxe saudades e gratíssimas recordações, que jamais olvidarei e apresentando os nossos respeit**os** a V. Ex.ª assigno-me

De V. Ex.^{as} Am.º e Cr.º Obg.ººº 103

3.2.4. Mas longe ecoaram e a autoridades de nome na Europa culta de então os conhecimentos e informações do humilde Abade de Santo Tirso. Que das suas informações se serviram... Lembro – e é um caso – o nome tão prestigiado de *Emílio Hubner*. Neste caso, e entre os dois, serviu de cordão umbilical Martins Sarmento, na correspondência que manterá com o editor do *Corpus*¹⁰⁴.

3.2.5. Da correspondência com Possidónio da Silva, o ilustre Presidente da Associação dos Archeólogos e Architectos Civis Portugueses, e responsável do inventário e estudo dos monumentos de valor histórico do país resulta, igualmente, um ponto de referência que nos permite aquilatar do nível do grande interesse pelo património, por parte do Abade Pedrosa, centrado, em concreto e pontualmente, na recuperação da igreja de Roriz, bem como da aceitação em que era tida a sua personalidade de homem culto pelos responsáveis nacionais.

As peças da correspondência epistolar foram publicadas por Sande de Lemos. Em sinal da consideração em que o tinha Possidónio da Silva, foi o Abade Pedrosa inscrito, logo em 1885, na Associação dos Archeólogos Civis Portugueses. apaixonadamente, à criação de bichos da seda. Para isso tinha eu – o Dr. Augusto – de percorrer dois quilómetros, desde Silvalde (Areias) até à vila, pelo velho caminho da Tôrre, para trazer fôlhas de amoreira do largo fronteiro à Igreja dos Reneditinos.

Uma vez, estava eu com um pau a partir uns ramitos das velhas árvores, quando o abade Pedrosa me enxergou lá da portaria e se dirigiu vagarosamente para o sitio onde eu, extremamente timido como era, aterrado, deseiaria sumir-me pela terra abaixo Aproximando-se, perguntou-me docemente o que estava eu a fazer Balbuciei uma explicação verdadeira, e ele, depois de ter assim mostrado o seu amor pelas plantas e pelos bichos, voltou para a igreja sem ter proferido uma palavra de censura (...) Cf Correspondência p. 5

A minha mãe, que bem o conheceu, sempre me falava do Abade Pedrosa com muita estima e consideração, sobretudo pela maneira afável deste homem de Deus. Herdeiro nato das qualidades de seu pai.

Não vale a pena acumular testemunhos, que não faltam. Só este de Alberto Pimentel que o conheceu pessoalmente:

Gozou de grande fama não só em todo o concelho de Santo Tirso, mas também nos concelhos limítrofes, e até no Porto onde os mais abalizados facultativos lhe faziam elogiosas referências

Homem forte, nutrido e sanguineo, tinha o sorriso alegre e a mansidão de todos os bons

Era carinhoso e paciente com os enfermos e foi consultado repetidas vezes pelo grande romancista Camilo Castelo Branco, que o estimava muito pela bondade do carácter e pelo conhecimento que o Dr. Pedrosa mostrava ter dos últimos progressos da ciência que exercia. Cf. Santo Thyrso de Riba d'Ave, Santo Tirso, 1902, p. 175,

Sumamente parco no uso das bebidas e não lhe consta que seja incontinente, diz Guilherme da Costa Leite, uma das testemunhas,

Registo criminal passado a 11 de Maio de 1874 pelo escrivão encarregado do Registo Civil António Caetano Correia do Amaral, onde se diz *nada consta* contra o teólogo Joaquim Augusto.

Atestado de isenção de culpas, passado pela Câmara Eclesiástica, a 16 de Maio de 1874 e assinado pelo Vigário Geral do Porto, Torcato Vieira

Soares da Mota,

Existe o termo da recepção do Diaconado, passado pelo Escrivão da Câmara Eclesiástica, P.e António José de Mesquita. Há também uma certidão do mesmo, passada a 7 de Julho de 1874, em ordem à recepção do Presbiterado.

Assina-a Augusto César Barjona de Freitas. Pagou o abade Pedrosa desta autoria quantia de 3.030 reis zação, com emolumentos e selo,

Foram axaminadores o Pe José Manso da Mota (para Canto) e o Beneficiado António Mendes de Carvalho, Mestre de Cerimónias da Mitra (para Reza).

Constam de um atestado de 17 de Julho de 1874, passado pelo Pe. Francisco Xavier de Sousa Carneiro.

Assina o termo da recepcão que temos entre mãos o P.e António José de Mesquita.

O.c., pp. 9-12. 13-17. Falta-lhe a alusão às sondagens do Abade Pedrosa, no Castro da Torre Alta (Areias), onde encontrou um bico de lucerna. Cf. PIRES DE LIMA, Augusto César -Correspondência, p.3.

O.c., pp. 3-23.

88 Baseados numa afirmação do mesmo Abade Pedrosa, em carta que teria mandado a Martins Sarmento (Correspondência, p. 3, nota 1), só se lhe atribui, ao nosso Abade, a paternidade literária das cartas a Martins Sarmento e a Possidónio da Silva, Mas também the pertencerá, em parte, a memória do restauro do claustro da matriz. Não o referira na carta a Martins Sarmento, porque se trata de um documento posterior a esta carta.

Dois foram os médicos de Camilo, em Santo Tirso: o Dr. Anacleto Pedrosa e o Dr. António Augusto Soares Rodriques Ferreira, sobrinho do Comendador Passos, que comprou o convento dos monges beneditinos e que Camilo tanto ridiculariza. Aos dois dedica um capítulo inteiro Maximiano Lemos, em Camilo e os Médicos

Os Amores de Camilo, 2ª. ed., Lisboa, 1923, p. 383, nota 1.

Apêndice documental

1848, Dezembro, 10 – Registo de baptismo do Abade Pedrosa.

ASMP105

Joaquim, filho legitimo de Joaquim Anacleto da Silva Pedroza, e de D. Anjelina Amalia da Fonseca, neto paterno de Avô incognito, e de Maria Felicia de Gouveia, e materno do Doutor Joaquim da Fonseca Cruz, e de D. Maria Joaquina Pinheiro: nasceu aos trinta dias do mez de Novembro do anno de mil oito Sentos quarenta, e oito, e foi baptisado aos déz de Dezembro do dito anno, pelo Abbade de São Thiago de Bougado Manoel da Cruz Maia, por comição minha: forão padrinhos, o Abbade de São Lourenço de Asmes¹⁰⁶ Manoel Moutinho de Assenção, e D. Ermelinda Jullia de Brito Sandemam, da Cidade do Porto, por sua Procuradora Blandina Roza da Fonseca da freguesia de Bougado: forão testemunhas Francisco Luiz Ferreira Torres, da freguesia de Alvarelhos, e Joze Gonçalves da Cruz da freguesia dita de São Theago de Bougado. E para constar fiz este assento. Era ut supra. Francisco Luiz Ferreira Torres, Joze Gonçalves da Cruz. O Abbade Manoel da Cruz Maia, O Abbade Antonio Carneiro Maia¹⁰⁷.

1866, Setembro, ? – Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, depois de ter feito, no Liceu Nacional do Porto, exames do 1º., 2º. e 3º. ano de Português, Latim e Francês, pede para que, como aluno gratuito do Seminário do Porto, possa aí continuar os Preparatórios que lhe faltam.

ASMP

Ex.mo Snr.

Diz Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, filho de Joaquim Anacleto da Silva Pedrosa, natural da freguesia de S. Martinho de Bougado, do Bispado do Porto, que fez no lyceu nacional desta cidade exames do 1°., 2°. e 3°. anno de portuguez, latim e francez, como mostra pelo documento junto; porem o supplicante, apezar da sua grande vocação para o estado ecclesiastico, como certifica pelo attestado junto, mal poderá continuar os seus estudos, se V. Ex.cia o não mandar admittir gratuitamente no Seminario diocesano, que V. Ex. cia com tanto zelo e dedicação tem mandado edificar e construir, para d'ali acabar de frequentar os preparatorios que lhe faltam, em razão da falta de meios pecuniarios, como tambem documenta; por isso

> P. a V. Ex. cia se digne differir-lhe Como pertende E. R. M.ce

1866, Setembro, 22 – O abade de S. Martinho de Bougado, António Carneiro Maia, atesta o bom comportamento de Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, a sua vocação sacerdotal e a falta de meios do pai, que é chefe de uma numerosa família.

ASMP

António Carneiro Maia, Abbade da Igreja de São Martinho de Bougado do 3º. Districto Ecclesiastico da Maia, Diocese do Porto.

Attesto que Joaquim Augusto da Fonseca Pedroza, filho legitimo de Joaquim Anacleto da Silva Pedroza, natural desta freguezia, é de natural bom, e de costumes exemplares, mostrando desde criança decidida vocação para o estado Ecclesiastico, que difficilmente podera conseguir; porque seu pai é chefe de uma numerosa familia, para sustentar o qual tem minguados recurços. O que, para mostrar onde lhe convenha, passei este, e, se tanto for necessario, juro *in sacris*

Rezd.^a Parochial de São Martinho de Bougado 22 de Setembro de 1866

e seis

O Abbade Antonio Carneiro Maia 108

1866, Setembro, 28 – Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa requere a admissão ao Seminário do Porto, mesmo como pensionista, já que terá um benfeitor que vai custear as despesas.

ASMP

Ex.mo Snr.

Diz Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, filho de Joaquim Anacleto da Silva, natural da freguesia de S. Martinho de Bougado, do Bispado do Porto, que, tendo requerido a V. Ex. cia, para ser admittido, gratuitamente, no Seminario diocesano, obteve o favoravel despacho junto, no qual manda V. E. cia, que, sendo ouvido previamente o digno Reitor, seja admittido, quando lhe couber a sua vez: porem, Ex. como não haja, ainda, vacatura alguma, e o supplicante tenha urgencia de entrar em frequencia d'aulas, pertende ser admittido pagando a quantia estipulada no seminario; pois, para isso, tem uma pessoa de sua amizade que, *por esmola*, custiara a despesa athe que possa lucrar as vantagens que se lhe offerecem no respeitavel despacho de V. E. cia de 28 de Setembro de 1866. Por isso

P. a V. E. ^{cia} Reverendissima a graça de mandar que supplicante seja admittido R. M. ¹⁰⁹

Ex. mo e R. mo Snr.

Na petição do Supp. le para ser admittido no Seminario como Pensionista, parece haver a intenção, de por este modo obter preferencia dos ? pretendentes que na Classe de Gratuitos estão primeiro que elle; estes teem despacho de V. Ex. cia mais antigo, igualmente, favoravel; alguns são Orfãos quaze todos (...) adiantados nos estudos a que chamão preparatorios. Mas como o Supplicante tem pessoa que paga ao Seminario a quantia estipulada no mesmo, adiantada como é do costume; nem huma duvida haverá na sua admissão, mas V. Ex. cia mandará o que for Servido

Porto e Seminario Episcopal, 27 de Outubro de 1866 P. Antonio de Souza Madureira. PIMENTEL, Alberto – Os Amores de Camilo, p. 383. A «Revista Bibliográfica Camiliana», de Manuel dos Santos dá conta de uma reprodução impressa no Porto, na tipografia Progresso, já em 1900, sob interrogação (ib. vol. II, p. 182). Logo depois também a transcreveu Alberto Pimentel, em Santo Thyrso de Riba d'Ave, p. 67.

92
O.c., p. 334.
93
PIMENTEL, Alberto –
Os netos de Camilo, ed, da
Empreza de História de Portugal,
Lisboa, 1901, pp. 74-75; id., Santo
Thyrso de Riba d'Ave, p. 142.

Carrespondência, p. 51.

PIMENTEL, Alberto – Os Amores de Camilo, p. 383, nota.

Foi consultado - o Dr Anacleto - repetidas vezes pelo grande romancista Camilo Castelo Branco que o estimava muito pela bondade do carácter e pelo conhecimento que o Dr. Pedrosa mostrava ter dos últimos progressos da ciência que exercia diz Alberto Pimentel em Santo Thyrso de Riba d'Ave. p. 175. Acrescenta o Dr. Maximiano Lemos que o Dr. Anacleto era médico da família toda. Mais, que o Dr. Pedrosa não foi apenas médico de Camilo: foi amigo dedicado. Todas as vezes que o visitava perguntava-lhe o Sr. Abade notícias do doente. A resposta era invariável. Chejo de mágoa e tristeza dizia: É um desgraçado. Cf. Camilo e os Médicos, p. 334.

Correspondência, p. 56.

Correspondência, p. 43.

O Corvilho, onde se construiu o actual hospital de Santo Tirso.

JST de 15 de Janeiro de 1893, p. 3, col. 1, Por erro, Sande Lemos cronometrou--a, a esta visita, de 1895 (o.c., p. 15)

Vol. l, p. 14.

102 Vol. l, p. 14.

102 Dispersos, p. 325,
em nota.

Correspondência,

Correspondência epistolar entre Emilio Hubner e Martins Sarmento, coligida e anotada por MárioCardoso, ed. da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1947, pp. 130-131, 144-145, 149...

1867, Agosto, 03 – Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, depois de ter frequentado um ano como pensionista o Seminário do Porto, pede ao bispo o admita gratuitamente, já que o seu pai não tem recursos suficientes, nem o seu benfeitor o pode auxiliar por mais tempo.

ASMP

Ex.mo Snr.

Diz Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, filho de Joaquim Anacleto da Silva Pedrosa, residente actualmente em Santo Thyrso, que requereu a V. Ex. cia em Setembro ultimo para ser admittido gratuitamente no Seminario desta Diocese, que V. Ex. cia tam sabia e piamente administra e protege, em rasão de seu pai não ter meios sufficientes para cuidar da sua educação litteraria para o estado ecclesiastico, que, desde criança, deseja seguir com a mais decidida vocação. V. Ex. cia attendeu ás justas supplicas do requerente, deferindo-lhe que entraria logo que houvesse lugar vago. O supplicante bem disse o beneficiente despacho de V. Ex. cia, mas não pôde deixar de sentir a delonga, por isso que lhe paralysava, se bem que temporariamente, a sua carreira. Quis no entretanto a Providencia, que tudo vela, que uma mão caridosa abonasse as prestações que se pagam ao seminario ate que se desse alguma vacatura, e o supplicante entrou para o seminario como pencionista. O seu comportamento ahi V. Ex. cia o poderá saber dos dignos Reitor e Vice-Reitor do Seminario.

A pessoa que protegeu o supplicante mal poderá por mais tempo continuar a soccorre-lo: vem por isso novamente o supplicante implorar a V. Ex. cia para ser admittido gratuitamente no Seminario, preferindo-o a qual quer outro, attendendo às suas precarias circunstancias, como já provou a V. Ex. cia com documentos insuspeitos.

O supplicante espera da caridade inexcedivel de V. Ex.^{cia}, e da justiça da sua petição que sera attendido, e beijando as mãos de V. Ex.^{cia}, pede ao Todo Poderoso conserve a preciosa vida de V. Ex.^{cia} por dilatados annos para amparo dos desvalidos

P. por isso a V. Ex.^{cla} se digne deferir-lhe favoravelmente E R.^a M.^{ce}

Santo Thyrso 3 de Agosto de 1867

Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa¹¹⁰

1871, Agosto, 30 – Permissão régia à admissão de Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa às ordens sacras de Subdiaconado e Diaconado

ASMP

Ministerio dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça. Direcção Geral dos Negocios Ecclesiasticos, primeira repartição. Sua Magestade El-Rei; attendendo ao que lhe representou Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, da freguezia de São Martinho de Bougado, e bem assim aos documentos com que instruiu seu requerimento, em conformidade da Circular de tres de Outubro de mil oitocentos cessenta e hum. Há por bem, Tendo em vista a informação do Governador do Bispado do Porto, Conceder a Regia permissão para que o supplicante possa ser admittido, nos termos competentes, ás duas Sagradas Ordens de Subdiacono e de Diacono; devendo, para a admissão ao Presbyterado, preceder especial licença Regia, que será concedida quando o supplicante se mostrar habilitado devidamente, segundo se determina nos Decretos de vinte e seis de

Esta listagem de docs. que transcrevo baseia-se em duas fontes: Arquivo do Seminário Maior do Porto (ASMP, a que tive acesso, mediante fotocópias, sem indicação do vol. nem da página) e do Arquivo do Paço, da mesma cidade. Quanto a este arquivo, consultei o próprio original do processo da ordenação do Ab. Pedrosa, que cito, com indicação concreta da folha correspondente.

106 Hoje, Ermesinde.
107 Hoje, Ermesinde.
107 Trata-se de um certificado extraído do *Livro dos*assentos de Baptizados de S.
Martinho de Bougado, a f. 68 v.,
pelo ab. desta freguesia Antonio
Carneiro Maia, a 27 de Setembro
de 1871.

OR Averbamento, ao fundo, do reconhecimento notarial da assinatura.

Averbamentos
Informe o M.¹º R.do Reitor do
Seminario

Paço Ep.^{al} 25 de Outubro de 1866

João Bispo do Porto

R. ao M. to R. to Reitor do Seminario. Paço Ep. ^{al} do Porto

31 de Outubro de 1866 (...) Moura

Tem ao alto dois averbamentos:

Sera admittido quando lhe couber a sua vez. Paço Episcopal do Porto 7 de Setembro de 1867. João Bispo do Porto.

Admittido por Sua Ex.^{cia} Rev.^{ma} em o 1,º de Out.º de 1868 Mano el Corr.^a d'Abreu, Vice-R.^{or}. Agosto de mil oitocentos cincoenta e nove e de vinte oito de Setembro de mil oitocentos cessenta e hum. Paço, em trinta de Agosto de mil oito centos setenta e hum. Jose Marcellino de Sa Bargas¹¹¹.

1871, Setembro, 26 – Requerimento de Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, para se matricular no primeiro ano de Teologia.

ASMP

Diz Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, filho de Joaquim Anacleto da Silva Pedrosa, natural da freguezia de S. Martinho de Bougado concelho de Santo Thyrso, aluno interno do Seminario Episcopal do Porto, que julgando-se habilitado como mostra pelos documentos juntos, pretende matricular-se nas aulas do 1º. anno theologico do mesmo Seminario, e por isso

P. a V. Ex. cia R. ma se digne mandal'o admittir como requer E.R.M.

Porto, 26 de Setembro de 1871

Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa¹¹²

1872, Junho, 11 – Exames do primeiro ano de Teologia, de que pede Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, a 19 de Setembro de 1872, uma certidão, em ordem à matrícula no segundo ano.

ASMP

Ex.mo e R.mo Sr.

Diz Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, filho de Joaquim Anacleto da Silva Pedrosa, natural da freguesia de S. Martinho de Bougado concelho de S. ^{to} Thyrso, aluno interno do Seminario de N. S.^a da Conceição da cidade do Porto, que tendo feito exame das materias, que formão o curso do 1º. anno theologico do mesmo Seminario a 11 de Junho do corrente anno precisa que se lhe passe por certidão o resultado do mesmo exame, e por isso

P. a V. Ex. cia R. ma se digne mandar-lha passar como requer E.R.M.

S.to Thyrso 19 de Setembro de 1872

Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa.

1872, Setembro, 03 – Requerimento de matrícula no 2º. Ano de Teo-

logia.

ASMP

Diz Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, filho de Joaquim Anacleto da Silva Pedrosa, natural da freguezia de S. Martinho de Bougado concelho de S.^{to}

Trata-se de um certificado, em pública forma, passado pelo tabelião de Santo Tirso
Miguel Baptista Pinto de Andrade, a 25 de Setembro de 1871.
No arquivo do Paço e integrado
no processo de ordenação do
Abade Pedrosa, há uma cópia
deste documento.

Encabeça o documento o despacho seguinte: Como requer, não havendo inconveniente. Porto e Paço Ep. ^{al} 5 d'Outubro

de 1871

Américo, Bispo do Porto

Thyrso, aluno interno do Seminario de N.ª S.ª da Conceição da cidade do Porto, que deseja matricular-se nas aulas do 2º. anno theologico do mesmo Seminario, no anno lectivo de 1872 a 1873, e julgando-se habilitado como mostra pela certidão junta,

P. a V. Ex. cia se digne mandal-o admittir E.R.M.

S.^{to} Thyrso 23 de Setembro de 1872 Joaquim Augusto da Fonseca Pedroza¹¹³

1872, Setembro, 21 – Certidão do Vice-Reitor do Seminário do Porto, Manuel Correia de Abreu, de que o Abade Pedrosa fizera exame do 1º. ano de Teologia, com a classificação de Bom, *nemine discrepante*.

ASMP

Eu abaixo assignado certifico que Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, filho de Joaquim Anacleto da Silva Pedrosa, da freguesia de S. Martinho de Bougado, concelho de Santo Thyrso, fizera acto das disciplinas do primeiro anno theologico que frequentára e fôra approvado – *Nemine discrepante* – com a qualificação de B. em onze de Junho de mil oitocentos e setenta e dous. Consta do tr.o respectivo a folhas cento e quatorse.

Seminario Episcopal de N.ª S.ª da Conceição do Porto,

21 de Setembro de 1872

Manoel Corrêa d'Abreu, Vice-R.ºr

1873, Julho, 07 – Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa faz exames do segundo ano de Teologia, com aprovação *nemine discrepante*.

ASMP

Eu abaixo assignado certifico que Joaquim Augusto da Fonseca Pedroza, filho de Joaquim Anacleto da Silva Pedroza, da freguesia de S. Martinho de Bougado, concelho de Santo Thyrso, fez acto das disciplinas do segundo anno theologico, e foi approvado – *Nemine discrepante* – em sete de Julho do corrente anno.

Seminario Ep.^{al} do Porto 23 de Setembro de 1873 Manuel Corrêa de Abreu, Vice-R.^{or} 114

1873, Agosto, 23 – Requerimento – e sua aceitação – de admissão ao estado clerical.

Arq. Dioc. do Porto¹¹⁵, f. 2.

Diz Joaquim Augusto da Fonseca Pedroza, filho de Joaquim Anacleto da Silva Pedroza, natural da freguezia de S. Martinho de Bougado, concelho de S.^{to}

113 Com o despacho inserto:

Admittido na forma dos Estatutos Porto Paço Ep.al 23 de Set.º de 1872

De com.^{ão} de S. Ex.^{cia} R,^{ma} o Moura

Existe um outro certificado deste mesmo exame, passado pelo mesmo Vice-Reitor, com data de 21 de Agosto de 1873, em ordem à sua admissão ao estado clerical, pela recepção da Prima Tonsura, Ordens Menores e Subdiaconado.

O certificado que se transcreveu de 23 de Setembro de 1873 tinha em vista a matrícula no 3º ano de Teologia.

Esta sigla remete para o processo de ordenação.

Thyrso d'esta Diocese, e alumno interno do Seminario de N. S. da Conceição, que achando-se habilitado como mostra pelos documentos juntos com as melhorés disposições para receber Prima Tonsura, Quatro Graus d'Ordens Menores, e a Sagrada Ordem de Subdiacono, por isso

P.e a V. Ex.^{cia} se digne admittil-o à recepção das referidas Ordens, designando-lhe o dia para ser Examinado E.R.M.¹¹⁶

1873, Setembro, 03 – Escritura de doação para património.

Arq. Dioc. do Porto, ff. 3-4.

Escriptura de doação para Patrimonio, de Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, desta Villa, em tres de Setembro de 1873.

Saibão quantos este publico Instrumento de Escriptura de doação para patrimonio virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos setenta e tres, aos tres de Setembro, nesta Villa de Santo Thyrso, e meu escriptorio appareceu presente Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, solteiro, de maioridade, desta Villa, e residente na Cidade do Porto, pessoa reconhecida de mim Tabellião e testemunhas ao diante nomeadas, de que dou fe. Na presença das quaes pelo mesmo outorgante foi dito, se dotava a si proprio com quatro inscripções de dívida interna fundada, sendo uma do valor de um conto de reis nominaes com o numero vinte e seis mil oitocentos e sete, outra do valor nominal de cem mil reis com o numero cento e sete mil duzentos e quinze, outra do valor nominal de cem mil reis com o numero cento e oito mil dusentos e dezessete, e outra tambem de valor nominal de cem mil reis com o numero cento e sete mil duzentos e quinze, outra do valor nominal de cem mil reis com o numero cento e oito mil dusentos e dezessete, e outra tambem de valor nominal de cem mil reis com o numero cento e sete mil dusentos e dezoito; e bem assim mais com um certificado provizorio do valor nominal cincoenta mil reis, com o numero sete mil cento vinte e dois; e que pelo presente Instrumento se obriga a não vender, empenhar, hypothecar, trocar ou escambar nem destruir de qualquer modo as ditas Inscripções e certificado, em que constitue o seu patrimonio Ecclesiastico, sem licença expressa do Juizo Ecclesiastico, obrigando tudo ao cumprimento do referido, e sua pessoa e seus bens presentes, e que fucturo possa haver. Deste Instrumento foi pago o sello de quinhentos reis, pela estampilha abaixo colada e devidamente inutilisada. Assim o disse, outorgou e asseitou, e me pediu o presente Instrumento, que lhe estipulei e asseitei em nome dos presentes e absentes, a quem tocar forão testemunhas presentes João Justiniano Pinheiro, casado, Negociante, e Antonio Augusto de Sousa Azevedo, casado, solicitador, ambos desta Villa, que assignarão com o outorgante, lido por mim Antonio Caetano Correa do Amaral Taballião publico de notas na Villa e Comarca de Santo Thyrso, o escrevi e assignei (...). Em testemunho de verdade = lugar do signal publico = Antonio Caetano Correa do Amaral = Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa = João Justiniano Pinheiro = Antonio Augusto de Sousa Azevedo (...)

1873, Setembro, 08 – Atestado da vocação sacerdotal, em favor de Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, pelo pároco de Santo Tirso, o P^e . Boaventura Luis Carneiro.

Arq. Dioc. do Porto, f. 3

Attesto, que o Snr Joaquim Augusto da Fonseca Pedroza alumno interno do Seminario Episcopal do Porto, tem sempre mostrado decedida vocacção

Averbamentos

A 23 de Agosto de 1873 foi o requerimento admittido por Américo, Bispo do Porto (autógrafo)

Examinado e aprovado para ordens menores e Subdiacono a 11 de Setembro de 1873.

Assinatura do D. Américo.

para o Estado Eccleziastico em todo o tempo que aqui tem vivido o que affirmo com verdade.

Santo Thirso 8 de Setembro de 1873 e tres

O Parocho Boaventura Luis Carneiro

1873, Setembro, 15 – Petição do abade Pedrosa para que a escritura do seu património eclesiástico para se ordenar *in sacris* seja autuada na Câmara Eclesiástica.

Arq. dioc. do Porto, ff. 1-2.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos setenta e tres aos¹¹⁷ dias do mez de Setembro do dito anno n'esta Cidade do Porto e Camara Ecclesiastica me foi apresentada a petição ao diante de que fiz este auto. E eu, P.e Antonio Jose de Mesquita Escrivão da Camara Ecclesiastica o escrevi e assigno

Pe. Antonio José de Mesquita

Joaquim Augusto da Fonseca Pedroza, alumno-theologo no Seminario Episcopal do Porto, natural da freguezia de S. Martinho de Bougado e residente na de Santo Thyrso no terceiro Distrito da Comarca Ecclesiastica da Maia, d'esta Diocese, havendo constituido o seu patrimonio ecclesiastico a fim de se ordenar *de Sacris* como mostra pela Escriptura junta, e desejando seja autuada na Camara e se sigam os termos do estylo

 $P.^e$ a $V.^a$ $Ex.^a$ $Ver.^{ma}$ a graça de assim o ordenar E.R.M.

1873, Setembro, 17 - Termo de non alienando, a respeito do patri-

Arg. dioc. do Porto, ff. 4 v.-5.

mónio

Aos dezassete dias do mez de Setembro de mil oito centos setenta e tres n'esta Cidade do Porto e Cartorio da Camara Ecclesiastica compareceu presente perante mim, Escrivão ao diante nomeado Joaquim Augusto da Fonseca Pedroza, alumno-Theologo do Seminario Episcopal d'esta Diocese, pessôa de mim reconhecida e das testemunhas ao diante, do qual dou fé. E por elle me foi dito que pelo presente termo, promettia e se obrigava sob Juramento dos Santos Evangelhos a não alienar vender trocar ou de modo algum distrahir as Inscripções d'Assentamento e o Certificado em que constituiu o seu patrimonio ecclesiastico como consta da Copia d'escriptura a folhas tres, na qual se dotou a si proprio, sem que primeiramente obtenha licença d'este Juizo. E de como assim o disse, prometteu e se obrigou mandei fazer este termo que eu, Pe. Antonio Jose de Mesquita, Escrivão da Camara Ecclesiastica, o subscrevi

Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa

117 nal Em branco, no origi-

1873, Setembro, 18 – Sentença de averbamento do património como título suficiente para a ordenação de ordens sacras do clérigo Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa

Arq. dioc. do Porto, f. 5 v.

Julgo por sentença o patrimonio constituido na Escriptura a f. 3 com data de tres do corrente mez de Setembro, afim de que a titulo d'elle se possa ordenar de ordens sacras Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, natural da freguesia de S. Martinho de Bougado, e residente na de Santo Thyrso, d'este Bispado, visto que as Inscripçoens d'assentamento e certificado com o valor nominal de 1:350\$000 rs. e vencimento de 3 p % se achão devidamente averbadas para o referido patrimonio, e tem o rendimento sufficiente segundo o uso d'esta Diocese, achando-se tambem assignado o termo do estilo

Passe-se-lhe sentença e pague as custas dos autos

Porto 18 de Setembro de 1873

João Alvares de Moura

1873, Setembro, 22 – Requerimento de Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa para se matricular no terceiro ano de Teologia

ASMP

O Subdiacono Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, filho de Joaquim Anacleto da Silva Pedrosa, alumno interno gratuito do Seminario Diocesano, julgando-se habilitado para se matricular nas Aulas do Terceiro anno do curso theologico

P.e a V.a Ex.cia Rev.ma se digne Admittil-o á respectiva matricula

E.R.M.ce

Porto, 22 de Setembro de 1873 Na ausencia do Supplicante Sebastião L. de Vasconcellos¹¹⁸

1873, Setembro, 19 – Termo da recepção da Prima Tonsura e Ordens

Menores

Arq. Dioc. do Porto, f. 14 v.

Aos dezanove dias do mez de Setembro de mil oito centos e setenta e tres foi conferida Prima Tonsura e os Quatro Graus d'Ordens Menores ao Ordinando Joaquim Augusto da Fonseca Pedroza, da freguezia de S. Martinho de Bougado d'esta Diocese, pelo Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. Bispo Diocesano¹¹⁹, na Capella do paco Episcopal; de que mendei fazer o presente termo, que eu P.e Antonio Jose de Mesquita, o subscrevi¹²⁰

1873, Setembro, 20 - Termo de recepção do Subdiaconado

Arg. Dioc. do Porto, ff. 14 v. - 15.

Aos vinte dias do mez de Setembro de mil oito centos setenta e tres foi conferida a Sagrada Ordem de Subdiacono ao Ordinando Joaquim Augusto da Fonseca Pedroza, da freguezia de S. Martinho de Bougado, pelo Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. Bispo da Diocese, na Capella do Paço Episcopal, de que mandei fazer o presente termo que eu, o P^e. Antonio Jose de Mesquita, o subscrevi¹²¹

Com despacho que

segue:

Como requer.

Porto e Paço Ep.^{al} 23 de Setembro de 1873 Américo, Bispo do Porto

D. Américo Ferreira dos Santos Silva Há uma certidão da

Há uma certidão da recepção da Prima Tonsura e Ordens Menores, com data de 28 de Abril de 1874, em ordem à recepção do Diacondado.

A recepção da Prima Tonsura, Ordens Menores e Subdiaconado foram precedidos dos seguintes documentos, que não transcrevemos:

18 de Agosto de 1873: Registo criminal de Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa;

21 de Agosto de 1873: atestado do Reitor do Seminário do Porto de que o candidato Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa frequentava os sacramentos e mostrava vocação:

31 de Agosto de 1873: inquirição de genere em Santo Tirso, onde foram ouvidas as testemunhas Frei Domingos de Santa Gertrudes Magna, egresso beneditino, José Joaquim Ribeiro Guimarães, casado, negociante, e Francisco Alves Moreira, casado, escrivão da Câmara Municipal de Santo Tirso:

31 de Agosto de 1873: inquirição em S. Martinho de Bougado;

18 de Setembro de 1873: matrícula para receber Prima Tonsura, Ordens Menores e Subdiacono. (Arq. dioc. do Porto, f, 14)

Além deste termo, há uma certidão da ordenação de Subdiácono, passada a 29 de Abril de 1874, para a ordenação de Diácono. **1874, Abril, 27** – Requerimento para a admissão ao Diaconado e marcação de exames

Arq. Dioc. do Porto, f. 17.

O Subdiacono Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, filho de Joaquim Anacleto da Silva Pedroza, natural da freguezia de S. Martinho de Bougado, concelho de Santo Thyrso, desejando receber a sagrada ordem de Diacono na proxima ordenação da Santissima Trindade,

Pede a V. Ex.^{cia} R.^{ma} a graça d'admittil'o, Bem como designar-lhe o dia para o devido exame E.R.M.

Joaquim Augusto da Fonseca Pedroza¹²²

1874, Maio, 10 – Proclamas e inquirição, em Santo Tirso, para a recepção do Diaconado.

Arq. dioc. do Porto, ff. 24-29.

Aos desanove dias do mês de Maio de mil e oito centos setenta e quatro nesta freguesia de Santa Maria Magdalena de Santo Thyrso, e casas da Residencia Parochial da mesma¹²³, onde eu parocho della me achava, ahi em cumprimento do venerando Mandado do Excellentissimo Provisor d'esta Diocese inqueri separadamente as testemunhas ao diante pela forma e maneira que se segue de que fis este termo d'assentada E eu Antonio Carlos Nunes Fragoso¹²⁴, que o escrevi

Primeira testemunha

Jose Joaquim Ribeiro Guimaraens, casado negociante, de cincoenta e nove annos de edade morador nesta villa de Santo Thyrso a quem defferi o juramento dos Santos Evangelhos sub cargo do qual lhe encarreguei de dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado, o que prometteo cumprir e aos custumes disse nada.

E sendo perguntado pelos interrogatorios do mandado, que lhe li e expliquei, ao primeiro disse – que muito bem conhece o Ordinando Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, que é filho de ligitimo matrimonio de Joaquim Anacleto da Silva Pedrosa e Dona Angelina Amalia da Fonseca;

– que lhe não consta elle seja ou fosse jamais herege ou Apostata da nossa Santa Fé, e nem tão pouco que seus paes e avos o fossem;

- que lhe não consta elle padeça molestia alguma que o inhiba de poder receber a Ordem que pertende, e que posto seja um pouco miope vê muito bem ao perto, e nada mais disse d'este e bem assim do segundo terceiro quarto por ter dito sobrelles o que sabia

Ao quinto disse que sabe pelo presencear que elle, Ordinando, é muito bem comportado em suas acçoens e costumes pelo que merece a estima de todas as pessoas que o conhecem; que nunca ouvio que elle encorresse em alguma infamia publica de facto ou de dereito , ou fosse condemnado em pena vil e infamante, nem tão pouco que esteja excomungado, suspenso ou interdicto, e nada mais disse d'este nem do sexto, sétimo outavo e nono por ter dito o que sabia àcerca d'elles.

Ao decimo disse que sabe elle ordinando se ordena a titulo de patrimonio¹²⁵ e lhe não consta haja algum engano ou simulação ou pacto por dereito reprovado, antes sabe que elle está em pacifica posse do mesmo patrimonio, e finalmente disse – que não sabe se elle frequenta os sacramentos por isso que tem estado a maior

Com estes averbamentos

Recebido na Curia a 27 de Abril de 1874

Admittido. Sigam-se as mais diligencias

Porto e Paço Ep.al 27 d'Abril de 1874

Américo, Bispo do Porto Seguem-se estes documentos,

que não transcrevemos 7 *de Maio de 1874:* exame de Diaconado e sua aprovação, Arq.

dioc. do Porto, f. 17 v. 11 de Maio de 1874: registo criminal, passado em Santo Tirso pelo escrivão encarregado do Registo António Caetano Correia do Amaral (Arq. dioc. do Porto,

16 de Maio de 1874: isenção de Culpa, atestado passado na Cāmara Eclesiástica do Porto e assinado pelo Vigário Geral Torcato Vieira Soares da Mota

(Arq. dioc. do Porto, ff. 21-21 v.) Depois do encerramento do nosso mosteiro, foi vendida, primeiro, a parte rústica - a Quinta de Dentro e a de Fora - ao cunhado do Passos Manuel, em 1839. Em 1840, foi então decidida a sorte da parte urbana. A saber, a igreja e o primeiro claustro, reservado para a paróquia (assento da freguesia e residência do abade); outra parte, reservada para a administração pública (a hospedaria conventual); a residência dos monges, quanto se compreendia no circuito do segundo, terceiro e quarto claustro, foi vendido ao mesmo Comendador Passos.

A residência correspondia, mais ou menos, à actual.

Pároco de Santo Tirso, a seguir ao P^e. Boaventura Luis Carneiro de Covas.

Já transcrevemos os documentos da instituição do património e da sua autuação na Câmara Eclesiástica do Porto.

parte do tempo no Seminario da Diocese. E mais não disse e vai assignar seu depoimento depois de o ractificar e lido por mim Antonio Carlos Nunes Fragoso que o escrevi.

Jose Joaquim Ribeiro Guimarães

Antonio Carlos Nunes Fragoso

Segunda Testemunha

Guilherme da Costa Leite, casado, proprietario, de trinta e oito annos de edade, morador nesta Villa de Santo Thyrso, a quem defferi o juramento dos Santos Evangelhos sub cargo do qual lhe encarreguei de dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado, o que prometteo cumprir, e aos costumes disse nada.

E sendo perguntado sobre a materia do Mandado, que lhe li e expliquei, ao primeiro disse

– que muito bem conhece o Ordinando Joaquim Augusto da Fonseca Pedroza, que é filho ligitimo de Joaquim Anacleto da Silva Pedrosa, e de Dona Angelina Amalia da Fonseca; que elle não é nem jamais foi herege ou Apostata da nossa Santa Religião, nem tão pouco seus paes e avos; que não sabe que elle padeça infermidade alguma; que elle vê perfeitamente; que é summamente parco no uso das bebidas; e que lhe não consta elle seja incontinente, antes o considera muito bem morigerado, e nada mais disse d'este, e do segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto por ter dito sobre elles o que sabia.

Ao setimo disse, que elle, Ordinando, nunca incorrera em infamia publica de facto ou de direito; que lhe não consta elle esteja excomungado, suspenso ou interdicto; que e sobremaneira humilde e delicado e que tem todas as qualidades que se precisão para o tornar digno da Ordem que pertende, e nada mais disse d'este, do oitavo e nono por ter dito sobre elles o que sabia.

Ao decimo disse, que elle, Ordenando se ordena a titulo de patrimonio, do qual esta em plena posse, e que lhe não consta sobre elle haja algum pacto ou semulação reprovada por direito; e finalmente disse, que tendo o Ordinando residido a maior parte do tempo no Seminario diocesano, não sabe se elle frequenta os Sacramentos, mas que o presume attentas as suas virtudes e boas qualidades. E nada mais disse e vae assignar seu juramento depois de ractificado e lido por mim Antonio Carlos Nunes Fragoso, que o escrevi

Guilherme da Costa Leite

Antonio Carlos Nunes Fragoso

Terceira Testemunha

Luis Antonio Monteiro Mascarenhas, cazado, sachristão d'esta Egreja, de setenta e tres annos de edade, morador nesta villa de Santo Thyrso, a quem defferi o juramento dos Santos Evangelhos sub cargo do qual lhe encarreguei de dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado, o que prometteo cumprir e aos costumes disse nada.

E sendo perguntado sobre a materia do Mandado que lhe li e expliquei, ao primeiro disse, que tem pleno conhecimento do Ordinando Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, que é filho ligitimo de Joaquim Anacleto da Silva Pedrosa e de Dona Angelina Amalia da Fonseca; que elle não é nem nunca foi herege ou Apostata da nossa Santa Fé, nem seus paes e avos o forão; que não consta elle padeça molestia ou

tenha accidentes ou tenha alguma outra deformidade, que o inhabellite de poder receber a Ordem que pertende; que elle tem a vista precisa; que é moderadissimo no uso do vinho, e que passa por ter um comportamento exemplar. E nada mais disse deste, do segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto por ter dito sobre elles o que sabia.

Ao setimo disse, que elle, Ordinando nunca incorreo em infamia publica do facto ou de direito; que lhe não consta elle esteja excommungado, suspenso ou interdicto; que é socegadissimo e em tudo digno da Ordem, que pertente (sic), e nada mais disse d'este do oitavo e nono por ter dito o que sabia sobre elles.

Ao decimo disse, que elle, Ordinando, se ordena a titulo de patrimonio, do qual esta em pacifica posse e lhe não consta que sobre elle haja pacto, simulação ou engano reprovado por direito, disse finalmente ser elle de muito bons costumes e prompto em assistir aos officios divinos quando se acha nesta freguesia. E nada mais disse e vae assignar seu juramento depois de ractificado e lido por mim Antonio Carlos Nunes Fragoso, que o escrevi.

Luis Antonio Monteiro Mascarenhas

Antonio Carlos Nunes Fragoso¹²⁶

1874, Maio, 26 – Atestado do Vice-Reitor do Seminário Maior do Porto, sobre o bom comportamento moral e religioso do Subdiácono Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, o propósito da sua vocação sacerdotal, o exercício do Subdiaconado e o conhecimento das cerimónias.

Arq. dioc. do Porto, f. 30.

Eu abaixo assignado certifico que o Ordinando Joaquim Augusto da Fonseca Pedroza, alumno interno do Seminario, tem bom comportamento moral e religioso e continúa a sua vocação para o Estado Ecclesiastico; e mais certifico que, sendo já Subdiacono, exerceu solemnemente esta Ordem e se mostrou conhecedor das respectivas cerimonias.

Seminario Ep.^{al} do Porto, 26 de Maio de 1874

Manoel Corrêa d'Abreu, Vice-R. or 127

1874, Maio, 30 – Termo da recepção do Diaconado de Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa.

Arq. dioc. do Porto, f. 32.

Aos trinta dias do mez de Maio do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos, setenta e quatro, n'esta cidade do Porto e Capella do Paço Episcopal foi conferida a Sagrada Ordem de Diacono pelo Ex.^{mo} e Reverendissimo Senhor Dom Americo Ferreira dos Santos Silva, Bispo d'esta Diocese, ao Ordinando Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, da freguezia de S.Martinho de Bougado e residente na de S.^{to} Thyrso, e actualmente alumno Theologo no Seminario diocesano. E para constar mandei fazer o presente termo, que eu, P^e. Antonio Jose de Mesquita, Escrivão da Camara Ecclesiastica o subscrevi¹²⁸.

As denúncias em S. Martinho de Bougado foram feitas, igualmente, no missa conventual de 10 de Maio de 1874. Também delas nada resultaria em desabono da ordenação do Pe. Pedrosa. Mas não existem os depoimentos da inquirição (Arq. dioc. do Porto, ff. 23-23 v.)

Seguem-se estes documentos que não se transcrevem:

25 de Maio de 1874: atestado de que o nosso candidato fez retiro para Diácono (Arq., dioc., do Porto, F., 31);

27 de Maio de 1874: exame de Canto, com aprovação, para Diácono, (ib. f. 31);

28 de Maio de 1874: exame de Reza e cerimónias, com aprovação, com o mesmo intuito (ib., f 31):

29 de Maio de 1874: matrícula para a recepção do Diaconado (ib., f. 32).

(ib., f. 32).

128 Há uma certidão da recepção do Diaconado, como condição do Presbiterado, que se passou a 7 de Julho de 1874 (Arq. dioc. do Porto, f. 36).

1874, Junho, 05 – Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, que recebera, uma semana antes, o Diaconado, obtém do Santo Padre o Breve Apostólico que lhe permite receber o Presbiterado *extra tempora*¹²⁹.

1874, Julho, 08 – Admissão do requerimento do Diácono Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, para ser ordenado de Presbítero *extra tempora*, com dispensa de interstícios

Arq. dioc. do Porto, f. 35

Ex.^{mo} e R.^{mo} Sr.

O Diacono Joaquim Augusto da Fonseca Pedroza, filho de Joaquim Anacleto da Silva Pedroza, natural da freguesia de S. Martinho de Bougado concelho de Santo Thyrso, alumno interno do Seminario, tendo summo desejo de se ordenar de Presbytero em qualquer Domingo, que V. Ex. cia determine, para o que se acha habilitado pelo Breve *extra tempora* que apresentara em tempo competente,

P. a V. Ex. ^{cia} R. ^{ma}, que se digne admittil'o à Sagrada Ordem de Presbytero, marcando-lhe o dia d'exame, e de recepção da Sagrada Ordem, bem como dispensando-o dos intersticios, folhas corridas e mandados *de publicandis*

E.R.M.

O Diacono Joaquim Augusto da Fonseca Pedroza¹³⁰

1874, Julho, 13 – Permissão régia para que o Diácono Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa pudesse ordenar-se de Presbítero

Arq. dioc. do Porto, f. 37.

Ministerio dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça Direcção Geral dos Negocios Ecclesiasticos Primeira Repartição

Foi presente a Sua Magestade El Rei o requerimento documentado em que Joaquim Augusto da Fonseca Pedroza, Clerigo Diacono da Diocese do Porto, pede a Regia Permissão para ser admittido á Sagrada Ordem de Presbytero, e attendendo Sua Magestade a que o supplicante se mostra habilitado segundo as disposições dos Decretos de vinte e seis d'agosto de mil oito centos cincoenta e nove e de vinte e oito de Setembro de mil oito centos sessenta e um, para obter o fim que pretende; attendendo bem assim ás informações favoraveis, já recebidas do respectivo Ordinario, relativamente ás qualidades moraes do requerente: Há por bem Conceder-lhe a Regia licenca que solicita para ser competentemente admittido ao Presbyterado.

Paço em treze de Julho de mil oito centos setenta e quatro

Augusto Cezar Barjona de Freitas¹³¹

Seguem-se estes documentos que se não transcrevem:

Não aparece este documento no processo da ordenação do Abade Pedrosa. Mas sabe-se que o alcançou, pela decisão de D. Américo, ao marcar-lhe a ordenação sacerdotal para o dia 19 de Julho de 1874: Auctorisado pelo Breve Apostolico

concedido ao R. do Supplicante em data de 5 de Junho ultimo, designamos o dia (...) 19 do corrente para lhe conferir a Sagrada Ordem de Presbytero Porto e Paço Episcopal 18 de Julho de 1874 Américo, Bispo do Porto (Arquivo dioc. do Porto, f. 40).

Com as seguintes addendas:
Admittido, e sigam-se as necessarias diligencias. Porto e Paço Episcopal 8 de Julho de 1874.
Américo, Bispo do Porto Examinado e aprovado Porto 11 de Julho de 1874
Américo, Bispo do Porto Corrêa Cardoso

131 Com a anotação de que pagou 3030 reis de emolumentos e selo para esta licenca (Arq. dioc. do Porto, f. 40 v.)

17 de Julho de 1874

- exame de Canto e Reza, para o Presbiterado;
- atestado de que fez o retiro para receber a dita ordem;
- atestado de bom comportamento, moral, civil e religioso e o exercício do Diaconado, passado pelo Vice-Reitor do Seminário do Porto Manuel Correa de Abreu (Arq. dioc. do Porto. Ff. 38-39).

18 de Julho de 1874

- D. Américo, Bispo do Porto, marca o dia 19 de Julho de 1874, para a ordenação de Presbítero do nosso Diácono, devido à autorização do Breve Apostólico, com data de 5 de Junho último (Arq. dioc. do Porto, f. 40)
- Matricula-se o Diácono Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa para a recepção do Presbiterado (ib.)

1874, Julho, 19 – Ordenação presbiteral do Diácono Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa.

Arq. dioc. do Porto, f. 40. v.

Aos dezanove dias do mez de Julho de mil oito centos setenta e quatro n'esta cidade do Porto e Capella do Paço Episcopal foi conferida a Sagrada Ordem de Presbytero *extra tempora* ao Ordinando Joaquim Augusto da Fonseca Pedroza, natural da freguezia de S. Martinho de Bougado e residente na de Santo Thyrso d'esta Diocese pelo Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Dom Americo Bispo do Porto.

E para constar mandei fazer o presente que eu, P^e. Antonio Joze de Mesquita, o subscrevi¹³².

1874, Julho, 27 – Termo de adicção à Igreja e de sujeição ao Prelado, pelo neo-presbítero

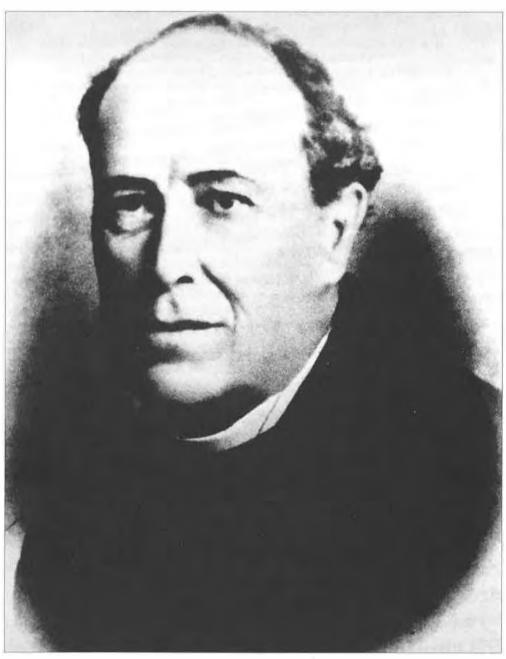
Arg. dioc. do Porto, f. 42 v.

Aos vinte e sete dias do mez de Julho de mil oito centos setenta e quatro n'esta cidade do Porto e Camara Ecclesiastica Compareceu na minha presença o presbytero Joaquim Augusto da Fonseca Pedroza, pessõa de mim conhecida de que dou fé. E por elle me foi dito que em virtude do presente termo se obriga a servir a Egreja no que for determinado ficando a ella addicto; ao mesmo tempo prometteu sujeição e obediencia ao Excelentissimo Prelado a seus successores e Ministros ecclesiasticos. E de como assim o disse vae assignar o presente termo comigo.

E eu

Pe. Joaquim Augusto da Fonseca Pedroza

Em baixo, a observação:
Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa a 20 de Julho de 1874 paga 3030 rs. de emolumentos e selo pela licença régia que lhe foi concedida para a admissão ao Presbiterado



Abade Pedrosa, amigo de Martins Sarmento, de Possidónio da Silva, de Camilo, etc., a ele se deve a descoberta da origem romana da cidade de Santo Tirso.

qual Vasco Mantas (1996) também não concorda. Mas também não é hipótese de insustentabilidade demonstrada.

Plínio, IV, 34, 112 cita uma *Abobrica* que ficaria todavia nas cercanias do rio Minho (TRANOY, 1961: 63). Mela, III, 1, 13, uma *Adrobrica* que ficava entre os Ártabros. A inscrição de Fermedo (Arouca) onde se leu *Aviobrigensis* fala, afinal, de um *Aulobrigensis* (MANTAS, 1996: 661) e o mesmo nome deve, provavelmente, restituir-se no Padrão dos Povos da ponte de Chaves. Os *Aulobrigenses* devem situar-se na área de influência de *Aquae Flaviae*. A leitura *Avobrigensis* da inscrição de Tarragona EE. IX, 390 não é segura. Resta-nos outra inscrição, também de Tarragona, CIL II 4247, com o nome de um *Avobrigensis* seguro (ALFÖLDY, 1975: n⁰ 307). Mas esta *Avobriga* não nos parece poder identificar-se com o castro de Alvarelhos: trata-se de uma capital de *civitas*, categoria que, em nosso entender, o castro de Alvarelhos não tinha.

Uma designação como *castellum Albarelio* ou *castellum Albarelia* parece à primeira vista aceitável para Alvarelhos. A terminação existe em *castellum Narelia* (ALBERTOS, 1975: 33). Mas o topónimo actual não é Alvarelho nem Alvarelha, mas Alvarelhos, no plural, do topónimo medieval *Albarelios*, atestado em 907 (PMH, DC, n⁰ 14). De um singular pré-romano, eventualmente mantido na época romana, parece difícil derivar um plural. Aliás, J. P. Machado (1993) relaciona o topónimo com o nome pessoal germânico *Alvarus* ou *Albarus*.

Numa segunda hipótese, podemos utilizar a inscrição honorífica descoberta em Sobre Sá, perto de Alvarelhos, e consagrada a *Ladronus* pelos *Madequinenses* (SILVA, 1980: 84). Este nome pressupõe um povoado *Mádequis* ou *Madéquis*. Seria este o nome de Alvarelhos? Ou os *Madequinenses* seriam um grupo de imigrantes instalados no castro de Alvarelhos, caso em que *Madequis* ficaria noutra região, não necessariamente longínqua?

Apresentaremos já uma terceira hipótese, talvez a mais aceitável. Mas consideremos primeiro os teónimos indígenas do concelho.

Em S. Bartolomeu, na freguesia de S. Martinho de Bougado, onde servia de pia de água benta (o que significa que a pedra pode ter sido trazida de outro local), recolheu-se uma ara consagrada ao deus indígena *Neneoecus* (ENCARNAÇÃO, 1975: 164; TRANOY, 1981: 274; GARCIA, 1991: 303; MOREIRA, 1992: 21).

Uma mesma divindade indígena podia receber, em diferentes sítios, diferentes epítetos e ser, algumas vezes, invocada só pelo epíteto. É o que sucede com a ara em causa: *Neneoecus* é apenas o epíteto da divindade indígena guerreira *Cosus*. Comprova-o a inscrição encontrada na Quinta da Laje, da freguesia de Burgães, consagrada a *Cusuceneoecus* (ENCARNAÇÃO TRANOY; GARCIA; MOREIRA, *ibid*). *Cosus* é forma alternativa de *Cosus*.

Uma inscrição da Gália consagrada a *Cosus Deus Mars* permite-nos afimar que *Cosus/Cusus* era uma divindade guerreira que a *interpretatio* romana fez equivaler a Marte.

Neneoecus ou Cusuceneoecus era, possivelmente o deus Cosus de um particular castellum ou cantão que se chamaria Nene ou Nenia. Diversos autores têm aproximado este epíteto do actual topónimo Nine. Sem contestar que o nome de Nine possa ter derivado de Nene ou Nenia e que nas proximidades de Nine possa ter existido um castellum com esse nome, perguntamo-nos se não haveria, no actual concelho de Santo Tirso, também um castellum Nene ou Nenia. Ou corresponderia o nome antes a um cantão?

C. Búa, porém, pretende ler na inscrição da Quinta da Laje o nome de *Cusus Nemedecus* (1997:75). Se assim é, não se lerá, na inscrição de S. Bartolomeu, *Nemedecus* em vez de *Neneoecus?* Neste caso, o *castellum* ou cantão chamar-se-ia *Nemede* ou *Nemete*.

Não podemos deixar de recordar a inscrição de Sanfins a *Cosunae* (1997:75). Não deverá ler-se *Cosunae Ninidi(tanae)* ou *Nimidi(tanae)?* Seria a divindade paredra de *Cusus Nenedecus* ou *Cusus Neneditanus?*

Um outro cantão (dos *Callaeci* ou dos *Nemetati?*) seria *Labrencio*. *Pagus* do Paroquial Suévico na diocese de *Portucale, Labrencio* é localizável graças ao documento 281 dos PMH.DC, que situa o castro Bove em *territorio Labrense*. O castro de Boi fica na freguesia de Vairão, do concelho de Vila do Conde, mas a sul do rio Ave. O cantão/pagus *Labrencio* estender-se-ia do rio Ave até Labruge e Lavra, topónimos que apresentam o mesmo radical. O documento 14 dos PMH.DC. permite situar na mesma área duas *Labrugias* que poderão corresponder às ribeiras de Donda e da Lage.

Terceiro cantão (dos *Callaeci*) seria *Madia*, como bem viu Armando Coelho (SILVA, 1986, est. X). A forma do corónimo, na Idade Média, era Amaia. Mas também aparece *Amagia*, *Amagiia* e *Madia*, que J. P. Machado (1993 voc. Maia), na esteira de outros autores, recusa como falsos latinismos, talvez sem razão.

Talvez a estes cantões se deva acrescentar o de Tureia ou Turaia.

No mosteiro de Santo Tirso acha-se uma epígrafe consagrada ao deus indígena *Turiacus* (ENCARNAÇÃO 1975: 293-294, TRANOY, 1981: 278, LFROUX, 1982: 120, 182 e 353, GARCIA, 1991: 351, MOREIRA, 1992: 20). O dedicante é um Lúcio Valério Silvano, soldado da VIª Legião *Victrix*. Não teremos, também aqui, um simples epíteto, que poderá corresponder ao mesmo deus *Cosus?* O hipotético *Cosus Turiacus* seria a divindade protectora de um cantão que se chamaria *Tureia* ou *Turaia*.

É neste hipotético cantão que situamos o castro de Alvarelhos. Ora o mesmo radical encontra-se no nome da paróquia suévica de *Torebria*, que supõe um étimo *Torebriga* ou *Turebriga*. Seria este o nome do castro de Alvarelhos? Povoado tão importante na época romana apresenta-se como candidato a paróquia suévica. E não vemos fundamento para localizar *Torebria* no concelho de Penafiel como propôs Almeida Ferandes (1997: 71 e 103).

Não podemos deixar de acrescentar duas notas.

Diz a primeira respeito ao *pagus* suévico de *Tureco*, cujo nome nos faz pensar em *Turiacus. Pagus* da diocese bracarense não podia encontrar-se a sul do rio Ave. Mas não poderiam os nomes repetir-se'? Em vez de *Tureia* ou *Turaia* não se chamaria *Tureco* o cantão de Alvarelhos?

Diz a segunda nota respeito ao *pagus* suévico de *Torebria*, cujo nome deriva certamente de *Torebriga*, *Turebriga* ou *Turobriga*. *Turobriga* é cidade que Plínio menciona entre as da Betúria Céltica e que parece dever situar-se no lugar da ermida de S. Mamede, em Aroche (TIR., hoja J-29: 159). A semelhança entre *Turobriga* e *Torebriga* é apenas mais um caso de afinidade de nomes no vasto mundo indo-europeu peninsular, ou terão vindo estabelecer-se na área de Alvarelhos alguns dos *Celtici* que, juntamente com *Turduli*, emigraram para o Noroeste conforme relata Estrabão, III, 3,5?

Em cada cantão haveria vários castros, cada um com seu nome; e, naturalmente, um castro principal. No caso do cantão *Labrencio*, castro do Boi poderia ser o lugar central e um nome como *castellum Labrensi* não é inviável.

A ideia de que os *populi* do Noroeste ou, pelo menos, alguns deles, poderiam estar divididos em cantões, tendo cada cantão seu corónimo, parece-nos uma pista a explorar. A título de exemplo, citaremos o caso do território entre os rios Sousa e Tâmega, cujos sítios arqueológicos parecem agrupar-se numa vertente voltada ao Sousa contraposta a uma vertente voltada ao Tâmega (comunicação pessoal de Teresa Soeiro). O território da vertente voltada ao Sousa poderia chamar-se *Dania* ou *Danium*, donde derivaria o etnómino *Danici* da famosa inscrição da Póvoa, consagrada *O(ptimae) Co(nservatrici vel rniferae) et Nim(phae) Danigom Nabiae Coronae* (LE ROUX e TRANOY, 1974). *Danigom* é um genitivo que poderia sê-lo de *Danigi* (por *Danici*). A partir de *Danici* poderemos talvez derivar um corónimo *Danium*, pensando que os naturais de *Interanium* se chamavam *Interamici*. O território voltado ao Tâmega, que, em 875, se chamava *Anegiae*, e, em 1024, *Anega* (PMH, D.C., nº 8 e 255), poderia ter sido designado, originalmente, Anegia (como no primeiro documento medieval) ou *Anaecia* ou ainda *Naecia*. Aos lares *Anaeci* foi consagrada uma inscrição de Lagares (Penafiel) (GARCIA, 1991: 360). *Annetia* é antropónimo atestado em León (ALBERTOS 1979: 137).

Jorge de Alarcão SOBRE CANTÕES PROTO-HISTÓRICOS DO NOROESTE DE PORTUGAL

A ara consagrada aos *Lares Burici* (TRANOY, 1981: 303) leva-nos a sugerir, como corónimo, *Burium,* donde derivaria o actual corónimo Bouro: seria outro cantão, desta vez, dos *Bracari*.

Voltando ao deus *Cosus*, é ele possivelmente que está representado numa famosa pátera epigrafada recolhida na Quinta do Paço, freguesia de Alvarelhos. A inscrição da pátera, *L. Saur. v.s.l.m. // S. Arqui. Cim.*, já publicada por Hübner (CIL II 2373), é matéria de controvérsia (ENCARNAÇÃO 1975: 270-274; ALMEIDA, 1969: 27-29; TRANOY, 1991: 314). Alguns autores pretendem que abreviatura *Saur.* corresponde ao nome da divindade; mas talvez esta não fosse nomeada na legenda e *Saur.*, a desdobrarse em *Saurus*, fosse o nome do dedicante, como propôs C.A. Ferreira de Almeida (1969). *S. Arqui. Cim.* poderia ser o indivíduo em cujo nome *Saurus* teria actuado. Quanto a *Cim.*, poderia corresponder ao *cognomen Cimber*.

Referências

- ALARCÃO, Jorge de, 1973: Portugal romano, Lisboa
- ALBERTOS, Mª Lourdes, 1975: Organizaciones suprafamiliares en la Hispania antigua, Santiago de Compostela/Valladolid
- ALBERTOS, Mª Lourdes, 1979: «La onomástica de la Celtibéria», Actas del II Coloquio sobre Lenguas y Culturas prerromanas de la Peninsula Iberica, Salamanca: 131-167
- ALFÖLDY, Geza, 1975: Die römischen Inschriften von Tarraco, Berlim
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1969: Romanização das terras da Maia, Maia
- BLÁZQUEZ, J.M., s.d.: "Algunos dioses hispanos en inscripciones rupestres", in A. Rodríguez Colmenero e Lidio Gasperini (edts), Saxa Scripta (Inscripciones en roca). Actas del Simposio Internacional Ibero-Itálico sobre Epigrafia Rupestre. Santiago de Compostela y Norte de Portugal, 29 de junio a 4 julio de 1992: 47-59
- BÚA, Carlos, 1997: *Dialectos indoeuropeos na franxa occidental hispanica*, *Galicia fai dous mil anos. O feito diferencial galego. I. Historia*, Santiago de Compostela, Museu do Pobo Galego: 51-99
- DINIS, António Pereira, 1993: *Ordenamento territorial do Baixo Ave no 1º milénio a.C.*Porto (tese de mestrado, policopiada, apresentada a Faculdade de Letras do Porto)
- ENCARNAÇÃO, José d', 1975: Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal, Lisboa
- FERNANDES, A. de Almeida, 1997: Paróquias suevas e dioceses visigóticas, Arouca
- GARCIA, José Manuel, 1991: Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos. Fontes epigráficas, Lisboa
- LE ROUX, P. e TRANOY, A., 1974: «Contribuition à l'étude des régions rurales du NO hispanique au Haut-Empire: deux inscriptions de Penafiel», Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia, Porto: 249-258
- LE ROUX, P., 1982: L'armée romaine et l'organization des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409, Paris
- MACHADO, João Pedro, 1993: Dicionário onomástico da língua portuguesa, Lisboa, 2ª ed.
- MANTAS, Vasco, 1996: *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga,*Coimbra (Tese de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra)
- MOREIRA, Álvaro Brito, 1992: «Epigrafia romana no concelho de Santo Tirso». Santo Tirso Arqueológico, 2: 15-33
- PMH, DC., Portugalia Monumenta Historica, Lisboa

ARTIGOS

			я
		a.	

MACHADO DE BRONZE DE SANTO TIRSO

Ana Ávila de Melo Maria de Fátima Araújo*

* Departamento de Química, Instituto Tecnológico e Nuclear

Resumo:

O presente artigo debruça-se sobre o estudo descritivo de um machado proveniente de Santo Tirso que integra, actualmente, o espólio do Museu Nacional de Arqueologia. A análise não destrutiva por espectrometria de fluorescência de raios-X, dispersiva de energias, revelou tratar-se de um bronze, com um elevado teor em chumbo. Esta peça pode ser integrada na última etapa da Idade do Bronze, no chamado *Bronze Final Atlântico*.

Abstract:

The present paper is a descriptive study of an axe from Santo Tirso, of the *Museu Nacional de Arqueologia* (Lisbon) collection. Non-destructive analysis carried out by energy-dispersive X-ray fluorescence spectrometry revealed that the axe is a bronze with high lead content. This axe may be classified as belonging to the Late Bronze Age of Atlantic Europe.

MACHADO DE BRONZE DE SANTO TIRSO

1. O machado de Santo Tirso

Em Dezembro de 1910, J. Leite de Vasconcelos registava no livro de entradas do Museu Etnológico Português (actual Museu Nacional de Arqueologia), com o número 3276, a aquisição dum machado de bronze de alvado oriundo, provavelmente, de Santo Tirso. Esta peça fora adquirida pelo próprio, em Guimarães, durante uma excursão que realizara ao Norte do país, em Setembro de 1910. Para além destas indicações, escritas pelo punho do próprio Leite de Vasconcelos, não há mais nenhum registo sobre a proveniência e natureza do achado deste machado de bronze que, desde essa data, faz parte do vasto e valioso espólio do actual Museu Nacional de Arqueologia, com o número 11039 do inventário geral.

M. Cardozo, em 1969, na revista galega *Abrente* apresentou, pela primeira vez, este machado. Não se trata, porém, de um estudo descritivo, pois M. Cardozo apenas soube da sua existência por informação do então Director do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. Fernando de Almeida, que lhe forneceu igualmente uma fotografia da peça, incluída por este autor na sua publicação (M. Cardozo 1969, fig. 5). O primeiro estudo tipológico é feito por Luís Monteagudo (1977) na sua monumental obra *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. Posteriormente, há referências a este artefacto nos trabalhos de R. Hardaker (1976) e A. Coffyn (1983, p. 194; 1985, p. 221, carta 42 e p. 331, estampa LV, 4) que, embora não fazendo um estudo pormenorizado da mesma, não deixou de a cartografar e a reproduzir (com muito pouca fidelidade, diga-se) numa estampa. Mais recentemente, e certamente em virtude da sua importância enquanto testemunho do estádio de desenvolvimento da metalurgia peninsular durante a última etapa da Idade do Bronze, esta peça integrou a exposição **De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a. C.** que no ano de 1996 esteve patente no Museu Nacional de Arqueologia, estando representada no respectivo catálogo (p. 194, 10).

L. Monteagudo (1977, p. 245; Taf. 117, 1697) atribuiu a designação de *Santo Tirso* ao Tipo 41 C, no qual incluiu, para além do machado epónimo (estampa I e II), um outro, proveniente de Barcelos (estampa III), o qual também integra o acervo do Museu Nacional de Arqueologia, com o número 11065 do inventário geral. Este autor descreveu-o como sendo grande, com duas aselhas, secção quadrangular, bordos arqueados, duas nervuras muito salientes na abertura do alvado, de gume curvo e largo e com uma nervura triangular imediatamente abaixo da abertura do alvado.

Trata-se de um machado de alvado e duas aselhas, em bronze, em muito bom estado de conservação, de pátina verde acastanhada. Tem de comprimento máximo 158 mm, para uma largura de 60 mm, no gume, de 63 mm na abertura do

alvado e de 72 mm nas aselhas; a espessura máxima é de 60 mm. Apresenta uma secção sub-quadrangular no alvado e pesa 850 g. A abertura do alvado é marcada por uma nervura muito espessa, seguida duma canelura pouco cavada e larga (13 mm), lembrando uma fita e rematada por outra nervura, menos espessa, da qual arrancam as duas aselhas, pequenas e finas. A lâmina apresenta duas arestas bem marcadas que morrem no gume, o qual curiosamente se apresenta embotado¹ e com evidentes sinais de uso.

A principal particularidade deste machado reside, porém, no facto de se apresentar decorado numa das faces. Imediatamente abaixo da segunda nervura, que delimita o arranque das aselhas, é visível um motivo decorativo representado por dois V inscritos um no outro. Curiosamente, este motivo decorativo parece algo irregular, o segundo V, inscrito, não está totalmente centrado relativamente ao primeiro, tocando, simultaneamente na haste esquerda do V e na segunda nervura do alvado, como se de um pequeno defeito se tratasse. Segundo M. Cardozo (1969, fig. 5), trata-se de uma "decoração triangular dupla" (*idem*), só tendo paralelo na "decoração triangular simples" do machado de alvado de Barcelos (Cardozo 1969, fig. 4; estampa III). A verdade, porém, é que o machado de Barcelos apresenta uma decoração em triângulo invertido, com uma nervura que o divide ao meio, enquanto no caso do machado de Santo Tirso não se trata verdadeiramente de triângulos, mas antes de dois V sobrepostos, que não chegam a tocar inteiramente na nervura de arranque das aselhas.

Para A. Coffyn (1983 e 1985), R. Hardaker (1976) e L. Monteagudo (1976), o machado de Santo Tirso insere-se na última etapa do Bronze Final Atlântico, no século VIII a. C., altura em que se divulga, no ocidente da Península Ibérica, a produção de machados de alvado de duas aselhas. Se o carácter local dos machados de alvado e duas aselhas parece incontestável, tendo em conta a sua quase exclusiva incidência na fachada atlântica, entre os rios Tejo e Douro, já a cronologia atribuída à sua produção levanta algumas dúvidas, face às datações absolutas obtidas, para este período, em inúmeras intervenções arqueológicas na última década no actual território português. Não restam dúvidas, porém, de que se trata de um tipo tardio, perfeitamente integrável na última fase do Bronze Final do Ocidente Peninsular.

2. Análise não destrutiva do machado de Santo Tirso por espectrometria de fluorescência de raios-X, dispersiva de energias

Experimental

Esta técnica de análise química multielementar e não destrutiva utiliza os raios-X característicos que emitem os elementos químicos constituintes dos materiais, quando irradiados por um feixe electromagnético de energia apropriada. O feixe de raios-X ao incidir num átomo de uma amostra provoca a formação de uma lacuna numa das camadas internas do átomo (geralmente K ou L), que é em seguida preenchida por electrões de camadas mais externas. Como cada átomo possui um número bem determinado de electrões, as suas energias de ligação são características. Assim, estes rearranjos electrónicos resultam numa emissão de um conjunto de riscas de raios-X, que funciona como uma "impressão digital" de cada átomo.

O equipamento usado neste estudo, foi um espectrómetro comercial (*Kevex Delta XRF Analyst*) controlado por um computador DEC LSI 11/73. Neste caso, o feixe de fotões primários é produzido numa âmpola de raios-X com um ânodo de ródio. Este feixe pode ser em seguida utilizado para produzir um feixe monocromático (secundário) através de um dos alvos disponíveis (Gd, Ag, Zr, Ge, Fe e Ti). Os raios-X característicos emitidos pelos elementos constituintes das amostras são colimados a 90° e

Atendendo à sua composição química, o elevado teor em chumbo torná-lo-ia frágil e pouco apropriado para cortar materiais duros.

medidos num detector semicondutor de Si(Li) com uma resolução de 165 eV e área activa de 30 mm².

Na análise do machado utilisou-se a radiação monocromática produzida num alvo secundário e num filtro de gadolínio obtida com uma tensão de 57 kV e uma intensidade de corrente de 1mA. O tempo de acumulação para cada espectro foi de 300 segundos. Foram realizados dois ensaios sem efectuar qualquer tipo de limpeza para eliminação dos produtos de corrosão, numa área de aproximadamente 3 cm² em cada um dos lados da área mais larga da superfície da lâmina. Os métodos de cálculo para análise quantitativa, foram descritos em publicação anterior (Araújo *et al.*, 1993).

Resultados e Discussão

Identificaram-se e fez-se a determinação quantitativa dos elementos maiores (cobre, estanho e chumbo) e ainda de alguns elementos vestigiais (ferro e antimónio) o que indica tratar-se de um bronze com grandes quantidades de chumbo. Na tabela seguinte apresentam-se os valores determinados (em %) para cada uma das superfícies analisadas.

Mac	had	ا ما	de	Santo	Tirso

MNARQ - IG 11039	Cu	Sn	Pb	Fe	Sb
A	75.6	11,8	12,4	0,1	0,1
В	63,5	14.8	12,4	0,2	0,1

É de notar que a análise não destrutiva por espectrometria de fluorescência de raios-X, refere-se à camada superficial (não excedendo as centenas de micra) dos materiais analisados. Neste caso, os produtos de corrosão formados enquanto o objecto esteve enterrado, bem como a integração nesses produtos de corrosão de elementos constituintes do solo, provocam em geral um enriquecimento em determinados elementos (com um consequente empobrecimento noutros) e o aparecimento eventual de elementos que não fazem parte da liga metálica (Soares et al., 1994). Em geral, os artefactos de bronze apresentam uma pátina espessa e os teores determinados por esta técnica podem variar com a espessura da pátina na área em estudo. De qualquer forma, alguma diferença entre os teores dos elementos determinados à superfície ou no interior, não altera o »tipo» de liga metálica que constitui o material. Neste caso particular é de referir os «anormalmente» elevados teores de Pb e a diferença de concentrações nesse elemento para cada uma das regiões analisadas. O chumbo adiciona-se aos bronzes para aumentar a fluidez da liga fundida ou ainda para modificar a pátina. No entanto e na medida em que este metal não forma soluções sólidas com os bronzes, ocorre nos artefactos em inclusões geralmente esféricas e distribuido de uma forma por vezes muito heterogénea (Mohen, 1992; Walker, 1980). Assim, as concentrações determinadas para o chumbo (em bronzes) podem ser muito variáveis e dependentes da zona analisada. Neste caso, os teores mais elevados de estanho e chumbo medidos na face B devem corresponder a um grau de corrosão mais intenso, visto que estes elementos apresentam um mais elevado potencial electroquímico (Cottrell, 1975).

Se aceitarmos que o machado de Santo Tirso se integra perfeitamente no conjunto de produções metálicas do Bronze Final do Centro de Portugal, a ter em conta as afirmações de A. Coffyn (1985, p. 219) e de R. Hardaker (1976) relativamente aos machados de alvado e duas aselhas, já o mesmo não se poderá dizer da sua composição, pois estamos perante um bronze com um alto teor em chumbo, enquanto a maioria das produções metálicas da Beira Alta e Beira Interior, por exemplo, apontam para a predominância das ligas de cobre e estanho². A estas questões, só o desenvolvimento da investigação arqueometalúrgica poderá ajudar a esclarecer. R. Vilaça (1997, p. 126) afirma que "a nossa investigação não carece tanto de um número elevado de análises, mas da existência de um programa comum de investigação no campo da arqueometalurgia, vocacionado para dar respostas a problemas específicos, quer da produção da metalurgia (estudo da composição das ligas, dos processos metalúrgicos, das técnicas de fabrico), quer do seu consumo e circulação no Ocidente Peninsular". Não obstante, no levantamento das análises disponíveis para o Bronze Final em território português feito por esta autora, apenas em cerca de vinte e três sítios atribuíveis a este período (ou com ocupações do Bronze Final) e somente uma escassa meia dúzia de conjuntos metálicos (depósitos e achados avulsos) apresentam análises da composição química dos artefactos metálicos encontrados, o que equivale a dizer que, se nem tudo está por fazer, o caminho a percorrer nesta área é muito longo...

3. Os machados de alvado no território português actual

Na sua obra, L. Monteagudo (1977) inventariou quase meia centena de machados de alvado, no actual território português. De fora ficaram o fragmento do machado de alvado do depósito do Casal dos Fiéis de Deus (MNARQ – IG 10793), de Adaúfe, Braga e actualmente no Museu D. Diogo de Sousa e de publicação relativamente recente (A. M. Bettencourt, 1988, p. 9-22), bem como os do Castro de S. Martinho, Rio Maior (Paço *et alii*, 1969, p. 290, fig. 6) e de S. Miguel de Urro, Arouca (D. P. Brandão, 1961, p. 89-90, fig. 3). À excepção dos machados de Évora (MNARQ – IG 17469), do Alandroal (MNARQ – IG 17436), e os de Alfarim, Sesimbra (MNARQ – IG 17480, 17481), todos estes machados foram encontrados a N do rio Tejo, com maior incidência nas regiões litorais, ou que lhe estão próximas. Aliás, no contexto peninsular, a grande concentração deste tipo de artefactos coincide *grosso modo*, com a fachada atlântica a N do Tejo e, em particular, com o actual território português, como já tinha sido referido nos trabalhos de R. Hardaker (1976) e de A. Coffyn (1983 e 1985), sendo a Estremadura a região que apresenta maior número de achados (veja-se mapa, estampa IV).

Os machados de alvado peninsulares constituem, para autores como Hardaker (1976) ou Coffyn(1985) um bom exemplo das especificidades da metalurgia do *Bronze Final Atlântico* na Península Ibérica e, segundo estes autores, a sua produção ter-se-ia desenvolvido entre os séculos IX e VIII a. C. (Coffyn, 1985, p. 219; Hardaker, 1976, p.164). Hardaker (1976) identifica três grandes grupos no conjunto dos machados de alvado peninsulares – sem aselha, com uma aselha e com duas aselhas. O grupo dos machados sem aselha tem uma incidência quase exclusiva no NE peninsular, conhecendo-se apenas o exemplar de Alfarim e dois exemplares em Hío, a ocidente. O grupo de uma aselha distribui-se por duas áreas regionais bem distintas, a primeira, abrangendo o NE da península e a segunda limitada ao sudoeste da Galiza e às regiões do N e NW de Portugal, compreendidas entre os rios Minho e Douro. Finalmente, o grupo dos machados de alvado com duas aselhas confina-se, quase exclusivamente, à faixa costeira do Norte e Centro de Portugal.

Coffyn, por seu lado, admitindo sem qualquer hesitação que os machados de alvado são uma produção exclusivamente atlântica, considera os machados de alvado e uma aselha anteriores aos de duas aselhas: "puis un deuxième anneau apparaît sur les haches à douille au cours du VIIIe siècle avant J.-C., sans doute

Veja-se, a este respeito, o recente trabalho de R. Vilaça (1997)

par analogie avec les haches à talon plutôt que sous une impulsion extérieure. (Coffyn, 1985, p. 219). Assim, para este autor, a existência de duas aselhas não corresponde a nenhuma inovação tecnológica, mas antes a uma especificidade da metalurgia do Ocidente Peninsular na última etapa da Idade do Bronze; posição algo diferente da de J. Briard e G. Verron (1976a e 1976b) que vêem na presença das duas aselhas a possibilidade duma dupla funcionalidade do instrumento, quer como machado, quer como enxó, dependendo do plano da lâmina relativamente ao cabo – perpendicular no caso da enxó e paralelo no do machado. Partindo, pois, do princípio que os machados de alvado de uma aselha são os mais antigos, Coffyn identifica dentro deste vasto grupo, duas séries que corresponderiam a duas estapas cronológicas distintas, a que seguiria, por fim, o surgimento do grupo de duas aselhas durante o séc. VIII a. C.

Tanto L. Monteagudo, como R. Hardaker ou A. Coffyn fundamentaram as suas periodizações e propostas de cronologias em tipologias de artefactos metálicos, na sua maior parte "descontextualizados", correspondendo a achados avulsos ou a depósitos de objectos metálicos, tão característicos da Idade do Bronze no ocidente europeu. É evidente que cronologias e periodizações assim estabelecidas se encontram muito fragilizadas. Por outro lado, definir tipologias muito específicas de objectos metálicos, abrangendo vastíssimas regiões das Ilhas Britânicas ao sul da Península Ibérica, acaba por se revelar quase vazio de significado, podendo resumir-se na simples constatação da presença ou ausência dum determinado tipo. Paradigmático é sem dúvida o Tipo 41 C Santo Tirso de L. Monteagudo, que apenas tem representação nos machados de Santo Tirso e de Barcelos, os quais nem sequer apresentam o mesmo motivo decorativo. Não podemos, pois, deixar de nos interrogar sobre a eficácia e real valor duma tipologia assim estabelecida. Já J. Briard e G. Verron (1976a e 1976b) chamaram a atenção para a existência de muitos tipos regionais, de híbridos, de variantes e imitações, impedindo qualquer classificação excessivamente racional ou estabelecida a partir dum único critério de base.

Se o estabelecimento de grandes tipologias, com grupos e sub-grupos, se revela tarefa inglória, atribuir a cada grupo e sub-grupo periodizações e cronologias precisas parece-nos uma atitude temerária. R. Hardaker (1976, p. 164), por exemplo, integra a produção dos machados de alvado peninsulares nos séculos IX-VIII a. C., tendo por base a associação dum fragmento de machado de alvado e duma espada tipo Vénat no depósito do Casal dos Fiéis de Deus, Bombarral. Já Senna-Martinez (1994, p. 223), a propósito dos materiais metálicos do Bronze Final da Beira Alta afirmava «o grosso dos elementos metálicos conhecidos obedece a modelos que se enquadram sem dificuldade na tradição metalúrgica do Bronze Final Atlântico. Porém as cronologias e fazeamentos correntemente propostos para determinados elementos, nomeadamente por Coffyn (1985: 189-240), exigem alguma revisão, face à evidência cronométrica produzida no último decénio para os conjuntos entretanto surgidos na Beira Alta (...)». Neste sentido, as cronologias estabelecidas a partir de datações absolutas obtidas em inúmeras intervenções arqueológicas na última década³ apontam para uma maior antiguidade das produções metálicas do Bronze Final em regiões como a Beira Alta, Beira Interior, ou ainda a região do estuário do Tejo. Para R. Vilaça e no que respeita à produção metálica da Beira Interior, "os contextos de achado dos diversos materiais metálicos são atribuíveis, conjugando elementos de cronologia relativa - estratigrafias e comparações morfológico-estilísticas – e de cronologia absoluta – datações obtidas pelo método do Carbono 14 – a um período de tempo que poderá remontar aos séculos XII-XI A C (datas calibradas)" (1997, p. 124). L. Barros (1998, p. 45), face à evidência dos resultados obtidos nas últimas intervenções arqueológicas, propõe uma cronologia do Bronze Final para as penínsulas de Lisboa e Setúbal, que aponta para 1,3 mil anos a. C. (data aproximada), o que se enquadra perfeitamente com a cronologia proposta por R. Vilaça (1997; no prelo) e com as datações absolutas apresentadas por Senna-Martinez (1994, p.216) para o grupo Baiões/Santa Luzia.

Há já um conjunto significativo de dados que permitem uma caracterização não só da cultura material, como também das estratégias de povoamento e de subsistência de algumas áreas regionais, como é o caso da Beira Alta, da Beira Interior e do estuário do Tejo, especialmente no concelho de Almada

No caso dos machados de alvado do actual território português, estamos perante um conjunto de cerca de meia centena de peças, na sua maioria achados avulsos e que apresentam uma extrema variabilidade, não havendo, na verdade, duas peças que se possam considerar iguais e manifestando-se as semelhanças mais ao nível dos grandes aspectos formais (se tem uma ou duas aselhas, com ou sem nervura na lâmina, de pequena ou grande dimensão, etc.), do que em características mais específicas. Como refere R. Vilaça (1997, p. 124) «culturalmente, se é possível atribuir alguma unidade a este conjunto de materiais metálicos, ela reside na sua diversidade. Uns de produção e criação local e/ou regional, outros imitações e/ou adaptações de modelos alógenos, talvez ainda uns quantos constituindo importações. Estes aspectos, reconhecidos na metalurgia de muitas outras regiões da Europa Ocidental, traduzem, na óptica de múltiplos investigadores, a existência de uma metalurgia discreta, normalmente designada por "atlântica", não obstante e por integrar produções de filiação cultural continental e mediterrânica».

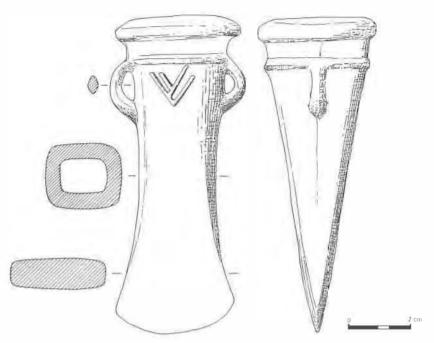
Agradecimentos

Não podemos deixar de expressar o nosso agradecimento ao Dr. Luís Raposo, actual Director do Museu Nacional de Arqueologia pela autorização concedida para o estudo da peça em causa. O nosso reconhecimento estende-se, também, à equipa do referido museu, em especial às Dr^{4s} Ana Isabel Santos e Olinda Sardinha, e às técnicas Margarida Cunha e Luísa Guerreiro, que, ao longo dos últimos meses, nos têm prestado um valioso auxílio na prossecução das nossas pesquisas. Agradecemos ao Prof. Doutor J. C. Senna-Martinez e ao Eng. A. M. Monge Soares a leitura cuidadosa do manuscrito e as valiosas sugestões apresentadas. Não podemos deixar de destacar o trabalho da desenhadora Maria Helena Figueiredo, autora do desenho e da tintagem do mapa apresentados nas estampas I e IV.

Bibliografia

- AA VV (1996) De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C. Lisboa: IPM.
- ARAÚJO, M.F.; ALVES, L.C.; CABRAL, J.M.P. (1993) Comparison of XRF and PIXE in the analysis of ancient gold coins, *Nucl. Instr. and Meth.*, B75, p. 450-453.
- BARBOSA, E. (1956) O Castro da Ota (Alenquer). In *O Arqueólogo Português*. N.S. III, p. 117-124.
- BARROS, L. (1998) *Introdução à Pré e Proto-História do concelho de Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada (Textos de Apoio).
- BETTENCOURT, A. M. (1988) Novos achados metálicos do Bronze Final na bacia do médio Cávado. In *Cadernos de Arqueologia*. Braga. 5, p. 9-22.
- BRANDÃO, D. P. (1961) Achados soltos de cobre e bronze no concelho de Arouca. In *Studium Generale*. Porto. IX: 1, p. 85-93.
- BRANDÃO, D. P. (1962) Achado de «Época do Bronze» de Vila Cova de Perrinho Vale de Cambra. In *Lucerna*. Porto. 3, p. 114-118.
- BRIARD, J.; VERRON, G. (1976a) Typologie des Objets de L' Age du Bronze en France. Fascicule III. Haches (1). Paris: Société Préhistorique Française.
- BRIARD, J.; VERRON, G. (1976b) Typologie des Objets de L'Age du Bronze en France. Fascicule IV: Haches (2); Herminettes. Paris: Société Préhistorique Française.
- CARDOZO, M. (1969) Machados de bronze ornamentados. *Abrente*. La Coruña. I, p.75-79.
- COFFYN, A. (1983) La fin de l'Âge du Bronze dans le centre Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. IV série: 1, p. 169-196.
- COFFYN, A. (1985) Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique. Paris: Diffusion de Boccard.
- COTTRELL, A. H. (1977²) *Introdução à Metalurgia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CRADDOCK, P.T. (1980) The Composition of Iberian Bronze Age Metalwork in the British Museum. In *Aspects of Early Metallurgy*, ed. W. A. Oddy, British Museum, p. 51-62.
- GIL, F. B.; GASPAR, P. F. (1981) A Fluorescência de Raios X e o Método PIXE como técnicas analíticas não destrutivas em Arqueologia. In *Arqueologia*. Porto. 4, p. 12-27.
- GOMES, J. J. F.; DOMINGOS, J. B. B. (1994) Sítios Arqueológicos Representados no Museu Municipal de Hipólito Cabaço (Alenquer). 2. Complexo Arqueológico da Ota. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa. II, p. 7-15.
- HARDAKER, R. (1976) Las hachas de cubo en la Península Ibérica. In *Cuadernos de Pre-historia y Arqueologia Castellonense*. Castellon de la Plana. 3, p. 151-171.
- KALB, P. (1980a) Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal. Germania. 58, p. 25-59.

- KALB, P. (1980b) O Bronze Atlântico em Portugal. Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular. Guimarães. I, p. 113-120.
- MERIDETH, G. (1997) Energy Dispersive Spectroscopy Analysis from Late Bronze Age Artefacts. In *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 5, p. 145-154.
- MOHEN, J.-P. (1992) Metalurgia Prehistórica. Introducción a la Paleometalurgia. Barcelona: Masson, S.A.
- MONTEAGUDO, L. (1977) *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung (Prähistorische Bronzefunde Abteilung IX Band 6).
- PAÇO, A.; BARBOSA, F.; SOUSA, J. N.; BARBOSA, F. B. (1969) Notas arqueológicas da região de Alcobertas (Rio Maior). In *Actas do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa. p. 281-292.
- PEREIRA, M. A. H. (1970) *Monumentos Históricos do Concelho de Mação*. Mação: Câmara Municipal de Mação.
- PEREIRA, M. A. H. (1971) O esconderijo do Bronze Final de Coles de Samuel (Soure). In *Arqueologia e História*, 9ª série, vol. III, p. 165-179.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994) Entre Atlântico e Mediterrâneo: Algumas reflexões sobre o *Grupo Baiões/Santa Luzia* e o desenvolvimento do Bronze Final Peninsular. In *Trabalhos de Arq. da EAM.* Lisboa. 2, p. 173-200.
- SERUYA, A. I.; CARREIRA, J. R. (1994) Análise não destrutiva por Fluorescência de raios X do espólio metálico do Abrigo das Bocas (Rio Maior). In *Trabalhos de Arq. da EAM.* Lisboa. 2, p. 135-144.
- SILVA, A. C. F.; SILVA, C. T.; LOPES, A. Baptista (1984) Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu). In *Lucerna*. Porto. p. 75-95.
- SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F.; CABRAL, J. M. P. (1994) Vestígios da prática da metalurgia em povoados calcolíticos da bacia do Guadiana, entre o Ardila e o Chança. In *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva: U. Huelva, p. 165-200.
- SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F.; ALVES, l.; FERRAZ, M. T. (1996) Vestígios Metalúrgicos em Contextos Calcolíticos e da Idade do Bronze no Sul de Portugal. In MACIEL, M. J., coord. *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Colibri.
- VASCONCELOS, J. L. (1919/20b) Estudos sobre a época do bronze em Portugal. VIII-Tesouro do Casal dos Fiéis-de-Deus. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Iª série vol. XXIV, p. 193-195.
- VICENTE, E. P.; ANDRADE, G. M. (1971) A estação arqueológica do Cabeço dos Moinhos. Breve Notícia. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra, p. 223-237.
- VILAÇA, R. (1997) Metalurgia do Bronze Final da Beira Interior: revisão dos dados à luz dos novos resultados. In *Estudos Pré-bistóricos*. Viseu. 5, p. 123-154
- VILAÇA, R. (no prelo) Produção, consumo e circulação de bens na Beira Interior na transição do II para o I Milénio a.C. In *Actas do Colóquio «A Pré-história na Beira Interior»*, Tondela, 21 e 22 de Novembro de 1997.
- WALKER, R. (1980) Corrosion and Preservation of Bronze Artifacts. *Journal of Chemical Education*, 57(4), p. 277-280.



1. Machado de bronze de alvado e duas aselhas de Santo Tirso (MNARQ – 11039 IG)

ESTAMPA II



1. Machado de bronze de alvado e duas aselhas de Santo Tirso (MNARQ – 11039 IG)

ESTAMPA III

ESTAMPA I



1. Machado de bronze de alvado e duas aselhas de Barcelos (MNARQ – 11065 IG)

MAPA



PROPUESTA DE CONSERVACION PARA LA ESTACIÓN ARQUEOLOGICA DE MONTE PADRÃO

J. Angel Acuña Farto

Conservador y restaurador de material arqueológico

Resumo:

El presente articulo pone de manifiesto el estado de conservación actual de la estación arqueológica de Monte Padrão, así como una propuesta de intervención sobre el mismo.

Abstract:

This paper talk about the conservation actions needs to preserve the archaeological site of Monte Padrão. Them the author presents a conservation project for the place.

PROPUESTA DE CONSERVACION PARA LA ESTACIÓN ARQUEOLOGICA DE MONTE PADRÃO



Imagem xeral do sector norte do xacemento.

Introducción

Tras la realización de trabajos previos de diagnosis durante el mes de septiembre de 1999, y habiendo realizado una pequeña intervención de prueba, se ha conseguido realizar una primera propuesta general de conservación y restauración del yacimiento de Monte Padrão, aunque y debido a las dimensiones de este, se há determinado que el trabajo se realizara por áreas a lo largo de varias campañas de intervención. Estos trabajos se llevaran a cabo con la colaboración de alumnos de la Escola Superior de Conservación y Restauración de Bens Culturais de Galicia, como ya viene siendo habitual desde 1997.

Este estudio se divide en dos partes basicas, la primera el estado de conservacion del llacimiento y la segunda la propuesta general de intervencion sobre el mismo.

Dentro del estado de conservación consideramos temas como los factores generales de alteración (técnicos, físicos, químicos y biológicos), tratando luego luego de concretar la situación de los muros (estado del manpuesto, cuñas, argamasas...), de los pavimentos (de barro, de sabre y enlosados), y por ultimo de enlucidos.

La segunda parte dedicada a la propuesta de intervención, está se destina a aquellas estructuras, romanas y castrexas, que no se encuentran en fase de excavación. Así pues no esta dirigida a las estructuras medievales del yacimiento, aunque si las nombremos en el estado de conservación.

Aquí se exponen tratamientos concretos, así como su orden de aplicación, (la aplicación de biocida, limpieza general del yacimiento,tratamiento de pavimentos...).

1. Estado de conservacion

Nos encontramos en un terreno granítico con un entorno dominante de mirtáceas (eucaliptos) y alcornoques. En consecuencia el pH será ácido, el suelo drenante y aireado lo que garantiza la presencia de humedad y oxígeno.

1.1. Factores generales de alteración:

1.1.1. Factores técnicos: (Están en relación con el tipo de ejecución del muro)

- Mampostería no concertada de mala calidad.
- Mortero de saibro amasado.
- La poca potencia de los muros. (que muchas ocasiones no llega a los 50 cm) Ofrece pocos problemas de estabilidad.
- Intervenciones anteriores. Consolidación sobre todo de cabeceras con cemento Pórtland y árido granítico, (Ha mantenido hasta ahora el muro cohesionado, pero empieza a degradarse).

1.1.2. Factores físicos:

- El viento Erosión de la piedra y remoción del material disgregado o debilitado.
- La lluvia Lavado o disolución de las argamasas. Principalmente debida a la naturaleza propia del aglomerante, la arcilla. Otro hecho importante es la presencia de argamasas mejor conservadas en caras protegidas de los agentes atmosféricos (orientadas al Norte).
- La superposición de estructuras. En la zona con estructuras medievales, se encuentran estas sobre las estructuras romanas, presentando problemas de estabilidad.

1.1.3. Factores químicos:

• Hidrólisis del feldespato. Esto es debido a la humedad y al pH ácido del suelo que fluctua entre 5 y 5,5 en todo el yacimiento. Se han detectado algunas piedras disgregadas y de aspecto arcilloso. Los feldespatos se descomponen con facilidad para formar arcilla (caolín).

1.1.4. Factores biológicos:

En su doble vertiente físico-química.

Existen líquenes en la mayor parte de las piedras y musgos sobre todo en las argamasas. Los hongos aparecen en las esquinas interiores donde confluyen los muros 0 y S zona en la cual la presencia de humedad es constante y donde los rayos de sol no llegan a ninguna hora del día.

Las algas verdes varían desde organismos de una única célula, a formas coloniales, hasta filamentos pluricelulares.

• Algas verdes: Se localizan en las piedras, morteros y pavimentos

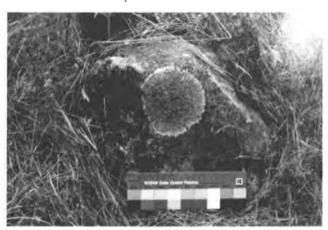
húmedos. Son renponsables del color verdoso alli donde se asientan. Y suponen un primer elemento organico, que permita el asetamiento, de seres vivos superiores.

Las algas verdes se reproducen de forma vegetativa por fragmentación y división celular; asexual por esporas y zoosporas, que se desarrollan directamente para convertirse en nuevos individuos; y sexual por conjugación (unión de dos células sexuales llamadas gametos).

Algunas especies terrestres de algas se combinan en asociaciones simbióticas con hongos, llamadas líquenes.

• Líquenes: Cualquier miembro de un grupo de organismos constituidos por un hongo y un alga que viven en asociación simbiótica Son muy resistentes a cambios de temperatura y humedad.

Se encuentran especialmente en hábitats agrestes y son frecuentes sobre piedra, y suelos pobres (los pavimentos y morteros de xabre tienen una composición muy parecida a un suelo pobre). El cuerpo o talo tiene unas formas de crecimiento características, dividiéndose en tres tipos:



Liquen foliaceo mais extendido no xacemento

Fruticulosos. Con tallo, como por ejemplo, la barba de capuchino.

Crustáceo. Como una corteza, se compone de tres capas: una capa superior que contiene filamentos del hongo, una capa intermedia de células del alga entremezcladas con los filamentos fúngicos y una capa inferior de estos últimos que penetran en la superficie debilitándola.

Foliáceos. tienen una estructura similar, con aspecto de hoja.

En el yacimiento hemos encontrado estos tres tipos.

Los líquenes sintetizan unas sustancias químicas encimas ácidas que dañan la piedra, y su tamaño oscila entre menos de 1 milímetro y más de 3 metros de ancho.

En las primeras etapas de su vida no toleran el plomo y retienen y registran los efectos de otros metales pesados algo que nos puede ayudar a su eliminación.

- Vegetación menor: Supone un riesgo de alteración al asentarse sobre morteros y pavimentos de arcilla o tierra batida disgregándolos con sus raíces, acumulando humedad sobre los muros produciendo la hidrólisis de los feldespatos y debilitando y transformando el mortero original. Dentro de este grupo encontramos:
- a. Musgos. Nombre común de algunos de los miembros de una división de plantas distribuidas por todo el mundo. Los musgos crecen sobre suelo, piedra...

Casi todos están formados por tallos y hojas pequeños y delgados, sin tejido vascular. Carecen de verdaderas raíces, pero tienen unas estructuras filamentosas llamadas rizoides encargadas de las funciones de sujeción subterránea y conducción. Los órganos de reproducción sexual, llamados anteridios y arquegonios, contienen espermatozoides y óvulos respectivamente. La fecundación sólo puede ocurrir mientras las plantas están húmedas.

b. Herbáceas comunes. Estas plantas pueden ser bianuales o perennes.

Dentro de éstas hallamos una alta presencia del Diente de león, raíz larga pivotante, rosetas de hojas lanceoladas profundamente incisas que parten casi desde el suelo, ya que el tallo es muy corto y ancho produciendo en su crecimiento perforaciones y rupturas localizadas en los pavimentos.

- c. Helecho común. Presencia importante.
- d. Papilionaceas. (retama negra). Nombre común de un arbusto de tallos característicamente rígidos de raices largas fuertes y ramificadas.
- Vegetación mayor: Influye en la inestabilidad de la estructura ya que las raíces de los alcornoques, han penetrado hasta las zonas inferiores de los muros, en casos destrozándolos literalmente, esto plantea serios problemas de conservación, sobre todo en la zona medieval que se encuentra en excavación, con un numero elevado de alcornoques adultos sobre las estructuras.

1.2. Estado de conservación de muros

1.2.1. Estado general

La mayor parte por no decir la totalidad de los muros romanos son de mampostería poligonal careada no concertada de mala calidad, de tamaño de mampuesto medio, granítico y con patina gris.

Sus principales problemas son los líquenes, musgos y algas se han establecido en colonias sobre ellos (frecuentes en las caras norte y oeste, más sombrías) y junto con la suciedad general ha provocado en algunos muros una pátina verde permanente, por no hablar del asentamiento de plantas, sobre todo herbáceas en los muros.

1.2.2. Mampuesto

Algunas piedras puntualmente presentan deterioros físicos (fisuras, oxidaciones, hidrólisis...).

Esto no solo a debilitado superficialmente la piedra sino que las raíces de pequeños árboles y arbustos amenazan con mover los mampuestos y pese a haber sido un tratamiento biocida con anterioridad, algunas especies más resistentes sobrevivieron (como la retama negra).

1.2.3. Argamasas

Otros problemas van ligados al estado de la argamasa original, muy lavada y transformada en tierra orgánica, lo que favorece derrumbes y piedras movidas.

De cualquier forma los muros están cargados de sustrato orgánico en todo el yacimiento apenas queda mortero original y se encuentra en la zona castrexa.

Apoyándonos en los análisis a la gota donde no identificamos carbo-

natos creemos que queda claro la presencia de un «xabre granítico» como base del mortero parece que no hubo trabajo de selección (cribado).

Se aprecia la falta de granulometrías homogéneas en el cuarzo. Deberíamos establecer, según los datos aportados, la siguiente conclusión: el hecho de que no aparezcan representados en la tabla carbonatos elimina la existencia de morteros a base de cal.

El resto del yacimiento presenta un alto grado de argamasa ausente y de transformación en tierra vegetal, sin cohesión, fácilmente lavable por el agua de lluvia, foco de microorganismos y plantas superiores.

En cuanto al mortero moderno de cemento Pórtland con árido granítico, este es variable en grosor, pero por lo general muy grueso llegando al centímetro y medio de diámetro y las proporciones de la mezcla no están claras más bien parecen bariar de un punto a otro del yacimiento. En la actualidad tanto su fuerza de adhesión como de cohesión están muy mermadas lo cual paradójicamente es beneficioso ya que el mampuesto no ha sufrido rupturas cohesivas, sino que se han producido separaciones puntuales entre el mortero y el mampuesto en todo el yacimiento, (se ha fragmentado separándose de la piedra), lo que ha dado lugar en la mayor parte de las estructuras hay piedras movidas, sobretodo en las cabeceras.

En aquellos muros de mayor potencia encontramos problemas estructurales más serios, estos muros estan situados en la parte este del area B y en la oeste de la C (de asta 1,40 de altura), manifiestan pequeños derrumbes, desplazamientos, alabeos, pandeos (por empuje del terreno), y hay una mayor concentración de piedras movidas y grietas (tanto longitudinales como transversales). Sobre todo los alabeos amenazan con nuevos derrumbes.

1.3. Estado de conservación de pavimentos

Encontramos dos tipos, presumiblemente:

Pavimentos de barro.

Pavimentos de saibro.

Ya sean castreños o romanos el único aglomerante que los compone es arcilla, en los análisis a la gota no detectamos carbonatos ni sulfatos y por lo tanto presentan el mismo problema que los morteros. Con la diferencia de que están más expuestos a la incidencia directa de los agentes de deterioro.

Este de deve se debe a:

- Lavado por lluvias.
- Agentes antropicos.
- Agentes biológicos.

De entre estos el más relevante es el ultimo, ya que al poder considerarlos como suelos pobres van a tener importantes problemas de microorganismos y vegetación que los irán transformando con el paso del tiempo en tierra vegetal.

El mayor riesgo se suele centrar en los bordes donde existen perdidas de pavimento, son zonas frágiles que nos encontramos fragmentadas y que de no tratar constituyen una continua y sistemática perdida de pavimento, los factores son físicos, como el peso y rozamiento de visitantes sobre el, la presión ejercida por raíces y todo ello ayudado por agentes atmosféricos, (lluvia, heladas, viento).

1.4. Estado de conservación de enlosados

Aparecen en las estructuras romanas y medievales constituidos por piedra granítica muy parecida al mampuesto de los muros.

J. Angel Acuña Farto MONTE PADRÃO: PROPUESTA DE CONSERVACION

Aquí encontramos alteraciones típicas de mampuestos y de pavimentos:

• Ataque biológico, (algas, líquenes, musgos y vegetación).

• Piedras movidas en los bordes de perdidas anteriores, los agentes que lo producen son casi exclusivamente antropicos.

1.5. Estado conservación enlucidos

Se conserva una cantidad mínima de un enlucido de carbonato cálcico, apenas unos centímetros cuadrados con un espesor de milímetros, en una estancia de la domus parcialmente excavada de la zona sur del yacimiento, parece aplicado como una capa cubriente sobre la piedra, esta muy fisurado y disgregado. Con pequeñas colonias de hongos (manchas pardo oscuro casi negras) y suciedad superficial.

2. Propuesta general de intervención

Con la siguiente propuesta plantea una labor intensiva de conservación y protección y sin salirnos de estos criterios pretendemos que las intervenciones faciliten la musealización, como propio resultado de la intervención.

2.1. Tratamientos preliminares:

2.1.1. Aplicación de un biocida: Tipo clorato de sodio al 10% en agua.

2.2.1. Limpieza general del yacimiento:

Para eliminar:

Depósitos terrosos:

Limpieza mecánica: con cepillos, pinceles y brochas. Vegetación:

Eliminación mecánica: con tijeras de poda para hierbas, diente de león, helechos, retama... cortando la planta por el tallo lo más abajo posible, sin extraer la raíz.

2.2. Tratamiento de pavimentos: (de saibro y barro)

Durante todo el tratamiento se seguirá un orden lógico en la realización de las intervenciones. Comenzaremos tratando los pavimentos de forma que podamos trabajar luego sobre ellos en la intervención de los muros. De forma que no dañemos el pavimento con nuestro ir y venir.

2.2.1. Limpieza pormenorizada de pavimentos de barro y saibro: Eliminando restos de vegetación, de depósitos terrosos, musgos, y líquenes primero con una disolución de amoniaco al 5% en agua y luego mecánicamente con espátula, palitos de hisopo, bisturí de dentista.

2.2.2. Consolidación de los pavimentos: en aquellas zonas fisuradas o disgregadas

2.2.3. Protección de bordes de pavimentos: ya hemos explicado antes el peligro que suponen estos bordes en su avance de perdida de materia. Aplicaremos una consolidación en los bordes normalmente fragmentados y disgregados, basado en una barrotina muy liquida, para su refuerzo hidratando frecuentemente para garantizar una mínima penetración.



Xeotextil sobre pavimento de barro

2.2.4. Tapado de los huecos en el pavimento

Este tratamiento es un complemento para el anterior, se realiza aplicando un geotextil como elemento diferenciador y rellenado con saibro en los huecos, estos pueden ser zonas con perdidas naturales de pavimento o producto de catas de excavación buscando, anteriores niveles de ocupación, con ello conseguimos, además de proteger eficientemente los bordes (deteniendo el avance de la alteración), recuperar el nivel de pavimento.

Estos huecos suponen un desnivel entre el terreno y el pavimento y son zonas de encharcamiento y focos de desarrollo de microorganismos, musgo, y por ultimo vegetación.

2.2.5. Protección de pavimentos.

Como medida de protección ante los agentes atmosféricos, vegetación, líquenes, y el hombre, encuentro como solución aceptable el tapado de estos, se realizaría extendiendo sobre el pavimento un geotextil de polietileno, que permita la transpiración del pavimento y nos sirva como elemento diferenciador, sobre este aplicaríamos una capa de 3 Cm de saibro el cual se podría amasar y compactar, y en los pavimentos de barro se mezclaría al saibro pigmentos de rojo oxido de hierro, de forma que el resultado final sea un pavimento parecido al real, que se encontraría debajo. Esta copia sufrirá las futuras degradaciones que de otra forma afectarían a los pavimentos originales. Pero esto permite no solo proteger el pavimento, sino también dar al visitante una visión más continua, sin rupturas, facilita por tanto la lectura del yacimiento, al tiempo que el visitante puede pisarlo.

Se trata de un tratamiento sencillo y reversible.

2.3. Tratamiento de enlosados

2.3.1. Limpieza

Enfocada a la eliminación de depósitos superficiales y líquenes, a estos últimos aplicamos primero amoniaco al 5% en agua con un pulverizador y se eliminan luego con espátulas, palitos de hisopo, cepillos, ayudados por agua con tensioactivo tipo teepol.

2.3.2. Protección de bordes

En las zonas en las que se han perdido piedras de forma que han quedado lagunas en el enlosado, aplicaremos una nueva hilera de losas alrededor de los bordes estas estarán unidas unas a otras por un mortero de cal, para que el paso de visitantes y otros agentes no muevan las piedras originales y agranden las lagunas.

Como elemento diferenciador entre las losas originales y las nuevas, (extraídas de la pedrera), colocaremos pequeños pedazos de piedra granítica de canteras de la zona cortada con sierra que los hace fácilmente identificables.



Tartamento do enlosado dun impluvium

2.4. Tratamiento de muros

Una vez protegido el pavimento o enlosado de la estancia, de existir, se procede a la limpieza.

2.4.1. Limpieza

Enfocada a la eliminación de depósitos superficiales y líquenes sobre piedra, a estos últimos aplicamos primero amoniaco al 5% en agua con un pulverizador y se eliminan luego con espátulas, palitos de hisopo, cepillos, ayudados por agua con tensioactivo tipo teepol.

Incluimos en la limpieza la eliminación de tierra vegetal de las juntas, procedente de sedimentos y argamasas transformadas.

2.4.2. Consolidación de muros

Pasa por la reposición de cuñas:

En aquellos muros que presentan muchos huecos entre paramentos, por lo general en las caras este y sur, es importante reponer las cuñas ya que son un elemento de refuerzo importante que a menudo nos indica la salud de un muro. Su ausencia suele ir acompañada de perdidas importantes de argamasa.

2.4.3. Reposición de argamasa

Existen muros con un lavado de argamasas, en cuyo interior hay huecos, presentan fisuras, grietas pandeos, en ese caso procederemos a aplicar un mortero de propiedades más consistentes que el original, se aplicara con pequeñas espátulas o por inyección si es necesario.

Se están haciendo análisis de composición de morteros de Monte Padrão en la Escola Superior de conservación de bens culturais de Galicia. Con el fin de determinar con mayor exactitud, la composición y propiedades de los morteros originales. Aunque todo parece indicar que se trata de morteros de saibro amasados.

2.4.4. Rejunte

Se procederá a aplicar un nuevo mortero en las juntas, entre paramentos, para evitar el lavado de argamasas internas y para dar mayor consistencia a la estructura.

Aunque la dosificación final del mortero a aplicar no este todavía definida hasta obtener los resultados de los análisis de los morteros originales, podemos decir que el mortero que apliquemos tendrá mayores propiedades adhesivas y cohesivas, se desecha la utilización de un mortero idéntico al original, ya que sus propiedades no son las originales, ni fue concebido para estar al aire libre.

Recurriremos entonces a un mortero de cal aérea y saibro o incluso a un mortero bastardo para darle hidraulicidad.

Se aplicara con paletas y espátulas presionando insistentemente para que su resistencia posterior sea óptima y se humedecerán constantemente las piedras para que no se deshidrate el mortero.

Se trata de un mortero de sacrificio, la idea es que con el tiempo se degrade ya que siempre lo podemos reponer, mientras que el interior del muro no sufra daños.



Trabalho de rejunte sobre muro

2.4.5. Reconstrucción

Se llevara a cabo por exigencias estructurales, (en derrumbes o para sostener tensiones producidas por otras estructuras...), es decir con fines de sostén.

Se realizara con distintos morteros dependiendo de sí trabajamos sobre una cimentación, o sobre el muro, se utilizara piedra de la pedrera tratando de emular la técnica constructiva. Al igual que en el apartado anterior, las proporciones de las argamasas a aplicar están pendientes de las analíticas.

En cuanto a los *elementos de diferenciación* emplearemos cuñas de piedra granítica donde su cara externa estará cortada con sierra, se distribuirán de manera uniforme entre el muro original, y la parte reconstruida, de forma que no llamen la atención pero perfectamente visibles.

2.4.6. Protección de cabeceras

Se llevara a efecto sobre los muros de todo el yacimiento colocando una hilada nueva de piedra extraída de la pedrera, el mortero empleado para ello tendrá menos aglomerante y más árido que el empleado para las reconstrucciones pues soporta tensiones menores. Las cabeceras de los muros es de donde existe el mayor numero de piedras movidas, pretendemos con ello, que los agentes atmosféricos no incidan directamente sobre el muro (lavando argamasa, llevándose materia.) y antrópicos (moviendo piedras). Estas alteraciones la sufrirá en un primer momento los nuevos elementos aplicados sobre el muro.

2.4.7. Limpieza de enlucidos

Eliminación de hongos, algas, líquenes y demás microorganismos. Amoniaco al 5% en agua. Limpieza mecánica con palitos de hisopo.

2.4.8. Consolidación de enlucidos

Con agua de cal hidratada.

2.5. Problemas de hidrología

En todo el yacimiento predominan las zonas de encharcamiento, sobre todo en el interior de las estancias como es lógico.

Las posibles soluciones son habilitar cubiertas sobre las estructuras, un método muy caro y antiestético, o estudiar la posibilidad de utilizar sistemas de drenado, esta opción es la que parece más viable para Monte Pradrao.

Por suerte para nosotros las estructuras romanas presentan sus propios sistemas de drenado los cuales intentaremos rehabilitar, en estos momentos los canales se encuentran obstruidos y en algunos casos parcialmente destruidos por estructuras medievales.

En cuanto a las estructuras catresas, que tienen problemas de estancamiento, es importante la realización de un drenaje sencillo a trabes de una cánula, introducido en el muro en su punto más bajo.

Aparte de que estas soluciones sean en su momento más o menos efectivas, se hace necesario un estudio por personal cualificado de la hidrología de la estación arqueológica, y que ofrezcan soluciones más estudiadas al problema.

3. Breve comentario final

En cuando sitios arqueológicos que se encuentran al aire libre, como es el caso, no podemos dejar de recomendar el mantenimiento de las estructuras tratadas.

Lo mejor sería que el mantenimiento fuese ligado a un proyecto de musealización donde tener cavida.

El abandono total de las estructuras contraería consigo el comienzo de la cadena de deterioro: suciedad y polvo en general, formación de suelo orgánico en superficie, asentamiento de plantas sobre el mismo...

En cuanto a los productos, garantizan la estabilidad a lo largo del tiempo (cuestión que deberíamos poner en relación a lo expuesto anteriormente, el mantenimiento).

Por último, decir que se ha intentado efectuar una propuesta de intervención simple, donde se trata de proteger al máximo aquellas estructuras más débiles o bien las más atacadas del yacimiento, tratando siempre que los elementos añadidos durante la intervención, tengan una función cobertora y de sacrificio en beneficio de los materiales originales, (como el tapado de pavimentos, el mortero de rejunte, la protección de cabeceras.) garantizando siempre su reversibilidad y la fácil identificación de los elementos añadidos y facilitando a la vez su musealización, ya que el visitante puede recorrer con más libertad el yacimiento, teniendo una lectura más clara del mismo.

O NACIONALISMO CATÓLICO EM SANTO TIRSO (1901-1910)

Nuno Olaio

Resumo:

O presente estudo analisa a participação dos católicos tirsenses no âmbito do *Nacionalismo Católico* durante o período de 1901 a 1910. Veremos como a criação em 1901 do Centro Nacional de Santo Tirso contribuiu para a dinamização dos católicos locais e qual foi o seu papel no seio do Partido Nacionalista. Aborda-se vários aspectos caracterizadores do movimento social católico no início do século XX e a sua repercussão no concelho de Santo Tirso.

Abstract:

In this paper we are going to analyse the participation of Santo Tirso catholics in the *National Catholic Movement* during the period of 1901-1910. We will see how the appearance of the National Centre of Santo Tirso in 1901 contributes for the develop of catholics activities and which role he played in the National Party. This study touch several aspects of the portuguese catholic social movement in the beginning of twenty century and there repercussions on Santo Tirso county.

O NACIONALISMO CATÓLICO EM SANTO TIRSO (1901-1910)

Introdução

O objectivo do presente estudo é conhecer e analisar a participação dos católicos tirsenses no seio do movimento nacionalista católico desde a criação do Centro Nacional Tirsense em 1901 até ao epílogo desta experiência política com o advento da República em 1910. A análise dos periódicos locais¹ permitiu-nos compreender o processo de formação da nova força política e entender o conjunto de cumplicidades políticas e sociais existentes a nível local.

No âmbito da crise de fim de século, que abarca a sociedade portuguesa dos últimos anos da monarquia constitucional e cujos contornos políticos, sociais e económicos tornam mais premente uma atitude pública por parte dos diversos grupos sociais, assiste-se ao crescimento de um movimento no seio do catolicismo liberal – o nacionalismo católico². Este movimento ganhará, desde a questão do Ultimatum, espaço político no decurso da última década do século XIX e substância política durante a primeira década do século XX ³. O *nacionalismo católico* reveste-se ao longo dos 10 anos de existência, primeiro como Centro Nacional (1901-1903) e depois como Partido Nacionalista (1903-1910), com contornos ainda hoje imprecisos, que reflectem diferentes atitudes e experiências por parte dos militantes e seus simpatizantes.

1. No final do século XIX, o nacionalismo católico.

No final do século XIX surge um movimento que reúne leigos e clérigos, alcançando uma importante expressão social e impacto político na sociedade portuguesa. Este movimento que tem as suas raízes no associativismo católico de cariz social e intenção política, representa um passo em frente nas intenções formuladas pelo velho Centro Católico Parlamentar, criado em 1894 por um conjunto de personalidades de vários quadrantes políticos como Henrique Barros Gomes, o conde de Casal Ribeiro e o bispo-conde, D. Manuel Correia de Bastos Pina. Estes já haviam pretendido reunir o clero e os militantes católicos nacionais em prol da defesa da Igreja Católica Apostólica Romana e da doutrina social cristã saída de documentos como a *encíclica Rerum Novarum* (1891) de Leão XIII e a carta *Au millieu des solicitudes* (1892) enviada pelo Papa aos bispos franceses.

A necessidade de congregar os católicos na defesa de um novo paradigma de regeneração, provocado pelo «claudicar» do velho rotativismo liberal, o qual cedia progressivamente lugar ao projecto republicano, e às ideias socialistas e anarquistas, levou a que este sector conservador da sociedade portuguesa, num esforço de recomposição do católicismo, procurasse organizar-se numa acção social concertada. As preocupações dos católicos no âmbito do assistencialismo e o entendimento das relações laborais

- Este estudo debruçase sobre os semanários Jornal de
 Santo Thyrso e Semana Tirsense,
 únicos jornais do concelho editados neste período. Iremos de
 futuro recorrer amiúde a estes
 jornais, pelo que adoptámos simplificar a sua citação abreviando
 os seus nomes para JST e ST.
 Recorremos ainda a fontes primárias do Arquivo Municipal de
 Santo Tirso e a obras de autores
 contemporâneos aos acontecimentos.
- Cf. SILVA, Jacinto Cândido da, «Circular para a Fundação do Centro Nacional», 16 de Julho de 1901, transcrita no Correio Nacional de 18.7.1901; Memórias Íntimas para o Meu Filho (1898-1925), Castelo Branco, Edição Estudos de Castelo Branco, 1963, pp. 369-382; A Doutrina Nacionalista, Póvoa de Varzim, Liv. Povoense, Ed. José Pereira de Castro, 1909.
- The strict of th

à luz da *Rerum Novarum*, levaram à criação em Portugal dos primeiros Círculos Católicos Operários⁴, ao recrudescimento das actividades das Ordens Terceiras e ao aparecimento de uma imprensa católica particularmente activa na difusão da doutrina social. Uma corrente com crescente importância dentro do movimento católico veio também apelar para a intervenção política através da criação de um partido político. O repto lançado por Jacinto Cândido da Silva, o conde de Bertiandos e Gonçalo Xavier de Almeida Garrett, foi ao encontro da aspiração de muitos católicos. O lançamento da *Circular para a Criação do Centro Nacionalo* teve como consequência uma tomada de posição pública dos católicos. Consubstanciando-se esta ideia no Congresso Nacionalista do Porto, em 1903, lançam-se as bases do Partido Nacionalista, sendo este liderado por Jacinto Cândido da Silva.

2. Antecedentes do movimento católico local

As tentativas de reorganização do movimento católico no seguimento da crítica realizada pelo Papa Leão XIII, numa carta encíclica dirigida aos bispos portugueses - Pergrata Nobis (14.9.1886), permitiu estimular o associativismo católico. Na sequência, realizaram-se alguns apelos à união dos católicos. Em Santo Tirso, os católicos locais participariam neste movimento, conhecendo-se a proposta - manifesto, publicada por um grupo de tirsenses no diário A Palavra em Outubro de 1886, sob o título de Manifesto dos Católicos de Santo Tirso a todos os Católicos do Reino.⁶ As repercussões do seu repto, não se fizeram esperar, reflectindo uma vontade de renovação e uma acção tendente à construção da Ecclesia Christi: «Católicos! É tempo de acordar da letargia em que há tantos anos vivemos. É tempo de nos unirmos numa só alma, num só pensamento e numa só vontade para defender os nossos direitos violados, a nossa consciência oprimida, as nossas crenças insultadas, a Igreja nossa mãe, perseguida.⁷. Este documento traduz o desejo de intervenção social e política, exortando à participação no debate público para que «a Igreja em Portugal seja livre e independente e não escrava.»8. Observa-se que desde este momento houve em Santo Tirso um recrudescimento da actividade dos católicos, configurando a futura e entusiástica adesão dos tirsenses ao projecto do Partido Nacionalista.

Neste sentido podemos salientar a participação do comendador João Francisco de Morais⁹, entre os mentores do catolicismo local, recordando o periódico católico *A Palavra* alguns anos mais tarde, por ocasião da eleição do seu neto, José Joaquim de Morais Miranda como deputado nacionalista: (...) o sr. comendador Morais, vivendo sempre para a causa do bem, meteu também seu ombro à formação do Centro Nacional de Santo Thyrso, sendo-lhe notável consolação a rapidez e as bases auspiciosas com que se constitui. Será por sua vez o genro do comendador, António Joaquim de Campos Miranda, abastado proprietário local, um dos principais protagonistas na fundação do Centro Nacional de Santo Tirso.

Aspectos do nacionalismo católico tirsense

1. A criação do Centro Nacional de Santo Tirso

No dealbar do século XX surge no *Jornal de Santo Thyrso* a primeira referência ao movimento católico local¹¹. Numa discreta nota, transcrevendo um artigo de *A Palavra*, noticiam-se os desentendimentos na eleição para a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, acusando-se os regeneradores de impedirem os progressistas locais de votarem. Entre as causas aventadas para a situação gerada em torno da eleição, surge a acusação ao «Partido católico-regenerador», denunciando a proximidade existente entre os regeneradores e os membros influentes do movimento católico local.

- O primeiro Circulo Católico Operário foi criado em 1898 na cidade do Porto por Manuel Fructuoso da Fonseca.
- «Circular para a Fundação do Centro Nacional», 16 de Julho de 1901, transcrita no Correio Nacional de 18.7 1901
- ⁶▶ A Palavra, ano 15, n° 102, 10 10 1886. Ver nesta revista na rubrica Documentos.
- ld, Ibidem.
- ▶ ld, ibidem.
- Foi um dos fundadores da Associação Católica na cidade do Porto em 1870, obra protagonizada em primeiro plano pelo conde de Samodães. O comendador foi genro de António Joaquim de Campos Miranda e avô de José Joaquim de Morais Miranda, ambos católicos tirsenses envolvidos na criação e expansão do Centro Nacional em Santo Tirso.
- "> «Dr. José Miranda» in JTS, ano 24, n° 21, 28.9.1905 reportando-se a um artigo de A Palavra da semana anterior.
- Cf. « A Palavra» in *JST*, ano 20, n° 3, 23.5 1901

O Mosteiro Beneditino de S. Bento de Singeverga, continuador da tradição beneditina local¹², desempenhou um importante papel na organização do movimento. O P. Martins Capela, professor, jornalista e conhecido mobilizador da causa nacionalista na arquidiocese de Braga recorda no seu diário os contactos estabelecidos com o P. Manuel Ramos¹³, monge de Singeverga, cativando-o para a necessidade de aprofundar o estabelecimento do nacionalismo em Santo Tirso¹⁴. Esta relação epistolar, surgida antes da reunião para a formação do Centro Nacional, anuncia a possibilidade de um envolvimento activo por parte do mosteiro beneditino na causa nacionalista¹⁵. É provável que a inexistência de uma participação mais explícita por parte desta instituição, que goza de prestígio e influência local, se deva à questão religiosa, levantada em consequência do Caso Calmon¹⁶. Tendo inclusive o Mosteiro, ao exemplo de outras casas religiosas, recebido ordem de encerramento pelo Governo¹⁷.

A primeira notícia que nos chega sobre a constituição do Centro Nacional é veiculada pelos jornais da terra 18, referindo a presença do conde de Samodães em Santo Tirso, a 14 de Outubro de 1901, no palacete de António Joaquim de Campos Miranda, onde se reuniu com vários cavalheiros civis e eclesiásticos 19. Desta reunião surge a decisão de criar o Centro Nacional de Santo Tirso, cuja constituição é referida uma semana mais tarde num órgão regional afecto ao nacionalismo católico, o *Comércio do Minbo*. 20

Com base no paradigma político apresentado na *Circular para a Fundação do Centro Nacional*, iriam os católicos tirsenses colocar em prática os seus preceitos: «[...] é de altíssima conveniência que todos os homens de boa vontade se unam em volta do programa do Centro Nacional, cooperem no seu desenvolvimento positivo e prático, e trabalhem dedicadamente para a sua realização progressiva, entrando neste movimento não só os elementos dos diversos partidos, mas também os numerosíssimos cidadãos hoje afastados da política militante e que na actual conjuntura devem trocar o isolamento pela colaboração persistente na vida pública.²¹.

Nesse sentido a direcção do Centro Nacional de Santo Tirso foi composta por nove membros²², entre os quais 4 grandes proprietários e cinco eclesiásticos, alguns destes, antigos militantes de outros partidos²³. Na composição do Centro podemos observar uma forte componente eclesiástica, à qual não é alheia a prática política local, onde membros do clero militam nos partidos *rotativos*, participando inclusive na administração pública²⁴. O Abade Manuel Correia de Abreu²⁵, Vigário da vara e membro da influente família local Correia de Abreu da Casa da Lage (Burgães), da qual saíram vários eclesiásticos e professores²⁶, é vice-presidente do Centro Nacional e figura tutelar dos eclesiásticos nacionalistas. Os seus correligionários são os abades de São Martinho do Campo – António Gonçalves de Azevedo Júnior; abade de Rebordões – João Baptista da Costa Pessoa; abade de Covelas – Alberto Moreira Maia e o abade da Palmeira – Joaquim José Teixeira.

A componente civil do Centro Nacional local configura a vontade dos nacionalistas de trazer para o movimento grandes capitalistas e proprietários, como tinha sido preconizado no *Correio Nacional*: "A categoria social que deverá especialmente acolher as simpatias da ideia da fundação do Centro Nacional é a classe [...] dos proprietários rurais que são o elemento mais conservador do mundo económico e que, neste momento, devem lutar contra as maiores adversidades e quem têm necessidade de fazerem escutar a sua voz ao mesmo tempo que solicitam a atenção de uma administração protectora e previdente." O presidente do Centro é Manuel Marinho Falcão de Castro Morais, filho do visconde de Roriz, sendo um dos quarenta maiores proprietários do concelho, com grande reputação e prestígio local²⁸. Entre os vogais eleitos figuram: Manuel Maria Frutuoso, proprietário e capitalista²⁹; António Joaquim de Campos Miranda, proprietário e capitalista e Joaquim Maria de Andrade, proprietário e capitalista³⁰.

O antigo Couto de Santo Tirso esteve na origem do concelho. O couto era propriedade dos monges beneditinos, detentores dessas terras desde o século XI até à sua expulsão em 1834. O Mosteiro S. Bento de Singeverga foi criado em 25 de Janeiro de 1892, quatro anos após a restauração da Ordem Beneditina em Portugal, tendo representado o retorno dos beneditinos a Santo Tirso. Actualmente é a casa mãe da Ordem Beneditina em Portugal.

¹³▶ Ver biografia em anexo 1.

Cf. SOUSA, D. Gabriel, «Dois mosteiros tirsenses: Santo Tirso e Singeverga – que ligação», Separata do Jornal de Santo Thyrso, nº 1, 11 de Maio de 1982. Neste artigo é referido pelo autor as simpatias da família Sá Brandão de Freire, proprietários da Casa e Quinta de Singeverga, com a causa miguelista, pp. 2-5. Será outro ramo da família, Gouveia de Azevedo, que herdará a Quinta e a doará para a criação do Mosteiro de S. Bento de Singeverga.

Sequimos os extractos do Diário do P. Martins Capela publicados por Amaro Carvalho da SILVA. O Partido Nacionalista no Contexto do Nacionalismo Católico (1901-1910), Lisboa, Edições Colibri, 1996, pp. 127--153 É possível que a relação epistolar e de amizade que liga os dois clérigos seja anterior à polémica despoletada pelo Caso Calmon e a legislação que lhe sucedeu, primeiro a restringir a liberdade de associação religiosa (Decreto-Lei de 10.3.1901) e depois para regular a sua existência no país (Decreto-Lei de 18.4.1901). Em todo o caso seria interessante conhecer melhor a relação e trabalho destes dois homens em prol da reorganização e acção dos católicos portugueses, como o papel desempenhado pela Ordem Beneditina restaurada nesta questão.

Rosa Calmon era filha do Cônsul do Brasil no Porto. O seu desejo de ingressar numa ordem religiosa contra o desejo do pai levou a uma campanha anticlerical, iniciada em 1901, tornando-se uma questão nacional onde se digladiaram os liberais e os republicanos, por um lado, e os defensores da igreja e das ordens religiosas, por outro

Esta ordem de encerramento, que viria a ser temporária, foi emitida pelo Governo Civil do Porto a 20 de Abril de 1901. Cf. Alberto PIMENTEL, Santo Thyrso de Riba D'Ave, Santo Tirso, Club Tirsense, 1902, p. 290 e Fortunato de ALMEIDA, História da Igreja em Portugal, vol. III, Porto-Lisboa, Livraria Civilização- Editora, 1968-1971, p. 173.

«Centro Nacional» in JST, ano 20, n° 24, 17.10.1901 e «Centro Nacional» in ST, ano 3, n° 42, 20.10.1901

"Secontro Nacional" in JST, ano 3, n° 42, 20,10.1901. Este palacete ainda existe e está situado na esquina da rua Dr. António Augusto Pires de Lima com a rua Sousa Trepa.

Após anunciar em Agosto a constituição para breve do Centro Nacional, este semanário dá notícia da sua criação no nº 4279, de 17.10.1901. Pela análise realizada a este semanário podemos considerá-lo antes de tudo um periódico afecto aos Progressistas e simpatizante dos nacionalistas, mas não comprometido com o nacionalismo católico. Refira-se a propósito um comentário publicado em editorial, de 1904, sobre as eleições ganhas por progressistas e nacionalistas: «O Jornal de Santo Tyhrso independente e desprendido de qualquer paixão partidária, continuará, como até aqui, a prestar o seu apoio ao partido progressista enquanto ele se mantiver na linha de dignidade e afeição aos interesses do concelho [...] » in JST, ano 23, n° 35, 5.1,1905. É no entanto revelador das suas simpatias nacionalistas as declarações do abade de S Martinho do Campo ao mesmo jornal: «O Jornal de Santo Thyrso faz honra a este concelho, e pode, sem dúvida alguma, entrar em todas as casas, onde se respeite a religião.» in JST, ano 23, n° 35, 5.1,1905.

«Circular para a Fundação do Centro Nacional», 16 de Julho de 1901, transcrita no Correio Nacional de 18 7.1901

A direcção é composta por um presidente e vice--presidente e sete vogais. Infelizmente não é conhecida a documentação do Centro Nacional, pelo que não é possível conhecer o seu funcionamento e O Centro local regista grande actividade durante o ano de 1901. António Joaquim de Campos Miranda aparece como a face visível destas movimentações tendo-se deslocado a Lisboa para reunir com o Comissão Central do movimento nacionalista, preparando no grupo local as condições para «[...] pugnar pelos direitos e liberdades da Igreja, trabalhar para a aplicação dos princípios da economia social cristã, e defender todos os interesses superiores do país, que por sua natureza devem estar acima de quaisquer lutas e divisões partidárias.»³¹. Ainda não é perceptível a orientação que o Centro local vai tomar relativamente ao debate interno sobre o rumo a dar ao nacionalismo católico, se avançar para a formação de um partido, procurando alcançar o poder para a implementação de um projecto católico ou então manter a influência e pressão sobre os partidos políticos existentes.

2. A participação nacionalista na política local

Numa primeira análise dos contornos regionais do movimento nacionalista católico português na transição para o século XX, realizada por Marie-Christine Volovitch em 1985³², são aí apontadas as suas principais características. Ao traçar o quadro conjuntural que serviu de berço ao nascimento dos Centros Nacionais que durante os anos de 1901 a 1903 povoam todo o país, especialmente a região Norte e Centro, chama a atenção para a prevalência de um contexto de crise com os seus contornos políticos: a decadência do sistema liberal e os vícios que o rotativismo impôs e de que nem mesmo a monarquia constitucional sai ilesa; a crise económica, que se manifesta nos problemas da agricultura (nomeadamente no sector vinícola) e na ausência de um projecto económico, reflectindo-se também na questão colonial; e por último, os contornos sociais desta crise que se prendem com as reivindicações operárias, a repercussão das doutrinas socialistas e anarquistas em vários sectores da sociedade e o tratamento da questão religiosa por parte das autoridades, nomeadamente as manifestações públicas de anticlericalismo.

Neste âmbito caracteriza os nacionalistas como «[...] notables catholiques, conservateurs, souvent attachés à la tradition miguéliste (qui rest encore vivante das les campagnes du nord-ouest du Portugal) et qui sont touchés para la crise viticole qui connâit le pays aprés la reprise de concurrence des vins français et italiens et la fermeture du marché brésilien»³³.

Esta visão, partilhada por Amaro Carvalho da Silva³⁴, traz-nos ao ponto de partida deste estudo, o de conhecer os protagonistas do projecto nacionalista num concelho de características rurais do distrito do Porto – Santo Tirso, e compreender a mundividência que os católicos tirsenses partilhavam na resolução dos problemas do seu tempo e na concretização do seu projecto político. A realização de estudos monográficos sobre a experiência do nacionalismo católico a nível local e regional, como o trabalho desenvolvido por António de Sousa Araújo, «O nacionalismo católico em Vila Nova de Famalicão – Elementos e Documentos para o seu estudo», in *Itinerarium*, ano XLVI, nº 167, Maio-Agosto, 2000, pp. 253-344, permite-nos conhecer melhor a real implantação e importância dos *nacionalistas* no espectro político local.

Com a criação do Centro Nacional assiste-se a uma alteração no equilíbrio nas forças políticas locais. O Partido Regenerador que ocupa a presidência da Câmara Municipal, após ter sido chamado pelo Administrador do Concelho a formar a Comissão Municipal Administrativa em Março de 1901³⁵, vencerá sem oposição significativa as eleições autárquicas de Novembro desse ano.

Com ironia, o Jornal de Santo Thyrso descreve o ambiente em que se

realizam as eleições legislativas: "[...] No próximo domingo realiza-se a comédia eleitoral, peça de pouco trabalho e movimento, graças aos altos decretos do muito nobre e poderoso Sr. Hint**z**e Ribeiro, que, por um acto exclusivo de sua vontade, terminou com os representantes da nação, para os transformar em representantes da comédia, de que sua $\mathrm{Ex^4}$ é o galã.". 36 Não é possível identificar o comportamento dos nacionalistas tirsenses durante os dois actos eleitorais que se realizaram no final de 1901; as eleições legislativas de 6 de Outubro e as autárquicas de 3 de Novembro.

Depois da dissolução da anterior vereação, motivada por uma sindicância ao executivo camarário, foi a Comissão Municipal Administrativa encarregue de preparar as eleições locais e como normalmente sucedia nestes casos, fruto do sistema político e caciquismo local, a Comissão assegurou as condições para vencer as eleições. ³⁷ Surgem a público as primeiras divergências dentro do Partido Regenerador, observando-se alguma fricção entre os seus membros e os católicos locais.

António Joaquim de Campos Miranda encontra oposição à sua reeleição para o cargo de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso³⁸ entre os membros regeneradores desta instituição, nomeadamente de João Gualberto da Costa,³⁹ director da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso e membro da vereação tirsense. Os nomes de Campos Miranda e Bernardino Viana são riscados da lista a apresentar às eleições de 1902 da Misericórdia tirsense.⁴⁰ O sucedido marcará o afastamento político entre os católicos do Centro e os Regeneradores, proporcionando um esclarecimento de posições de todos os católicos que integravam o centro e aos mesmo tempo um partido local. Dá-se progressivamente a separação entre os *nacionalistas puros* e os *nacionalistas condicionais*⁴¹.

Os católicos tirsenses continuarão a desenvolver o seu trabalho em prol de um partido. Os seus propósitos parecem correr bem, sendo anunciado no final de Setembro de 1902 a visita de Jacinto Cândido da Silva à vila de Santo Tirso⁴². Apesar da visita não se concretizar, António Augusto Correia de Abreu⁴³, jornalista e autor de vários artigos inspirados no nacionalismo católico, faz a sua profissão de fé e lança o repto da *Vida Nova*. Publica no *Jornal de Santo Thyrso* o artigo "Pela Pátria !", no qual explica as causas da sua adesão ao nacionalismo católico definindo-o como: "[...] tudo o que pode saciar as aspirações de católicos sinceros e patriotas devotados. [...] Faliram por completo os chamados partidos da rotação. Deram quanto tinham a dar."⁴⁴. Como primeiro manifesto público de adesão ao nacionalismo, assume a forma de repto, confirmando a crença do seu autor nos princípios gizados na *Circular para a Criação do Centro Nacional* e a admiração pela figura de Jacinto Cândido⁴⁵ enquanto líder desta causa. Paralelamente o jornalista repudiará a actividade política desenvolvida pelo seu antigo partido, o Progressista⁴⁶.

Durante o ano seguinte acompanham-se com atenção os preparativos do Congresso do Porto, primeira assembleia magna nacionalista, onde se lançam as bases para a constituição do partido. A *Semana Tirsense*, semanário que entretanto se torna o órgão oficial do Partido Regenerador ⁴⁷, elucida-nos com o seu silêncio da posição que adoptará a partir desse momento relativamente ao Centro Nacional e às iniciativas políticas que o movimento protagonizará, não fazendo qualquer menção à realização do congresso ou às suas conclusões. Pelo outro semanário local chegam a Santo Tirso trechos dos discursos mais atendidos e as principais conclusões apresentadas. No entanto, não é possível confirmar a presença de tirsenses entre os delegados a este Congresso.

Em Junho de 1904, os progressistas através dos seus cronistas no *Jornal de Santo Thyrso* ainda declaravam a intenção de concorrerem sozinhos às eleições municipais⁴⁸. Contudo, acabaram por ser estes os vencedores da prolongada corte que ambos os partidos rotativos realizaram aos nacionalistas, para que, em coligação concor-

sucessão de responsáveis com base em fontes directas

Como é o caso de António Joaquim de Campos Miranda (1856-1910) membro do Partido Regenerador, tendo sido nessa qualidade vereador da Câmara Municipal. Consultar biografia em anexo 1.

Os exemplos mais conhecidos para este período são os de: P. Miguel Ribeiro Miranda, várias vezes vereador e vice-presidente da Câmara Municipal pelo Partido Regenerador e o P. Augusto José Coelho que também foi vereador e vice-presidente da Câmara pelo Partido Progressista.

Consultar biografia em anexo 1.

Seu pai, Luís Correia de Abreu (1804 -1877) foi um eminente pedagogo e historiador. Descendente de uma casa com tradição local, foi apoiante de D. Miguel, estando exilado em França durante alguns anos Em Paris esteve ligado à fundação do Colégio Luso-Brasileiro de S. Pedro de Alcântara em Fontenay-aux-Roses. De regresso a Portugal, continuará a exercer a sua actividade de pedagogo, funda em 1842 o conhecido Colégio da Formiga (Ermesinde), local de passagem de eminentes clérigos com o restaurador da Companhia de Jesus em Portugal, o padre Carlos João Rademaker Em 1849 funda perto de Santo Tirso o Real Colégio de D. Fernando em Landim.

Correio Nacional, 24.4. 1901, Apud Marie-Christine VOLOVITCH «Militantisme Catholique et Crise du Monde Rural Traditionnel au Portugal, entre 1890 et 1910», in Les Campagnes Portugaises de 1870 a 1930: image et realité (Actes du Colloque, Aix-en-Provence, 24 décembre 1982), Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais. Paris. 1985, p. 252. A responsabilidade da tradução do extracto apresentado para língua portuguesa com base no artigo citado é nossa.

Consultar biografia
em anexo 1

Consultar biografia

Consultar biografia
em anexo 1.

«Circular para a Fundação do Centro Nacional», 16 de Julho de 1901, transcrita no *Correio Nacional* de 18.7,1901.

Foi pela primeira vez salientada a presença e importância de um significativo número de centros nacionalistas no concelho de Santo Tirso por Marie Christine VOLOVITCH, op. cit., 1985, pp. 243-275; Idem, Le Catholicisme Social au Portugal, de L'Encyclique Renum Novarum aux débuts de la République (1891-1913), Paris, 1982, Thèse de Doctorat, 459 p.

ld. Ibidem, p. 243, 34 SILVA, Amaro Carva-Iho da op. cit., pp. 46-56. Este autor acentua a presença do elemento clerical e regenerador entre os primeiros nacionalistas. facto que só veio a clarificar-se no âmbito do debate interno sobre o rumo a dar ao Centro Nacional – aprofundar a sua concretização em partido político ou mantê-lo como grupo de interesse e pressão? Viria a vingar a primeira posição e a clarificação das posições entre os nacionalista puros e nacionalista condicionais. Cf. ALBUQUERQUE, Manuel, Os Centros Nacionaes, Braga, Imprensa Henriquina, 1902, pp. 134 -135.

JST, ano 19, n° 46, 21 3. 1901. Será esta a lista regeneradora apresentada às eleições, a qual sairá vencedora, permanecendo após Março de 1901 como o novo executivo camarário eleito em Novembro de 1901 para o triénio 1902-1904. Para conhecer o executivo eleito consulte anexo 2 «Executivos camarários entre 1900 e 1910».

JST, ano 20, n° 22, 3.10.1901.

**ALMEIDA, Pedro Tavares e SOBRAL, José Manuel, «Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901» in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1982, pp. 649-671.

Eleito Provedor da Santa Casa da Misericórdia em 14 de Outubro de 1900 na sequência da demissão pelo Governador Civil do Porto da anterior Mesa, devido a irregularidades encontradas numa sindicância solicitada por irmãos da Santa Casa ligados ao Partido Regenerador. Desta Comissão Administrativa e posteriormente Mesa eleita constam ainda: dr.

ressem às eleições⁴⁹. Esta aliança deu azo a acusações mútuas entre regeneradores e progressistas, sobre o desprezo dos primeiros relativamente ao debate político e à fraqueza dos segundos, acusados de se coligarem para poderem vencer as eleições autárquicas. Os nacionalistas vieram perturbar o equilíbrio rotativista, criando um novo espaço de afirmação política que lhes permitiu um maior protagonismo na administração pública.

No dia das eleições os regeneradores criticavam a nova aliança nos seguintes moldes: «Na coligação firmada entre progressistas e nacionalistas, há apenas um partido que lucra, este último, a quem, num só momento de desespero e impotência, o progressismo foi obrigado a conceder a representação de três membros na lista da Câmara, [...] lança-se nos braços do nacionalismo, como um enfermo que se sente perder as forças se lança nos braços do médico de que espera salvação.», concluindo que "Aquilo já não é partido progressista é o partido dos epicenos "50. Iniciava-se a questão clos *epicenos* nas páginas da *Semana Tirsense* onde durante semanas causticamente se descreveu os efeitos da aliança autárquica entre progressistas e nacionalistas.

Entre as várias críticas que os partidos rotativos locais lançavam em período de eleições, ressaltam as formuladas no *Jornal de Santo Thyrso* sobre a importância do voto das fábricas na eleição dos regeneradores. Esta crítica remete-nos para uma velha questão entre os partidos locais que dividiam e disputavam as clientelas existentes⁵¹. Neste caso, a influência dos regeneradores junto à indústria local, a qual já tinha anteriormente suscitado polémica, gera um debate em torno do papel que deve ocupar a agricultura e a indústria no desenvolvimento da região. Esta questão e os argumentos implícitos esbatem-se com a chegada dos nacionalistas à ribalta política, tomando as questões outros tons, interrogando-se a imprensa regeneradora sobre as intenções do novo partido e qual o lugar que ocupará na coligação com os progressistas⁵².

Progressistas e Nacionalistas vencem juntos as eleições municipais de 6 de Novembro⁵³, constituindo o novo executivo, que tomará posse a 2 de Janeiro de 1905 para cumprir um mandato de três anos (1905-1907). A cerimónia oficial foi realizada numa das alas conventuais do antigo Mosteiro Beneditino, sendo empossado como presidente do executivo o chefe do partido progressista local, António Augusto Soares Rodrigues Ferreira⁵⁴ tendo para vice-presidente o nacionalista José Joaquim de Morais Miranda⁵⁵, o qual apresentará no jantar comemorativo desta vitória eleitoral as prioridades do seu partido: "A nova Câmara, [...], deve ter por programa a economia e a moralidade na administração do município." Fo, relembrando a preponderância da questão económica no programa católico e recordando a necessidade de moralizar a política, pedra basilar da propaganda nacionalista. O cronista do *Jornal de Santo Thyrso* faz voz das expectativas criadas pela coligação municipal: "Os partidos progressista e nacionalista, uniram-se, possuídos dos mesmos desejos, e para o fim altamente louvável e patriótico de levantarem o seu concelho do abatimento material e moral em que se encontra".

No Congresso Nacionalista realizado em Agosto de 1905 em Viana do Castelo, estariam presentes vários membros do Centro Nacional de Santo Tirso como o seu chefe, Manuel Marinho Falcão de Castro Morais participando, conjuntamente com José Joaquim de Morais Miranda, chefe dos nacionalistas representados na coligação da Câmara Municipal. Neste Congresso, retoma-se o programa nacionalista de 1903, iniciando-se uma ampla campanha de propaganda do partido. O tirsense José de Miranda colheria a admiração de alguns dos mais reputados membros do movimento, o P. Benevenuto de Sousa, do Centro Nacional do Porto e director do *Petardo* comentará: "É uma esperança dos nacionalistas, núcleo de patriotas cristãos, que aí vemos engrossar dia a dia [...] no recente congresso de Viana, onde tivemos a honra de o abraçar, manifestou José de Miranda espontaneamente o seu afecto à causa do povo, tão digno de melhor sorte, afecto traduzido, como deve ser, em obras e não em palavras, [...], 58. Os dirigentes tirsenses começavam a ter lugar proeminente no seio do Partido Nacionalista.

Contudo, localmente, após um ano de convivência surgem notícias de mal-estar na coligação, de desentendimentos entre nacionalistas e progressistas, tomando proporções públicas na eleição do presidente e vice-presidente do executivo no início de 1906. Este incidente será alvo de comentário entre um círculo restrito de políticos católicos da região, o P. Martins Capela aludindo a estes acontecimentos no seu *Diário* narra os factos que lhe foram contados por Manuel Maria Frutuoso, nacionalista tirsense⁵⁹. Nesse ano, José Joaquim de Morais Miranda não é eleito vice-presidente, ocupando esse cargo um progressista, o P. Augusto José Coelho. Esta situação manter-se-à quase até ao final da legislatura, perdendo os nacionalistas subitamente, o peso e protagonismo político, que até então alcançaram.

Para obviar à *concentração liberal*, união entre os progressistas de José Luciano de Castro e os regeneradores-liberais de João Franco, os regeneradores unem-se aos nacionalistas para concorrerem às eleições legislativas de 29 de Abril de 1906. A *Semana Tirsense* dá conta deste entendimento a nível regional, transcrevendo extractos de um artigo de *A Palavra*, onde se incentivava a união⁶⁰. As eleições legislativas proporcionarão a eleição de um católico tirsense, José Joaquim de Morais Miranda, que se torna deputado pelo Círculo Eleitoral de Vila Real. Este facto trouxe notoriedade ao Centro Nacional tirsense, surgindo nos jornais católicos apontamentos biográficos sobre José Miranda⁶¹, enaltecendo-lhe o carácter e futuro político.

A posterior aproximação dos nacionalistas a João Franco e seus correligionários, deixa perplexos os seus antigos aliados regeneradores. A *Semana Tirsense*, observa com ironia o percurso efectuado pelos nacionalistas tirsenses nos últimos anos: «[...] Como a fé é que nos salva e a esperança que nos alenta, achamos bem que o nacionalismo, que tanto combateu o governo por haver saído da legalidade, repenique agora com toda a força e vá antegozando o prazer problemático de uma futura ascensão ao poder [...], 62.

No início de 1908 é eleita a Comissão Administrativa Municipal em virtude do decreto ditatorial de João Franco⁶³. Esta situação perdura até 15 de Fevereiro, quando a anterior vereação reassume funções em virtude da queda de João Franco na sequência do regicídio. Um novo Administrador, Joaquim Machado da Cunha Faria e Almeida, dá posse à coligação progressista/nacionalista para terminar o seu mandato. Com o falecimento do decano do Partido Progressista⁶⁴, José Joaquim de Morais Miranda voltará à ribalta da política local, ocupando a presidência do executivo camarário, para qual é coadjuvado pelo P. Augusto José Coelho, progressista, já anteriormente nas funções de vice-presidente⁶⁵. Durante os escassos meses que dura a conclusão de mandato (entre Março e Novembro de 1908) podemos observar o trabalho realizado pelos nacionalistas na gestão autárquica, já que ocupam a presidência da coligação e da Câmara, tendo desta forma as condições de promover o seu programa.

Assiste-se a uma multiplicação de projectos, realizando-se vários estudos para execução de obras públicas, como a implementação do projecto de iluminação pública eléctrica da vila de Santo Tirso; o estudo de novas formas de abastecimento de água à vila; o arranjo de caminhos; a construção de vias de comunicação, nomeadamente a ligação do caminho de S. Martinho do Bougado à Estrada Real nº 3 e a abertura de uma avenida entre a Praça Conselheiro Campos Henriques e o lugar do Corvilho na vila de Santo Tirso. Outros assuntos chamam ainda a atenção da Vereação, como a resolução do problema dos foreiros da Câmara e a execução de uma planta geral da vila⁶⁶.

Como reflexo da actividade autárquica vêem-se aprovados três orçamentos suplementares rectificativos, expressão prática, do conjunto de obras que a edilidade está a executar. O Fundo de Viação Municipal é frequentemente utilizado e o agrimensor Carvalho, técnico camarário, coordena a maior parte das obras adjudicadas.

Abílio Ribeiro de Miranda, José Correia do Amaral, José Alves da Cunha, António José da Silva Telles, António Gonçalo da Silva, António José de Sousa, Joaquim José Fernandes e Manuel Bento Sineiro. Cf. «Misericórdia de Santo Tirso» in *ST*, ano 2, nº 41, 14.10.1900.

Consultar biografia em anexo 1

⁴⁰▶ *JST*, ano 21, n° 7, 19.6 1902

Manuel de ALBU-QUERQUE, op. cit, påg. 138.

«Conselheiro Jacinto Cândido» in JST, n° 19, 11.9.1902. Esta visita não chegou a realizar-se. Neste semanário observa-se periodicamente o aparecimento de noticias relacionadas com os Centros Nacionais e alguns temas caros ao nacionalismo católico, como os seguintes artigos: «Centro Nacional», ano 21, nº 14, 7.8 1902; «D. António Barroso», ano 21, nº 19, 11.9.1902: «Descanso dominical», ano 21, nº 48, 24,1903; «congresso nacionalista», ano 21, nº 52, 30 4. 1903; «Questões de Governo», ano 22, nº 1, 7.5.1903; «O Congresso nacionalista», ano 22, n° 5, 4.6.1903; «O Papa Leão XIII», ano 22, nº 10, 9 7 1903; ano 22, nº 11, 16.7.1903; ano 22, nº 12, 23.7.1903; ano 22, nº 13, 30.7.1903; ano 22, n° 14, 6.8.1903.

Consultar biografia em anexo 1.

«Pela Pátria !» in JST, ano 21, nº 22, 2.10.1902. Ver texto em anexo 3...

Várias notícias surgiram no Jornal de Santo Thyrso sobre Jacinto Cândido da Silva no decurso de 1902, provavelmente da autoria deste jornalista. Cf. «Conselheiro Jacinto Cândido» in JST, ano 19, nº 51, 24,4,1902; ano 20, nº 19, 11.9.1902.

Para acentuar a sua decisão, de trabalhar em prol da Vida Nova, demite-se da redacção do Jornal de Santo Thyrso, passando a assinar os artigos que publica. O movimento católico estava a tomar fôlego em Santo Tirso.

O jornal muda de propriedade tendo sido adquirido a Adriano Sousa Trepa por Joaquim Machado da Cunha Faria e Almeida. ST, ano 5, nº 1, 4 1.1903. ⁴⁸▶ «Pela Politica» in *JST*, ano 23, n° 4, 2.6-1904

O Partido Regenerador, segundo o *Jornal de Santo Thyrso* teria também tentado fazer uma aliança com o Partido Nacionalista «Não sabem o que fazem» in *JST*, ano 23, n° 30, 1.12.1904.

«Eleição Camarária» in ST, ano 6, nº 45, 6.11 1904.

Semelhante crítica já tinha sido formulada aquando da vitória regeneradora em 1901, tendo na altura sido referido o apoio explícito e a mobilização dos operários da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso em prol dos regeneradores. Em Fevereiro de 1905 realizar-se-á a eleição para a Câmara de Deputados, tendo os regeneradores locais demonstrado mais uma vez a sua força eleitoral e eleito o tirsense José António Alves Ferreira de Lemos Júnior.

A Semana Tirsense move uma aguerrida campanha contra nacionalistas e progressistas. No Jornal de Santo Thyrso saía o artigo intitulado «Não sabem o que fazem», ano 23, n°30,1.12.1904, no qual se critica a actuação dúbia dos regeneradores e nos informa da sua tentativa de coligarem-se com os nacionalistas. Este artigo abre espaço para uma disputa política que se irá prolongar por semanas e que será interessante seguir na Semana Tirsense: «Mentira», ano 6, n° 47 20.11.1904; «A Reboque», ano 6, n° 48, 27.11.1904; «A Crítica do Epiceno», ano 7, n° 2, 2 1 1905; e no Jornal de Santo Thyrso: «Pela Política». ano 23, n°4, 2.6.1904; «Uma atoarda», ano 23, nº 26, 3.11 1904; «Misérias e Infâmias», ano 23, nº 27, 10 11.1904; «Os Francisquinhos», ano 23, n° 28, 17.11_ 1904: «A Nova Câmara». ano 23, nº 35, 5 1.1905; «Bálsamo sobre a ferida», ano 23. nº 36, 12 1.1905. Sobre as eleicões Cf. Semana Tirsense. «Eleição Camarária», ano 6, nº 45, 6 11 1904; «A eleição», ano 6, n° 46, 13.11.1904; e no Jornal de Santo Thyrso: «Eleições», ano 23, n° 22, 6.10 1904; «Eleições», ano 23, nº 26, 3 11 1904; «Eleição municipal», ano 23, nº 26, 3.11, 1904.

Para conhecer o executivo eleito consulte anexo 2 «Executivos camarários entre 1900 e 1910».

Para a continuação destes trabalhos a Câmara Municipal necessita de fundos, lançando um aumento de 15% nas contribuições directas do Estado: predial, industrial, vendas de casa e sumptuária, de modo a constituir um aumento de receita pública⁶⁷.

Em Abril de 1908 realizam-se as eleições legislativas, as quais são um prenúncio para o acto eleitoral autárquico de Novembro. O Congresso Nacionalista de Viseu, realizado no final de Setembro, reflecte o enfraquecimento do partido, o qual na sequência do regicídio procura reorganizar-se e congregar as forças conservadoras e católicas para enfrentar o republicanismo emergente⁶⁸. Nesta reunião magna discursa José de Miranda o qual inicia por fazer uma apologia dos princípios nacionalistas, contando a seguir as causas que o levaram ao partido: «Não fui educado em Portugal e longe da patria experimentei o que é o sentimento nacional. Vi muitas vezes pelas ruas e esquinas de Paris escarnecida a minha patria [...] Chegando a Portugal, vi que havia um grupo de homens desinteressados, altamente collocados na política portuguesa, que tinham quebrado por assim dizer o seu futuro e se haviam aggremiado para obstar ao desmoranamento da sociedade portuguesa. Eis como vim a ser nacionalista. O empenhamento dos católicos tirsenses no projecto nacionalista parece não esmorecer.

Nas autárquicas de dia 1 de Novembro o Partido Regenerador vence o escrutinio de forma retumbante⁷⁰. Esta vitória é reflexo do alinhamento dos partidos nacionais durante a ditadura de João Franco – primeiro a aproximação dos progressistas aos regeneradores-liberais, posteriormente, a inversão de aliança dos nacionalistas, desligando-se dos regeneradores para se aliarem aos franquistas. A queda de João Franco e da ditadura por ele gizada, irá ter repercussões a longo prazo e arrastar os seus aliados políticos. A posse do novo executivo camarário para o triénio que acaba em 31 de Dezembro de 1910 ocorre a 30 de Novembro⁷¹, tendo a *Semana Tirsense* noticiado pormenorizadamente os festejos regeneradores⁷². Adelino Machado da Cunha Faria e Almeida, irmão do Administrador do concelho e chefe regenerador da Trofa, ocupará o cargo de presidente da Câmara Municipal⁷³.

Na sequência da saída dos nacionalistas da Câmara Municipal, procede-se a uma recomposição do Centro Nacional. José Joaquim de Morais Miranda sai do Concelho, indo exercer clínica para Vila Nova de Famalição, onde participará na actividade do Centro local, enquanto que Manuel Marinho Falcão de Castro Morais permanecerá à frente do Centro Nacional Tirsense⁷⁴. Em Novembro de 1909 é organizado no Porto o último Congresso Nacionalista, tentativa derradeira de os nacionalistas se organizarem e fazerem face às divergências internas que novamente separavam as duas correntes existentes no seio do catolicismo liberal: o nacionalismo católico e a democraciacristà. Manuel Marinho Morais encontra-se presente, tendo inclusivé participado como secretário da mesa do Congresso no segundo dia⁷⁵. Não se chega a um consenso na resolução das divergências entre os católicos. A polémica mantida entre as revistas católicas a Voz de Santo António, dos franciscanos de Montariol e o Novo Mensageiro do Coração de Jesus, da Companhia de Jesus, expressava bem a discórdia existente no seio do movimento católico sobre a posição a adoptar sobre o Partido Nacionalista e a obrigatoriedade de voto de todos os católicos nesse partido. Tendo algumas vozes dissonantes com o percurso político adoptado pelo Partido Nacionalista, como a de Manuel Abúndio da Silva, expressado bem esse desacordo no Congresso de Viseu em 1908, e ainda na defesa pública da posição de a *Voz de Santo António*⁷⁶.

Em Santo Tirso os regeneradores permanecerão em funções até 10 de Outubro de 1910, data da última reunião do executivo, onde uma missiva do Governador Civil do Porto nomeia o dr. António Dias de Faria Carneiro a autoridade civil provisória do concelho, ordenando a destituição do actual executivo e a criação de uma Comissão Administrativa Republicana. A 13 de Outubro toma posse a nova Comissão presidida por António Dias de Faria Carneiro⁷⁷.

Iniciava-se com a eleição desta Comissão um novo período na história local reflexo da instauração da República e o desfecho de um ciclo, onde uma moribunda Monarquia Constitucional tentou ainda reagir aos eventos internacionais, a um novo quadro político e estratégico, e ao regicídio do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro.

Os nacionalistas tirsenses remetem-se desde a chegada da República ao silêncio, sucede-se o desmembrar do Centro Nacionalista tirsense, do qual não ficou memória nas décadas seguintes. Com o fim da monarquia também expirou localmente o projecto político nacionalista, reflexo do que a curto prazo aconteceria com o Partido Nacionalista a nível nacional⁷⁸.

3. Repercussão social do movimento católico

A questão social tornou-se o campo privilegiado de actuação para católicos portugueses que comungavam da necessidade de intervir à luz dos ensinamentos da *Rerum Novarum*⁷⁹ motivados pelo impulso que o movimento cristão adquiria noutros países europeus. Neste sentido assistiu-se na última década do século XIX a um multiplicar de iniciativas desencadeadas pela Igreja Católica e por grupos de leigos a nível nacional, regional e local no sentido de transmitir este sentimento geral de combate à irreligiosidade e de resolução da questão social e laboral, entendidas como de ordem moral e subsequentemente atendidas por meio da religião e da caridade cristã⁸⁰.

A questão laboral foi um dos espaços predilectos de actuação da Igreja no sentido de obviar à situação social vigente, resultado das condições criadas pela industrialização nas várias regiões em que esta teve particular impacto. A região do Vale do Ave, onde se situa Santo Tirso, tornou-se desde meados do século XIX um espaço de industrialização crescente⁸¹, mercê da instalação de vários estabelecimentos têxteis algodoeiros⁸².

Nas páginas dos jornais tirsenses podemos observar a presença de duas visões da sociedade no despontar do novo século⁸³. O *Jornal de Santo Thyrso*, vai publicar em editorial «As fábricas e a agricultura» despoletando a polémica. Neste artigo defende-se que o advento das fábricas, no concelho de Santo Tirso, abriu uma crise sem precedentes na agricultura local, desaparecendo a mão de obra dos campos e «deprimindo a principal riqueza do nosso país – a agricultura» Em defesa das fábricas e de uma visão *orgânica* da sociedade, onde os vários sectores económicos não competem, antes complementam-se, a *Semana Tirsense*, responderá com um conjunto de artigos assinalando a importância da criação da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela e posteriormente da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso, para a riqueza e prosperidade do concelho. Nesta senda alude-se à necessidade de criação de condições de trabalho e aos conselhos prestados pelo «Pontífice dos operários», Leão XIII, no âmbito da doutrina social da Igreja.

A questão laboral, colocou a imprensa em polvorosa, com referências mais ou menos explícitas às sensibilidades políticas existentes por detrás de cada um dos órgãos locais. As implicações desta disputa, primeiramente na imprensa e posteriormente no tribunal, com acusações mútuas de violência física e desacato à lei, levou a uma primeira incitação à greve nas fábricas do concelho, lançando-se a *Questão Magna*⁸⁵.

No calor da refrega, com ambos os partidos políticos envolvidos, é chamado à colação o argumento religioso. Primeiro pela *Semana Tirsense*, citando a encíclica *Rerum Novarum – De conditione opificum* (1891) de Leão XIII sobre a questão social. O outro semanário responde-lhe, lançando mão do mesmo argumento e interpre-

Consultar biografia em anexo 1.

Consultar biografia em anexo 1.

** «A nova câmara» in JST, ano 23, n° 35, 5 de Janeiro de 1905.

57 Id, Ibidem. É pro vável que o autor do texto seja o jornalista António Augusto Correia de Abreu, antigo redactor do jornal.

SOUSA, Benevenuto de, «José de Miranda» in O Petardo, ano 4, nº 77, 1,9,1905.

Referência no
Diário do P. Martins Capela aos
aludidos acontecimentos a 23 de
Fevereiro de 1906. SILVA, Amaro
Carvalho, op. cit., p. 153+

«O partido nacionalista e as eleições no distrito» in 57, ano 8, nº 19, 18,3.1906. Partindo deste artigo de A Palavra, a Semana Tirsense faz um autêntico repto na votação aos candidatos regeneradores.

Eleito para a Câmara dos Deputados nas legislativas de 29 de Abril de 1906, vai ocupar em Lisboa o seu lugar, fazendo a imprensa católica alarde desta eleicão: «José de Miranda» in O Petardo, ano 4, nº 77, 1,9,1905: «Dr. José Miranda» in JST, ano 24, nº 21, 28 9 1905; «Dr. José Miranda» e P. Augusto GONÇAL-VES, «Um abraço» in JST, nº 56, 3.5.1906. Nos anos seguintes torna-se candidato nacionalista à Câmara dos Deputados pelos círculos de Leiria (18.8.1906); Porto Ocidental (5.4.1908) e Santarém (28.8.1910), não sendo eleito nas duas primeiras vezes e desconhecendo-se o resultado da última devido ao advento da República.

«Nacionalismo e franquismo» in *ST*, ano 9, n° 51, 22.12.1907.

Para conhecer o elenco da Comissão eleita a 2 de Janeiro consulte anexo 2 «Executivos camarários entre 1900 e 1910». AMST, Livro das actas das sessões da Câmara, 26.11.1906 a 28.11.1908, livro 23.

António Augusto Soares Rodrigues Ferreira faleceu no início de 1908. *ST*, ano 10, nº 9, 1.3.1908.

Cf. «Câmara Municipal» in *ST*, ano 10, n° 10, 8.3.1908. A Comissão Municipal eleita a 15 de Fevereiro foi empossada a 2 de Março. Para conhecer o executivo consulte

anexo 2 «Executivos camarários entre 1900 e 1910»

66 AMST, Livro das actas das sessões da Câmara, 26 de Novembro de 1906 a 28 de Novembro de 1908, livro 23.

AMST, Livro das actas das sessões da Câmara, 26 de Novembro de 1906 a 28 de Novembro de 1908, livro 23. Reunião de Câmara de 13 de Abril

Em Santo observa-se desde a última década do século XIX a actividade dos epublicanos locais, que em 1900 apresentam candidato próprio às eleições legislativas, o Dr. Adriano Augusto Pimenta. Desde o começo do século XX registam-se várias iniciativas da Comissão Republicana local, concomitantemente são criadas estruturas associativas como o Grémio Liberal Operário 14 de Junho de Santo Tirso, JST, ano 20, n° 20, 19.9 1901.

CORREIA, José de Almeida, Memória do Quarto Congresso Geral Nacionalista, Viseu, Typ. de A Folha, 1909, p. 173.

«Eleições de 12 de Abril – apresentação de resultados» in *ST*, ano 10, n° 15, 12.4.1908.

71 AMST, Livro das actas das sessões da Câmara, 30 de Novembro de 1908 a 30 de Novembro de 1911, livro 24.

72 Cf. ST, and 10, n.° 44, 1.11.1908 e ST, and 10, n° 45,8.11.1908.

Consultar biografia em anexo 1. Referenciado como chefe regenerador na 57, ano 4, n°32, 10.8.1902. Para conhecer o executivo eleito consulte anexo 2 «Executivos camarários entre 1900 e 1910».

Cf. António de Sousa Araújo, *Op. Cit.*, pp. 276-277.

Cf Grito do Povo, ano 10, nº 546, 20 11.1909.

Cf. Manuel Abúndio da Silva, Nacionalismo e Acção Cathólica, Porto, 1909; Cartas a um Abade. Sobre alguns aspectos da questão político-religiosa em Portugal, Braga, 1913.

Ver em anexo nº 4 a relação dos membros eleitos para a Comissão Administrativa Republicana, bem como de todos os republicanos que assinaram a acta da reunião de tomada de posse.

Em Dezembro de

tando à luz dessa doutrina a actuação dos patrões das fábricas, fazendo alusão à encíclica e transcrevendo partes do texto: É portanto sobre o ponto de vista da religião católica apostólica romana, em que nascemos e esperamos morrer com o favor de Deus, que hoje vamos encarar as fabricas de Negrelos e Santo Tirso.⁸⁶.

É a evocação da *Rerum Novarum* pela imprensa tirsense a perspectiva que nos interessa observar na análise da *Questão Magna*, pois fornece-nos uma interpretação sobre a doutrina social da Igreja para o mundo do trabalho, permitindo-nos compreender a abrangência do argumento católico no discurso político, social e jornalístico da época. Apesar de neste debate não ser possível identificar a contribuição dos nacionalistas tirsenses, as críticas levantadas contra os regeneradores locais, – a sua ligação privilegiada com os proprietários e directores das fábricas, aliada à campanha promovida pelos progressistas, – a apologia do mundo rural e da agricultura como modo de subsistência, permite-nos reforçar a ideia de existirem duas perspectivas sobre o desenvolvimento económico, duas concepções para a sociedade coetânea, e que nem sempre se encontram de forma explícita definidas na política local⁸⁷.

Podemos contudo observar a acção da Igreja Católica no contacto com esta realidade, tendo o Arcebispo de Braga, numa visita pastoral à paróquia de Vila das Aves em 1900, visitado a Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela. Nesta visita o Arcebispo era acompanhado pelos párocos de Rebordões, de S. Tomé de Negrelos e ainda pelo Sr. Manuel Maria Frutuoso⁸⁸. Embora o envolvimento do episcopado na questão laboral não se manifeste directamente, a presença deste alto dignatário da Igreja numa acção pastoral especificamente dirigida às fábricas, leva a ter em conta a sua importância. Em 1903 este cenário mantêm-se, com D. António Barroso, Bispo do Porto a realizar uma visita pastoral às paróquias do concelho de Santo Tirso que integram a sua diocese, aproveitando para também se deslocar à Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela⁸⁸. Não deixa de ser curioso o facto de o Bispo do Porto pernoitar em casa do Dr. Manuel Marinho Falcão de Castro Morais, chefe do Centro Nacional de Santo Tirso⁹⁰. No seguimento da atitude preconizada pela Igreja sobre a questão laboral, D. António Barroso especificará alguns anos mais tarde, em 1905, em entrevista ao Diário de Notícias a sua posição sobre o assunto, afirmando categoricamente que a agricultura é a actividade que dá mais felicidade ao portugueses. Esclarecendo-se a posição deste prelado sobre o lugar que a indústria deveria ocupar.na nossa economia e o papel que os operários deveriam assumir socialmente⁹¹.

O descanso dominical será uma das questões abordadas em ambos os periódicos locais no âmbito da questão laboral. O tema surge no *Jornal de Santo Thyrso* 92 desde 1903 e esporadicamente na *Semana Tirsense*. Esta questão aparece de forma recorrente na imprensa local até à criação de legislação pelo Governo, o que acontece somente em 1907. Noticiando-se os avanços das negociações em prol desta demanda operária e os debates no parlamento sobre o assunto. O discurso dos apoiantes do "descanso dominical" assentam na moralização da vida operária, no enaltecimento da família como sustentáculo da sociedade e forma de levar o operário ao encontro da religião, proporcionando o caminho para a harmonia social e subtraindo-o aos efeitos nefastos de outros espaços de convivência, como a taberna, e dos efeitos da propaganda anticlerical⁹³.

A participação da sociedade tirsense, mormente dos leigos, na dinamização e criação de instituições de assistência e beneficiência, permite-nos conhecer melhor o contexto social e religioso no qual cresceu a mensagem nacionalista. As frequentes referências a instituições religiosas, noticiando-se festas e reuniões em colégios e igrejas, aportam-nos uma imagem da sociedade local onde a religião desempenha um papel estruturador da convivência social, como espaço de aprendizagem, assistência e lazer. Os jornais locais publicitam amiúde as actividades dos párocos locais e uma multiplicidade de obras pias. Assiste-se à criação de várias congregações como a *Associação*

do Sagrado Coração de Jesus, instituída em 1899, contando poucos meses depois, com 400 associados⁹⁴. São anunciados com regularidade a realização de exercícios espirituais e organizadas viagens de peregrinação à Terra Santa⁹⁵.

Os fenómenos associados à religiosidade popular, caso do culto a N. S. da Assunção, antiga devoção tirsense%, assumem localmente consideráveis proporções97. Tendo-se iniciado o projecto da construção de um santuário em 1896, o entusiasmo popular e a acção da Irmandade tornaram o culto a Nossa Senhora e a romaria ao recém-inaugurado santuário, em Agosto de 1901, uma enorme festa local. A peregrinação à capela de N. S. da Assunção atraía romeiros de vários lugares e a admiração de artistas e escritores. Alberto Pimentel descreve na obra Santo Tirso de Riba D'Ave, o seu entusiasmo no dia da transladação da santa para a capela em Monte Córdova: «Os factos religiosos que mais nos impressionam, deixam-nos uma saudade casta, que se não confunde com qualquer outra. Foi esse o dia destinado para a imagem de Nossa Senhora da Assumpção – encantadora imagem, que se faz amar religiosamente - ser conduzida processionalmente da igreja paroquial de Santo Tirso para o seu novo santuário em Monte Córdova, 98.

A intenção transformadora dos católicos tirsenses manifesta-se também na criação de um Circulo Católico Operário em 1904. O Círculo Católico de Operários de Nossa Senhora da Assunção surge no âmbito de um amplo movimento fundacional das associações de defesa e assistencialismo de operários católicos por todo o país⁹⁹. O CCO de Santo Tirso será presidido pelo P. Augusto Gonçalves, reputado nacionalista. A Semana Tirsense noticiava o ambiente de festa que presidiu ao seu nascimento: «Ficou no domingo passado definitivamente instalado o Círculo Católico de Operários Nossa Senhora da Assunção, realizando-se nesse mesmo dia a abertura da sua sede que fica na Rua Cyrilo Machado. A abertura deu-se pelas três horas da tarde, anunciada por uma girândola de bombas e ao som do hino nacional executado pela acreditada banda dos bombeiros de Famalicão. Podemos dizer sem receio de errar, que todas as pessoas que se achavam presentes, e estas eram muitas, faziam parte do Círculo pelo que se pode afirmar que essa abertura foi concorridíssima. Nessa mesma ocasião o presidente da nascente associação, de uma janela, falou a todos os presentes, mostrando-lhes qual era o fim do novo agrupamento, suas vantagens sociais e incitou todos a fazerem parte dele e a promoverem por todos os meios lícitos ao seu alcance, a sua prosperidade, terminando por levantar vivas a Sua Santidade Pio X, ao Circulo Católico, á Igreja Católica, á pátria, ao povo tirsense e á banda dos voluntários de Famalicão, sendo todos eles calorosamente correspondidos. Desejamos à nova agremiação mil prosperidades.»100. O dinamismo demonstrado pelo Círculo Católico de Santo Tirso, organizando peças de teatro, encontros musicais e conferências, é sinal do entusiasmo local¹⁰¹ e factor de convivência social e coesão em torno dos princípios que assistem a esta instituição - a acção social da Igreja.

Entre as várias conferências realizadas pelo CCO de Santo Tirso destaque-se a presença do P. Roberto Maciel, que no decurso das suas deambulações por várias localidades com o objectivo de divulgar o programa nacionalista e a obra dos CCO's, esteve em Santo Tirso em Março de 1905. A vitalidade deste Círculo é ainda manifestada pelo empenho da participação nas reuniões magnas destas agremiações, estando presente no I e II Congresso das Associações Populares Católicas, realizados respectivamente, em Lisboa (1906) e no Porto (1907)¹⁰². A participação neste último Congresso conta com a presença de três delegados. Não consta que o entusiasmo manifestado nestas reuniões se tivesse estendido aos congressos realizados em anos subsequentes.

São fundadas em Santo Tirso outras instituições de cariz confessional e no âmbito da assistência como os Asilados Menores do Asilo do Conde de S. Bento, o Montepio Tirsense, a Irmandade de Piedade e Beneficência de Nossa Senbora da Assumpção e a Conferência de S. Vicente de Paulo¹⁰³.

1910 alguns membros do partido ainda convocam uma reunião nacional, que ocorrerá na cidade do Porto, onde se discutiu a reorganização do Partido Nacionalista, mas sem consequência. Cf. O Grito do Povo, ano 11, nº 602, 17 de Dezembro de 1910.

Cf. VOLOVITCH Marie-Christine, Le Catholicisme social au Portugal, de l'encyclique Rerum novarum aux débuts de la République (1891-1913), Paris, 1982, Thése de doctorat,

pp. 182-227 № F FERREIRA, António Matos, «Questions autour de la répercussion au Portugal (1891-1911) de l'encyclique Rerum Novarum» in Rerum Novarum. écriture, contenu et réception d'une encyclique. Actes du colloque international organisé par L'École Française de Rome et le GRECO nº2 du CNRS 18-20 avril 1991, Roma, École Française de Rome, 1997, p. 458

Cf. ALVES, Jorge Fernandes, Fiar e Tecer, Uma Perspectiva Histórica da Indústria Têxtil a Partir do Vale do Ave. Vila Nova de Famalicão, Museu da Indústria Têxtil / Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999.

OLAIO. Nuno MOREIRA, Álvaro, Comemoração dos 150 Anos da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, Câmara Municipal de Santo Tirso, Santo Tirso, s.d. [1995].

A discussão entabulada entre os dois semanários no início de 1900, deu origem a vários artigos sobre «as fábricas e o operariado» e sobre «a agricultura e o operariado». reflectindo as posições dos partidos rotativos. Outras questões foram também evocadas a este propósito: o horário de trabalho, o pagamento dos salários, descanso ao domingo e condições de trabalho para crianças e mulheres. Cf. Jornal de Santo Thyrso: «As fábricas e a agricultura», ano 19, nº 17, 30.8.1900; «As fábricas e o operariado», ano 19, nº 18, 6.9.1900 e na Semana Tirsense: «1845-1900», ano 2, n° 35, 2,9.1900; «1845-1900», ano 2, nº 36, 9.9.1900; «As classes operárias. Industrial e agrícola», ano 2, n° 37, 16.9 1900

«As fábricas e a agricultura» in JST, ano 19, nº17, 30.8, 1900,

Nome dado pelo Jornal de Santo Thyrso a esta polémica, esta folha veicula nas suas páginas as petições dos operários, tornando-se as suas exigências na bandeira desta polémica, sendo definida nos seguintes moldes: «Que aos operários das duas fábricas do concelho sejam imediatamente elevados os salários como é de toda a justiça, terminando por uma vez essa exploração de que o operário há cinquenta anos vem sendo vítima», JST, ano 19, nº 22, 4.10.1900.

⁸⁶▶ Id, *Ibidem*.

Genericamente o Partido Regenerador alinha pela visão veiculada pela Semana Tirsense; o Partido Progressista e o Partido Nacionalista alinham pela visão veiculada pelo Jornal de Santo Thyrso sobre estas questões.

«Arcebispo de Braga» in ST, ano 2, nº 47, 25.11.1900. Manuel Maria Frutuoso e o pároco de Rebordões, o P. João Baptista da Costa Pessoa seriam no ano seguinte membros fundadores do Centro Nacional, tendo o primeiro sido vereador entre 1905 a 1907 e em 1908.

A escolha deste estabelecimento fabril para ser visitado por parte de altos dignatários da Igreja, como por políticos e governantes justifica-se pela sua dimensão e importância sócio-económica. A Fábrica terri na época cerca de milhar e meio de operários, sendo o maior estabelecimento fabril do Vale do Ave.

**No António Barroso» in ST, ano 5, n° 45, 10.11.1903.

⁹¹▶ «Bispo do Porto» in *JST*, ano 24, n° 32, 14.12.1905.

Cf. Jornal de Santo Thyrso: «O descanso dominical», ano 21, n° 48, 2.4.1903; ano 22, n° 48, 7.4.1904; ano 22, n° 50, 21.4.1904; ano 24, n° 38, 1.2.1906 e na Semana Tirsense: «Descanso dominical», ano 5, n° 17, 26.4.1903, ano 9, n° 5, 2.2.1907.

A propaganda anticlerical socialista, anarquista e republicana. Cf. POLICARPO, João Francisco de Almeida, O Pensamento Social do Grupo Católico «A Palavra» (1872-1913), vol. 1, Universidade de Coimbra, 1977, p. 323 e segs. Entre estas obras destacamos a Conferência de S. Vicente de Paulo, a qual integrou na Comissão Instaladora católicos tirsenses oriundos de diferentes sensibilidades políticas. Estão presentes na Comissão o dr. Francisco dos Santos Pereira de Vasconcelos, o abade Joaquim Pedrosa, o P. Miguel Ribeiro de Miranda, o dr. José Joaquim de Morais Miranda e o P. Augusto Gonçalo da Silva. Esta obra fundada no dia de Natal de 1905, teve como presidente Francisco dos Santos Pereira de Vasconcelos. A obra contará desde o início com o apoio e trabalho de toda a comunidade católica 104.

Conclusão

A actividade da comunidade tirsense no âmbito do nacionalismo católico durante a primeira década do século XX gerou uma dinâmica inaudita que tocou várias aspectos da vida local. A definição do Centro Nacional como espaço de intervenção pública, permitiu aos católicos tirsenses promoverem o programa nacionalista e conjuntamente com os partidos rotativos, participarem no processo político. Colheria o partido os frutos desta actuação, tendo sido eleito para a Câmara Municipal, no triénio 1905-1907, conjuntamente com o Partido Progressista. Em virtude da situação política nacional após o regicídio, os nacionalistas permanecerão ainda no poder durante o ano de 1908, ficando à frente da coligação, e portanto, da Câmara Municipal. A continuação do projecto nacionalista augurava aos seus protagonistas, novas oportunidades de condução da administração local, quando sobreveio a revolução de Outubro de 1910. Os políticos nacionalistas deixaram obra feita, tendo a sua administração sido caracterizada por um grande dinamismo. O projecto desenvolvido assentava na moralização da actividade pública e no progresso social baseado numa gestão equilibrada 105.

A presença de estruturas nacionalistas em Santo Tirso reveste um carácter singular, existindo 15 Centros Paroquiais, os quais representam a maior organização do Distrito do Porto e uma das mais significativas a nível nacional do Partido Nacionalista ¹⁸⁶. O Centro concelhio do Partido Nacionalista foi essencialmente constituído por grandes proprietários e capitalistas ¹⁰⁷, pertencendo alguns dos mais destacados membros locais às freguesias rurais, caso de Manuel Maria Frutuoso que vivia em S. Tomé de Negrelos e de Manuel Marinho de Castro Morais, que residia em Roriz. Este último encontra-se directamente relacionado com algumas das questões advogadas pelo nacionalismo católico, como seja a defesa e a promoção dos vinhos portugueses, as quais são sublinhadas por alguns autores como caracterizadoras do militante nacionalista rural ¹⁰⁸. Entre as fileiras nacionalistas encontram-se ainda jornalistas e médicos, etáriamente mais novos e socialmente mais dinâmicos na divulgação do partido, caso paradigmático será o do jovem médico José Joaquim de Morais Miranda, que desde o início torna-se uma figura de referência do movimento local, tendo inclusive sido presidente da Câmara Municipal.

A acção da Igreja Católica é decisiva para apoiar o surto de actividades desenvolvidas pelos leigos a nível local. Há um apoio explícito para a criação do Centro Nacional, sendo seu vice-presidente o abade de Burgães, P. Manuel Correia de Abreu. Nas várias paróquias do concelho são criadas filiais do Centro Nacional concelhio. Enquanto que entre os vereadores nacionalistas eleitos para a edilidade existe um clérigo¹⁰⁹. Podemos encontrar, por todo o lado, sinais da acção da Igreja na sociedade tirsense. A questão social, os movimentos associativos criados no espírito da doutrina social, têm a iniciativa conjunta de sociedade civil e de clérigos de várias sensibilidades políticas¹¹⁰.

Face ao contexto de crise que se assiste na transição para o século XX, os nacionalistas procuraram manifestar a sua opinião através da imprensa, fazendo-se eco de temas como a situação na agricultura, nomeadamente a questão vinícola, a crise de sobreprodução de 1901 e o ensino agrícola¹¹¹. Por outro lado a questão laboral e os

seus múltiplos aspectos, acompanharão a propaganda dos católicos tirsenses. Contudo, é possível identificar a mesma preocupação nos restantes partidos locais, alterando-se a perspectiva que os periódicos assumem sobre as questões, consoante o partido esteja no poder ou na oposição.

A prática mutualista e a tradição benemérita são, localmente, resultado de um fenómeno relacionado com a vinda de divisas do Brasil e da actuação dos *brasileiros*, pessoas que demandaram o Brasil e que retornam anos mais tarde a Portugal enriquecidas. Estes *brasileiros* concorreram para o melhoramento das instituições públicas, substituindo, muitas das vezes, o Estado no provimento de várias necessidades, subsidiando a construção de edifícios públicos, escolas e promovendo outros melhoramentos locais¹¹². Será esta tradição que servirá de suporte às actividades de beneficência e apoio social que foram criadas no início do século XX, a maioria das quais por iniciativa do movimento de leigos e clérigos locais.

Através dos dois semanários tirsenses traçámos o percurso do movimento católico local durante a última década da Monarquia Constitucional até ao dealbar da República. As fontes estudadas não sendo imparciais, forneceram-nos um retrato aproximado aos acontecimentos. O Jornal de Santo Thyrso, embora não o defina, assume uma bandeira política, sendo claramente uma folha próxima do Partido Progressista¹¹³. Torna-se também no jornal oficioso da Igreja Católica e dos nacionalistas, no qual são publicitados os factos mais relevantes do partido, os discursos e diversos factos da vida do chefe nacionalista, Jacinto Cândido da Silva. Acompanhará ainda as actividades sociais realizadas pelas instituições católicas, como a organização Mês de Maria, as actividades do colégio de Nossa Senhora do Carmo ou a festa que todos os anos mobiliza a sociedade tirsense à volta de N. S. da Assunção. Entre as actividades acompanhadas com desvelo por este semanário encontram-se ainda o CCO de Santo Tirso e a Conferência de S. Vicente de Paulo. A actividade política dos nacionalistas é noticiada circunstanciadamente no Jornal de Santo Thyrso elucidando-nos do seu papel na política local, tentando nas inúmeras polémicas com a Semana Tirsense justificar os seus movimentos e escolhas.

A *Semana Tirsense* adoptará relativamente às actividades dos nacionalistas diferentes atitudes, que passam pelo silêncio sobre as suas actividades, para a seguir realizarem uma crítica contundente à sua participação política junto com os progressistas. ¹¹⁴ As actividades das instituições católicas locais irão no entanto merecer a divulgação por parte deste semanário, nomeadamente as obras de assistencialismo e a Conferência de S. Vicente de Paulo.

Observámos que os principais debates onde se envolveram os nacionalistas locais aparecem em ambos os jornais. As notícias sobre as instituições católicas do concelho, as festas religiosas e os temas da doutrina social da Igreja, encontram-se igualmente presentes em ambos os semanários.

O empenhamento dos católicos tirsenses não diferia do de outros lugares, organizando-se viagens de peregrinação à Terra Santa; o colégio de Nossa Senhora do Carmo recebia os filhos das famílias tirsenses, enquanto que as festas de Nossa Senhora da Assunção gozavam de grande popularidade.

Durante o período em que o nacionalismo católico prosperou em Santo Tirso, houve um envolvimento por parte da comunidade católica nas principais questões públicas, aportando à discussão a sua perspectiva, concretizando a sua visão da sociedade e da história nacional. A aliança com o Partido Progressista para a gestão comum do município, durante uma legislatura¹¹⁵, permite constatar para o caso de Santo Tirso, a maior facilidade dos nacionalistas se entenderem com a «família» progressista,

JST, ano 18, nº 6, 15.6.1899. Neste mesmo mês é convidado o rev. Cónego Cardoso para realizar um sermão em Santo Tirso.

«Peregrinação à terra santa» in JST, ano 18, nº 2, 18-5-1899. Esta viagem foi organizada pelo P. Agostinho responsável pela capela de N. S. da Assunção.

Referenciada do tempo do Mosteiro Beneditino de Santo Tirso por Alberto Pimentel, Santo Thyrso de Riba D'Ave, Club Tirsense, 1902, pp. 265-266.

265-266₉₇ José Bento Correia publica a 23 de Julho de 1896 no Jornal de Santo Thyrso um artigo exortando ao culto de N. S- da Assunção e propondo a construção de um santuário em sua honra. A Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso importante instituição de beneficência já no final do século XIX, comunga deste culto a Nossa Senhora. No ano seguinte, 1897, foi criada a Irmandade de Piedade e Beneficência de Nossa Senhora da Assumpção.

Id, ibidem, p. 270 Veja-se ainda outra obra do autor, História do Culto de Nossa Senhora em Portugal, Lisboa, Guimarães, Libãneo & Cª, s.d.

Fundado a 24 de Junho. Cf. GONÇALVES, Eduardo C₀ Cordeiro, O Circulo Católico de Operários do Porto e o catolicismo social em Portugal (1898-1910), Círculo Católico Operário do Porto, Porto, 1998, p. 16.

Cf. «Circulo Católico» in ST, ano 6, n° 32, 7.8.1904.

Cf. Jornal de Santo Thyrso: «No Círculo Católico conferência pelo rev. Roberto Maciel», ano 23, nº 43, 2.3-1905; «No Círculo Católico. Espectáculo», ano 23, nº 52, 4.5.1905; ano 24, n° 1, 11.5.1905; «A bandeira do Círculo Católico», ano 24, nº 2, 18.5 1905; «Círculo Católico de Operários», ano 23, nº 8, 30.6.1904; ano 24, n° 20, 21.9.1905; ano 24, n° 32, 14.12.1905 e na Semana Tirsense: «Círculo Católico», ano 6, nº 28, 10.7 1904; ano 6, n° 32, 7.8.1904; ano 7, n° 33, 13.8.1905.

VOLOVITCH, Marie--Christine, «Quelques aspects importants du Catholicisme pese embora o carácter volátil dos objectivos e programa dos partidos portugueses no início do século XX. Torna-se contudo evidente a impossibilidade local dos nacionalistas superarem uma fractura política bipolar, herança do rotativismo. A experiência nacionalista trouxe à sociedade tirsense um dinamismo anteriormente desconhecido e que se torna importante conhecer nas suas mais variadas vertentes no sentido de se entender melhor o valor desta experiência política e de intervenção social.

Torna-se provável que a experiência nacionalista, terminada com o advento da República, tenha provocado a reorganização do movimento católico tirsense noutros moldes. Não são ainda conhecidos os seus contornos e qual a participação dos dirigentes tirsenses no seio da emergente democracia-cristà. Será no entanto importante conhecer esta realidade e o possível envolvimento da comunidade católica tirsense na reacção protagonizada pelo Centro Católico Português durante a I República.

Social au Portugal entre 1890 et 1910» in Utopie et socialisme au Portugal au XIX Siecle (Actes du Colloque, Paris, 10-13 janvier 1979), Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1982, p. 238.

Associação fundada em Santo Tirso em 15 de Novembro de 1905. A comissão organizadora é composta por Francisco dos Santos Pereira de Vasconcelos (presidente), António Augusto de Fonseca e Castro (tesoureiro), abade Joaquim Augusto Fonseca Pedrosa, José Joaquim de Morais Miranda, P. Miguel Ribeiro de Miranda, P. Augusto Gonçalo da Silva, Alberto Carlos Carneiro Guimarães (secretário). JST, ano 24, nº 28, 16.11.1905.

Sobre a Conferência de S. Vicente de Paulo veja-se no Jornal de Santo Thyrso: «Conferência de S. Vicente de Paulo» in JST, ano 24, nº 24, 19.10.1905; «Conferência de S. Vicente de Paulo em Santo Tirso» in JST, ano 24, nº 28, 16.11.1905; «Conferência de S. Vicente de Paulo em Santo Tirso» in JST, ano 24, nº 32, 14.12.1905; «Conferência de S. Vicente de Paulo» in JST, ano 24, nº 44, 15.3.1906; «Conferência de S. Vicente de Paulo» in JST, ano 25, nº 10, 12.7.1906 e na Semana Tirsense: «Conferência de S. Vicente de Paulo» in ST, ano 7, nº 44, 29.10.1905.

105 Cf. «A nova cámara» in JST, ano 23, nº 35, 5.1.1905

106 Cf. VOLOVITCH, Marie-Christine, op. cit., 1985, pp. 267-268 e Amaro Carvalho da SILVA, op. cit., p. 119. Os Centros Paroquiais enumerados pelo segundo autor são: Alvarelhos, Areias, Burgães, Lama, Palmeira, Santa Cristina do Couto, S. Mamede do Coronado, S. Cristóvão do Muro, S. Tiago de Rebordões, S., Salvador de Monte Córdova, S., Pedro de Roriz, S., Miguel das Aves, S., Martinho do Bougado, S., Mamede de Negrelos, S., Tomé de Negrelos. A freguesia ou topónimo de Calvelos não existe em Santo Tirso, portanto este Centro não faz parte do concelho na época.

Não chegou infelizmente até nós qualquer documentação directa sobre o Centro Nacional, pelo que apenas podemos conhecer os nomes que no anexo final incluímos numa pequeno elenco biográfico deste trabalho.

VOLOVITCH, Marie-Christine, op. cit., 1985, pp. 252-253. Manuel Marinho Falcão de Castro Morais era um grande produtor de vinho da região, para além de ter outros interesses na economia local.

Para conheces o even de la lacal.

Para conhecer o executivo camarário consulte anexo 2 «Executivos camarários entre 1900 e 1910».

110 Por exemplo, a Conferência de S. Vicente de Paulo é animada por um clérigo do Partido Progressista, o P. Augusto Gonçalo da Silva, enquanto que o Circulo Católico Operário de N. S. da Assunção está a cargo de um clérigo do Partido Nacionalista, o P. Augusto Gonçalves.

A questão agrícola ocupa lugar central nas preocupações económicas dos partidos locais. Seguem-se com atenção os debates do Parlamento, são apresentadas novas técnicas agrícolas e referidas experiências realizadas nos outros países europeus, É acentuada a necessidade de valorizar o ensino agrícola. Cf. Jornal de Santo Thyrso: Visconde de Vilarinho de S. ROMÃO, «O futuro dos nossos vinhos», ano 18, nº 7, 22.6.1899; «Ensino agrícola», ano 18, nº 25, 26.10.1899; «A questão vinícola – a primeira adega social», ano 20, nº 10, 11.7.1901; «A agricultura e o exército», ano 21, nº 23, 9.10.1902; Pinheiro CHAGAS, «Os nossos vinhos», ano 23, nº 19, 15-9-1904; «A situação agrícola», ano 24, nº 13, 3.8-1905; «Cereais e vinhos», ano 27, nº 4, 28.5.1908; «A questão vinícola. O Douro e o Sul. O concelho de Santo Tirso continua esquecido», ano 27, nº 19, 10.9.1908; «Crise agrícola», ano 28, nº 7, 17.6.1909 e na Semana Tirsense: «Congresso vinícola», ano 2, nº 5, 4.2.1900; «Situação vinícola», ano 3, nº 5, 2,2,1901; «Questões agrícolas», ano 5, nº 40, 4.10.1903; «Interesse agrícola», ano 5, nº 44, 1.11.1903; «Crise agrícola», ano 10, nº 8, 23.2.1908.

112 Entre os brasileiros locais há a ressaltar a actividade do conde de S. Bento: Foi o grande impulsionador da revolução urbanística e melhoramentos públicos da vila de Santo Tirso. Concorreu para a recuperação de várias igrejas, criação do Montepio Tirsense e impulsionou a economia local estimulando a construção de um Asilo – Escola Agrícola e a criação de um estabelecimento industrial em Santo Tirso – a Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso. Para um aprofundamento desta temática e o conhecimento do papel do Brasileiro na sociedade oitocentista ver-se Jorge Fernandes ALVES, Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto aitocentista, Porto, 1994, pp. 315-355.

Apesar de ser referenciado como jornal nacionalista, o tratamento dos temas e a ausência de uma atitude pública relativamente a este ponto não nos permitem considerá-lo como tal ao contrário do veiculado em Amaro Carvalho da SILVA, op. cit., p. 115. Apesar de existirem vários indícios da proximidade entre este periódico e a Igreja. Por exemplo, o P. Agostinho Mota, Superior do Colégio de S. Boaventura e Montariol e redactor da Voz de St. António, frequentava com alguma assiduidade a casa de José Cardoso Santarém, director do Jornal de Santo Thyrso.

Este periódico torna-se a folha oficial do Partido Regenerador local, tendo esta condição na passagem do 4º (1902) para o 5º ano (1903) de vida. Explicitamente em subtítulo informa os seus leitores de ser «Folha regeneradora», Joaquim Machado da Cunha Faria e Almeida adquire o jornal e conjuntamente com José António Alves Ferreira de Lemos Júnior tornam-se os seus redactores, mantendo-se como editor Ernesto Guimarães. A Semana Tirsense mantém-se como folha regeneradora entre o início de 1903 e 5 de Março de 1906. Como jornal conservador e próximo do Partido Regenerador irá manterse até ao advento da República Cf. ST, ano 5, nº 1, 4.1.1903 e ST, ano 9, nº 8, 5.3.1906.

Cuja aliança eleitoral também sucede no município vizinho de Vila Nova de Famalicão, após negociações entre o Centro Nacional e os partidos locais regenerador e progressista, Cf. António de Sousa ARAÚJO, op. cit. pp. 312-316

Fontes

Arquivo Municipal de Santo Tirso

Livro das actas das sessões da Câmara, 1900-1911. livros nº 21-24.

Livro de Recenseamento Eleitoral, 1900-1910, livros nº 1701-1710.

40 Maiores Contribuintes de Santo Tirso, livro nº 733.

Imprensa

Correio Nacional, Lisboa: Julho a Dezembro de 1901.

Jornal de Santo Thyrso, Santo Tirso: 1899 -1910.

A Palavra, Porto: 1904-1908.

O Petardo, Porto: 1904-1908.

Semana Tirsense, Santo Tirso: 1900-1910.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Manuel de, *Os Centros Nacionaes*, Braga, Imprensa Henriquina, 1902. ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967 e vol. II-IV, Porto-Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1968-1971.
- ALMEIDA, Pedro Tavares e SOBRAL, José Manuel, «Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901» in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1982, pp. 649-671.
- ALVES, Jorge Fernandes, Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista, Porto, 1994.
- Idem, *Fiar e Tecer. Uma Perspectiva Histórica da Indústria Têxtil a Partir do Vale do Ave*, Vila Nova de Famalicão, Museu da Indústria Têxtil / Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999.
- ARAÚJO, António de Sousa, «O Nacionalismo Católico em Vila Nova de Famalicão Elementos e Documentos para o seu estudo», in *Itenerarium*, ano XLVI, nº 167, Maio-Agosto, 2000, pp. 253-344.
- CORREIA, Francisco Carvalho, *O Mosteiro de Roriz*, Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso, 1997.
- Idem, Santo Tirso. Da cidade e do seu termo, 2 vols., Câmara Municipal de Santo Tirso, Santo Tirso, 2000.
- CORREIA, José de Almeida, *Memória do 4º Congresso Geral Nacionalista (celebrado em Viseu nos dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 1908)*, Viseu, Tip. de *A Folha*, 1909.
- CRUZ, Manuel Braga da, «Os católicos e a política no final do século XIX» in *Análise Social*, Vol. XVI (61-62), 1980, 1º e 2º, pp. 259-270.
- FERREIRA, António Matos, «A Igreja na monarquia constitucional. O comportamento da Igreja em face da liquidação do Antigo Regime» in *História de Portugal Contemporâneo*, João Medina (dir.), Lisboa, Multilar, 1990, pp. 273-292.
- Idem, «Repercussões do Ultimatum no meio católico: notas acerca do nacionalismo católico», *Lusitania Sacra*, 2º série, nº 6, 1994 pp.
- Idem, «Questions autour de la répercussion au Portugal (1891-1911) de lencyclique Rerum Novarum» in *Rerum Novarum, écriture, contenu et réception d'une encyclique*. Actes du colloque international organisé par L'École Française de Rome et le GRECO nº 2 du CNRS, 18-20 avril 1991, Roma, École Française de Rome, 1997, pp. 443-464.
- Idem, «Catolicismo», in *Dicionário de História de Portugal*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.), Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 257-269.
- GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro, O Círculo Católico de Operários do Porto e o catolicismo social em Portugal (1898-1910), Circulo Católico Operário do Porto, Porto, 1998.

- «Visconde de Roriz», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 26, Lisboa e Rio de Janeiro, s.d., p. 209.
- OLAIO, Nuno e MOREIRA, Álvaro, *Comemoração dos 150 Anos da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela*, Câmara Municipal de Santo Tirso, Santo Tirso, s.d. [1995].
- PIMENTEL, Alberto, *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, Livraria editora Guimarães, Libâneo & C^a, 1900.
- Idem, Santo Thyrso de Riba D'Ave, Santo Tirso, Club Tirsense, 1902.
- POLICARPO, João F. de Almeida, O Pensamento Social do Grupo Católico de "A Palavra" (1872-1913), 1 vol., Lisboa, INIC, 1992.
- SILVA, Amaro Carvalho de, O Partido Nacionalista no Contexto do Nacionalismo Católico (1901-1910), Lisboa, Edições Colibri, 1996.
- SILVA, Manuel Abúndio da, Nacionalismo e Acção Católica, Porto, 1909.
- Idem, Cartas a um Abade. Sobre alguns aspectos da Questão Político-Religiosa em Portugal, Braga, 1913.
- SOUSA, D. Gabriel de, "Dois mosteiros tirsenses: Santo Tirso e Singeverga que ligação", Separata do Jornal de Santo Thyrso, nº 1, 11 de Maio de 1982.
- VOLOVITCH, Marie Christine, *Le Catholicisme social au Portugal, de l'encyclique Rerum novarum aux débuts de la République (1891-1913)*, Paris, 1982, Thése de doctorat, 459 p.
- Idem, «Quelques aspects importants du Catholicisme Social au Portugal entre 1890 et 1910» in *Utopie et socialisme au Portugal au XIX Siecle(Actes du Colloque, Paris, 10-13 janvier 1979)*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1982, pp. 207-257.
- Idem, «Militantisme Catholique et Crise du Monde Rural traditionnel au Portugal, entre 1890 et 1910», in *Les Campagnes Portugaises de 1870 a 1930: image et realité (Actes du Colloque, Aix-en-Provence, 24 décembre 1982)*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1985, pp. 243-275.
- ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, «Visconde de Roriz» in *Nobreza de Portugal*, vol. III, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 1961, pp. 238-239.

Anexo 1

BIOGRAFIAS

António Augusto Correia de ABREU. Nasceu na Quinta da Lage, Burgães, em 1868. Proprietário e jornalista tirsense, foi editor do *Jornal de Santo Thyrso* durante vários anos. Assinou artigos sobre temática religiosa e política. É sobrinho de um dos fundadores do Centro Nacional de Santo Tirso, o abade Manuel Correia de Abreu e neto de Luís Correia de Abreu.

P. Manuel Correia de ABREU. Nasceu em 1844, sendo o segundo filho de Luís Correia de Abreu. Pároco de Burgães, desempenhou ainda a função de Vigário da Vara, ou seja, coordenador dos padres de várias freguesias. Oriundo da Casa da Lage (Burgães), a sua família foi pródiga em clérigos. O seu irmão José Vicente Correia de Abreu foi pároco de St. Cristina do Couto, onde promoveu a fundação do Colégio de N. S. do Carmo. O P. Manuel Correia de Abreu foi membro fundador do Centro Nacional de Santo Tirso, o qual integra como vogal até à sua morte, ocorrida em 1907.

Adelino Machado da Cunha Faria e ALMEIDA. Chefe do Partido Regenerador na Trofa e após o afastamento de José António Alves Ferreira de Lemos Júnior, também em Santo Tirso. Foi presidente da Câmara Municipal em 1901 e entre 1908-1910. O seu irmão, Joaquim Machado da Cunha Faria e Almeida, foi por várias vezes Administrador do concelho de Santo Tirso, tendo sido igualmente o proprietário do jornal Semana Tirsense a partir de 1903.

Joaquim Maria de ANDRADE. Proprietário tirsense e grande capitalista, com o maior rendimento entre os seus correligionários. Nasceu em 1834 em Santo Tirso e foi membro fundador do Centro Nacional, o qual integra como vogal.

João Gualberto da COSTA. Nasceu em 1858 na cidade do Porto, vem para a vila de Santo Tirso para conjuntamente com Tomás Hargreaves e Honoré Vavasseur fundarem a Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso, da qual foi director. Ocupou cargos importantes na sociedade tirsense, nomeadamente como vereador pelo Partido Regenerador entre 1901 e 1903. Faleceu em 1903.

António Augusto Soares Rodrigues FERREIRA. Nasceu em 1834 em Santo Tirso. Formou-se em medicina, sendo por longos anos o chefe do Partido Progressista de Santo Tirso. Foi por várias vezes Presidente da Câmara Municipal. Ocupou esse cargo na década de 1900-1910 entre 1905 e 1907, ano em que faleceu.

Manuel Maria FRUTUOSO. Nasceu em 1852 este proprietário tirsense e grande capitalista, o qual foi membro fundador do Centro Nacional de Santo Tirso, integrando-o como vogal. Este proprietário residia em S. Tomé de Negrelos, sendo neto do major Manuel José Frutuoso e de Custódia Maria do Nascimento Ferreira, senhores da Casa e Quinta de Sequeiros. A sua irmã casou com Luís Correia de Abreu, da Casa de Lage, Burgães. Amigo do P. Martins Capela será por diversas vezes lembrado no seu Diário. Foi vereador na Câmara de Santo Tirso pelo Partido Nacionalista entre 1905 e 1908.

P. Augusto GONÇALVES. Presidente e fundador do Circulo Católico Operário N. S. da Assunção (Santo Tirso) criado a 24 de Junho de 1904. Amigo de José Joaquim de Morais Miranda foi provavelmente seu correligionário no Partido Nacionalista.

P. António Gonçalves de Azevedo JÚNIOR. Nasceu em 1865. É membro fundador do Centro Nacional o qual integra como vogal. Referenciado à data da fundação do Centro Nacional como tendo 36 anos e sendo pároco da Igreja de S. Martinho do Campo. Foi para abade de S. Martinho do Bougado por Carta Régia de 24 de Abril de 1901. Devido a um processo complicado de despacho da Carta Régia apenas um ano após concorrer a essa paróquia, foi provido no lugar. Foi vereador na Câmara de Santo Tirso pelo Partido Nacionalista entre 1905 e 1908.

José António Alves Ferreira de Lemos JÚNIOR. Nasceu em 1874. Chefe do Partido Regenerador de Santo Tirso, foi presidente da Câmara Municipal na década de 1900, entre 1902-1904. Representou a região como deputado em Lisboa na Câmara dos Deputados. Foi redactor do semanário *Semana Tirsense* entre 1903 e 1906.

P. Alberto Moreira MAIA. Abade de Covelas. Nasceu em 1868. Foi membro fundador do Centro Nacional o qual integrou como vogal, tendo na altura com 33 anos de idade.

António Joaquim de Campos MIRANDA. Nasceu em 1856 em Santo Tirso. Proprietário e membro de uma ilustre família tirsense foi membro fundador do Centro Nacional o qual integra como vogal. Foi presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia entre 1890-1893 e 1900-1902. O seu palacete, na rua Sousa Trepa, acolheu a primeira sede do Club Tirsense e posteriormente a Assembleia Tirsense. Foi membro do Partido Regenerador, tendo sido nessa qualidade vereador da Câmara Municipal. Proprietário abastado de Santo Tirso, foi pai de José Joaquim de Morais Miranda, figura destacada no Partido Nacionalista. Faleceu em 1910.

José Joaquim de Morais MIRANDA. Nasceu em 1876. Foi educado no Colégio do Espírito Santo com distinção. Acabando a escola fez os preparatórios. tendo enveredado pelo curso de medicina que frequentou na Universidade de Paris, o qual concluiu em 1901, defendendo com êxito a tese no ano seguinte. Sobre a sua presença no seio do nacionalismo conta o P. Benevenuto que no decorrer do Congresso de Viana do Castelo torna-se conhecido, pois discursa com vigor e elegância. (O Petardo, ano 4, nº 77, 1.9.1905). Foi deputado nacionalista pelo círculo de Vila Real (eleições de 29.4.1906). Neste congresso proferiu discurso, o qual o jornalista recorda «Ali o ouvimos, num ímpeto sublime de patriotismo, fazer a sua profissão publica e solene de nacionalista convicto e sincero, entre as aclamações frenéticas da assistência que, ao passa que lhe admirava o talento, se entusiasmava com o ardor com que este verdadeiro apostolo do nacionalismo se colocava ao lado daqueles que se propuseram à sublime missão de defender a Pátria, à qual ele tinha desde tenros anos ligado um retalho da sua alma_" (O Petardo, ano 4, nº 77, 1.9.1905). José Miranda participará no Congresso Geral do Partido Nacionalista de Viseu (1908), defendendo a reorganização dos nacionalistas com base no seu programa e em torno dos seus chefes.

Foi presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso em 1908, foi provavelmente presidente do Centro Nacional de Santo Tirso Não existindo contudo informações que nos possam confirmar este facto. Foi eleito deputado por Vila Real em 29.4.1906. Tendo ainda sido candidato não eleito pelos círculos de Leiria (19.8.1906) e Porto Ocidental (5.4.1908). Para as eleições legislativas de 1910 candidata-se pelo círculo de Santarém (28.8.1910).

Tendo ido para a Vila de Famalicão, onde exerceu clínica, foi dirigente local do Centro Nacional, na qualidade de Vice-Presidente, entre De**z**embro de 1908 e Maio de 1910.

Manuel Marinho Falcão de Castro MORAIS¹¹⁶. Nasceu em 1849. Formado na Universidade de Coimbra, foi um abastado proprietário e capitalista de Santo Tirso. Foi presidente do Centro Nacional de Santo Tirso. Filho de António Marinho

VOLOVITCH, Marie-Christine apresenta-o como o Dr. José Marinho Falcão de Moraes no artigo «Militan-tisme Catholique et Crise du Monde Rural traditionnel au Portug al, entre 1890 et 1910», op. cit., p. 272, situação corrigida por Amaro Carvalho da SILVA, op. cit., p. 196.

Falcão de Castro de Morais Bacelar, visconde de Roriz e neto do Manuel Marinho Falcão de Castro Morais Bacelar, o qual foi em 1823 ministro da justiça de D. João VI. Andou no colégio D. Fernando, em Landim. Este colégio funcionou no celeiro do convento frente à Igreja de Landim. Com ele frequentaram o colégio, cujo reitor era Luís Correia de Abreu, os seguintes alunos: José de Sá Coutinho (conde de Arnoso), general Pimenta de Castro, Manuel Tomáz, seu irmão, Ernesto de Lencastre, entre outros. Participou no Congresso Nacionalista de Viana do Castelo em 1905 e foi ainda secretário da mesa no 2º dia do último congresso nacionalista, no Porto, em 1909.

P. João Baptista da Costa PESSOA. Nasceu em 1854, era pároco da Igreja de Rebordões. Foi membro fundador do Centro Nacional de Santo Tirso, o qual integra como vogal.

Manuel Baptista Lopes de Oliveira RAMOS. P. Manuel Baptista Lopes de Oliveira Ramos, natural de Ovar, nasceu a 13 de Julho de 1866. Ordenou-se sacerdote com 23 anos e integrou o grupo fundador do Mosteiro de S. Bento de Singeverga (25.1.1892) Torna-se em 1897 o 3º Superior do Mosteiro, cargo que ocupará até 1922, quando o Mosteiro de Singeverga é tornado um Priorado Conventual (9.5.1922), sendo ele o primeiro Prior, mantendo-se à frente da casa beneditina até à sua morte ocorrida a 21 de Setembro de 1925.

P. Joaquim José TEIXEIRA. Nasceu em 1862. Abade da Palmeira. É membro fundador do Centro Nacional de Santo Tirso, o qual integra como vogal.

Anexo 2

EXECUTIVOS CAMARÁRIOS DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL ENTRE 1900 E 1910

Triénio 1899-1901

1900 (Vereação Progressista)

Eleição do presidente e vice da Câmara (8 de Janeiro)

Manuel Joaquim da Costa Cruz (presidente) José Rodrigues Magalhães (vice-presidente)

Alteração do elenco municipal (11 de Junho)

José Rodrigues Magalhães é eleito presidente da Câmara Municipal P. Augusto José Coelho (vereador)
António Lopes Alvim da Silva (vereador)
Manuel Neto Marbães(vereador)
José Maia de Sousa Azevedo Júnior(vereador)
António Coelho de Matos Carneiro(vereador)
António Joaquim da Silva Fonseca (vereador)

1901 (Vereação Regeneradora)

Comissão Administrativa (7 de Março)

Joaquim Machado da Cunha Faria e Almeida (administrador do concelho) Adelino Machado da Cunha Faria e Almeida (presidente) P. Miguel Ribeiro Miranda (vice-presidente) João Gualberto da Costa (vereador) Manuel Pereira da Fonseca Sampaio (vereador) Antero Moreira da Silva Reis (vereador) António Joaquim da Silva Guimarães (vereador) Agostinho Moreira da Assunção (vereador)

Comissão Municipal (15 de Abril)

Adelino Machado da Cunha Faria e Almeida (presidente)
P. Miguel Ribeiro Miranda (vice-presidente)
João Gualberto da Costa (vereador)
Manuel Pereira da Fonseca Sampaio (vereador)
Antero Moreira da Silva Reis (vereador)
António Joaquim da Silva Guimarães (vereador)
Agostinho Moreira da Assunção (vereador)

Triénio 1902-1904

1902 (Vereação Regeneradora)

Eleição da Câmara Municipal para o Triénio (2 de Janeiro)

José António Alves Ferreira de Lemos Júnior (presidente)
P. Miguel Ribeiro Miranda (vice-presidente)
João Gualberto da Costa (vereador)
Antero Moreira da Silva Reis (vereador)
António Joaquim da Silva Guimarães (vereador)
Agostinho Moreira da Assunção (vereador)
Alfredo Dias Mendes Ribeiro (vereador)

1903 (Vereação Regeneradora)

Substituição de Vereador (24 de Agosto)

Luís Gomes da Costa toma posse em substituição de João Gualberto da Costa.

1904 (Vereação Regeneradora)

Eleição do presidente e vice da Câmara (25 de Janeiro)

José António Alves Ferreira de Lemos Júnior (presidente) P. Miguel Ribeiro Miranda (vice-presidente)

Triénio 1905 - 1907

1905 (Vereação Progressista / Nacionalista)

Eleição da Câmara Municipal para o Triénio (2 de Janeiro)

António Augusto Soares Rodrigues Ferreira – progressista (presidente)
Dr. José Joaquim de Morais Miranda – nacionalista (vice-presidente)
Abade António Gonçalves de Azevedo Júnior – nacionalista (vereador)
António Lopes Alvim da Silva – progressista (vereador)
P. Augusto José Coelho – progressista (vereador)
José Joaquim de Castro Carneiro – progressista (vereador)
Manuel Maria Frutuoso – nacionalista (vereador)

1906 (Vereação Progressista / Nacionalista)

Eleição do presidente e vice da Câmara (15 de Janeiro)

António Augusto Soares Rodrigues Ferreira – progressista (presidente) P. Augusto José Coelho – progressista (vice-presidente)

Substituição de Vereador (19 de Fevereiro)

Alfredo Augusto Correia Guimarães toma posse em substituição do P. Augusto José Coelho.

Substituição de Vereador (15 de Outubro)

P. Augusto José Coelho toma posse em substituição de Alfredo Augusto Correia Guimarães.

Substituição de Vereador (5 de Novembro)

José Joaquim da Costa Carneiro é substituído. Durante os meses seguintes vão rodar os vereadores eleitos para prefazerem o total de 7 representantes.

1907 (Vereação Progressista / Nacionalista)

Eleição do presidente e vice da Câmara (7 de Janeiro)

António Augusto Soares Rodrigues Ferreira – progressista (presidente) P. Augusto José Coelho – progressista (vice-presidente)

1908 (Vereação Progressista / Nacionalista)

Comissão Administrativa (2 de Janeiro)

Francisco da Fonseca Pinheiro Guimarães (presidente)
P. Augusto José Coelho (vice-presidente)
António Lopes Alvim da Silva (vereador)
Alfredo Augusto Correia Guimarães (vereador)
Manuel Gil dos Reis Dias de Carvalho Ferreira (vereador)
José António da Silva (vereador)
Ignácio Ferreira Guimarães (vereador)

Comissão Municipal (2 de Março)

Dr. José Joaquim de Morais Miranda (presidente)
P. Augusto José Coelho (vice-presidente)
Manuel Maria Frutuoso (vereador)
Alfredo Augusto Correia Guimarães (vereador)
José Joaquim da Costa Carneiro (vereador)
Abade António Gonçalves de Azevedo Guimarães (vereador)
António Lopes Alvim da Silva (vereador)

Substituição de Vereador (13 de Abril)

Abel da Costa Leite toma posse como vereador.

Triénio 1908 - 1910

1908 (Vereação Regeneradora)

Eleição da Câmara Municipal para o Triénio (30 de Novembro)

Adelino Machado da Cunha Faria e Almeida (presidente) P. Miguel Ribeiro de Miranda (vice-presidente) Agostinho Moreira da Assunção (vereador) Camilo da Costa Campos Padrão (vereador) José Gil dos Reis Carneiro (vereador) José Francisco da Costa (vereador) José Alves da Cunha (vereador)

1909 (Vereação Regeneradora)

Eleição do presidente e vice da Câmara (11 de Janeiro)

Adelino Machado da Cunha Faria e Almeida (presidente) P. Miguel Ribeiro de Miranda (vice-presidente)

1910

Eleição do presidente e vice da Câmara (3 de Janeiro)

Adelino Machado da Cunha Faria e Almeida (presidente) P. Miguel Ribeiro de Miranda (vice-presidente)

Anexo 3

Pela Pátria! 117

«Como jornalista que se não envergonha de fazer, bem alto, a sua profissão de fé, apresso-me a vir declarar, em público, a orientação política que seguirei para o futuro.

Jamais atraiçoei a causa do partido progressista, ao qual me liguei, desde a minha entrada na vida política. Fui um lutador sincero.

Acalentado por um ideal que se me afigurava ser a salvação da Pátria oprimida, não encontrei meio de o realizar, dentro do meu antigo partido.

Tudo tem sido decepções e desenganos.

Cansado de uma luta infrutífera, pela esterilidade do terreno em que semeava, tive, por vezes, os maiores desalentos.

Os últimos acontecimentos, porém, operados com maior intensidade no Norte do país, de onde partem quase sempre os movimentos generosos, que se repercutem, ao depois, pelas demais províncias, vieram despertar-me deste estado mórbido, de indiferença e cepticismo, a que se não resiste num meio todo saturado de ódios, malquerenças, egoísmo, rivalidades e injustiças.

Quando a Pátria tiranizada reclama, num esforço supremo, o auxílio de seus filhos, que ainda podem, se quiserem, quebrar-lhe os duros grilhões da servidão, seria um horrendo crime permanecer na expectativa.

E neste momento decisivo, de vida ou de morte para a independência nacional, em que todos quinhoarão nas responsabilidades, consoante a sua maior ou menor cooperação na obra nefasta dos partidos, não pode haver respeitos humanos que se não vençam, nem laços que se não quebrem.

A abnegação e o sacrifício de homens honrados e honestos, sem uma mancha na sua vida pública ou particular, que deixaram seus partidos, para colaborarem na causa santa do Nacionalismo, sem outros intuitos que os de bem servirem a sua Pátria, são um incentivo altamente poderoso, a que só resistirá uma vontade fraca, uma razão doente ou um coração pervertido.

Não fui eu quem primeiro desfraldei a bandeira do Centro Nacional. Tão pouco serei dos últimos a corresponder ao toque de reunir.

A este novo partido, única esperança que me resta, venho por um impulso da consciência e do dever, prestar o meu apoio.

Entrarei na luta pelo bem, mas luta leal, persistente e firme, sem receios nem temores, porque nada tem que recear ou temer quem combate pelo ideal da justiça e da verdade.

A consciência aqui ficará tranquila, porque encontra no programa do Centro Nacional tudo o que pode saciar as aspirações de católicos sinceros e patriotas devotados.

Jornal de Santo Thirso, ano 21, n° 22, 2 de Outubro de 1902.

Nuno Olaio O NACIONALISMO CATÓLICO EM SANTO TIRSO (1901-1910)

Basta de contemporizar com o existente, assaz desacreditado e prestes a cair no abismo que a si mesmo que a si mesmo cavou com os seus longos desvarios, vicios e erros acumulados.

Faliram por completo os chamados partidos de rotação. Deram quanto tinham a dar.

Precisamos de vida nova.

Ergamo-nos, como um só homem, em volta do nome prestigioso de Jacinto Cândido, que teve a ombridade de denunciar à nação os males de que está afectada, indicando ao mesmo tempo os remédios com que se pode ainda salvar. Assentou princípios. Afirmou verdades. Desvendou mistérios. Causticou os erros e desmandos dos velhos partidos. Proclamou enfim o programa do Centro Nacional, fora do qual não há salvação possível.

Pois qual é o partido, militantes, que ousou apresentar um programa com princípios definidos e bem assentes?

Só o Nacionalismo promete a moralidade, a ordem, a economia, a franqueza, a verdade, a responsabilidade e a justiça. Será pois o partido do futuro, o partido da gente honesta e seria, porque oferece garantias que nenhum outro pode dar. Só ele é capaz de manter o regimem da mais severa economia, equilibrando as receitas com as despesas, cortando cerce as raízes daninhas do antigo regime.

A nação está cansada de sofrer. Os homens públicos que a tem governado, só procuram satisfazer seus interesses e ambições insaciáveis. O dia das contas háde chegar Não estará ele muito longe.

Já se sentem os prenúncios desse dia tremendo, em que se perguntará a estes demolidores que uso fizeram do abençoado terrão que nos legaram os nossos antepassados.»

2-X-1902 A. A. Correia de Abreu

Anexo 4

COMISSÃO MUNICIPAL ADMINISTRATIVA REPUBLICANA (10 DE OUTUBRO)

Dr. António Dias de Faria Carneiro (presidente e administrador do concelho)

Francisco Cândido Moreira da Silva (vereador) António Oscar de Sousa Carneiro (vereador) P. José Maria da Costa e Sá (vereador) António Gonçalves Cerejeira Fontes (vereador) António José Martins Barreto (vereador) Joaquim Carneiro da Costa (vereador)

Assinaram as actas um conjunto de 38 republicanos¹¹⁸: António Eduardo Sousa, António Moreira Campos, José de Magalhães, Francisco Martins Barradas, Manuel Andrade da Silveira, Joaquim José Fernando, António Augusto da Cunha, José Maria Freitas, Zeferino Moreira Coelho, Júlio Moreira Pinto, Adolfo Gonçalves da Silva, Bernardo da Silva Adães, Fernando Carvalho Brandão, José Alves Mascarenhas, José Correia do Amaral, José Maria Nogueira do Vale, João José Alves de Sousa.

¹¹⁸ Assinaram o documento 38 republicanos dos quais foi possível identificar o nome dos presentes nesta lista.

A CAPELA DA SENHORA DA TORRE

Francisco Carvalho Correia

Resumo:

O presente trabalho é uma contribuição para o estudo do património religioso local. Este estudo debruça-se sobre a história da capela de Nossa Senhora da Torre nas suas vertentes artística e histórica. Através da abundante documentação disponível para o estudo deste monumento, pode-se acompanhar a sua importância para a comunidade local durante os últimos três séculos, conhecer a sua administração e o culto de Nossa Senhora da Torre. Seguem em anexo um conjunto de documentos que ilustraram este estudo.

Abstract:

The present paper is a contribution for the study of local religious patrimony. This is a historic and artistic approach study about the Nossa Senhora da Torre chapel. Through the documents we follow the study of the chapel and know more about is importance for the local community in the last three centuries; the administration and worship of Nossa Senhora da Torre. Several original documents about this matter follow in appendix.

A CAPELA DA SENHORA DA TORRE

Francisco Carvalho Correia

Sumário

- 1. O ORAGO.
- 2. O TECIDO IMBRICADO DE UMA CAPELA.
- 3. O PRAZO DA SERENÍSSIMA CASA DE BRAGANÇA E A CAPELA DA TORRE.
 - 3.1. Os bens.
 - 3.2. A divisão do prazo.
 - 3.3. A passagem da terra foreira para a casa de Covas.
- 4. A ADMINISTRAÇÃO DA CAPELA:
 - 4.1. A Capela da Torre, sob a dependência administrativa da Lama.
 - 4.2. A Capela da Torre, sob a administração da freguesia de Areias.
- 5. A CAPELA DA TORRE: NOTAS DE ARTE.
 - 5.1. A arquitectura.
 - 5.2. O retábulo.
 - 5.3. A escultura.
 - 5.4. Os inventários da Capela.
 - 5.5. Quadro sinóptico dos bens da Capela.
- 6. O CULTO DE NOSSA SENHORA DA TORRE.
- 7. O SAQUE E O INCÊNDIO DA ERMIDA (1991).

Introdução

Camada sobre camada! E populações diferentes, numa cadeia quase ininterrupta, ali «formigaram», no monte da Torre Alta, durante centúrias a fio...

Sobre os píncaros da elevação − e mais alevantada o parece, quando vista do sul − adensaram-se, pois, nuvens de mistério, moradas fantasmagóricas de duendes de sonho, pábulo apetecido da veia poética das gentes à volta¹. Que não só! A sensibilidade nem com o foco absorvente da Capela da Senhora da Expectação deixou de transbordar por sobre o apertado anel da religiosidade, para uma viagem no espaço etéreo das lendas amorosas, vagas e indefinidas.

Ninho de águias, a Torre Alta ergue-se dentro da freguesia de Areias, no concelho de Santo Tirso. Sem exagero: desbobinaríamos páginas sobre páginas; e muita da sua história ficaria ainda por contar...

Avançamos por cima de temas de que já tratamos:

- o castro da Torre Alta²;
- o mosteiro de S. Tiago de Landim que, na Torre, teve o seu assento³;
- *a paróquia de S.Tiago de Landim* hoje, de Areias que também daí recebia aglutinação⁴;
- *a estirpe dos Pereiras* que, no mesmo sítio, ergueu o seu paço⁵. Ao pábulo da história e da fantasia o deleite da paisagem. Que o colo-

O romance popular «Adozinda», que Almeida Garrett coligiu, tem por cenário e intriga paísagem e acontecimentos relacionados com a Torre Alta: Romanceiro, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, p. 32 e ss., PIRES DE LIMA, Augusto César – Evocações, ed. Livraria Moderna, Porto, 1920, pp. 7-12, sob o título Mouras da Tôrre Alta.

* Areias até ao sec. XI, «Ave. Cadernos de Cultura», nº 4, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1989, pp. 43-61.

Ib., pp. 81-118. Cf. A vida monástica, no actual concelho de Santo Tirso, no sec. X. O mosteiro de Santiago de Landim (Areias), em «Actas do 1º Ciclo de Conferências. S. Rosendo e o sec. X., Santo Tirso, 1992, pp.139-165.

Areias do séc. XI ao séc. XVI, «Ave. Cadernos de Cultura» nº 5, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1989, pp. 7-10; Um milenário de Areias: a igreja de S. Tiago de Landim (27 de Abril: 991-1991), jornal publicado na altura da efeméride.

Areias do séc. XI ao séc. XVI, pp. 20-21; Subsidios para a história da nobreza concelhia. Os Pereiras, em «Jornal de Santo Thyrso», de 17 e 24 de Fevereiro; 3,10,17,24 e 31 de Março; e de 7 de Abril de 1989

rido romântico do outeiro alentava o espírito e dava ao homem a recreação do corpo, nas horas do seu cansaço. Disso se aperceberam, há séculos, os monges de S.Bento. A Torre: um dos locais de repouso e recreação dos frades de Santo Tirso, ao lado das Quintas da Batalha e do Penedo. Foi recomendação mesma dos Visitadores⁶.

1. A Senhora da Torre: o orago

Não há dúvida! Entre muitas incertezas e muitas dificuldades, uma coisa é sem contestação: a ermida da Torre Alta é uma jóia de arte! Tome-se a escultura medieva ou ponham-se os olhos no tríptico quinhentista. Qualquer dos alvos justifica uma presença e uma observação interessante. Mas isto ficará para depois.

Agora, uma questão prévia. Mas qual o orago da ermida:

- * Senhora da Torre?
- * Senhora da Expectação ou Senhora do Ó?
- * Senbora da Ajuda?
- * S. Gião?

Não vamos ser exaustivos. Sobretudo no que toca à seriação documental. Tão só os textos de maior significação. Também não avançamos mais que um simples ponto de vista, cujas informações podem merecer apoios de dose diferentemente graduada.

1.1. Senhora da Torre

Ao longo de três séculos, dominou, como é vulgar na heortologia mariana, uma designação com sabor acentuado a geografia: a *Senbora da Torre*.

Nota-se até um predomínio cada vez maior desta invocação, à medida que os séculos avançam; e, especialmente, depois que, a partir do meio do séc. XIX, a capela passou para o domínio de uma administração arenense. Assim, da *Senhora da Torre* fala-se nos documentos que seguem:

- 1648: a Senhora da Torre como alternativa às recreações dos frades de Santo Tirso⁷;
- 1670: disposição testamentária de João Carneiro da Silva⁸;
- 1762: *o Livr• dos Usos e Costumes* da Lama, a respeito das capelas sitas na Lama ou da sua administração⁹;
- 1765: testamento de Isabel Francisca, viúva de José da Silva, do lugar de Matos, Areias¹⁰;
- 1775: testamento de Manuel António de Carvalho, da Torre (Areias), feito a 31 de Julho daquele ano¹¹;
- 1780: suspensão do culto na Capela da Torre, por ordem do Visitador, P^e. Manuel José Ribeiro, a 21 de Outubro, por não haver relíquias na pedra d'ara. ¹²

E podemos dizer etc., etc., etc. No séc. XIX é, de longe, o mais corrente, com preponderância, no que toca ao seu emprego, de um uso maior das bandas das classes mais simples da população.

Já no séc. XVIII, nos testamentos – e são vários os casos de que temos notícia segura, como alguns de que atrás fizemos menção –, neles, tal nome é o de maior uso. Dezenas e dezenas de textos da Junta de Areias, do meio do séc. XIX em diante, testemunham a feição cada vez mais popular do título da *Senhora da Torre*. Alheio a problemas dogmáticos e teológicos, sem interesse pelos problemas especiosos

- Visita do Abade Geral D. Frei Miguel de S. Boaventura ao mosteiro de Santo Tirso, a 20 de Junho de 1648: ADB Congregação de S. Bento de Portugal, vol. 147, ff. 53 v.-57 v.
- Texto citado na nota anterior
- CST IV (1955-1956) 234; PIRES DE LIMA, Dr. Augusto César – Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos, vol. VI, ed. da Junta de Província do Douro Litoral, Porto, 1951, p. 354.
- APL Livro dos Usos e Costumes, f. 6.
- APA Livro dos Testamentos f. 23 v.
- APA Livro dos Testamentos, f. 29 v.
- APA Livro de Visitas, vol. I, f. 70.

das representações iconográficas, as camadas do povo simples, para a individualização, optam pelo recurso mais concreto e familiar da geografia. Já o faz no trato comum com o semelhante. Em Areias, dizia-se correntemente o Sr. Joaquim de Munhos, o Sr. Albininho de Covas, o Sr. Doutor de Fontela... Passando por cima das designações oficiais, o povo alcunhava a identificação, de forma mais concreta, visível e palpável, com a toponímia¹³.

1.2. Senhora da Expectação ou do Ó

Sob o ponto de vista litúrgico, a invocação dominante é a de *Senhora da Expectação* ou *Senhora do* Ó. Os párocos – de Areias e Lama –, os Visitadores, os documentos do Subsigno, a data cronológica da festa litúrgica – 18 de Dezembro –, apontam, antes de mais, para aquele mistério mariano:

- 1735: o Visitador Dr. Francisco Xavier Brandão Pereira, a 20 de Junho deste ano, deixa capítulos de visitação respeitantes a obras e ornato da *Capela de Nossa Senhora da Expectação*, sita na freguesia de Areias, mas da administração da paróquia da Lama¹⁴;
- 1736: na sequência dos capítulos de 1735, Manuel Machado Maris, da Lama, fabriqueiro da *Capela da invocação de Nossa Senhora da Expectação*, a 25 de Agosto de 1736, pede ao Cabido, *Sede Vacante*, autorização para reedificar a dita Capela. O Cabido bracarense, logo de seguida, a 13 de Setembro de 1736, após informação do pároco de Areias, concede licença a Manuel Machado Maris e fregueses da

Lama, para reedificação da *Capela de Nossa Senhora da Expecta-*ção¹⁵;

- 1739: após a reedificação da *Capela de Nossa Senhora da Expectação*, sita em Areias, mas da administração do abade da Lama, Manuel Machado de Maris pede ao Cabido de Braga licença para que aquele abade proceda à sua benção. O Cabido, atendendo ao que o suplicante lhe representou sobre a bênção da *Capela de Nossa Senhora da Expectação*, por provisão de 26 de Janeiro de 1739, comete ao abade de Burgães o múnus da sua benção¹⁶;
- 1758: nas respostas ao P^e. Cardoso, para a elaboração do *Dicionário Geográfico*, o P^e. Atanásio Mendes de Freitas, abade de Areias, em carta de 22 de Maio, diz que Areias tem mais no lugar da Torre outra ermida com a *imagem da Senhora da Expectação*, cuja festa é a 18 de Dezembro¹⁷;
- 1784: No clamor nº 13, para o título (f. 10), e no nº 1, para a solenidade de 18 de Dezembro (f. 9), os Estatutos do Subsigno da Lama dizem-no explicitamente ou supõem a nossa ermida dedicada à *Senbora do* Ó ou *da Expectação*¹⁸;
- 1830: No Livro das Contas da Capela da Torre, quer a respeito da designação formal da Capela, quer numa informação em documento anexo, ao final, se diz que o orago da ermida é a Senhora da Expectação¹⁹;
- 1862: Inventário das alfaias, e objectos pertencentes à Capella de N. Senhora da Espectação da Torre²⁰;
- 1878: Remeto a Vossa Excelência a cópia dos inventários dos paramentos, alfaias e mais haveres(...) da capella da Senhora da Expectação, no lugar da Torre²¹;
 - O Presidente Fernando Pires de Lima propôs que se reunissem em sessão extraordinária para proceder à revisão do inventário das

VASCONCELOS, J. Leite de – Antroponimia Portuguesa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1928, p.155 e ss. Para o caso concreto de Areias, cf. PIRES DE LIMA, Augusto César estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos, vol. III, ed. da Junta de Provincia do Douro Litoral, Porto, 1948, p. 307.

APA Livro das Visitas, vol. I, ff. 19 v. – 20.

15 ADB Registo Geral, vol. 102, ff. 440-440 v.

ADB Registo Geral, vol. 73, ff. 169-170

CST I (1951-1952) 413--414.

APL Estatutos do Subsigno da Lama, fl. 9 e 10

¹⁹ AFL Livro das Contas: Senhora da Torre ou da Expectação (f. 1); A Capélla da Snrª. da Torre, denominada da Expectação, como se lê na informação do abade de Avidos, Manuel José Pereira do Lago, com data de 26 de Junho de 1830.

de Março de 1862, ao final, que o Presidente da Junta de Paróquia Pe. Manuel Joaquim de Azevedo, pároco de Areias, redigiu em conjunto com os membros Bernardino José da Silva Capello e Luis Alves da Silva e com Regedor Manuel Pereira Jacinto

APA Officio ao Governo
Civil do Porto, com data de 30
de Setembro de 1878, em
Autos... Doc. anexos às III aleg.,
f. 213.

alfaias e mais objectos pertencentes à *Capela de Nossa Senbora da Expectação* no lugar da Torre²²;

Os clamores de Areias: um deles à Torre, em 18 de Dezembro²³

- 1886: Próximo d'essa torre existe a antiquissima capella de Nossa Senhora da Expectação²⁴
- 1902: a ermida (...) é consagrada a Nossa Senhora da Expectação²⁵.

É certo que a imagem actual – que é medieva, recorde-se! – não é uma das características *Senhoras do Ó*: pejadas (de abdómen dilatado e seios intumescidos), com as duas mãos em posição caracteristica (uma sobre o ventre rotundo e volumoso, outra alçada, à altura da cabeça) acompanhada, muitas vezes, do Arcanjo Gabriel (é uma Senhora da Anunciação, no fundo) e sem o Menino...²⁶

Mas porque é um dos títulos alternativos no binómio Senhora da Torre//Senhora do Ó, nas tradições locais – párocos, visitadores, confrarias... –, julgo que, em Areias, se terá dado o fenómeno que, noutras bandas, e com tanta frequência, se verificou: a substituição da imagem de uma Virgem grávida por outra mais «decente» e honesta, que da anterior herdaria a manutenção daquela titularidade.

1.3. O nome da capela de S. Gião ou Senhora da Ajuda

Logo, reputo um engano o suposto padroeiro arcaico e primitivo da capela: *S.Gião* (isto é, S. Julião)²⁷. Ou o de *Senbora da Ajuda*, como certos documentos, a respeito da Torre, o confessam! E pelas razões que aí vão:

- São posteriores os documentos daquela suposta identificação: todos do séc. XIX.
- São esporádicos e muito isolados:
- Não há nenhuma tradição local que os abone. Absolutamente nenhuma!... Tanto quanto tenho observado!

Aparecem, pois, tarde e em documentos de fora das duas freguesias, Areias e Lama, a que a Senhora da Torre diz respeito: um documento da Sereníssima Casa de Bragança, do meio do séc. XIX²⁸; um registo da Fazenda de Santo Tirso, de 2 de Março de 1860²⁹; um texto tabeliónico, do cartório de Teotónio Augusto Patrício Álvares, de Santo Tirso, de 14 de Março de 1860³⁰.

1.4. A designação de Senhora do Parto

Confesso que ainda não encontrei, em documentos do séc. XIX, inclusive, para trás, a designação hodierna alternativa de Senhora da Torre, isto é, a de *Senhora do Parto*. Pelo menos, até agora.

É, pois, um título recente, que pretenderá adequar à escultura de Maria – já com o Menino ao colo – a invocação do seu amparo. Até porque a Senhora do Ó foi – e é – advogada das parturientes³¹. Aliás, já vem do séc. XVI a tentativa de, na retirada ao culto das Virgens pejadas, adaptar às imagens que as substituiram, com feições de melhores «conveniências», títulos como *Senhora da Alumieira, Senhora da Boa Hora, Senhora do Bom Sucesso...* Só que, no caso de Areias e Lama, nenhum documento com mais de um século nos garante a última designação, a de *Senhora do Parto*. Haverá igualmente, emulação de Areias, diante das solenidades de muita concorrência popular da Senhora do Parto, de S. Paio de Ceide, tão apregoadas no Jornal de Santo Thyrso, nos finais do séc. passado?

- APA, Acta da reunião da Junta de Paróquia de Areias, de 1 de Setembro de 1878, em Autos... Doc. anexos às III aleg. f. 213.

 APA. Folha avulsa dos
- APA, Folha avulsa dos clamores de Areias, por determinação da Confraria do Subsigno VIEIRA, José Augusto O Minho Pittoresco, vol. II, ed. do Rotary Club de Valença, 1987, p. 307.
- PIMENTEL, Alberto –
 Santo Thyrso de Riba d'Ave, ed.
 do Club Thyrsense, 1902, p. 316.
 CORREIA, F.Carvalho
 Acerca da iconografia da
 Senhora do Ó, em «Mundo da
 Arte», 2ª série, nº 1 (1988) 21 e
- Redução popular de Julião. Cf. LEITE DE VASCON-CELOS, José Opúsculos, vol. III. Onomatologia, ed. da Imprensa da Universidade, Coimbra, 1931, pp. 252-253.
- 28 CST IV (1955-1956) 233. 29 APA Autos... Doc.
- APA Autos... Doc. anexos às III alegações, f. 200 v.

 APA Autos... Doc. anexos às III alegações, f. 199 v.

 Cf. artigo citado na nota 26.

Em suma:

- 1. Defendemos o título de Senhora do Ó ou Senhora da Expectação como a padroeira original da capela da Senhora da Torre;
- 2. Logicamente, a haver alternativa, uma só poder-se-ia acolher: a igualmente tradicional de Senhora da Torre,
- 3. Parece-nos, pois, de menor consistência o título de Senhora do Parto. O orago primitivo foi uma Senhora do Ó. E, quando a actual substituiu uma Virgem grávida – o que já se fez há séculos –, continuou a dizer-se Senhora do Ó ou da Expectação. Até aos finais do séc. XIX. Porquê mudar-lhe agora o título, se a imagem ficou a mesma e se vela, na sensibilidade do povo, uma escultura cheia de encanto, a de uma Senhora grávida? Porquê o estafado anúncio de «Grandiosas Festas da Senhora do Parto», mais descosido que calças de ganga coçada de «trabalhador»?...
- 4. Defendemos um retorno à solenidade da festa de 18 de Dezembro, como o dia mais adequado à celebração da Senhora da Torre. Só agora - no entanto, com muita timidez - é que se vai recordando o dia mais próprio da Senhora, que, na colina de recordações milenárias, sempre nos dispensou as graças, caídas do Seu manto, num milagre de rosas permanente...

2. Tecido imbricado de uma capela: sita em Areias, mas sob a administração da Lama....

2.1. Aos dezoito dias do mês de Outubro de 1548, os tombadores de Areias³² começaram, exactamente, as medições do perímetro junto da Torre Alta. Consideraram o rio como linha divisória. E não deixaram dúvidas sobre o caso, pela insistência relevada da explicitação:

> começarom abo pee da tore alta q esta na frga. da dita Igreia (isto é, de Areias) sobre bo Rio daue³³.

Da capela, no cimo, desde quando não sei, se iriam aproveitar os fregueses da Lama. Daqui a existência de situações jurídicas imbricadas e sobrepostas³⁴.

De harmonia, pois, com o Tombo da nossa freguesia, a Torre Alta encontra-se cá, em Areias. E até situada dentro do seu perímetro, na medida em que a linha periférica vinda da ínsua, pelo Ave, cortando violentamente o lençol das águas do rio pelo meio, na direcção de montante, depois de beijar as fraldas do monte coroado de fortaleza paçã, só mais a leste, abandona o Ave, num rumo setentrional, na direcção da cancela da Trofa³⁵.

Mas não só estava situada a capela dentro do perímetro de Areias. É possível o que, à primeira vista, é inimaginável: terras de uma paróquia dentro de bojo de uma segunda. Mas não é exemplo disto o caso do monte: a Torre Alta não é bolsa da freguesia da Lama ou desta dizimeira. Na seriação dos itens sujeitos a tal condicionante – Declaração de se'tas t'ras q dizimão a Ig'eia da lama q iaze no lemite dareas³⁶ -, nada consta que diga respeito à colina da Senhora da Torre e prazo da Casa de Bragança.

Desenvolva-se o problema.

2.2. Os dados concretos da questão - já quando a capela era centro de devoção acendrada - lançou-os o Visitador Francisco Xavier Brandão Pereira, abade de S. Martinho de Mancelos, em 15 de Junho de 1735. A propósito da capela da Expectação, distingue a situação geográfica, mai-la a pertença, e o tecido consuetudinário do culto, com a sua administração.

As reparações competem aos fiéis da Lama ou à fábrica da ermida, e cuja orientação superior, em qualquer das hipóteses, ao pároco da Lama parece caber.

Os clérigos Tristão Goncalves e Manuel Fernandes. auxiliados pelos homens-bons João Pires, de Leigal, e Manuel Martins, de Beire, Cf. Tombo de Areias, f.1.

F. 16 v.

34 Há quem pense que, em 1548, à data da elaboração do Tombo de Areias, a capela ainda não tinha sido edificada. Não se compreenderia que os tombadores, iniciando a configuração perimetral mesmo junto da Torre Alta, não mencionassem o templozinho mariano, se já o houvesse.

O argumento do silêncio, porém, não vale assim muito. Se não havia capela, havia já e ainda de pé, a fortaleza medieval, elegante, coroada de ameias, rasgada de um balcão, para norte, com porta de entrada, a um metro de altura do solo, rematada em arco de ogiva. Ao lado. postar-se-iam as moradas senhoriais que dos Pereiras foram e cujos restos, no séc. XVIII, ainda se podiam ver, à maneira de ossos desconjuntados. E os tombadores silenciam, igualmente, estas relíquias de arquitectura veneranda. A Torre ou Torre Alta, a que aludem, é já topónimo

Não há dúvida, porém, de que a capela, se ainda não existia em 1548, logo de imediato segunda metade do séc. XVI - se erquerá.

Alberto Pimentel considera-a do tempo de D. Manuel: Santo Thyrso de Riba d'Ave, p. 64. Maria Emilia Amaral Teixeira atribui-lhe uma ancestralidade maior: «É certo que tal como a vemos hoje pode-se considerar do tempo de D.Manuel mas fora de dúvidas que é mais antiga e sofreu acréscimos»: O altar da capela da Torre Alta, em Santo Tirso, em «Museu», 2ª série, nº 2 (1961) 64 A estas duas opiniões convergentes sobre uma datacão manuelina oponho o argumento confesso não muito decisivo – do silêncio, aquando da tombação da paróquia. Mas também não vislumbro razões que a façam até de tempos mais recuados que os da era do Venturoso, como supõe Maria Emília Amaral Teixeira. Houve lá uma igreja pré-românica: primeiro, assento de uma comunidade conventual; depois, de uma paróquia. As sepulturas abertas

na rocha indiciam-no; textos documentais garantem coerência Mas que desta ermida subsistam pegadas arquitectónicas é coisa que não se vislumbra!

Tombo da freguesia da Lama, ff, 62-62 v., em SANTARÉM, Carlos Manuel Faya – Tombos das Freguesias de Sequeirô, Lama e Areias, em «O Concelho de Santo Tirso. Bol. Cultural» VI, 2-3 (1958) 389-391.

APA, Tombo de Areias, f. 15 v.

37▶

APA, Livro das Visitas I, ff. 19 v-20. E, de facto, foram os fregueses da Lama que tomaram à sua conta e à sua custa as reparações. E logo um ano depois. Publiquei o «dossier», em «Página Literária de Cultura Tirsense» n°. 83, em JST de 25 de Abril de 1997, pp. 10 -11. Este conjunto documental publicar-seá no corpo deste trabalho, a propósito da arquitectura da capela.

«O Concelho de Santo Tirso. Bol. Cultural» I (1951) 413-414. O pároco de Areias coloca a capela no território de que é pastor; e o da Lama não o contradiz. Veja-se a resposta deste em «O Concelho de Santo Tirso. Bol. Cultural» III (1954) 115. E o Pe. António Lourenço, abade da Lama, sob forma de concordância implícita, citará, apenas, duas ermidas na sua freguesia: a de 5. Sebastião e a de S. Luís.

Esta situação não é caso único. mesmo nas vizinhancas. O problema da Torre - hoje ignorado tem as suas afinidades e correspondências, bem próximo daqui e na nossa época: a história da capela da Senhora da Sêca (Cf. «O Concelho de Santo Tirso. Bol. Cultural» I (1951) 413, sob a nota 2. Ainda nos nossos dias. houve casos paralelos: a Senhora da Assunção, o Santuário deste nome, fica na freguesia de Monte Córdova; mas quem administrava o templo era o abade de Santo Tirso.

APL, Livro dos Uzos, f. 6.

Ms. existente no APL. importante para a história da capela da Senhora da Torre e para o conhecimento da teia complexa da sua situação jurídica.

Aos primeiros, porque dela se servem. E as reparações urgem: pedra d'ara, forros, madeiramentos, telhas e portas...

A capela, porém, está situada dentro da freguesia de Areias. É no curso de uma visita a esta paróquia que Francisco Xavier Brandão Pereira se dirige ao templo alpendrado e impõe reparações; e é ao pároco de Areias que assaca o dever de chamar a atenção do abade da Lama, o que não se compreenderia, caso o templo mariano em nada dissesse respeito ao abade arenense.

De resto, a afirmação clara da situação jurídica, com o desdobrar de algumas peças imbricadas no complexo da questão, isto é, o uso e a administração, de um lado, e a pertença paroquial mai-la situação geográfica, do outro:

> (...) sendo a Capêlla de N. S.ra da Expectação sita nos limites desta frg^a (scl., de Areias) por antiguo custume do uzo dos R. dos Ab. des e fregueses de S. Miguel da Lama, se acha sem pedra de Ara, e damnificada nos forros e madeyram. tos e telha, como tambem de portas p.º a segurança da d.ta Capella, mando que os freguezes da d.ºa frgª. da Lama, ou a quem pertencer a fabrica della - não a tinha, como se vê pelo Livro dos Usos e Costumes da Lama que adiante citaremos – a Reparem de todas as sobreditas obras em termo de seis meses pª. o q o R. do Parº. desta frgª. dara p. le com o theor desse ao R. do Abb.e da Lama³⁷

2.3. O Dicionário Geográfico do Pe. Luís Cardoso dá conta, vinte anos depois, do status quo, com realce do impacto conotativo da posição tão «anormal»: uso, sem memória da Lama a cujo abade pertencia a administração regular da capela e a organização das festas - particularmente as de 18 de Dezembro e 8 de Maio -, por aquela freguesia, sem que, explicitamente, se lhe requeira faculdade do pároco de Areias, por um lado; e a pertença da capela a esta freguesia, o que provoca a situação de direitos imbricados e sobrepostos que fazem o espanto do Pe. Atanásio de Areias e, nas entrelinhas, o do Pe. António Lourenço, da Lama, nas respostas ao Pe. Luís Cardoso.

A situação vem confirmada por vários abades, sobre a discrepância uso-situação. Quer pelo abade da Lama com o de Landim, nas informações do Pe. Atanásio sobre a freguesia de Areias; quer, virtualmente, pelo desta paróquia com o de Sequeirô, quando o Pe. António Lourenço, da Lama, responde ao questionário sobre a comunidade de que é pastor³⁸.

2.4. Quando a capela se encontrava ainda sob a administração dos abades da Lama - e foi-o até 1836 -, não faltam testemunhos destes a rememorar a descrepância.

No Livro dos Usos daquela freguesia, que se abriu em 1708, em averbamento que me parece de 1762, lê-se:

Tem esta frga. (isto é, Lama) tres capellas, que são as seg. les

3. A cap. de N. Sra. da Torre, supposto esteia na frga. de Areas são os Abb.des desta frga. (Lama) administradores: não tem fabrica, nem legados³⁹.

E na primeira memoria que lançou no Livro de Contas da Capela da Torre⁴⁰, o encomendado daqui, Pe. Miguel Pereira Correia da Costa, afirmou:

> Deverei declarar que a Capella de nossa Senhora da Torre (ou da Expectação) he sita na frgª. de Santiago de Areas, mas confr.e o livro dos uzos e costumes desta Igra. - citado antes - de S. Miguel da Lama, são os Rd os Parocos desta Igra. da Lama Administradores da dita Capella 41.

2.5. Não vale a pena alongarmo-nos no desdobramento de mais testemunhos. Só mais 4 informações. Estas do séc. XIX. Uma do abade de Avidos, Manuel José Pereira do Lago. Em 26 de Junho de 1830, foi solicitado a dar uma informação à Cúria, a propósito do legado pio de Francisco Xavier da Silva Gomes. Pois fê-lo nestes termos:

> A Capella da Snrª. da Torre, denominada da Expectação, sita na frgª. de Areas junto a huma Torre, ou Fortaleza, que antigam.te abi existio⁴², situada em terra foreira á Serenissima Casa de Bragança...⁴³.

A segunda extraída do acto de visitação de 9 de Maio de 1831. Na redacção da acta da visitação à Lama pelo arcediago de Vermoim, Joaquim José da Costa Lobo, e após um erro, desfaz-se a confusão do Secretário: dita Capella (isto é, da Torre), que esta sittuada na freguezia de S. Thiago d'Areas, e que por custume immemoravel, he administrada pelo Rdº. Parocho desta freguezia da Lama⁴⁴.

Uma 3ª informação: D. Pedro, na qualidade de administrador do vínculo da Casa de Bragança, em provisão de 2 de Novembro de 1855, lá assenta o conjunto, que era grande, sem vestígios de menor hesitação. Segundo ele, o Prazo da Torre Alta fica em Areias e no distrito do Préstimo de Almofões⁴⁵.

Ainda num momento já avançado da segunda parte do séc. XIX, José Augusto Vieira confirmaria a sobreposição dos direitos da Lama e de Areias sobre a capela veneranda, já na altura – assim o penso! – em que a freguesia avizinhada perdera acção e direitos sobre o templozinho mariano e tudo se concentrava agora nas mãos seguras de Areias46.

2.6. Um facto há que parece surgir desta situação imbricada: a Capela da Senhora de Expectação vai receber visitadores das duas bandas, quer dos de Areias que chegavam mandatados do arcebispo -, quer dos da Lama, os arcediagos de Vermoim.

Disso se falará, depois.

3. O prazo da Sereníssima Casa de Bragança e a Capela da Torre

3.1. Os bens

A terra foreira da Serenissima Casa de Bragança incluia os seguintes

números:

- * Ínsua;
- * Azenha;
- * Leirinha;
- * Bouça da Torre Alta, com campo misto.

Genericamente se referia a estes bens, em 1758, o Pe. Atanásio, abade de Areias, ao localizar a capela da Senhora da Expectação:

> Está edificada em terras da Sereníssima Casa de Bragança, que pelo mesmo lugar da Torre tem outras mais, cujos possuidores lhe dão a capitulação de pertencentes à Torre Alta, e delas pagam renda ao enfiteuta logo ainda prazo indiviso - da dita Sereníssima Casa; que boje ignoro quem é, porque ao passado lhe foram tiradas por omissões que cometeu⁴⁷.

A demolicão foi ordenada em 1794. Por este documento de 1830 se vê que a Torre, embora dilacerada num combate agónico de longa duração, já não existia.

APL, Livro das Contas da Capela da Torre, docs. anexos ao final.

APL. Livro das Contas da Capela da Torre, f. 3.

Autos de rectificação de limites...Docs. de apoio às III alegações, doc. V, ff. 207 e ss.

Minho Pittoresco, t. II, p. 307.

«O Concelho de Santo Tirso. Boletim Cultural» I (1951-1952) 415, sob o nº 25.

Da primeira dizia o Tombo aremense:

E core (o perímetro) pelo Rio aRiba ate ho pee da sobr dita tore alta. E aqui esta bua Inçoa no meo do Rio, cerquada daugua q he do limite da Igreia dareas e dizima a dita Igreia⁴⁸.

Assim, o circuito perimetral arenense arrebanhava a ilha romântica para o campo da nossa jurisdição, guinando pelo meio do braço meridional, até ao ponto em que as águas, após a bifurcação no afiado bico de leste, se reconciliavam, de novo, ao cabo insular, do lado do poente.

Da azenha já algo se disse. A roda hidráulica da margem sul permanecia ainda há pouco, como sacerdote de terceira idade, ciciando o responso fúnebre na morte lenta da paisagem bucólica do Ave. A azenha da margem norte, sita em Areias, a Fábrica do Papel, como sacerdote de culto pagão, a sacrificou no brinde orgiástico do progresso. Resta o túmulo vazio do rasgo fundo, paralelo ao curso das águas fluviais, onde ela, a azenha, quando viva, gostava de cirandar, num ritmo de dobadoira pendular e certinha. Os documentos que iremos citar ao diante dela falam ainda no vigor das suas capacidades. E tão importante seria na economia agrária da altura que apadrinhou a via de acesso.

O caminho da azenha, de facto, ainda hoje subsiste. Esquecido, porém, das razões da sua identidade, desde que o alvo, na sua ausência forçada, lhe ocasionaria perder o motivo da sua denominação, muito embora «inchado», talvez das prosápias que os tempos novos lhe haviam de conceder. Com a frustração da indústria papeleira, reduziu-se à condição lutuosa de via de acesso a túmulo vazio!...

Mas à azenha e caminhos viremos noutro trabalho. Interessa-nos o Monte da Torre. O prazo da Sereníssima Casa de Bragança, com os respectivos números, justifica a decisão de D. Maria, na qualidade de administradora dos bens inclusos no vínculo, quando, em 1794, numa atitude que, hoje, lamentamos, decidiu abater a fortaleza medieval, para se construir a ponte de acesso à nossa cidade tirsense, em prol dos viandantes que se lhe achegavam, oriundos do Setentrião. Ou que, vindos do Sul, demandavam o concelho de Landim.

3.2. A divisão do Prazo

3.2.1. Até 1855, manteve-se o Prazo – ou, pelo menos, jazia, nesta altura – dentro de uma unidade, sob o domínio útil de um só enfiteuta. Era-o, agora, António José da Silva Magalhães e esposa, Maria Joaquina Machado, moradores no lugar do Pinheirinho, Santo Tirso⁴⁹.

Contudo, nos meados da centúria precedente, acabou por cindir-se em duas fracções. D. Pedro, na qualidade de administrador da Casa e Estado de Bragança, por provisão de 2 de Novembro de 1855, anuiu à divisão do domínio útil na propriedade foreira da Torre Alta, sob determinadas cláusulas:

Hei por bem conceder Licença sem perjuizo de terceiro, para se efetuarem as dittas Vendas Visto terem os recorrentes pago cincoenta e dois mil e seis centos e vinte e cinco reis, emportancia dos Laudemios devidos, pello preço total das vendas de que se trata, e com a clausolla de que os Compradores ficão solidariamente responsaveis a mesma Serenissima Casa de Bragança pello foro do mencionado Prazo, e obrigados a reconhecer a mesma como direta Senhoria das dittas propriedades...⁵⁰.

A divisão toma por referência o monte da Torre Alta; e, neste, a *Capela da Senhora da Ajuda* (sic)⁵¹, denominada a *Senhora da Torre*⁵². A fiada de marcos, na direcção Levante-Poente, passa a dez palmos e uma mão travessa a sul da legendária ermida. Com o acesso fica garantido também um adro, por onde se desfiarão

APA, Tombo de Areias, f. 17 v.

APA, Autos de rectificação de limites... Documentos de apoio às III Alegações, doc. V.f. 207.

lb., f. 209 ⁵¹▶ Já demonstrámos que o título original da Senhora da Torre era o de Senhora da Expectacão ou do Ó. O de Senhora da Torre é de origem toponímica, e não de conteúdo teológico ou cultual. Nunca foi de S. Gião ou da Senhora da Ajuda, como acidentalmente e em documentos notariais - aliás, que eu saiba, duas ou três vezes somente - se observa. Neste ponto, discordamos de Maria Emília Amaral Teixeira. Cf. artº. A Capela da Senhora da Torre, 1. O orago, em «Jornal de SantoThyrso», de 22 e 29 de Junho de 1990. lb., f. 199 v.

os votos e promessas dos romeiros e os actos penitenciais dos contritos, por ocasião dos clamores e cercos das freguesias. A elevação ficará, pois, agrupada em duas metades: uma, a norte, e a segunda, do lado oposto. No encalço delas, o restante de todo o Prazo.

A parte setentrional – e aí jaz a capela – inclui, numa só medição, um campo misto, com vinho e árvores de fruto. A unidade tem como pontos de referência o caminho que vai para as azenhas, pelo Levante; propriedade do Casal de Covas, a Poente; terras de baldio e caminho para Matos, ao Norte; a calota sul da bouça repartida, pelo lado meridional. Geograficamente separada, fica-lhe, porém, juridicamente coesa uma Leirinha. Esta divide-se da Torre Alta pelo caminho da azenha, que assim a tange pelo lado ocidental. A sul, bafejam-na as águas do Rio Ave. Usufrui do privilégio especial da água de rega, após um acordo com José Francisco de Araújo. Vinho de enforcado ocorria, para moldura do terreno. A primeira metade constituiu-se, pois, da face norte do Monte, do campo misto e da Leirinha.

A segunda parte, após a autorização de D. Pedro V, iria compreender a secção meridional do Monte, mai-la Ínsua e a Azenha.

3.2.2. Pois, como antes se disse, António José da Silva Magalhães e sua esposa, senhores do domínio útil do Prazo, com autorização da Sereníssima Casa de Bragança, vendem repartida a propriedade foreira, em 28 de Dezembro de 1855. A primeira parte comprou-a José de Sousa e Silva, de Areias, por 405 mil reis. A segunda recebeu-a por compra Manuel Domingues da Silva, de Areias também, por um conto e sete centos mil reis. Ficaria "cabecel" do foro de 905 reis que os dois, solidariamente e "enquanto o mundo for mundo", deveriam pagar à Casa de Bragança.

O laudémio – a pagar-se ao senhor da raiz, nos actos de transacção, escambo, etc. –, subiu, agora, à casa dos 52.625 reis, no contrato dos dois novos rendeiros⁵³.

3.3. A passagem da terra foreira para a Casa de Covas

3.3.1. A capela foi sempre pública!

A capela nunca foi do domínio particular. Muito antes do monte da Torre Alta passar para a casa de Covas, primeiro em forma de domínio útil, depois, com a remissão dos foros, os próprios bens de raiz! Já o não era, na altura da administração da ermida pelos abades da Lama.

Em 26 de Junho de 1830 – três décadas antes do monte passar para as mãos de Covas – informou o abade de Avidos a Cúria de Braga:

A Capella da Snrª. da Torre, denominada da Expectação, sita na fregª. de Areas (...) situada em terra foreira á Serenissima Casa de Bragança, be publica, sempre foi... 54 .

Sobre o caminho de acesso, rasgado pelo terreno de mato – que esse sim, era do Prazo da Casa de Bragança –, tinham os abades da freguesia vizinha, os seus fregueses e todos os devotos, *o direito de servidão*.

O abade de Avidos, Manuel José Pereira do Lago, diz mesmo que uma tal situação jurídica – natureza pública da capela, servidão do caminho, administração imemorial do abade da Lama – se encontra garantida no Tombo da Casa de Bragança:

... e como tal se acha assim expresso no Tombo da mesma Serenissima Casa⁵⁵.

3.3.2. O problema da divisão do Prazo: a venda da metade norte, em 1860, e o problema das rectificações de 1870.

53 lb., ff. 208 v.-209, 54 APL, Livro de Contas da Capela da Senhora da Torre, no final

Ib., na carta do citado ab. de Avidos Manuel José Pereira do Lago. 3.3.2.1. Como dito ficou atrás, o Prazo da Torre Alta desmembrou-se em 1855. Era então enfiteuta e responsável do todo António José da Silva Magalhães, com a sua esposa Maria Joaquina Machado, do lugar do Pinheirinho, nesta altura – lugar que foi da Lama e dela ainda o devia ser, por direito... – já de Santo Tirso. D.Pedro den o aval à tmese, na provisão de 2 de Novembro de 1855.

Foi comprador de uma parte – azenhas, Ínsua e secção meridional do cabeço; onde se alevanta a capela – Manuel Domingues da Silva, de Areias. Deu um conto e setecentos mil reis pelo negócio.

A outra parte – a metade norte da bouça e a Leirinha – adquiriu-a José de Sousa e Silva e sua mulher, Maria Joana Pereira de Mesquita, também de Areias, do lugar da Torre, por 405 mil reis. Esta venda teve lugar em 18 de Dezembro de 1855. E era nesta segunda metade da bouça, no troço do setentrião, que se situava a capela:

em Cujo terreno vendido, se acha colocada a Capella de Nossa Senbora da Torre, que ainda fica dentro do ditto terreno, dez palmos, e buma mão travessa, o qual fica demarcado, com marcos de pedra que se colocarão⁵⁶.

Vende-se a bouça, não a capela. E da bouça apenas o domínio útil, nesta data. A ermida está ali. Fica, entregue ao seu destino – bem público –, que não se alterou.

3.3.2.2. Cinco anos depois – 1860 –, José de Sousa e Silva e sua mulher, Maria Joana Pereira de Mesquita, trespassam uma parte da sua parte – só a bouça com campo misto – a José Joaquim da Silva Carneiro e sua mulher, Ana da Silva Neves, de Areias.

Na provisão régia, com data de 11 de Fevereiro de 1860, a autorizar o contrato, D.Pedro V anui à venda da Bouça, não da capela:

... Comprar-lhes por duzentos mil reis huma bouça no sitio da Torre alta, e na qual está a Capella de Nossa Senhora da Torre, cuja bouça e do Dominio Directo da Serenissima Casa e Estado de Bragança...⁵⁷.

Aberto, desta forma, o caminho, fez-se o contrato entre os sobreditos outorgantes, no cartório do tabelião Teotónio Augusto Patrício Álvares, de Santo Tirso, a 14 de Março de 1860. José de Sousa e Silva e mulher dizem-se senhores tão só da bouça: e só dela fazem cedência. A capela fica imune das oscilações contratuais, porque acima dos poderes e das forças em campo. Assim se lê no fraseado do acordo:

E pelos primeiros outorgantes (por José de Sousa e Silva e sua esposa, Maria Joana Pereira de Mesquita) foi dito que erão senhores, e legitimos possuidores d'uma bouça, terra labradia e matto (ou seja, a bouça com campo misto, de 1855), denominada a Torre Alta, sita na dita freguesia de Areias (...) em cuja bouça, dentro della, se acha a Capella de Nossa Senhora da Ajuda (sic), denominada a Senhora da Torre, de natureza de prazo de vidas foreira à Serenissima Caza de Bragança, cuja bouça se achão justos e contractados de vender aos segundos outorgantes (isto é, José Joaquim da Silva Carneiro e mulher, Ana da Silva Neves, de Areias) pelo preço e quantia de duzentos mil reis⁵⁸.

Como se não fosse suficiente, lá vêm as condicionantes do gesto contratual a definir bem as restrições: a reserva do usufruto, em favor dos primeiros outorgantes enquanto vivos; a libertação, em favor dos segundos, de dívidas, fianças, hipotecas, rendas atrasadas... E, sobretudo, uma clausula que concretiza bem o objecto da transação:

APA, Autos de rectificação de limites. Documentos de apoio às terceiras alegações, f.

²⁰⁷ v.
57

APA, Autos de rectificação de limites... Documentos de apoio às terceiras alegações, f. 201.

APA, Autos de rectificação de limites. Documentos de apoio às terceiras alegações, f. 199 v.

Disseram os vendedores – condição já delimitadora do contrato de 1855, entre António José da Silva Magalhães e os vendedores de agora – que supposto no terreno vendido se achava a Capella de Nossa Senhora da Torre, que com tudo elle não vendia mais que o terreno, ficando a freguezia com todas as servidões para a mesma Capella⁵⁹.

A natureza pública da ermida, e desde tempos imemoriais – no testemunho do abade Pereira do Lago, em 1830 – explica a excepção da capela – que não se transacciona – e o ónus da serventia, quanto a itinerário de *acesso e adro*.

3.3.3. Muita ambiguidade nas intenções da Casa de Covas!

Em suma:

- 1. D. Pedro, por duas vezes, concede autorização para vender a bouça e nesta se encontra a capela –, mas não para vender a ermida;
- 2. José de Sousa e Silva e esposa também só tinham comprado a António José da Silva Magalhães e mulher aquilo que estes tão só possuiam: a bouça, não a capella;
- 3. Uma expressão de intenções, em moldes de um enunciado formal, explicita o alcance: o templo está no monte; mas só este é que é vendido.
- 4. Os documentos até aqui prolongam uma tradição imemorial, já bem testemunhada pelos abades da freguesia da Lama, na administração de uma ermida que sempre pública o fora. Daí e conforme a tradição, que os documentos de 1855 e 1860 excluam o templozinho mariano. Reduzem o escambo à geografia da bouça. Mais: restringem até mesmo os poderes dos compradores sobre o prédio rústico, na cedência obrigatória de um caminho e de um adro de servidão, que cingem por marcos delimitadores.
- 5. Aliás, isto está de acordo com a administração independente e multissecular da capela. Primeiro, pelos abades da Lama, que o faziam, antes, pelo Subsigno, à frente, através da colaboração de um fabriqueiro e de um depositário das alfaias. Depois (por 1840), pelo abade de Areias e pela Junta desta freguesia, sem oposição da Casa de Covas que, participando nas reuniões deliberativas da Junta quando dela membros foram –, quer para organização dos inventários ou das festas, quer para a administração das esmolas ou iniciativas de reparações a levar a efeito na ermida, sempre o fizeram na qualidade de membros da Junta, simples depositários das alfaias ou meros detentores das chaves do edificio venerando⁶⁰.

E nunca apelaram para a sua condição de proprietários da capela ou assumiram a feição condizente de responsáveis superiores de tais iniciativas.

6. Mas, apesar dos termos restritos do contrato de compra e venda – tanto é verdade que, posteriormente, houve rectificações! –, apesar da independência da capela, à luz do seu estatuto consuetudinário, o registo prévio da transacção nas Finanças, em ordem ao pagamento da sisa, efectuada em prol de José Joaquim da Silva Carneiro, a 2 de Março de 1860, englobou, subrepticiamente, a menção do templo mariano, em dissonância com os termos legais do contrato jurídico do tabelião e das condicionantes reguladoras da Casa de Bragança:

... por quanto compra a Jozé de Souza e Silva e mulher da mesma freguezia, uma bouça, terra de matto, denominada da Torre Alta, e uma Capella que está dentro da mesma bouça, que se denomina a Capella da Senhora da Ajuda⁶¹.

- APA, Autos de rectificação de limites... Documentos de apoio às terceiras alegações, f. 200.
- Desenvolver-se-á este ponto, quando nos dedicarmos ao problema da administração da ermida da Torre, Pelos documentos da Junta, sabe-se que havia duas chaves:
- uma, à guarda da Casa de Covas, pelas razões que se disseram.
- outra, nas mãos de um membro da Junta ou pessoa da sua confiança, vizinha da Torre, para receber as esmolas (dinheiro ou azeite) e atender os devotos.
 Cf. PIRES DE LIMA, Dr. Augusto César – O Lugar da Torre, em «O Concelho de Santo Tirso. Boletim Cultural» IV (1955-1956) 236.
- APA, Autos de rectificação de limites... Documentos de apoio às terceiras alegações, ff. 200-200 v. O mesmo fizera, 5 anos antes, José de Sousa e Silva, que, na Fazenda, incluiu também a capelinha (APA, Autos de rectificação de limites... documentos de apoio às terceiras alegações, f. 210).

De harmonia com esta última situação, veio a necessidade de «rectificar» os termos do próprio contrato. Far-se-á a 5 de Setembro de 1870:

por Escriptura de quatorse de Março de mil oitocentos cessenta feita na nota do Tabelião Alvares desta Comarca, tinha vendido ao primeiro outorgante a Bouça da Torre Alta, sita na dita freguesia de Areas, declarando-se abi que huma capella da invocação da Senbora da Torres (sic) que se acha na mesma bouça não era vendida, porem não era a mente delle segundo outorgante, se não que não entrava na venda o terreno da servidão que a freguesia tinha para hir à Capella, pertencia por isso a dita capella com suas pertenças ao primeiro outorgante, pelo que por este publico instrumento e nos milhores de direito cedia em favor do referido primeiro outorgante do direito que tinha à mesma capella, recebendo, como já recebeu delle, a quantia de dose mil reis, ficando desta forma declarada aquella citada Escriptura, que em tudo o mais por este instrumento ratbifica⁶².

7. O Senhor Dr. Augusto procurou desfazer o valor jurídico deste documento. E teceu os seguintes considerandos:

«Claro é que esta escritura, como documento autêntico extra-oficial, não ofendeu nem podia ofender os direitos da freguesia alheia do acto e dele desconhecedora (Cod. Civ., Artº 2426).

E, tanto assim, que esta continuou senhora da capela, cuja chave entregava a um zelador de confiança, encarregado de receber as esmolas, realizava procissões e festas religiosas, procedia a consertos no templo, etc., etc., etc.

Na primeira escritura não foi abrangida a capela, porquê?

Evidentemente porque ela era pública, pertencente à freguesia, e nem o comprador nem o vendedor tinham a menor esperança de que os devotos renunciassem aos seus direitos.

Reservou-se na segunda escritura o direito de passagem, porque?

Porque, se aos devotos fosse impedido o trânsito, o que nunca sucedeu, reagiriam imediatamente ⁶³, tornando-se assim conhecida a tentativa de usurpação.

Essas circunstâncias explicam o facto de nunca o avô nem o pai do actual dono da casa de Covas (nessa altura, o Sr. Albino da Silva Carneiro) terem procurado chamar a si a propriedade da Capela (...) antes pelo contrário, terem reconhecido sempre os direitos da freguesia de Areias, alheia por completo à infeliz manobra.

Prevendo a existência de criaturas assim, dispôs-se no Código Civil:

Os documentos autênticos extra-oficiais fazem prova plena quanto à existência do acto a que se referem, excepto naquilo em que possam envolver direitos de terceiro, que não fosse parte do mesmo acto (artº 2426)⁶⁴.

3.3.4. Conclusões

- 1. Os abades da Lama, muito antes da bouça vir para às mãos de Covas, tiveram a capela por *pública. E desde tempos imemoriais!*
- 2. O Tombo da Casa de Bragança reconhece esta situação; e salvaguarda, com direito de serventia, a passagem pela bouça, cujo domínio directo lhe cabe.
- 3. A Serenissima Casa de Bragança fala sempre de uma capela sita na bouça da Torre Alta, da freguesia de Areias. E reivindica a posse e os direitos de raiz da propriedade rústica; mas nunca a posse da ermida como tal. Isto em mais do que um documento em que o monarca acedeu à iniciativa do rendeiro, para a venda do domínio útil da bouça e mais propriedades.

- APA, Autos de rectificação de limites... Documentos de apoio às terceiras alegações, ff. 203-203, v. No livro de notas do Tabelião António Caetano Correia do Amaral, de Santo Tirso.
- Assim aconteceu, guando, certa vez, há uns 40 anos, o Sr. Albininho de Covas atravessou, sobre o caminho do monte, uma escada em diagonal ao tronco de um pinheiro, julgo eu. E alcandorou-se a meio dos degraus... Valeu-lhe, na iminência, o tacto pastoral e a caridade do Sr. Pe. António Araújo. O povo é que não tinha paciência para esperar! Disso logo se apercebeu o Sr. Albino da Silva Carneiro que, prevendo o pior, se retirou, E as coisas ficaram por ali...
- APA, Autos de rectificação de limites... Terceiras alegações, p. 4.

4. A capela ficou explicitamente «redia» das intenções de José António da Silva Magalhães. E sempre – quer a Casa de Bragança, quer o enfiteuta – salvaguar-daram com cautela *as servidões* que reconhecem às freguesias o direito ao exercício normal da sua fé, em torno da ermida sacrossanta.

A distinção entre capela, de um lado, e servidões, do outro – com a exclusão formal da venda do templozinho – parece supor que a primeira não era vendável, porque pública, enquanto que as servidões reconhecem à freguesia tão só o direito de usufruto de um terreno – via e adro – de propriedade, cuja raiz, não era da mesma entidade que, por sua vez, detinha a capela.

5. José de Sousa e Silva, como vendedor, só nas rectificações (1870) é que inclui na alienação, e de forma explícita, o trespasse do templo alpendrado e restringe as servidões à mera passagem.

Atitude, aliás, de mau remendo! Se, nas suas intenções, em 1860, se inscreveria o acto de venda da capela, porque recebe, agora, dez anos depois, 12.000 reis, como preço de transacção acrescentado? Não teria mais a receber, se, para ele, a soma anterior fosse já a representação do preço ou da soma global do conjunto!...

- 6. Depois, restringe, sem anular, os direitos da paróquia. Em 1860, porém, fala-se abertamente em servidões. Agora, limita, de uma banda, e evidencia, da outra, o direito à mera passagem. Já não se fala do *adro*. Vê-se por detrás do muro da cláusula o intuito de salvaguardar duas coisas: precaver-se da reacção imediata da população; e, em liame com o primeiro aspecto do problema, apegar-se à única forma de manter como convinha no «segredo dos deuses» um acto que «rectificou» os interesses desmedidos de dois particulares, com prejuízo aberto dos direitos das paróquias. Só mais tarde, com o suposto esquecimento da tradição sobre a natureza pública da ermida e, na hipótese de circunstâncias mais favoráveis, com a exibição do documento tabeliónico sobre a venda é que os seus «proprietários» passariam às vias de facto pela ousadia reivindicadora da posse da raiz.
- 7. Talve**z** por isso é que nem José Joaquim da Silva Carneiro nem Manuel Joaquim da Silva Carneiro que lhe sucedeu na posse da bouça da Torre Alta vez alguma advogaram os seus «direitos» sobre o templo de Nossa Senhora da Expectação. O povo ignorava o acto notarial de 1870. E violentamente reagiria como, de facto, o fez com o Sr. Albino da Silva Carneiro, do que fui testemunha a qualquer tipo de infracção que violasse os seus direitos. E, pior, se soubesse de qualquer acto jurídico que aparecesse, caído não se sabe donde, a sancionar o esbulho...
- 8. Por isso, a administração da capela da Senhora da Torre veio a caber naturalmente e sem interrupção, à comunidade paroquial. Primeiro, da Lama, através dos seus representantes (o pároco e uma fabriqueiro, posteriormente comissionado para a função). Depois, de Areias, igualmente através de um representante do povo, a saber da Junta quando, por direito, o múnus lhe coube –, e ainda da Comissão Fabriqueira e dos párocos da freguesia.

Falaremos depois da administração da capela, sobretudo no que respeita à independência total da Junta ou da Corporação Fabriqueira, face a qualquer pretenso direito da Casa de Covas.

4. Administração da Capela

A ermida sempre foi da freguesia de Areias. E, desde que se saiba, da administração da Lama! E com muita independência, por banda daqui: a organização das festas, a fábrica da ermida, o destino das esmolas em dinheiro ou azeite, tudo corria sob a responsabilidade deste último abade, o pároco da Lama. Di-lo o Visitador Francisco

Xavier Brandão Pereira, em 1735⁶⁵; confessa-o o pároco de Areias, em 1758⁶⁶; testemunha-o ainda, no séc. XIX (1830), o abade de Avidos, Manuel José Pereira do Lago⁶⁷; abona-o o Visitador da Lama, o arcediago de Vermoim em 1831⁶⁸.

Creio que a passagem para uma administração arenense se fez possível, aquando da criação das Juntas de Paróquia, como entidades responsáveis do culto da igreja e da sua fábrica. Assim, pelos meados do séc. passado, a capela da Torre – que já era, desde sempre, de Areias, desta freguesia – passou a viver condições que resultaram logicamente na administração por parte desta paróquia⁶⁹. Uma coisa é certa: em 1836, a ermida ainda se encontrava sob a dependência da Lama. E, em 1840 ou pouco depois, já Areias – segundo penso – se responsabilizava da solicitude da capela, através da sua Junta de paróquia⁷⁰.

Num arrolamento de 1862, a Junta de Areias, com o seu regedor, faz uma inventariação dos bens da Torre. E toma por critério uma listagem sua – parece – de 1840:

Os membros da Junta de Parochia abaixo assignados e Regedor declarão que depois de feito o Inventário=retro=das alfaias paramentos, e vasos sagrados pertencentes à fabrica desta Igreja (isto é, de Areias) bem como dos moveis pertencentes à Residencia dos Rd.os Parochos, se passou a Inventariar as alfaias, e objectos pertencentes à Capella de N. Senhora da Espectação da Torre, e achando-o tudo conforme o Inventário que já existia, e feito aos dezanove dias do mes de Setembro de mil oitocentos e quarenta, só se extrabio do dito Inventario a Copia pª. remetter à Camara Eclesiastica de Braga, não se mencionando na dita Copia de Inventario um Excerpto de divida para veneração da dª. Capella, e que lhe deixou um Devoto. O Inventario, e todos os moveis constantes delle achão-se na Casa de Covas onde tudo já existia. E para constar foi que aqui fisemos este exclarecimento. S. Thiago de Areas 25 de Março de 1862⁷¹.

4.1. A capela da Torre, sob a dependência administrativa da Lama

Suponho – ao contrário do Sr. Dr. Augusto – que o Código Liberal proporcionou, no séc. XIX e, na década de 30, a alteração da Capela da Torre, quanto à área de administração: a passagem da Lama para Areias.

Apesar disso, em 1873 – e metida, por erro, no verbete de S.Vicente de Areias (Barcelos)! –,ainda Pinho Leal a diz da administração da Lama:

Esta capella, posto estar na freguezia de Areias, pertence ao abbade de S. Miguel de Lamas (sic), não se sabe porque⁷².

Por Julho de 1885, esteve José Augusto Vieira em Areias. Já pronta, nessa altura, a capela – mor da nova igreja paroquial. E decidira o Conde de S.Bento custear o corpo da matriz. Pois, nos meados de 1885, o autor de *O Minho Pittoresco* ainda fala da Capela de Nossa Senhora da Expectação no âmbito da posse consuetudinária da freguesia da Lama, quando já, efectivamente, o não era⁷³.

Mas foi-o até 1836. É isso o que vamos já ver.

4.2. Algumas das intervenções da Lama sobre a capela da Torre

4.2.1. O retábulo

Um dos actos primeiros que interessa registar constituiu-se da passagem, em 1730, nesta década, do retábulo renascentista do altar-mor da igreja matriz da

- 65 APA, Livro de visitas I,
- Em «O Concelho de Santo Tirso. Boletim Cultural» I (1951) 413-414.
 APL. Livro de Contas
- 67 APL, Livro de Contas da Capela da Torre, em doc anexo ao fim,
- APL Livro de Contas da Capela da Torre, f. 3.
- Não acho válidas as razões do Sr. Dr. Augusto para explicar a passagem da administração da capela das mãos da Lama para as de Areias: desconhecimento paulatino do costume, por banda daquela freguesia; a inutilidade do direito, porque capela sita no coração doutra freguesia, cujo rendimento não compensava a despesa... Cf. Autos de rectificação de limites... Primeiras alegações,
- p. 7.

 70 ► O Decreto de 18 de
 Julho de 1835 criou as Juntas de
 Paróquia. E uma lei de 6 de Julho
 do ano seguinte pormenorizou;
 e, entre as suas funções, a que
 seque:

É da atribuição das Juntas de Parochia provêr na Administração de todos os bens, edificios, e rendimentos pertencentes á mesma Parochia ou estes fossem deixados para satisfazer as despezas do Culto Divino em geral, ou com alguma applicação especial para o mesmo Culto, ou para quaesquer obras pias (...) e bem assim na Administração dos bens, e rendimentos pertencentes a Ermidas, ou Capellas dependentes das Igrejas Parochiaes (Colecção de Leis e de Decretos e outras providencias regulamentares, desde 1 até 15 de Julho, n. 13 (1836) 227. É o art° 9° deste Decreto de 6 de Julho de 1836).

⁷¹▶ APA, Livro dos Inventários, f. 6. ⁷²▶ Portugal Antigo e

Portugal Antigo e
Moderno, vol. 1, Lisboa, 1873, p.

238 F.

73

Vol. II, p. 307

238 F.

freguesia da Lama – belo e formoso conjunto! – para a capela de Nossa Senhora da Expectação da Torre. Perdeu a Lama; Areias ganhou! Disso se vai falar adiante.

4.2.2. O património

A capela vivia de esmolas ocasionais, em dinheiro e azeite. E de pequeno vulto:

mas ella (a capela) não teve até prez.¹⁰ Patrim**o**nio nem Rendim.^{10s} p^a as despezas de seus Reparos e veneração, e só era Ratificada e venerada pelas insignificantes offertas e esmolas q a piedade dos Fieis lhe deu p^a. o dito fim⁷⁴.

Este depoimento é de 1829, e consignado pelo abade da Lama. Em 1829, coube-lhe a primeira oferta de bens patrimoniais: o legado de Francisco Xavier da Silva Gomes, o *Cartilho* de alcunha. Era viuvo e residia nas Lameiras. Morreu a 15 de Maio; e deixou 48\$000 reis à Capela da Senhora da Torre.

Por despacho do Provisor e Vigário Capitular de Braga, de 27 de Agosto de 1830, foram os 46\$000 reis dados como empréstimo a Manuel António Coelho de Sampaio e esposa Joana Maria Correia, de Leigal⁷⁵. Os restantes 2\$000 reis ficaram para obras de emergência. Aliás, a Cúria já tinha sugerido a retirada de 2 a 3\$000 reis para reparações na capela.

4.2.3. As obras

Em 1735, estava muito danificada a ermida. Impunham-se reparações nos forros, madeiramento e telhados. Não estavam seguras as portas. Pior, sob o aspecto jurídico, a falta de pedra de ara. O Visitador de Areias, Francisco Xavier Brandão Pereira, incumbe o nosso pároco de chamar a atenção dos fregueses da Lama ou daquele a quem a fábrica da capela disser respeito, para ocorrer às necessidades. Um *cumpriram*, averbado à margem do Livro de Visitas, de Areias⁷⁶, dá conta da satisfação⁷⁷.

Em 1830, tinha a capela um fabriqueiro: José da Silva, marido de Joana da Costa, herdeira do testador Francisco Xavier da Silva Gomes, de que se falou⁷⁸. Actuava sob dependência do abade da Lama.

Dos 2\$000 reis tirados ao legado pio fez-se a primeira despesa:

Papel para o Livro das contas	480 rs.
Encadernação do livro	240 rs.
Portador do mesmo a Braga, com o intuito de obter a comissão	
para abrir, rubricar e encerrar o dito livro	160 rs.
Caixa de pinho	580 rs.
Fechadura e pregos para a dita caixa	105 rs.
Conserto do telhado da capela e do cabido	120 rs.
Despesa com o manifesto da escritura do dinheiro a juros	120 is.
Chumbagem da tranca de ferro	80 15
Selos	40 rs.
Total	 1\$925 rs.

Sobraram 75 reis dos 2\$00 que se puseram nas mãos do fabriqueiro José da Silva⁷⁹. A despesa foi aprovada em acto de visitação, de 9 de Maio de 1831.

O mesmo vai apresentar, 5 anos depois, um rol das contas da capela,

de 1832. Diz o texto:

APL, Livro das Contas da Capela da Torre, f. 1.

Escritura feita nas Notas do Couto de Landim, a 7 de Setembro de 1830: APL, Livro das Contas da Capela da Torre, f. 1. Cf. Rol da despesa, de 1831, onde constam os gastos com o manifesto da escritura, em Barcelos: APL, Livro de Contas..., f. 2 v. Cf. ainda a visita de Joaquim José da Costa Lobo, arcediago de Vermoim, em Livro das Contas..., ff. 2 v. –3.

APA, Livro de Visitas,
I, f. 20 v.
Foram feitas por cotro

Foram feitas por entre 1736 a 1739. Liderou as reparações o fabriqueiro Manuel Machado de Mariz. Cf. «Página Literária da Cultura Tirsense» n. 83, em JST de 25 de Abril de 1997.

Carta do encomendado da Lama à Cúria, com data de 25 de Julho de 1830, documento anexo ao Livro de Contas da Capela da Torre, no APL.

⁷⁹▶ APL, Livro de Contas da Capela da Torre, f 2 v. Contas que dá José da Silva Costa da fregª. de S. Miguel da Lama como Fabriqueiro da Capella de nossa senhora da Torre sita na fregª. de Areas mas pertencente a esta da Lama, de sinco annos dia em que principiou esta senhora a ter o primeiro rendim. fo

Rendimento annualmente be sem abater Decima que se lha hade	
abater quando se receber o Primeiro Juro q he neste setembro futuro	2300
Em sinco annos emportou em	11500
$D. p^a$. Telha	01410
D. pa.Cal, tres sacas	02400
D. pa.carreto desta	00720
D.pa. conduzir dous carros d'Area	00240
D. pª. Caiador	03300
$D. p^a.hum$ homem que ajudou a conduçom	00300
D. pª. solho da Capella, e carpinteiro	02440
Soma toda a Desp ^a	10810
Fica Liquido	00690 ⁸

Este relatório de contas de 1832 a 1836 foi aprovado pelo Administrador do concelho de Landim, Manuel Baptista de Carvalho e Sousa, em 19 de Agosto de 1836⁸¹. No limiar dos epígonos deste concelho e da administração da capela da Torre, por banda da Lama!...

4.2.4. As visitas

Areias era da competência do arcebispo, no que toca a visitações; e integrava-se, ultimamente, na Terceira Parte de Vermoim e Faria. Lama, em principio, foi da competência do arcediago de Vermoim.

Como a capela se situava em Areias, mas administravam-na os abades da Lama, daí recebesse as visitas dos representantes do arcebispo, na visitação de Areias, ou do arcediago de Vermoim, quando à Lama se dirigiam no desempenho da mesma missão.

Falámos atrás de uma visitação de 1735, da parte de um representante do Arcebispo Primaz, na qualidade de «Inspector» do «status quo» de Areias. Referimos, agora, uma outra, durante a qual o representante do Prelado fulminou sentença do interdito sobre a capela da Torre. E chegara como Visitador de Areias! Isto em finais do séc. XVIII. Em concreto, a 21 de Outubro de 1780⁸².

Vamos transcrever por extenso uma outra visitação: a de um arcediago de Vermoim. Da sua competência dependia a supervisão pastoral da paróquia da Lama. Foi a 9 de Maio de 1831:

Joaquim jozé da Costa Lobo, Arcediago de Vermoim na Sé de Braga, e Visitador das Igrejas pertencentes a Cadeira da mesma Dignidade

Faço saber em como aos nove dias do mez de Maio do anno de mil oito centos trinta e bum em acto de vesita tomei conta nesta Igreja de S. Miguel da Lama ao Rdº. Miguel Pereira Correia da Costa, Encomendado da mesma, e Administrador principal, por impedimento do Rdº. Abb.º, da Capella de N. Senbora da Torre sita nesta mesma freguezia⁸³, e compuntado o recibo, com a despeza, achei ficar de liquido settenta e cinco Reis, e achei haver de Capital a quantia de quarenta e seis mil reis metalicos que estão escriptura a juro, e de todo o rendim.to assim do Capital, como d`esmolas, que puder arranjar se poderá gastar em cousas necessarias para a veneração, e decencia da dita Capella, que esta sittuada na freguezia de S. Tbiago d`Areas, e que por custume immemoravel, he administrada pelo Rdº. Paracbo desta freguezia da

APL, Livro de Contas...,
f. 3 v.

Ib., f. 4.
APA, Livro de Visitas
I, f. 70.

Erro: a capela ficava
na paróquia de Areias. Já, de
seguida, o secretário desta visitação se desdirá, com a reposição das coisas no seu devido

lugar.

Lama, e de todo • remanecente que ficar das despezas que se fiserem com a dita Capella, irão fasendo monte para augmentar • fundo da mesma Capella do que tudo dara Conta nas futuras vesitas, e não sera senhor • Rdº, Parocho d'applicar o dito rendimento para outras cousas differentes das expostas, e so desta sorte lhe approvo estas contas, e lhe interponho minha de authoridade ordinaria com Decreto judicial. Dado nesta Igreja de S. Miguel da Lama era ut supra e eu P.e Antonio Luiz Alves Caldas, Secretario da vesita • escrevi⁵⁴.

4.3 A Capela da Torre, sob a administração da freguesia de Areias

Situada, desde sempre, nos limites de Areias, de Areias ficou também condicionada, no que respeita à sua administração, a partir dos meados do séc. XIX.

Governava-a a freguesia de Areias pelos seus representantes: a Junta. Esta procedia a reparações, cobrava receitas, organizava festas religiosas, onde pontuava, de quando em quando, grande esplendor⁸⁵.

Membro da Junta chegou a ser Manuel Joaquim da Silva Carneiro. E sempre trabalharia para a capela, apenas e tão só como membro daquela entidade ou pessoa particular. De qualquer forma, dependente das suas deliberações. E a Junta de Paróquia administrativa a capela, a meio do século passado⁸⁶.

4.3.1 As contas do primeiro fabriqueiro

O fabriqueiro da capela, em 1857, era o egresso Frei José Joaquim de Santa Rosa. Este, ex-prior de Travanca, creio que não faria a administração da Torre, por conta da paróquia da Lama. Muito menos, na qualidade de pessoa encarregada para o efeito pelo proprietário desta antiga casa de Areias, que foi Covas, onde o padre residia. Até porque a Torre era ainda propriedade da Sereníssima Casa de Bragança; e nem o domínio útil da bouça onde a ermida se ergue, fora ainda trespassado para aquela casa de Areias. Sê-lo-ia só em 1860... Só a partir daqui é que Covas foi – e, primeiro, apenas isso! – enfiteuta do terreno onde se situa a capela.

Logo, Frei José, em 1857, só podia tratar das contas, como fabriqueiro do templozinho, sob a dependência da entidade pública a quem este pertencia. Como, logo a seguir, com o Pe. Boaventura Carneiro, igualmente de Covas, também agora, com Frei José Joaquim, a capela confiou-se a esta casa agrícola de Areias, por duas razões convergentes: proximidade da ermida e a "posse" de eclesiásticos que na Torre celebravam a missa...

Aqui vão as contas da Capela da Torre, de 1857-1859, exaradas no *Livro da Razão*, da autoria de Frei José Joaquim, que só sairia de Covas, pelos fins de 1862, indo fixar residência em S.Julião do Calendário, para tratar da saúde:

R.ce eu Fr. José de esmolas da Snr.a da Torre em azeite até o 1.º de Novembro de 1857 três mil e cem rs 3100 rs.

Despeza

Gastei com hua gaveta de Castanho p,ª guardar os Paramentos da m.ººa Capella 400 rs. Gastei com um Param.ºo de seda com sebastos roxos e verdes p.ª a m.ª Capella 2700 rs.

Re.ce

Recebi de esmolas de azeite quinhentos reis em 8 de Novembro de 1857-500 rs. R.^{ce} em Novembro de 1858 de esmol**a**s, e azeites p.^a a Snr^a. da Torre 1.130 rs. APL, Livro das Contas da Capela da Torre, ff. 2 v.-3.

St. Cf. acta de 1 de Dezembro de 1878, a respeito do orçamento geral para 1879:
AJPA – Livro de Actas de 1878-1890, f. 5.

PIRES DE LIMA, Dr. Augusto C. – Autos de rectificação de limites... Terceiras alegações, pp. 10-11.

R.ce em Dez.hro de 1858 de esmolas d`azeite	680 rs.
Despeza	
Gastei com a encadernação do Missal da Capella a q. º de	2.160 rs
$R^{,\alpha'}$	
R.º em Jnr.º de 1859 de esmolas d`azeite	620 rs.
R.ce em Maio de 1859 de esmolas d`azeite	450 rs.
R.ce em Setembro de 1859 de esmolas d'azeite	500 rs.
R.cc em dinheir	240 rs. ⁸⁷

4.3.2. Receitas

Na reunião de 15 de Junho de 1879, Manuel Bernardo da Silva apresentou um título de dívida na posse de Maria Angélica, viúva. Consta de 48\$000 reis. Deve-o à Junta de Areias, na qualidade de administradora da Capela de Senhora da Torre. Deliberaria aquela entidade postular ou um título com garantias legais, ou o pagamento da dívida. A devedora optou pelo segundo termo da alternativa.

No ano seguinte, o presidente da Junta, António José Fernandes, enviou ao Administrador do concelho um oficio, donde consta que a emida da Senhora da Expectação se venera com o produto dos juros de 48\$000 e algumas esmolas dos devotos⁸⁵.

Mas, como as esmolas ocasionais e os juros não bastassem, daí a iniciativa de uma derrama paroquial, cada ano. No de 1879, a finta para a capela daria 14\$400⁸⁹.

4.3.3. Esmolas: o azeite

Alguns objectos de ouro referi-los-emos a propósito dos inventários. Para agora – e exceptuado o dinheiro –, não quero deixar de aludir a um ex-voto, relacionado com o título da Expectação: as mulheres de Areias e vizinhanças prometiam à Senhora da Torre, na esperança de um parto feliz, garrafas de azeite. Depois do Concílio de Trento, um dos títulos marianos alternativos da Senhora do Ó é o de Senhora da Alumieira. Aqui, a invocação substitutiva foi a de Senhora do Parto. É este de qualquer forma, um título menos que centenário.

Das ofertas de azeite – que, ainda há pouco, se perpetuavam – temos várias notícias:

Aquando da administração da Lama sobre a capela da Torre, havia nesta uma caixa bipartida:numa secção, recolhiam-se as esmolas em «moeda soante»; na outra, o azeite.⁹⁰ Tinha uma capacidade de armazenagem próxima dos 13 litros, parece.

Já na superintendência de Areias, constam os dados que seguem:

- * Acta da Junta de Areias, de 7 de Setembro de 1879: um cântaro de azeite vendido por 2\$750 reis⁹¹.
- * Acta de 18 de Julho de 1880: anúncio de um leilão de azeite 12,792 l –, ao fim da missa conventual, por iniciativa da Junta de Areias. Rematou-o José Fernandes, da Lama, pelo maior lanço, ou seja, 2\$800 reis⁹².
- * Acta de 18 de Dezembro de 1881 a festa da Senhora da Expectação era oito dias antes do Natal! –, ouviu-se o anúncio, à missa, do leilão de azeite 12,792 l –, oferecido à Senhora da Torre. Arematou-o Manuel Joaquim de Castro Carneiro, de Areias por 2\$350 reis⁹³.

- Bste mapa do movimento de receita e despesa da capela vem no *Livro da Razão*, à f. 17. Repete-se na f. seguinte. De resto, o inventário da Capela, de 1862, é feito pela junta de Areias que tomou por base uma listagem mais antiga, de 1840.
- Autos de rectificação de limites... Documentos de apoio às terceiras alegações, ff. 213-214. Aqui se situam todas as justificações documentais, respeitantes às actas das reuniões da Junta. Cf. especialmente, as reuniões de 15 de Junho de 1879: AJPA Livro de Actas, ff. 13-13 v.
- 89 Autos de rectificação de limites... Documentos de apoio às terceiras alegações, doc. nº 8, f. 219.
- Tencionamos tratar deste assunto, a propósito dos inventários da Torre.
- 91 AJPA Livro de Actas... ff. 15-15 v.
- 92 AJPA Livro de Actas, f. 26 v.
- AJPA Livro de Actas... f. 47 v.

- * 15 de Abril de 1883: arrematação de azeite. Comprou-o por 2.100 rs Francisco António Guimarães, de Avidos. Era vogal da Junta José Joaquim da Silva Carneiro, que assinou a acta⁹⁴
- * 28 de Dezembro de 1884: leilão de 12,792 l de azeite, que foi comprado, no maior lanço 1\$810 reis por Manuel Joaquim de Castro Carneiro, de Areias 95 .
- * Acta de 10 de Dezembro de 1885: alude-se à arrematação de azeite. Comprou-o meio almude Manuel António Lopes, por 1850 rs. 96

4.3.4. O papel da Junta e seus colaboradores. Os inventários, as reparações, as festas...

Por sugestão do Presidente, a Junta da Paróquia de Areias decidiu nomear uma comissão, para verificar o estado da capela e as reparações que se exigiam. Dos primeiros actos que daquela entidade arenense se conhecem. Isto passou-se a 6 de Outubro de 1878⁹⁷.

Antes, a 8 de Setembro de 1878, o mesmo organismo toma a peito a revisão do rol sobre os bens da Senhora da Expectação. Presente o senhor da Casa de Covas, como depositário das alfaias. Confiaram-lhe este múnus por ficar próximo da capela e por ter um irmão sacerdote (o Pe. Boaventura) que lá, muitas vezes, celebraria a santa missa⁹⁸. Pela mesma razão, lhe deram umas chaves do templo.

No fim do mês, o velho Prof. Fernando Pires de Lima, presidente da Junta, remeteu ao Governador Civil do Porto uma cópia dos inventários dos paramentos, alfaias e mais haveres da igreja paroquial e da capela da Torre Alta⁹⁹.

Como sucedera também na vigência da fase última da administração da Lama sobre a ermida, também agora – 20 de Outubro de 1878 – havia um fabriqueiro, um devoto que se encarregava da administração do templozinho mariano, sob a superintendência maior da Junta:

Não pôde apresentar-se a verba do rendimento provável das esmolas que costumam oferecer-se à Senhora da Tôrre (...). A verba nº 2 foi entregue por um devoto que piedosamente se tem encarregado de zelar pela dita capela, e são sobras dos reparos, festividades (...) de uns poucos anos transactos 100.

Por decisão da Junta de 1 de Dezembro de 1878, a festa do ano seguinte seria levada a efeito por um grupo de devotos, sob a organização superior daquela entidade, e com todo o esplendor. A ideia viera dum membro: José Joaquim de Azevedo, que da Junta fazia parte. Tinha avançado que a festa se rodeasse de grande esplendor. Que fossem, pois, encarregados dois devotos, aos quais, para a dita solenidade, fosse entregue a quantia de 12\$000 reis. A cargo destes ficaria a responsabilidade de uma eventual reposição do excedentário¹⁰¹. Um mês à frente – 5 de Janeiro de 1879 –, será o dia da festa.

Para o ano de 1879 previam-se os números orçamentais que se seguem:

Receita	a
de juros de 48\$000	2\$400 reis:
esmolas	16\$000 reis:
Despesa	
reparações da capela	\$500 reis:
festa	12\$000 reis ¹⁰² .

Cinco de Janeiro de 1879: faz-se uma eleição da Junta. Ficam a presidir Manuel Bernardo da Silva e Fernando Pires de Lima. Para tesoureiro e fiscal da Senhora da Torre elegem António José Fernandes¹⁰³.

```
Actas f 57
            AJPA
         f. 66 v.
            AJPA
                       Livro de
         f. 73.
            AJPA -
                     Livro de
  Actas... f.3
            AJPA - Livro de
 Actas ... ff. 1 v - 2. Cf. f.1
            APA-Autos de rectifi-
 cação de limites... Documentos
 de apoio às terceiras alegações,
 f. 213
            AIPA - Livro de
Actas..., f. 3 v.
            AJPA - Livro de
  Actas..., f. 5.
            APA - Autos de recti-
 ficação de limites... Documentos
 de apoio às terceiras alegações,
            AJPA - Livro de
 Actas..., f. 6. Era pai dos padres
 Silvestre, Salustiano e Américo,
 da Casa da Cortinha.
```

AJPA -

Livro de

A 7 de Dezembro de 1879, Fernando Pires de Lima iria pedir e obter a sua exoneração de Presidente da Junta, entregando, entre outras coisas, dois cadernos de inventários: paroquial um, o outro da Senhora da Torre¹⁰⁴.

Presidente da Junta, em 1880, era o já conhecido António José Fernandes. A 4 de Janeiro, fez-se a transmissão¹⁰⁵. Manuel Bernardo da Silva procedeu à entrega dos objectos em seu poder. Os outros haveres da Junta estavam nas mãos do tesoureiro, do pároco e de José Joaquim da Silva Carneiro. Os vogais resolvem exigir da Srª. Maria Angélica a quantia que recebera a juros, e que era património da ermida. Ou um título caucionado das garantias legais ¹⁰⁶. Pouco depois, decidem que o pároco continue como tesoureiro das alfaias e paramentos da igreja; e que a José Joaquim da Silva Carneiro se lhe confie idêntico múnus no que toca aos bens da Capela da Torre, pelas razões exaradas na acta de 8 de Setembro de 1878¹⁰⁷.

Segundo uma acta de 15 de Fevereiro de 1880, procedeu-se a uma nova inventariação, sob o domínio de Areias, quanto aos bens do templo mariano da Torre. Lá se organizou, oito dias depois do arrolamento das alfaias da matriz. Diz-se que dos bens da Capela da Senhora do Ó era simples depositário – conforme deliberação de 18 de Janeiro desse ano – José Joaquim da Silva Carneiro, da Casa de Covas¹⁰⁸.

Mesmo no fim do ano, ou quase, em concreto a 13 de Novembro, uma vez mais se realça a natureza pública da Senhora da Torre: a Junta deliberará sobre o problema da receita e da despesa, com a sobredita capela¹⁰⁹.

Tesoureiro e fiscal da Senhora da Torre – um dos cargos da Junta de Paróquia –, em 1882, era Manuel António Borges. Numa altura em que José Joaquim da Silva Carneiro desempenha as funções de vogal dos pleitos¹¹⁰. Convém frisar as atitudes: os de Covas continuam a colaborar, com empenho, na administração dos bens da freguesia, sem nunca lhe reivindicarem a posse da capela da Senhora da Expectação... Apesar dos documentos um tanto ou quanto «viciados» de 1860, nas Finanças, e de 1870, num tabelião de Santo Tirso... Numa arrematação de azeite – 15 de Abril de 1883 –, o mesmo assina a acta, na condição de vogal da Junta¹¹¹.

Notícias de consertos na capela temo-las em 15 de Maio de 1887. A Junta faz a reparação de telhados e manda caiar a ermida¹¹². A Junta, não a Casa de Covas!...

Sob proposta do Presidente, de 15 de Setembro de 1889, decidiu-se examinar as reparações que o discutido Manuel Leandro Cardoso da Cruz, abade de Areias, mandou efectuar na capela¹¹³. Mais obras e deliberações sobre a receita da capela, por parte da Junta, constam das actas de 5 de Fevereiro, 21 de Maio e 19 de Novembro de1899; de 5 de Janeiro de 1905; de 22 de Julho e 28 de Outubro de 1906; de 2 de Junho e 1 de Dezembro de 1907. Em várias dessas actas, assina, como vogal, Manuel Joaquim da Silva Carneiro, da Casa de Covas¹¹⁴.

Outro inventário – melhor, revisão do mesmo –, sob administração de Areias (1888) é fruto de uma proposta do Presidente, numa reunião de 15 de Outubro¹¹⁵

Na acta de 2 de Janeiro de 1899, distingue-se uma proposta do Presidente da Junta, o zeloso ab. P^e. Francisco Pinto de Novais, para, na primeira sessão ordinária, se proceder *in loco* a uma nova inventariação das capelas da Torre e Sande¹¹⁶. Remetemos o leitor para um capítulo aparte, sobre os arrolamentos da capela.

Em 28 de Junho de 1893, ficaria já definitivamente arrumado o problema da situação jurídica da Capela da Senhora da Conceição, no acordo entre a Junta e o Pe. Manuel José Fernandes de Azevedo¹¹⁷

Sobre esta liberdade de actuação da Junta, especialmente em relação à Casa de Covas – até porque na presença «colaborante» de membros seus – veja-se mais este caso, a propósito da Torre: em 31 de Janeiro de 1893, há a entrega dos bens a uma Junta de que fazia parte Manuel Joaquim da Silva Carneiro. Os valores estão nas mãos do ex-vogal, este mesmo senhor. Todos verificam o seu escrúpulo no exercicio da sua condição de depositário, tomando por critério o rol da inventariação de 1888. O mesmo Manuel Joaquim da Silva Carneiro assina a acta¹¹⁸.

Nenhuma modificação com os acontecimentos de 1910. A 1 de

Actas..., f. 18 v.

Actas..., ff. 19 v. – 20.

Actas..., ff. 19 v. – 20.

Actas..., f. 20.

Actas..., f. 20.

Alpa – Livro das..., f. 35. Foi na sessão de

28 de Janeiro de 1880.

AJPA – Livro de Actas..., f. 22. Na sessão de 15 de Fevereiro de 1880 tomou-se a decisão. O inventário da Torre foi determinado para o dia 22 de Fevereiro. Examinaram-no a 7 de Março do mesmo ano: AJPA – Livro de Actas..., f. 23...

No orçamento da Junta de Areias para 1881, um item, prevê o gasto de 3 200 rs. Com reparações a efectuar-se na matriz e na capela da Torre: AJPA – Livro de Actas..., f. 31.

AJPA, Livro de
Actas..., f. 48 v.

111 AJPA – Livro de
Actas..., f. 57.

Era presidente da Junta o abade de Areias Baltasar de Meireles: AJPA – Livro de Actas..., f. 78.

AJPA – Livro de Actas..., f. 93. Tão deteriorada a capela que os padres se recusavam a dizer lá missa! o Pe. Leandro soalhou-a e melhorou-a, a respeito das alfaias.

114 APA – Autos de rectificação de limites...Documentos de apoio às terceiras alegações, f. 216.

AJPA – Livro de Actas..., f. 85. Determinou-se a data de 20 de Outubro, para esse efeito. Eliminar-se-iam os objectos inutilizados, e abrir-se-iam outros itens, para objectos recentemente adquiridos.

Autos de rectificação de limites...Documentos de apoio às terceiras alegações, f. 216.

Cf. o artigo: Para a história do Património artístico do Concelho. A capela da Senhora da Conceição de Sande (Areias), em «Jornal de Santo Thyrso» de 5 de Janeiro de 1990.

18 APA – Autos de rectificação de limites... Documentos de apoio às terceiras alegações, f. 216. Novembro, um mês depois da proclamação da República, toma posse a Comissão Paroquial administrativa. A Junta entrega-lhe um documento legal de 48\$000, pertencentes à capela. Assina o acto o Regedor Abílio da Silva Carneiro, irmão de Albino da Silva Carneiro, de Covas¹¹⁹.

4.3.5 Dados de história administrativa recente.

Factos mais recentes e dignos de registo, para a história da capela e, de forma especial, no que toca ao problema do seu estatuto de ermida da paróquia:

* 21 de Fevereiro de 1921: furto de objectos da capela. O responsável das chaves, Álvaro da Silva Freitas, da Torre, comunicou à Junta que os larápios o conseguiram por chave falsa. Os vogais, António J. da Silva Guimarães e Manuel Pereira Lopes, participam do crime ao Delegado do Ministério Público e ao Presidente da Comissão Concelhia dos bens da igreja 120.

* Manuel Marques Moreira, António Alves Carneiro e seu filho, de Matos, deitaram um soalho novo na capela. E um forro. Tudo resultado de uma promessa de António Alves Carneiro, no que iria colaborar também a paróquia.

Este soalho f^Oi, depois, substituído pelo actual piso de cimento, que a Corporação Fabriqueira de Areias, mais recentemente, mandou deitar¹²¹.

* António Pereira de Azevedo (o Bouças), que morava em Fareleiros (Areias), fez, à custa da freguesia, o socalco, que permitiu o arranjo de um pequeno adro à volta da capelinha¹²².

* Na década de 50, rematou-se – e logo pela raiz! – a questão das pretensões de Covas à capela: a Câmara de Santo Tirso resolve comprar a parte setentrional da bouça e urbanizar o monte. Era o ponto final na insistência de Covas, que, supomos, sem fundamento. Além do restauro da capela, o Sr. Dr. Lima Carneiro, presidente da Câmara, organizou as primeiras sondagens arqueológicas, que levaram à descoberta sobre a colina de algumas moradias castrejas. Ordenou ainda o arranjo do adro envolvente, com a sua ampliação e os seus muros de suporte. A redistribuição do espaço sacrificou uma segunda sepultura medieval, escavada na rocha, que se cobriu no aterro. Adossou ainda à face exterior e setentrional da ermida um contraforte, com remate em ventana, a albergar uma sineta.

Uma finalidade recreativa anexa: a f^ormação de um parque, junto da vila, servido de uma boa estrada – Areias – Santo Tirso, via Torre –, em construção, na altura desta deliberação camarária. Propôs ainda o Sr. Dr. Lima Carneiro a hipótese de adquirir uma f^aixa de terreno da bouça, a sul da Senhora da Expectação, pertencente ao Sr. Joaquim Teixeira de Melo, para miradouro.

À deliberação camarária seguiu-se, a 14 de Janeiro de 1955, a escritura de compra do terreno de Covas, que circuitava a capela – esta pertencente à Comissão de Culto de Areias –, terreno que se dilataria por área de 5.000 m2, mais ou menos¹²³.

4.3.6. Uma síntese da administração arenense

1. Em colaboração com a Junta de Paróquia e, depois, com a Comissão Fabriqueira, os párocos de Areias, desde há muito, administravam a capela da Torre. O que sucedeu, desde o meio do século passado, com os Padres Manuel de Azevedo, Salustiano José Fernandes, Francisco Pinto Novais, Augusto Borges, António da Silva Araújo, Pe. Custódio Ferreira da Costa... E sem embargo de qualquer espécie, agora – e após a administração passar para as mãos de Areias – dos abades da Lama: António José Barbosa, Silvestre José Fernandes, Salustiano José Fernandes, Jacinto Marques. Independência de Covas – estranha que sempre ficara da posse da capela – e independência da

119 APA – Autos de rectificação de limites... Documentos de apoio às terceiras alegações, f. 217.

APA – Autos de rectificação de limites... Documentos de apoio às terceiras alegações, f₁217. APA – Autos de recti-

121 ► APA – Autos de rectificação de limites... Documentos de apoio às Terceiras alegações, doc. № 3, ff. 205-205 v.

Autos de rectificação de limites. Terceiras alegações,

pp. 5-6.

123 ► PIRES DE LIMA, Dr.

Augusto César – O Lugar da

Torre, em «O Concelho de Santo

Tirso. Boletim Cultural» IV (1955
-1956) 236-237.

Lama, quando esta, pelo meio do século, ou antes um pouco, se viu substituída por Areias, na administração da ermida.

O Sr. Dr. Augusto apontou as razões desta espécie de renúncia da Lama: desconhecimento paulatino do costume, e as despesas a que as receitas não dariam cobertura suficiente...

Já disse: creio que não valem as razões! Não era em quatro anos, ou pouco mais, que a memória colectiva se havia de enferrujar. Em 1840, à volta, já Areias administrava a capela; e, em 1836, era muito viva, na Lama, a consciência dos seus direitos sobre a Torre. Veja-se o *Livro das Contas da Senhora da Expectação*, no arquivo desta freguesia. Quanto a receitas, tinham, nesta altura, um capital de uns bons 46\$000 reis, que não era mau! Aventarei, de preferência, a hipótese tímida da criação das Juntas de Paróquia, com as suas competências, para explicar o rumo do centro de gravidade, quanto à administração da capela...

2. Os párocos e as Juntas de cá organizavam procissões (os clamores, sobretudo) e as missas, especialmente cantadas, com inteira independência da Casa de Covas. Como já acontecia com a Lama, quando superintendia na capela.

Aos clamores ia um representante de cada lar. Em nome de Silvalde, foi muitas vezes, ainda moço, o Sr. Dr. Augusto, que evidencia este poder «soberano» da paróquia sobre a capela.

- 3. Um ex-voto característico à Senhora: o azeite. Vendia-o a Junta em hasta pública, conforme se pode verificar pelas actas de que fizemos citação.
- 4. Os consertos e reparações: sempre por conta da freguesia. A galilé, que chegou a ser derrubada por uma árvore, reparam-na os fiéis da paróquia. E outras obras de renovação de que demos conta.
- 5. Os inventários de 1840, 1862, 1878, 1880, 1888, 1911: a Junta fez o exame dos objectos. Alguns destes arrolamentos, na presença dos donos da Casa de Covas que se definem como meros depositários das alfaias. E, para mais, sem contestação esboçada, da sua banda!
- O de 1899, feito quando era Presidente da Junta o abade Francisco Pinto de Novais, inclui, entre os imobiliários da paróquia, a Capela da Senhora da Torre.
- 6. O arrolamento dos bens ao culto, que pertenciam à religião católica na freguesia de Areias, em 1913, por efeito da Lei de 20 de Abril de 1911, inclui a capela. Os bens foram entregues, em 1931, à mesma entidade, com obrigação de pagar as despesas com os valores recebidos.

5. A Capela da Senhora da Torre: notas de arte

5.1. A arquitectura

5.1.1. Maria Emília Amaral Teixeira coincide, parcialmente, com Alberto Pimentel: a ermida, como hoje se encontra, é do tempo de D.Manuel¹²⁴ Mas acrescenta o pormenor de que será reedificação de uma capela mais antiga¹²⁵.

Não vejo porque não o possa ser de tempos mais novos... Há uma objecção que poderá, é certo, ser solúvel: o fechado silêncio do *Tombo* de Areias, que é de 1548! Nem uma palavra dele sobre a ermida. E começa a gizar o perímetro da paróquia exactamente pelo começo da Torre Alta!... Muito menos vejo razões na estrutura arquitectónica ou noutros elementos materiais – como, por exemplo, pedras sigladas, elementos ornamentais ou epigráficos – que me levem num recuo pelos meandros do tempo, até ao coração da Idade Média, à cata, pela imaginação, de uma capela mais

PIMENTEL, Alberto – Santo Thyrso de Riba d'Ave, ed. do Club Thyrsense, Santo Tirso, 1902, p. 64.

1902, p. 64.

TEIXEIRA, Maria Emilia
Amaral – O altar da capela da
Torre Alta, em Santo Tirso, em
«Museu», 2ª série, nº 2 (1961)
64.

antiga. Só uma coisa nos poderá levar ao séc. XVI: as colunas e capiéis da galilé. Só isto, que outras coisas nos obrigam antes a avançar.

Que houve, lá na Torre, uma *igreja pré-românica* parece-me seguro. Uma listagem de convergências – documentais, toponímicas e arqueológicas – parece visionar, com uma certa coerência e naturalidade, o reforço da suspeita. Disto, da igreja pré-românica, se falou já, em artigo próprio¹²⁶. Mas nenhuma delas derivada da estrutura ou riqueza ornamental da capelinha de hoje.

5.1.2. A capela, como estava até há pouco, não era do tempo de D. Manuel. De muito depois, do sec. XVIII. Podemos ser até muito concretos: edificada – ou re-edificada, melhor –, de 1736 a 1739.

Há um conjunto de documentos que o comprovam: o requerimento ao Cabido, *Sede Vacante*, ¹²⁷ por iniciativa de Manuel Machado de Mariz, com residência na Lama, apoiado de muitos devotos, suplicando a respeitosa vénia da reconstrução da capela que se via prostrada de cansaço e velhice; a informação do abade de Areias, P.e Atanásio Mendes de Freitas¹²⁸, na medida em que a ermida se levantava no interior da área geográfica desta paróquia; a licença do Cabido da Sé Primaz, ouvido que fora o testemunho do abade arenense; a nomeação do abade de Burgães¹²⁹ para a bênção da capela, facto a que se referirão as cruzes gravadas nas paredes exteriores.

Seguem-se os documentos:

1.

1736, Agosto, 25 – Manuel Machado de Mariz, residente na freguesia da Lama, suplica ao Cabido de Braga, Sede Vacante, autorização para reedificar, junto com outros devotos, a Capela de Nossa Senhora da Expectação, sita na freguesia de Areias.

ADB Registo Geral 102, f. 440.

Publ. em «Página Literária de Cultura Tirsense» nº 83, em JST de 25 de Abril de 1997, pp. 10-11.

Illustríssimo Senhor

Dis Manoel Machado Maris assistente na freiguesia de Sam Miguel da Lama Couto de Landim que na freiguesia de Samtiago de Areas se acha huma Capella da inuocassam de Nossa Senhora da expectassam a quoal pella sua Antiguidade se ue quazi arruinada e se se não reedificar em poucos tempos se achara totalmente destruida e por que o supplicante com outros deuotos por deuassam a querem reedificar para o que Nesecitão de lisensa de uossa Illustrissima pede a uossa Illustrissima me fassa merse conceder a lisensa para uenerando de sua deuossão possam reedificar outra Capella e recebera merse.

Seguese o despacho seguinte

(...) informe o parrocho de Samthiago de Areas Braga em a Sede uacante vinte e cinco de Agosto de mil e sete centos

2.

1736, Agosto, 27 – O P^e . Atanásio Mendes de Freitas, pároco de Areias, informa o Cabido da Sé de Braga da situação da dita ermida no interior da área

CORREIA, F. Carvalho – A vida monástica, no actual concelho de Santo Tirso, no sec. X. O Mosteiro de S. Tiago de Landim (Areias), sep. de S. Rosendo e o sec. X. «Actas do Primeiro Ciclo de Conferências, 1992», ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso.

A vacância da Sé de Braga foi de 1728 a 1741. Resultaria de dois incidentes entre D. João V e a Santa Sé: a recusa do Papa à concessão do barrete cardinalício ao núncio em Portugal, Vicente Bichi, e um problema mais complexo e delicado, o da exigência de um padroado real sobre as dioceses portuguesas.

Foi pároco de Areias de 1726 a 1760. Foi este que, em 1758, respondeu aos famosos inquéritos paroquiais do Dicionário Geográfico, do Pe. Cardoso.

Pe. Paulo da Cunha de Sotto-Mayor, pároco de Burgães de 1726 a 1757

e trinta e seis.

da freguesia de Areias, do estado de ruina em que jaz e do propósito que anima os devotos da Lama, quanto à sua reconstrução.

ADB Registo Geral, vol. 102, f. 440

Publ. em «Página Literária de Cultura Tirsense» nº 83, em JST de 25 de Abril de 1997, p. 11.

Illustrissimo Senhor

A Capella mensionada na petissão supra se acha nos lemites da minha freguesia junto a hum lugar populozo da quoal muitas vezes usão e a elle vão no descurso de vinte cramores (?) de varias freiguesias. Esta quazi arruinada e muito Nesecita da Reedeficassam o suplicante e mais deuotos ho querem fazer Vossa Illustrissima mandara o que for seruido.

Braga, vinte e sette de Agosto de mil e sete centos trinta e seis. Atanazio Mendes de Freitas.

3.

1736, Setembro, 13 – O Cabido bracarense, depois de ouvir o parecer e informação do abade de Areias, P. Atanásio Mendes de Freitas, autoriza Manuel Machado de Mariz, da Lama, e outros devotos da mesma freguesia, a reedificarem a Capela de Nossa Senbora da Expectação, no mesmo sítio e com toda a perfeição devida.

ADB Registo Geral, vol. 102, f. 440 v.
Publ. em «Página Literária de Cultura Tirsense» nº 83, em JST de 25 de Abril de 1997, p. 11

(...) Deão Degnidades Conegos Cabido Sede Vacante Primas das Hespanhas etc. pella prezente vista a petissão (...) de Manuel Machado de Maris da freiguesia de Sam Miguel da lama em que nos reprezenta se achar a Capella de Nossa Senhora da Expectassão cita na freiguesia de Sam Thiago de Areas quazi aruinada e a querer elle dito Supplicamte e outros deuotos Reedificar por sua deuassão para isso lhe Concedemos lisenssa a elle dito Supplicante e mais deuotos para que Com efeito possam reedificar a dita Capella vista a informassam do Reuerendo parocho da freiguesia aonde ella esta Cita (?) a quoal obra se fara com toda a perfeição deuida, em o mesmo Citio aonde se acha o que satisfeito nos requererão para (...) mandarmos venzer tudo na forma do estillo pedido em a mesma petissam e pello assim hauermos por bem lhe mandamos passar a prezente que ao depois de por nos ser assinada se registara em o liuro deste Registo Geral desta Nossa Cidade e não o sendo seia nulla.

Dada em Braga sob nosso sinal e sello Capitular aos treze dias do mes de Setembro de mil e sette centos e trinta e seis annos.

4.

1739, Janeiro, 26 – Após a informação de que a Capela de Nossa Senhora da Expectação já estava reconstruída e súplica da sua consagração, o Cabido da Sé de Braga passa licença ao abade de Burgães, para que, na forma do Ritual Romano, benza a dita Capela.

ADB Registo Geral, vol. 73, ff. 169-170.

Publ. em "Página Literária de Cultura Tirsense» nº 83, em JST de 25 de Abril de 1997, pp. 9-10.

Illustrissimo Senhor

Dis Manoel Machado de Maris assistente na freguesia de Sam Miguel da Lama Couto de landim que Uossa Illustrissima foj seruido consederlhe lisensa junta para com outros deuotos reedificar a Capella de Nossa Senhora da Expectassam cita em a freguesia de Sam Thiago de Areas E esta Capella he ademenistrassam do Abbade da Lama porquanto a dita Capella se acha acabada e para nella se colocar a dita Senhora Nesessita de se Benzer pede a uossa Illustrissima seia seruido conseder lisemssa ao Reuerendo Abbade da freguesia de Sam Miguel da Lama para Benzer a dita Capella e Resebera merse

Despacho

Passe Lisenssa para o Reverendo Abbade de Burganis Benzer a Capella menssionada achandoa desente e Capas. Braga em Cabbido Sede Vacante vimte e seis de Janeiro de mil e sette Centos e trinta e Noue.

Nos Deão Degnidades, Conegos Cabbido Sede uacante primas das Hespanhas etc. pella prezente vista a petissão Retro do supplicante Manoel Machado de Maris assistente na freguesia de Sam Miguel da Lama E o que nella nos Reprezenta sobre a Benssão da Capella de Nossa Senhora da Expectassam cita em freguesia de Sam Thiago de Areas a uista do que Consederamos damos lisenssa ao Reuerendo Abbade de Burganis para que na forma do Ritual Romano possa Benzer a dita Capella para com isso nella se selebrarem os officios deuinos e pello assim auermos por bem lhe mandamos passar a prezente Nossa prouizão que ao depois de por Nos ser assinada se Registara em o Registo geral desta Corte e não o sendo seia Nulla.

Dada em Braga sob meu sinal e sello desta Corte aos vinte e seis de Janeiro de mil e sette Centos e trinta e Noue annos (...)

5.1.3. A capela encontra-se assim descrita a meio do sec. XIX:

Uma ermida de Nossa Senbora da Ajuda, que antigamente se chamava S. Gião – já vimos o problema do título¹³⁰ – com uma oliveira junto da porta e aí próximo os vestígios de um arruinado alicerce que demonstra ser onde estiveram as casas desta Quinta e alem disto um circuito de terra que está de mato e tudo tem pelo nascente 62 varas, partindo com terra do Mosteiro de Landim que possue Francisco José da Torre... até o canto do campo de Sobre a Torre, que também é do Mosteiro de Landim¹³¹.

A torre esbelta, sentenciada à morte em 1794, já tinha substancialmente desaparecido em 1830. Refere-se este texto, sob a expressão de um «arruinado alicerce», aos fundamentos da estrutura de defesa ou a outros restos de edificações, sitas junto da torre, que mencionava, em 1758, o Pe. Atanásio Mendes de Freitas, quando a torre, embora cansada, se via ainda de pé? Restos da torre ou das casas de habitação?

De qualquer forma, ali houve um paço senhorial, de que já falei 132 – o assento da família dos Pereiras –, em consonância com uma tradição ainda viva nos séculos XVIII-XIX. De qualquer forma, ali houve uma Torre esbelta, com que se construiu a ponte de Santo Tirso...

5.1.4. A capela, ao todo, mede 11,20m (7,80m, o corpo+ 3,40 m, a galilé) x 5,05 m. Dividida em duas partes: o corpo, de dimensões bem apoucadas – ermida de aldeia que disso não passará, muito embora, sobre o assento de uma bem antiga igreja monástica e paroquial –, antecedido de uma galilé, bem graciosa¹³³. O telhado desta, reassumido na arquitrave, assenta sobre delicados colonelos toscanos, com capitel de ábaco e equino, e de base formada de um toro, assente sobre alto plinto de dois corpos. Um cordão estrangula o fuste do colunelo, pouco antes do capitel.

Veja-se o primeiro cap. deste trabalho, a propósito do orago desta capelinha.

Cf. PIRES DE LIMA, Augusto César – O Lugar da Torre, em CST IV (1955-1956) 233-234

Areias, do séc XI ao séc. XVI, em «Ave. Cadernos de Cultura» nº 5, ed. Câmara Municipal de Santo Tirso, 1989, pp. 206-222.

Nos Autos de rectificação de limites. Primeiras alegações, o Dr. Augusto César Pires de Lima diz: os consertos na capela, alguns muito custosos, pois a galilé foi derrubada há tempos por uma árvore, foram sempre pagos pelos fregueses de Areias (ib., p. 8). Todos os quatro colonelos – que tantos são – se apoiam na parede anterior do muro que circuita a área do alpendre.

O muro interrompe-se na face dianteira pela porta de ingresso. Delimita, pelo norte, leste e sul, a superficie do alpendre e suporta o peso descarregado por sobre o dorso dos colonelos. Pelo interior e adossado ao muro, corre de fora a fora – menos na interrupção da entrada – um banco de pedra macisso. Ao fundo da galilé e do lado direito, o púlpito, com acesso de degraus. Do alpendre para a capela a abertura de uma porta de verga, de duas folhas. Sobre o altar incide coada a luz sumida de duas frestas.

O primeiro socalco sobre que se fez o arranjo do adro ergueu-o António Pereira de Azevedo, o Bouças de alcunha, que morava em Fareleiros, Areias. E trabalhou por conta da freguesia¹³⁴. Posteriormente alargado foi este socalco, quando presidia aos destinos da Câmara de Santo Tirso o nosso conterrâneo Sr. Dr. Alexandre Lima Carneiro, médico competente e etnógrafo distinto. Pena que, no arranjo, se sumisse uma sepultura rupestre.

As colunas do alpendre são do sec. XVI. De resto, toda a estrutura arquitectónica, com as cruzes incisas da sua bênção, remetem para 1739.

5.2. O retábulo

O retábulo – belo e precioso conjunto, a obra de pintura mais notável do nosso concelho!... – é quinhentista. De extraordinário, para além da imagem de Nossa Senhora – de que iremos falar – o valioso tríptico do séc. XVI. Veio da matriz da Lama.

5.2.1. Vamos seguir as linhas de rumo traçadas por Maria Emília Amaral Teixeira¹³⁵, com a correcção de certos pormenores, sem importância de vulto, aliás. Comecemos até por estes:

1. Hoje é conhecida por Capela de Nossa Senhora da Torre, mas também já o foi por Capela de Nossa Senhora da Ajuda e anteriormente até por Capela de S.Gião.

Posso dizer que os dois últimos são títulos estranhos, resultado de qualquer engano ou confusão. Acontece em dois ou três documentos notariais.

Mas os párocos de Areias e Lama e os Visitadores das duas paróquias só a conhecem, desde o séc. XVIII, dos seus começos, pelo nome alternativo da *Senhora da Torre*, de um lado, ou de *Senhora da Expectação* ou do *Ó*, que lhe é equivalente, por outro.

Até o dia da festa primordial – 18 de Dezembro – corrobora a segunda intitulação. A Confraria do Subsigno da Lama, nos estatutos de 1784, relembra a tradição dos devotos, a respeito dos clamores:

O 13º Em dia de S.Miguel de Mayo hira a freguesia em procissão desta Igreja a Senhora do Ó a Torre¹³⁶.

E creio que, para a denominação da capela, não há documentos de maior autoridade que os dos párocos das duas freguesias – porque a Capela era de Areias, mas administrada pelo abade da Lama –, os capítulos dos Visitadores e a cronologia das festas. O que há, hoje, é, sim, uma como que alternância popular entre *Senhora do Ó* ou *Senhora do Parto*. Isto, pospondo o título acidental, porque geográfico, o de *Nossa Senhora da Torre* que concorre, desde sempre, com a designação teológicolitúrgica da *Senhora da Expectação* ou do Ó. Mas já dei as razões possíveis da concorrência do título *Senhora do Parto com aqueles dois*¹³⁷.

Por outras palavras, nunca encontrei, nos documentos paroquiais que reflectem a convicção dos abades ou a fé dos cristãos de Areias e terras à volta, a alternância entre *Senhora da Torre* e *Senhora da Ajuda* – muito menos, *S. Gião*! –, mas só a designação oscilante *Senhora da Torre* e *Senhora da Expectação* ou *do* Ó.

No citados Autos de rectificação de limites. Terceiras alegações, testemunha o Sr. Dr. Augusto: o socalco da capela (pequeno adro à sua volta), foi feito à custa da freguesia de Areias pelo pedreiro António Pereira de Azevedo (por alcunha o Bouças), que, embora residisse em terra de Areias (Fareleiros), como já dissemos e provámos, não recebia quanto a consertos respeitantes à capela ordens dos reverendos abades da Lama ou dos donos das casas de Covas.

É curioso notar-se que tinha muito gosto em colaborar nas festas realizadas por conta de Areias em honra de Nossa Senhora da Torre (p. 6)

Cf. art° citado na nota 125.

APL Estatutos da Confraria do Subsigno da Lama, c 19, f. 10. A meta deste clamor acrescentou-se:... e La rezarão as oraçones tantos Padre Nossos, e Ave Marias como quantos são os moradores desta freguesia

³⁷▶ Ao cap. 1 deste trabalho. Só neste século é que o binómio se alargou, em Areias. Mas não para incluir a *Senhora da Ajuda*. Tudo se cinge à *Senhora da Torre*, *Senhora do* Ó ou *Senhora do Parto*.

- 2. Maria Emília Amaral Teixeira, julgo, identificará menos correctamente a figura do volante da esquerda. Não é *S.Paulo*, como a autora diz, várias vezes. Antes, *S.Pedro*. O simbolismo das *chaves* é um determinante bem favorável ao Príncipe dos Apóstolos.
- 3. Afonso Anes, cónego da colegiada de Guimarães e abade de Areias, não o foi no sec. XVI. Parece-me. Desde 1509 até, pelo menos, 1588, foram sucessivamente abades desta freguesia Diogo Pinheiro, Francisco Ribeiro, António Gomes e Brás Álvares... Afonso Anes foi, sem dúvida, pároco de Areias. Mas, no sec. XV, pelo meio. Em 1442, por exemplo, quando emprazou o Casal de Monte¹³⁸.
- 4. Que o retábulo não é originário da Torre é certo. Basta se vejam as mutilações que houve de sofrer, para se acomodar à capela. Basta atender à incoerência do orago do templo, a Senhora da Expectação, com o arcanjo que lhe deram por companhia... Aquela imagem, quando a relacionam com um mensageiro celeste, postula o S. Gabriel. E compreende-se: a festa da *Senhora da* Ó é a celebração hispânica da Anunciação de Nossa Senhora. Ora na Torre, figura um S. Miguel...

Que, pois, o retábulo tenha de depender de um altar ou templo, cujo titular primeiro seja, pois, S. Miguel é lógico. Bem o suspeitou Maria Emília Amaral Teixeira.

Mas nada a ver, julgo, com a ermida – que mais faz subentender que afirmar – de *S.Miguel do Castelo*, de Guimarães. Antes, com a paróquia que nos jaz contígua e que é tirsense, a de S. Miguel da Lama...

Afora estes reparos, quanto ao resto, não temos competência para assacar vícios, nem sequer a mera suspeita de qualquer erro:

Além desta peça (a imagem de Nossa Senhora da Torre, esculpida), encontra-se no interior da capelinha uma outra de muito interesse artístico e, ao que julgamos, ainda não divulgada; Referimo-nos ao retábulo quinhentista, composto de três tábuas, pintado a óleo sobre madeira de castanho e no qual estão representados S. Miguel, na do centro, com S.Paulo à direita – S. Pedro, antes, como já se disse – e S. Jerónimo à esquerda. As tábuas referidas medem, respectivamente, 1,230 m x 0,560 m; 1,210 m X 0,475 m; 1,210 m X 0,490 m.

Têm as tábuas por moldura a talha dum altar renascentista, muito vulgar no período da transição do sec. XVI para o sec. XVII, a que foi acrescentado um corpo central. Vandalicamente foi cerrada parte da talha primitiva, para ajustar-lhe a maquineta onde se abriga a imagem de Nossa Senhora da Torre (...)

Deste modo a tábua do centro fica meio encoberta, o que é deplorável por ser a figura do Arcanjo de muito mérito e até a que presentemente se encontra em melhor estado de conservação (...) Qualquer das outras tábuas muito repintadas – a de S. Paulo (engano, S. Pedro) por forma grosseiríssima – não deixam aquilatar tanto das qualidades do autor do conjunto, mas a central dá boa noticia de que se tratava de artista cuja obra merece atenção. Impõe-se, é claro, que as tábuas sejam tratadas e sujeitas a restauro e exame na oficina de Restauro da Pintura Antiga, de Lisboa, para que o crítico possa pronunciar-se mais afoitamente.

Por nós, sabemos que ao ver o conjunto, pela primeira vez, sentimos nele uma maneira familiar como de factura muita conhecida. A cor, o desenho, a proporção dos corpos, o tratamento das roupagens e dos rostos, a linguagem meio flamenga meio italianizante das figuras – a bela cabeça de S. Miguel muito expressiva nesta última – dir-se-ia ser do nosso trato quotidiano. E uma interrogação nos acudiu, – tratar-se-á de mais uma obra do pintor António Vaz, cuja obra está largamente representada no Museu Regional de Alberto Sampaio, em Guimarães? 139

Cf. o nosso vol.

Areias do séc. XI ao séc. XVI, col.

Ave. Cadernos de Cultura «nº 5
ed. da Câmara Municipal de

Santo Tirso, 1989, p. 157.

139

Artº cit., pp, 65-66

5.2.2. O retábulo quinhentista da Torre e a sua proveniência

Da igreja da Lama viera o retábulo quinhentista da Torre Alta. Lá estivera até 1700. O tempo, como a tudo, danificá-lo-ia. Tantas vezes se ordena retelhar a igreja, nos autos de visitação...

A 27 de Novembro de 1698, Félix Ribeiro do Lago, arcediago de Vermoim, a cuja dignidade se anexou a visita da paróquia, ordenou o restauro dos altares laterais da igreja e, especialmente, o retábulo do altar-mor:

Do Zello de Reverendo Abbade fio mande com breuidade possiuel Reformar de Pintura todo o seu Retabolo para que esteja com mayor veneração como tambem o de que mais achar tem falta...

E tambem ordeno, e mando aos fregueses e mordomos das Confrarias, se he que os há, mandem tambem Reformar os Retabolos Colecteraes de Pintura por estarem com muito Ruim trato, e indecentes para a Limpeza, que se Requer para o Culto deuino, o que farão breuemente sob pena de serem os officiaes, que ao presente seruem Condemnados na primeira Vezita¹⁴⁰.

Diga-se desde já, que a variação dos destinatários dos capítulos explica-se pelo facto de a capela-mor ser da fábrica do abade, e o corpo da igreja ser dos fiéis.

O abade da Lama, João de Sampaio, avançou para além das prescrições do Visitador. E resolveu substituir o retábulo quinhentista por um mais «ao moderno» e de maiores proporções: fez subir coisa de meio metro à altura das paredes da ábside e ao arco cruzeiro. Ainda são visíveis as diferenças, no que toca ao aparelho da cintura superior, no muro; e bem nítida, sob o mesmo aspecto, a passagem das pilastras para o arco do cruzeiro propriamente dito; clara também a diferença do aparelho na ábside da igreja paroquial.

Todas as acomodações se fizeram em 1700, conforme consta de uma datação na base da fresta da capela-mor, do lado do evangelho.

Assim, em 1705, o mesmo Visitador extasia-se nas referências elogiosas ao abade. Não só cumpriu como ultrapassou mesmo as exigências dos capítulos da Visitação de 1698:

Ao Reverendo Abbade louvo muito o seu Zello por que mandandolhe reformar de pinturas o seu Retabolo, pos outro mais ao moderno dourado $(...)^{141}$.

Entretanto, talvez por 1739, o velho retábulo quinhentista da Lama foi para a Capela da Torre, em Areias.

Uma primeira observação logo nos dizia que o altar da Capela da Torre não era originário dali: fora mutilado na parte superior, para acomodação a uma ábside de maior tacanhez que a primitiva donde viera. Depois, o desajustamento iconográfico entre a escultura da titular da ermida e a figuração angélica pintada que lhe fica ao dorso.

E veio da Lama, por 1739, para a Torre.

A transição era possível e fácil: os abades da Lama, foram, desde sempre, pelo menos até 1836, os administradores da Capela da Senhora da Expectação. O primeiro acto documental que prova se transitara já para a submissão da ermida sob a alçada de uma administração de Areias data, talvez, de 1840: um inventário da capela, por iniciativa da Junta desta última freguesia.

Mas que o retábulo da Torre era o primitivo da igreja paroquial da Lama creio ser muito mais que uma simples e mera possibilidade ou frágil hipótese. Vejamos:

140 APL Livro de Visitas I, f. 26. 141 APL Livro de Visitas I, f. 26 v. Já de si e de alguma forma sintomática a figura central do tríptico: *o arcanjo S. Miguel* O símbolo da *balança* é decisivo na identificação E não só! Além deste instrumento *judicial*, a identificação do arcanjo corrobora-se na caracterização *bélica* da ícone: o armamento ofensivo (*a lança*) e defensivo (*couraça*) que o autor embelezou de motivos ornamentais espiralados, de grande efeito¹⁴².

Isto prova duas coisas: antes de mais, confirma-se a hipótese de um mero ajustamento do retábulo à capela. *A Senbora do Ó*, de facto, acompanha-se da presença de um arcanjo. Mas é o S. Gabriel que lhe faz a côrte¹⁴³. Depois, indica-nos um altar cuja titularidade primeira cabia a S. Miguel. Ora, S. Miguel é, exactamente, o orago da freguesia da Lama. O único até! E ininterruptamente, desde 1089...

Por último – e a relação deste altar da Torre com o antigo da Lama tornar-se-à mais constrigente – é que a figuração dos volantes laterais da capela da Torre Alta coincide parcialmente com a do retábulo «ao moderno», que na Lama substituiu o quinhentista, ao tempo do abade João de Sampaio. É que, no volante do lado do evangelho, figura *S. Pedro*. Na Torre, as *chaves* dão-lhe identificação segura, para nos desviarmos da interpretação incorrecta de Maria Emília Amaral Teixeira que nele viu um S. Paulo. Diferenças há no que toca à iconografia do lado direito. Na Lama, talvez S. Paulo. No de Areias, o belo e extraordinário S. Jerónimo, como penitente de Belém: semi-nu, corpo descarnado, a bater com uma pedra no peito. Sob o fundo, a paisagem da cidade israelita.

Conclusões

Assim, o apreciável retábulo da Torre Alta – a obra de pintura mais valiosa do aro concelhio – era o primitivo altar da igreja paroquial da Lama.

É possível que, por 1739, aquando do restauro da ermida – do que se falou, a propósito da arquitectura –, o trouxessem os fregueses da Lama para a Capela da Torre. Nessa altura, devem ter repintado S. Pedro, bem como é possivel tenham feito a encomenda do bonito frontal.

Na mesma altura, ter-lhe-iam adequado, na parte do centro, uma desgraciosa *maquineta*, para albergar a escultura da Senhora. Com isso se mutilou ainda mais o retábulo quinhentista e se vendou, parcialmente, a figura do arcanjo¹⁴⁴. Para mais, é nítido o desfazamenzo estético entre o retábulo do século XVI e o nicho mariano de 700. De 1739, um frontal «rocaille», pintado e ainda profuso de ornamentações, do mundo fitológico e marinho, que completou a séria de retoques e embelezamentos.

As pinturas de fraco nível técnico que, hoje ainda, figuram na velha matriz da Lama, bem como a talha do altar-mor são, exactamente, de 1700. Logo, a datação condizente da fresta – pela banda do interior e do lado da epístola, na capelamor marca as obras de acomodação para se instalar, na ábside, o conjunto de talha – altar, retábulo e tribuna –, com as respectivas figurações pictóricas de S. Pedro e S. Paulo.

5.2.4. Sugestões

Para finalizar, um corpo de sugestões, atinentes ao retábulo da Torre:

- 1. Retirada da maquineta;
- 2. Restauro da moldura original do retábulo, na parte em que as acomodações o prejudicaram: quer quando se adaptou o retábulo à ábside, quer quando lhe acomodaram a maquineta, a servir de nicho à escultura de Nossa Senhora. Nesta ocasião talvez 1739 –, e como fruto de todo este serviço, a moldura sofreu alguns estragos: a parte central do entablamento (arquitrave, friso e cornija) e suas pontas; a parte igualmente central do rodapé.

142 S. Miguel é guerreiro (princips militiae angelorum): porque dirige o combate contra os Anjos rebeldes e os encerra, vencidos, no Abismo eterno (Apoc. 12,7) e porque salva a Mulher que acaba de dar à luz (sinal da Virgem e da Igreja), combatendo contra o Dragão de sete cabeças.

A Igreja romana tem-no por seu defensor (custos ecclesiae romanae) e invoca-o como tal, especialmente, quando, no seca XVI, se empenha no combate contra os Protestantes, equiparados aos Anjos rebeldes, com Lutero por Lúcifer...Daí a armadura militar de S. Miguela

Se esta simbologia pode provocar uma certa confusão, às vezes, com S. Jorge, as asas, como na capela da Torre, permitem a individualização do Arcanjo.

Um outro elemento iconográfico – também presente no tríptico de Areias – lhe outorga idêntica especificação: a balança. É o Anjo psychopompos (condutor das almas) e seu avaliador no julgamento. Em Areias, é o próprio S. Miguel que segura a balança, na mão esquerda pendente. Não é, pois, só testemunha e defensor dos eleitos, contra as cobiças de Satão...

CORREIA, F. Carvalho

- Acerca da iconografia da
Senhora do Ó, em «Mundo da
Arte», 2ª série, nº 1 (1988) 38
-42.

As pilastras originais que dividiam a figura central do tríptico das dos volantes receberam os pés-direitos posteriores da maquineta que, sendo mais largos que as pilastras, cobriram um dos pratos da balança e as extremidades superiores e recurvas das duas asas... O arco abatido e posterior do mesmo nicho roubou o espaço envolvente da cabeça de S. Miguel.

- 3. Recuperação da área pictórica, respeitante à orla periférica da ícone do Arcanjo, prejudicado na parte superior das asas, num dos pratos da balança e no espaço envolvente da cabeça, pelos pés direitos e pelo arco abatido da face posterior da maquineta.
- 4. Reconstituição do S.Pedro quinhentista, subjacente ao actual do sec. XVIII.
- 5. Colocação em mísula, ao lado, da escultura medieval de Nossa Senhora, deixando de todo liberta a contemplação do magnífico retábulo.
- 6. Retirada imediata e incondicional da imagem moderna de Nossa Senhora. A Capela não é nenhum armazém, nem palco de exibição das parvoíces desmioladas de meia dúzia de ignorantes!...

5.3. A escultura. A imagem de Nossa Senhora da Torre

5.3.1. A titular da ermida coloca problemas de designação. Recordo: já há muito que o povo se vê em dificuldades na nomenclatura, por entre *Senhora do Ó* ou *da Expectação*, de uma banda, e *Senhora do Parto*, da outra. Os dois primeiros títulos confundem-se e acabam por traduzir a celebração hispânica da Anunciação. A concomintância no calendário de Roma – 25 de Março – com o período quaresmal obrigou a Península a transferir a solenidade para o dia 18 de Dezembro.

Que deveria ser este – *Senhora do* \acute{O} – o título primeiro prova-o a festa local da Senhora da Torre. Uma das procissões obrigatórias da Confraria do Subsigno de Areias era destinada, de há séculos, à Capela, no dia 18 de Dezembro.

É possivel tenha havido, antes, na ermida, uma *Senhora túrgida do* Ó ou *da Expectação*. Por razões de decência, houvera de ser substituída por uma outra, a de hoje, que, ao ser representada de menino ao colo e por continuar o patrocínio da primeira, foi recebendo o nome de *Senhora do Parto*. Aliás, este título, como outros – *Senhora da Boa Hora, Senhora dos Meninos, Senhora do Bom Sucesso...* – revelará sinais de uma devoção originária à *Senhora do* Ó. Com a reforma iconográfica, operar-se-ia, igualmente, uma mudança na titularidade.

Ainda hoje, a *Senhora da Expectação*, na Sé de Évora, continua advogada das parturientes¹⁴⁵. E foi-o em Lamego – até chegou uma destas a ser retirada do culto, mas para lugar que se achou de melhor adequação, a maternidade do Hospital – e em Coimbra, onde, já fora do culto público e em sala menos própria, continuou a receber as homenagens e as súplicas ardentes das mulheres, na chegada da sua hora, antes que a celebrada imagem de Mestre Pero recolhesse ao lar de terceira idade, o Museu Machado de Castro...

Isso talvez pudesse explicar a titularidade equívoca – ou, quando muito, meteórica e fugaz – de um outro nome da Senhora da Torre, no séc. XIX, o de *Senhora da Ajuda*¹⁴⁶. Os ex-votos de azeite que, desde o século precedente, pelo menos, se faziam¹⁴⁷ relacionam-se com uma protecção que asseguraria êxito feliz à vocação específica e maternal das mulheres.

5.3.2. A morfologia da escultura da Senhora da Torre – mede 90 cm de alto – é intrigante e provocou, por isso mesmo, respostas desencontradas. Há quem a faça – reticentemente – do sec. XVI, como Adriano de Gusmão 148. Ou quem a recue ao sec. XIV, como Pedro Vitorino 149. Ou ainda quem a faça mais arcaica, como o con. Aguiar Barreiros. Palavras deste autor, com que justifica a fase de transição do românico para o gótico que a venerável imagem representaria:

- ESPANCA, Túlio Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora, vol. I, Lisboa, 1966, pp. 40-41.
- Auto de rectificação de limites Documentos de apoio às terceiras alegações, doc. V, f.
- Ainda há pouco, havia um recipiente, na Capela, para o recolher. Levava 12 litros. Cf. Actas das reuniões da Junta, de 18 de Julho de 1880, 18 de Dezembro de 1881, 4 de Janeiro de 1885...
- Exposição de Arte Sacra do Concelho de Santo Tirso, Porto, 1955, p. 14, nº 6.
- PIRES DE LIMA, Augusto César – Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos, vol. VI, Porto, 1951, p. 339.

De madeira e dos fins do sec. XIII, consigna a particularidade de estar (...) recoberta de pano estreitamente ajustado às exigências da indumentária, sobre o qual recebeu o estofo. Nesta imagem, o grande contraste que se nota entre a característica distribuição das vestes e a severa feição dos rostos da Senbora e do Menino deixam antever uma acentuada gestação transitória do românico para o gótico.

Evidencia-se ainda a renovação da pintura, no sec. XVIII – mais feliz, sem dúvida, no estofado, em relevo, da indumentária do que na carnação do rosto das figuras; se é que, como tudo leva a crer, esta não indica uma data bem mais recente, a parecer de ontem 150 .

Há dois elementos que, parece-me, justificariam a opção do Dr. Pedro Vitorino: o rosto oval da Mãe de Deus e a linha articuladora da escultura, em forma de ziguezague.

Num estudo já referido – e mais consagrada às pinturas –, a Drª. Maria Emília Amaral Teixeira deixou o seu depoimento:

Julgamos que ela seria justamente do sec. XIV, não deixando de admitir que pudesse ser posterior, mas, então, de carácter muito arcaizante¹⁵¹.

Estas opiniões tão divergentes podem ter todas o seu fundo de verdade. É que nada custa a crer – fez-se tudo isso por Portugal inteiro... – que a imagem da Senhora da Torre tenha sido, primitivamente, uma *imagem túrgida da Senhora do* Ó. E que, posteriormente, após a proibição destas imagens, a tenham retocado: desbastarlhe-iam o ventre, dar-lhe-iam o Menino, com o que lhe reajustaram os braços e lhe acomodaram as vestes, o que dava a sensação de uma imagem modelada. Vi pessoalmente que lhe saiam do corpo, desfeitos, bocados de gesso, parecia-me, e fragmentos de pano, semelhante a gase...

5.4. Os inventários da Capela da Torre

5.4.1. Os róis

O inventário de 1831

Até pouco antes do meio do sec. passado, foi a capela da Torre da administração dos abades da freguesia da Lama. A eles, à sua solicitude, se deve o primeiro inventário da capela, com data de 17 de Fevereiro de 1831. Paroquiava então o encomendado Miguel Pereira Correia da Costa.

O rol insere-se num livro de 24 meias folhas de papel selado, para as contas da Capela da Torre. Fora insinuado à Cúria, em 1830, pelo abade de Avidos, Manuel José Pereira do Lago. Assim se impôs ao encomendado da Lama, a 20 de Julho de 1830¹⁵². Por comissão do Provisor e Vigário Capitular de Braga, o P^e. Miguel da Costa, em 14 de Setembro de 1830, numerou-o, rubricou-o e fez-lhe o termo de encerramento¹⁵³.

Além do inventário (f. 1 v.), o livro contém os capítulos de visita, contas de receita e despesa, obras de conservação da capela, informações várias, etc. Aquele data, como se disse, de 17 de Fevereiro de 1831.

5.4.1.2. O inventário de 1840

Já feito pela Junta da Paróquia de Areias – parece –, o que supõe a transmissão desde a Lama para a nossa freguesia das competências administrativas da capela. É o rol que vai servir de critério a uma outra inventariação de 1862¹⁵⁴. Como tudo estava conforme com o de 1840, não se lavrou documento algum. Apenas se tirou uma cópia daquele de 1840, para a enviar à Cúria de Braga.

Ensaios Iconográficos, Exposição Mariana 1954, Braga, 1954, pp. 21-22. Art. cit. p. 65. APL, Documento anexo ao Livro de Contas da Capela da Torre. APL. Livro de Contas da Capela da Torre, f. 1 e f. 24 v. Pelo rol das contas de 1831, sabe-se que: 1. O papel deste livro ficou ...480 reis; por..... 2. A sua encadernação por...... 240 reis; 3. As despesas com o portador que foi a Braga buscar a comissão para abrir, rubricar e encerrar o volume ficaram _160 reis: por..... Cf. APL, Livro das Contas da Capela da Torre, f. 2 v. APA, Livro dos Inven-

tários, f. 6.

Deste inventário não vejo rasto algum. Entregue à casa de Covas, em cuja posse, como depositária, se encontravam, igualmente, as alfaias da Senhora da Torre, perder-se-ia, como quase todo o arquivo desta casa de grandes tradições. E seria bom o recheio, a avaliar pelas informações do *Livro de Razão*, de Frei José Joaquim de Santa Rosa. Infelizmente, quase tudo se foi...

De qualquer forma, a capela já seria administrada, em 1840, a partir de Areias. Aquando da jurisdição dos abades da Lama, o fabriqueiro pertencia também a esta paróquia vizinha:

Contas que dá José da Silva Costa da fregª de S. Miguel da Lama Como Fabriqueiro da Capella de nossa Senhora da Torre sita na fregª de Areas mas pertencente a esta da Lama...¹⁵⁵

5.4.1.3. O inventário de 1878.

Passando pelo de 1862 – que nada mais fez que copiar o de 1840 –, temos notícia doutro inventário feito a 8 de Setembro de 1878, actualizado dois anos à frente. Sabemo-lo por duas fontes:

- 1. Acta da Junta de Areias, de 30 de Setembro de 1878. Esta entidade, a que presidia Fernando Pires de Lima, enviou ao Governo Civil do Porto, entre outros, um inventário da Capela da Torre¹⁵⁶.
- 2. O inventário de 1880 que vai tomar como ponto de partida este de 1878, actualizando-o: ... a um minucioso exame dos objectos descriptos no precedente inventário do dia oito de Setembro de mil oito centos setenta e oito...¹⁵⁷.

Não sei deste rol. Pelo de 1880, pode reconstituir-se, dada a explicitação neste dos *itens* acerca dos objectos, que, entretanto, se gastaram pelo uso ou que posteriormente se readquiriram. Por isso, expressamo-lo ao pé dos outros.

5.4.1.4. Inventário de 1880

Em 1880, uma nova listagem, de harmonia com as disposições do Código Administrativo (art^a 166, nº 1 e § 4) e com as decisões tomadas pela Junta de Areias, em sessão de 15 de Fevereiro de 1880

Oito dias depois, às nove horas da manhã, na Capela da Torre, reuniram-se os membros da Junta¹⁵⁸, o regedor¹⁵⁹ e o cidadão José Joaquim da Silva Carneiro, da Casa de Covas, como simples depositário que o era dos objectos, alfaias, paramentos da ermida. Fez de escrivão Joaquim Pires Fernandes, dotado, na verdade, de uma óptima caligrafia.

5.4.1.5. Inventário de 1888

Teve como razão de ser o artigo 198 do novo Código Administrativo; e, mais proximamente, as deliberações da Junta, em sessão de 15 de Outubro de 1888.

O inventário dos bens da Capela da Torre foi feito cinco dias depois, a 20 de Outubro. A reunião efectuou-se na ermida, na presença dos membros da Junta¹⁶⁰ e do depositário dos bens da Senhora, que continuava a ser da Casa de Covas, José Joaquim da Silva Carneiro.

Serviu de escrivão Manuel da Silva Teixeira.

Tomaram por base o rol de 1880: estava tudo conforme, apenas se eliminando alguns dos objectos, pela deterioração a que o tempo mai-los homens, com as suas incúrias, os submeteram.

APL, Livro das Contas da Capela da Torre, f. 3 v.

APA, Autos de rectificação de limites... Documentos de apoio às terceiras alegações, doc. nº 7, f. 213: Remeto a Vossa Excelência a cópia dos inventários dos paramentos, alfaias e mais haveres da Igreja parochial de S. Thiago de Arêas, no concelho de Santo Thyrso, da capella da Senhora da Expectação, no lugar da Torre, da mesma freguesia, que está a cargo da junta de parochia

APA, Inventário de 1880, na introdução.

Eram eles:

Presidente: António José Fernandes:

Vogais: António José da Silva Capelo;

Joaquim António da Silva; José Joaquim de Azevedo; Manuel António Borges.

Chamava-se Luis Alves da Silva.

Presidente: Rev. Baltasar José de Meireles; Vogais: Luis Alves da Silva; António José da Silva Capelo.

5.4.1.6. Inventário de 1899

Diz assim a acta: Auto de revisão. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos noventa e nove, aos quinze dias do mez de janeiro, na sala das sessões da junta de parochia, estava reunida a mesma junta, sob a presidencia do reverendo Francisco Pinto de Novais e os vogais Manuel Dias Palmeira e José Joaquim de Castro Carneiro, a fim de proceder à revisão do respectivo inventário, que se acha deficientemente organisado e o livro findo, havendo apenas a notar n'esta secção a alteração ocorrida desde a ultima revisão e que são as que dizem respeito á Capella de Nossa Senhora da Conceição com as notas indicadas na casa de observações, notas que estão rubricadas pela mesma junta¹⁶¹. E para os devidos effeitos se lavrou este auto que vai ser devidamente assignado, devendo remetter-se copia desta revisão ao Governador Civil deste districto, por intermedio do administrador do concelho¹⁶².

Foi neste arrolamento que se pôs a observação *inutilizados*, no inventário anterior.

5.4.1.7. Inventário de 1910

Lavrou-se a 20 de Novembro. Tudo se encontrou, conforme o inventário de 1899: nada havia para acrescentar, nem para eliminar. Por isso, não se iria redigir nova listagem¹⁶³.

5.4.1.8. Inventário de 1911

Integraram-no no inventário geral dos bens da igreja. 164 Secretariou o acto, que se realizou a 30 de Julho daquele ano, Cândido Dias Moreira Padrão. Do rol se encarregou a Junta de Areias 165.

Note-se que é muito incompleto: omite determinados *itens*; e dos que refere, uns tantos de individualização inadequada, no atinente a conteúdos.

5.5. Quadro sinóptico dos bens da Capela

	1831	1878	1880	1888	1899	1911
Capela com seu Cabido e Alpendre	1166	1	1			
Altar	1167	1	31			
Oratório	1168	1	1	1		
Frontal		1109	1	1	1	

CORREIA, F. Carvalho

- Para a história do Património
artístico do Concelho. A Capela
da Senhora da Conceição de
Sande (Areias), em «Jornal de
Santo Thyrso», de 5 de Janeiro
de 1990. A Junta, nesta acta,
refere-se ao acordo a que
chegou com o Pe, Manuel José
Fernandes de Azevedo, da Casa
do Paço, de Sande, a 28 de
Junho de 1893.

Presidente da Junta:
O ab. Francisco Pinto de Novais
Vogais: José Joaquim de Castro
Carneiro:

Manuel Dias Palmeira;

Tesoureiro: José Joaquim de Castro Carneiro

Regedor: Joaquim António da Silva

Cf. APA, Livro dos Inventários de 1899, ff. 4 v. - 5

Assinam o auto de revisão:

Presidente: Manuel Dias Palmeira;

Vice-Presidente: António José Fernandes:

Tesoureiro: João Pereira de

Vogal: Álvaro Monteiro Azevedo; Pároco: Abade Francisco Pinto Novais

Regedor: Abílio da Silva Carneiro:

Secretário: Cândido Dias Moreira Padrão

Cf. APA, *Livro dos Inventários*, com termo de abertura de 2 de Janeiro de 1899, a ff. 18 v. – 19.

Sob a f.. 4.

Presidente: Manuel
Dias Palmeira;

Vogais: António José Fernandes; João Pereira de Sousa

Capela e cabido, que, como hoje se vêem, do sec. XVIII, de 1739. Mas a capela tem nas colunas do alpendre o testemunho de uma existência quinhentista. Possivelmente, posterior ao meio da centúria. É que o *Tombo de Areias* (1548) dela não fala; e os tombadores iniciam a medição do perímetro da freguesia, de junto da capela. Todavia, o silêncio não valerá por inteiro, porque o *Tombo* também não fala da torre esbelta que, nessa altura, ainda existia, no mesmo local, e, possivelmente até, o próprio Paço dos Pereiras, a que a fortaleza se adossaria. A capela ocupa o lugar da *igreja pré-românica* de S.Tiago de Landim.

Em 1878 é a primeira vez que os inventários da ermida falam dos seus bens imobiliários.

Do sec. XVI, com um belo triptico, representando S. Jerónimo, S. Pedro – nos dois volantes, respectivamente, da esquerda e da direita –, a ladearem S. Miguel. Da autoria provável de Antão Vaz, como se disse no corpo do nosso estudo sobre a capela. O retábulo foi ajustado ao templo, com sacrificio de algumas mutilações. Devia, pois, ter vindo doutro lado. Também não se harmoniza com a invocação original da capela, sob o título de *Nossa Senhora do Ó* que exigia, no arcanjo e iconograficamente, a presença de S.Gabriel. Julgo que seria o retábulo da penúltima igreja da Lama, o que provaria o regime secular da administração da capela da Torre, por banda dos párocos desta última freguesia. E viria desta matriz para a Torre, por volta de 1739. Quando posto de lado, na sequência dos capítulos de visitação de 1698, os fregueses da Lama trouxeram o velho retábulo-mor da sua igreja para a capela da Torre que reconstruiram por inteiro, Em 1739 repintariam o S. Pedro.

Maquineta, posteriormente – talvez em 1739 – ajustada ao tríptico, cuja moldura prejudicou, bem como a representação pictórica do arcanjo S. Miguel. O nicho, envidraçado, resguarda a imagem esculpida de Nossa Senhora.

Um frontal, de pau pintado, creio que dos meados do sec. XVIII, mais ou menos concretamente, de 1739 com motivos de temática fitológica e marinha.

	1831	1878	1880	1888	1899	1911
Imagem ou Nº. Srª.		1170	1	1171	1	
Estrado		1172	1	1	1	
Púlpito		1173	1	1	1	1
Pia de água henta		1174	1	1	1	1
Casula	1175	2176	1177	178		
Estela	1	2	4	1		
Manipulo	1	2	1	2		
Amite	1179	1	1	1		
Alva	1	1	1	1180		
Cordão	[18]	1:	1182	1		
Bolsa	1	1183	1			
Corporal	1	uns ¹⁸⁴	UN/185			
Pala	1	1	1186	1		
Sanguinhe	1	1	1185	1166		
Véu do Cálix	1189	1-	1190	1		

Se não arcaica (séc. XIV), arcaizante, pelo menos. Não deveria ser a primitiva: a capela sempre se conheceu sob o título de Nossa Senhora da Expectação ou do Ó (Virgem túrgida). A festa de 18 de Dezembro, na Torre, confirma a invocação. A actual já tem o Menino ao colo, e não é grávida. Deve ser a substituta de uma Virgem grávida, o que motivou a denominação alternativa hodierna de Nossa Senhora do Parto. Para disfrutar dos favores públicos da Senhora do Parto, de Ceide? É que este título, aplicado à imagem da Torre, não tem tradição!...

A escultura da Senhora da Expectação possui adereços (coroa, manto, rosário e brincos) que, depois, se explicitarão. É uma imagem, não de madeira, como se vai dizendo, mas de pasta.

Descrita quase como em 1880, com os seus adereços. Naquela data diziam os arroladores: imagem de Nossa Senhora com uma coroa de estanho dourada e seu manto de seda muito usado, e um rosário encarnado com os Padre-Nossos de ouro e cruz de prata perfumada, cuja imagem se acha colocada num oratório envidraçado (item 2, do inventário de 1880). O inventário de 1888 acrescenta os brincos, que já tinham sido doados, porem, à data de 1878.

Um supedâneo em madeira, do Altar-mor, assente sobre o chão. Este também o foi de madeira. Só, neste século, é que o encimentaram.

Situado no cabido, à entrada do corpo da capela, do lado direito, com pequena escada de acesso, em pedra.

O púlpito é resguardado de parapeito maciço, de pedra xistosa.

No interior e ao fundo da capela. Assemelha-se a uma ara anepígrafa, com um fóculo, a servir de recipiente da água lustral.

Uma casula, com manípulo e estola, de la, de cor branca e vermelha, ern meio uso, nesta data

Foi engano dos arroladores. Continuava o mesmo paramento de trás. Só havia a casula, estola e manípulo inventariados em 1831. Meteu-se, como se fosse da capela, um paramento de damasco de seda, branco, matizado, que era da *Casa de Cobas* (sic). Por isso, o retiraram do inventário de 1880. Note-se que a Casa de Covas deu vários padres à igreja; e que um deles – egresso beneditino e prior que foi de Travanca – veio passar grande parte dos últimos anos da sua vida a esta famosa casa de Areias. Além disso, o Pe. Boaventura, igualmente de lá, celebrava, muitas vezes, na capela. Dal uma chave da Senhora da Torre nas mãos da Casa e a sua posição de responsáveis pela guarda das alfaias, qualidade com que participam, muitas vezes, nas inventariações da capela.

Era o mesmo paramento registado em 1831. Com a adição de que era agaloado de retrós e, naturalmente, a do estado de muito uso. Posteriormente, em 1899, acrescentou-se a nota de eliminado.

É ainda o de 1831. Compreende-se que o uso o leve de mal a pior: muito deteriorada. Pouco mais duraria, como se viu na nota anterior.

Em meio uso, por 1831. Em 1880, com muito uso. Depois – mas ainda se aguentava em 1888 –, como não há nada que ao tempo fuja, eliminado. A prova do cadinho de 1899, a que muita coisa não resistiu...

Muito usada. Eliminou-se antes de 1911. Ao expirar o séc. XIX, com toda a certeza.

Um amito, uma alva e cordão, *em meio uso*.

Neste ano de 1880, não se fala do *amito*. A alva e o cordão já vêm registados no rol de 1831. Agora, muito usados; e com a edição – posterior, de 1899 – de *eliminada*, a respeito da alva.

Deve ser a de trás (1831), com o acréscimo de todas as cores. Posteriormente, adicionou-se a informação de que tem corporais. E, logo, a de eliminada. Mas, esta observação só aos finais do séc. XIX.

Uns corporais, sem especificação concreta de número. Qualificam-se de muito usados. Segue-se a nota sub-seguente de eliminados, que já sabemos de quando.

O texto diz apenas uma bolça de corporaes de todas as cores, com seus corporaes muito uzados (item 18). Seque-se a adição, anterior a 1911, de eliminado.

À pala ajuntou-se frixola (?). Eliminou-se, depois de 1888.

Já com muito uso. Eliminou-se, em 1899

£ o mesmo, com certeza, que vem dos arrolamentos anteriores. *Muito usado*, diz-se agora. A margem, inutilizado e eliminado.

18 Véu branco. A bolsa com corporal dobrado. A pala, o sanguinho e o véu encontravam-se, à data, a meio uso.

190 Era o mesmo de 1831, com o pormenor de que era de seda branca. A lápis e mais tarde, quando chegou a hora da revisão deste inventário, acrescentou-se eliminado, o que só aconteceria depois de 1888.

	1831	1878	1880	1888	1899	1911
Manustérgio	1	1	1 191	1 192		
Mantos de Nº Srº.	3193	2194	3195	3196	1197	1
Cortinas	1 par ¹⁹⁸	1 par ¹⁹⁹	2 pares ²⁰⁰	1	par ²⁰¹	
Toalhas do altar	5202	1203	1	2234	1	
Toalhas de masa	2205	2206	2207	2206		
Cálix	120	1	1210	1	1211	1
Patena	1	1	1	1		
Colherinha	1212	1	1	1		
Galhetas	1 par	1 par	1 par	1 par		

- É o mesmo de cincoenta anos antes. Por isso, muito usado. E, depois, eliminado. Assim se escreveu a lápis. Agora, há referências à matéria do seu fabrico. de linho.
- De linho, muito usado. Adicionaram-lhe a observação de que veio a ser banido. Significa que, apesar dos qualificativos da sua vetustez vinha de 1831 –, esteve em uso até aos finais do século!

 Um. em bom uso, era de seda branca, com campo de la completa del completa de la completa del completa de la completa del completa d
- Um, em bom uso, era de seda branca, com ramos, forrado de tafetá; outro, também de seda, mas de cor azul-clara; um terceiro, igualmente de seda, mas roxo. Os dois últimos, ao contrário do primeiro, de bastante uso.
- O manto roxo já não existia. Só dois agora um de seda de cor azul-clara, forrado a seda branca; e outro de sede branca, com ramos, de taletá. De 1878 a 1880, acrescentarão a estes dois mais um de seda azul-clara, forrado de amarelo.
- O manto roxo, de 1831, já não consta, como aliás sucedia em 1878. Mantos azuis-claros, agora, há dois: um forrado de seda amarela com a anotação de que, entretanto, fora eliminado e outro forrado de seda branca. Será este o da mesma cor, no rol de 1831, já que, agora, se diz *de muito* uso. Neste inventário de 1880, poderá constar ainda o primeiro de 1831, de cor branca. Os termos são de grande laconismo: de seda, mas com a qualificação de *muito* usado... O manto de seda azul-claro, forrado de seda amarela, adquiriu-se no espaço de 1878 a 1880.
- Correspondem aos de 1880. Com estas particularidades: os dois, de seda azul-clara, dizem-se, um muito usado (o de forro de seda branca); o outro (com forro de seda amarela e adquirido entre 1878 e 1880), com a notação mais tardia de eliminado. O primitivo, de seda branca, agora, em 1880, muito usado, é o que, normalmente, recobria a imagem da Senhora.

 197

 Possivelmente a Senhora já pão está revestida de manto de seda. F em 1899, só se fala de um: o do soda.
- Possivelmente a Senhora já não está revestida de manto de seda. E em 1899, só se fala de um: o de seda azul-clara, forrada de seda branca, que se diz de *muito uso.* Já sobrevivia desde o rol de 1831! E continuará para além do rol de 1911.
- Um par de cortinas de damasco ou seda vermelha, com sanefa, já rota. As próprias cortinas, de quatro pés de comprimento, estavam, em 1831, muito usadas. A sanefa foi eliminada depois de 1878.
- Em 1878 (item 13) ainda estava na ermida a sanefa que, em 1831, já se encontrava rota. Mas, logo a despacharam... Entre 1878 e 1880, também as cortinas de damasco deixam a sua missão. Os responsáveis da fábrica da capela vão substitui-las por cortinas de linho.
- Não consta a sanefa, já rota, em 1831. Para estas cortinas de damasco, vejam-se as duas notas imediatamente anteriores. Há outras cortinas e outras sanefas agora; mas de linho. Também usadas e posteriormente eliminadas. Com serviço polivalente: uma cortina de linho ia fazendo de toalha!...
- Talvez porque as de linho fossem de serviço polivalente, as de damasco vermelho, que já tinham mais de meio séc. constavam já do rol elaborado aquando da administração da capela pelos abades da Lama –, continuam, não obstante o apodo de muito usadas e a nota marginal posterior em duplicado! de inutilizadas!...
- Uma melhor e três mais usadas. Duas de servir por baixo das outras. Estas fizeram-se de uma cortina do altar, de pano branco, já fora de moda em 1831. E passaram-nas a toalhas de altar. Além destas toalhas de altar, havia duas de mesa. Cf. notas imediatas.
- A abundância de 1831, segue-se o empobrecimento de uma só toalha, em 1878. Mas esta, segundo o inventário de 1880, específica-se *de linho*.
- Uma já constava do inventário de 1878. Apenas se acrescentam duas coisas: que esta em *bom* uso (é nova, relativamente) e que tem um dístico: *Srª. da Torre.* Uma segunda, feita depois de 1880 aliás, é *nova* –, também de linho, *com entremeio.* Em 1899, escreveram junto *inutilizada* (item 26). Não sei a qual das duas se atribui a qualificação.
- As mesinhas, sobre uma, como dito ficou, estava uma cruz sem imagem. Ambas tinham panos pendentes, para seu ornato, uma como que espécie de toalhas. Em 1880, constam como duas cortinas de chita, já muito usadas.

 Este inventário apelida-as de toalhetes, no seu item 12. Serão, talvez, os panos pendentes das duas mesinhas. de 1831.
- Duas credências, que correspondem às mesinhas da nota 205. Agora, qualificam-se de ordinárias, com suas cortinas de chita, com muito uso, o que poderá relacionar-se com os ornatos de 1831.
- «...duas credencias de pau ordinarias com suas cortinas muito uzadas (item 9). O superlativo entende-se: deviam datar de 1831...
- De latão, No Inventário de 1880, ficará tudo melhor especificado. Cf. nota seguinte.
- Quanto ao cálix, de latão é só o pé. A copa é de prata, dourada. De prata, igualmente, a patena e a colherinha.

 O carácter simplificado e omisso deste rol explica o silêncio sobre a patena e a colherinha. O cálix é o de sempre: diz-se usado. E é de prata, com pé de latão, o que tudo o relaciona com o que já vem de 1831. Cf. notas 209 e 210. Apesar disso, houve agora a intenção de o pesar e de lhe calcular o valor. Não se fez logo. Posteriormente, acrescentou-se pequeno valor.
- Cálix, colherinha e patena de *meio uso*.

	1831	1878	1880	1888	1899	1911
Pratinho	1213	1214	Ĩ	1 ²¹⁵		
Campainha	1	1.	1216	2217	1218	1
Lâmpada	1219	1	2 ²²⁰			
Ага	1221	1	1	1		
Cruz	2222	3223	4	4	2224	2
Castiçais	6225	8226	8	7 ²²⁷	4 ²³⁴	4
Missal	1229	î	1230	1.		
Estante	1231	1	Li.	1		
Confessionários	2232	2	2233	2	2	
Mesinhas	2	2	2	2234	2	2

- 213 Galhetas e pratinho de estanho.
- 214 Um jogo, com prato de estanho. É, pois, o mesmo conjunto de 1831.
- 215 Muito usadas as galhetas e prato de estanho. Já figuravam em 1831, Serão eliminados estes objectos, onze anos depois, em 1899. Por isso é que o inventário desta altura já os não mencionará.
- 216 Era a de 1831 e 1878: uma campainha pequena. Só que, pouco depois, aparecerá uma outra.
- Havia uma pequena. Mas, neste inventário, alude-se a uma outra que não existirá: uma campainha grande com porca (item 15).
- É aquela a que alude o inventário anterior. Até porque esta é grande.
- 219
- 220 Item 22: dois vidros que servem de Lâmpada em hum arco que está na parede. Depois, inutilizaram-no também. 221 A capela da Torre, como a de Sande, foram interditadas por falta de pedra d'ara, pelos finais do séc.
- XVIII (APA, Livro das Visitas I, f. 70). Em 1831, estava, pois, regularizada a situação. 222 Uma com imagem do cruxificado; outra sem ela, e colocada numa mesinha, ao lado do altar. Seria
- porta-pax. Veja-se a nota seguinte. Uma já enumerada em 1831, com crucificado e peanha de pau, sobre a banqueta. Outra, igualmente ali recordada, agora sob a revelação do fim a que se destinaria: como porta-pax. Eliminaram-na, em 1899. Agora, em 1878, há mais uma: com entalhe e peanha que ainda figurava, há pouco, na capela, sobre a credência. Entre 1878 e 1880, há uma quarta cruz, esta para o exterior, de castanho, com o intuito de servir de cruzeiro, e que um devoto ofereceu Inutilizaram-na, mais tarde. Mas ainda consta nos inventários de 1888 e de 1911.
- Constam, agora, apenas, duas: a cruz que serviria de cruzeiro, nas procissões e que ainda se mantinha, apesar de sentenciada, por duas vezes, à destruição... Uma outra cruz era de pau, sem mais! Deve ser a de entalho e peanha, de que se fala, pela vez primeira, no rol de 1880.
- Quatro muito usados, eram de latão. Dizia-se agora Mas, no arrolamento de 1880, corrige-se: dois de latão e dois de estanho. Os quatro pequenos, todavia. Os outros dois, novos, eram de pau pintado. Guardavam-se na Casa de Coyas. Neste papel de depositários se baseava a pretensão desta casa à posse da capela. Para além do recurso a dois documentos notariais, respeitantes à divisão do Prazo da Torre Alta, da Casa de Bragança. Mas não há reticências: a capela foi sempre pública..
- Quatro eram metálicos e já se referiam no inventário de 1831. Um destes desapareceria, pouco depois, Antes de 1888. Porque muito antigos sugeriu-se a inutilização. Além do mais, ordinários. Mas a sentença foi banida. Talvez porque os de madeira fossem, entretantos para a matriz. Em 1911, desaparecem, então, os metálicos, para voltarem os de pau dourado. De madeira são, agora, quatro, *Dourados*, e não *pintados*, como os dois de que falava o rol de 1831.
- Dos quatro metálicos de 1831, de um de estanho dá-se nota aqui do seu desaparecimento. Só ficam dois de latão e um de estanho. Que, de seguida (1899), ficou assente inutilizá-lo e eliminá-lo. Mas riscou-se a sentença! Quanto aos de madeira dourada — os quatro — já constavam no rol de 1878. Só que, agora, se afirmará estarem na igreia matriz. Talvez desde a sua inauguração. Por isso, julgo, se re-aproveitaram, para a Torre, os de metal.
- Agora, de facto, já não se alude aos castiçais de latão e de estanho. Sá aos de pau dourado, em número de quatro, que apareciam no rol de 1878. Da matriz regressaram ao lugar de origem, à Capela da Senhora da Expectação. Por isso, a Junta se desfez então dos metálicos.
- Um missal com sua estante. Citado em 1831 e eliminado, depois de 1899. Já só conheci, na capela, a ed, do Missal Bracarense, mandada fazer por D. Manuel Vieira de Matos.
- 230 Depois da sua citação ainda nos róis de 1880 e 1888, ajuntou-se a observação de que foi eliminado, Sabemos que tal aconteceria em 1899.
- É estante de altar, das que fechava, e que, ainda há pouco, se via na capela. Não obstante o silêncio do inventário de 1911.
- 232 Só agora é que aparecem referências a este tipo de mobiliário litúrgico. No inventário de 1888 vêm melhor descritos. Mas acabou por ficar um só, o *aberto*.
- Já existiam dez anos antes. Só que agora se descrevem e se diferenciam cronologica e qualitativamente. O mais antigo era de ralo e muito ordinário. O mais novo era dos de caixa. Mas só o primeiro é que ficou na ermida. Cf. nota adicional ao item 38 do inventário de 1880: só um confessionário aberto. Com os castiçais, iria também o mais novo para a matriz? Seja como for, se assim aconteceu, logo regressaria à capelinha, porque, em 1899, são os dois aqui, igualmente, referenciados,
- Credências ordinárias e cortinas muito usadas são as constantes de todos os róis,

	1831	1878	1880	1888	1899	1911
Caixas	2235	2236	2	2237	1238	1
Bancos	3239	3240	3	3211	3212	3243
Jamas	17244	17 13245	11	11246		
Coroa de Nº Srº	121"	1	1			
Rosário	1248	1	4	1		
Brincos	1 par ²⁴⁹	1 par	1 par ²⁵⁰	1 par		
Quadros	2251	2	2252	1253	- 1	
Ramos	2251	2255	2356	2257		
Dinheiro	46\$000 ²⁵⁸		48\$000259	48\$000	48\$000260	48\$000

Uma, de pinho, para recolha das esmolas, em muito uso. Uma outra de pinho também, nova e oleada, para guardar os paramentos e toalhas... Estava numa habitação próxima da capela. Pelo rol de despesa de 1831, sabemos que custou 580 reis, acrescidos de mais 105, para a fechadura e pregos... Cf. nota seguinte.

São as duas de que se fala na nota anterior. Só que a mais antiga recebe melhor individualização neste rol: de pinho, com duas fechaduras, já que duplamente compartimentada. É que receberia as esmolas dos devotos: uma, as de metal soante; a outra, o ex-voto específico da Senhora da Expectação, o azeite. Mais, pelas Actas da Junta de 18 de Julho de 1880, 18 de Dezembro de 1881 e 28 de Dezembro de 1884, sabemos que a sua capacidade era de 12, 792 1, Cf. Autos de rectificação de limites... Documentos de apoio às terceiras alegações, doc. n. 8. Para isso a caixa era forrada de chumbo. A segunda caixa, feita por 1831 e oleada para guardar as alfaias, na casa de um depositário, depois de 1880 e 1888, recebeu a ordem de sentença capital (eliminou-se). Foi em 1899, já que no de 1888 ainda figura sob o item 32.

A dos paramentos ainda foi arrolada, nos inventários de 1880 e 1888. Em 1899, posta de parte, adicionaram àqueles inventários a observação de elimine-se e eliminada.

238 Inutilizada que foi a das alfaias, ficou a mais antiga que, agora se individualizará das qualidades, feições e destino que lhe vem já dos começos: de pinho, com duas fechaduras e para a arrecadação do dinheiro e do azeite. Cf. nota 236 239

Eram pequenos, feitos de pinho. E, na altura do rol, já sob o desgaste do muito uso.

São os mesmos e sob igual reparo de 1831.

Trez bancos de pinho muito uzados (item 24). São os mesmos de trás.

241 742 Não hà nada de novo, a este propósito.

240

248

243 Os qualificativos abonam a sobrevivência dos de 1831.

244 Quatro oferecidas por José Joaquím da Silva Carneiro, da Casa de Covas, a depositária das alfaias da capela. Mais 13 – uma nota de mão posterior, mas já depois de 1888, corrige para 11 –, de louça fina, cuja proveniência se passa sob o manto do silêncio.

Jatras de louça fina, sujeitas às contigências. Daí o emagrecimento progressivo do número: 17 (1878 e 1880) para 13 (1888); e. finalmente. 11, em nota adicional posterior, neste rol de 1888 (item 8). De gualquer forma. nenhuma terá a ver com as 11 do inventário de 1911 que se dizem novas.

Além de novas quatro delas constam como douradas, o que as desvincula das antecedentes. 247

Parece-me do sec. XVI. Mas, nos arrolamentos, só agora se explicitou. De estanho dourado.

E um rosário encarnado com os Padres-Nossos d'ouro e cruz de prata perfurnada.

249 Oferta de uma devota. Eram pequenos e figuravam na imagem. São ex-votos que ainda hoje se conservam, embora guardados, e oferecidos à Capela, na segunda metade do sec. XIX (entre 1878 e 1880). Estiveram, primeiro, em poder do Tesoureiro da Junta.

O par de brincos, oferecido por uma devota (cf. nota anterior) e que figuravam como adereço da imagem de Nossa Senhora da Torre, foram agora pesados (5 gr.) e avaliados (2.500 reis)

251 Um com a figuração de um crucifixo; outro com a imagem de Nossa Senhora das Dores. Ambos registos

Os já sob expresso registo, desde 1878. Só estas duas notas adicionais inutilizado e eliminado um (item 4). 253 Entre 1888 e 1899, desaparecerá um dos registos, exactamente o quadro das Senhora das Dores. Resta só então aquele que tem a imagem de Cristo na cruz. O inventário de 1899 diz mesmo do sobrevivente: com um registo de crucifixo.

254 Ofereceu-os à Senhora, depois de 1878, José Joaquim da Silva Carneiro, de Covas, depositário como se disse, de alguns dos bens da Capela. Ainda os conheci dentro do oratório resguardado da Senhora.

de *muito usados* e com o inutilizado (item 31), que depois se riscou. Por isso, voltam a figurar no inventário de 1911.

Pelo que diz respeito às observações de reveatário de 1900. São aqueles que o rol de 1880 transcreve. Este rol de 1888 tem apenas a observação posterior (de 1899) Pelo que diz respeito às observações do inventário de 1888, compreende-se o depoimento da Junta neste rol de 1899: muito usados.

Se jà eram de muito uso em 1899, a fortiori nesta altura!... Eram os mesmos a sobreviver.

258 Francisco Xavier da Silva Gomes deixou um legado pio de 48\$000. Desta soma, 46\$000 estavam a juros, nas mãos de Manuel António Coelho, da Lama, garantidos por escritura nas Notas do Couto de Landim, a 7 de Setembro de 1830. Ficaram 2\$000 para obras imediatas na Capela. Creio que, à frente (1880), este montante se encontrava já incorporado num título ou obrigação de divida a juros de 5% (cf. item 37, do inventário de 1880). O pároco da Lama diz que, até 1830, a Capela não teve nenhum património, nem rendimentos: vivia de esmolas insignificantes dos fiéis (cf. APL - Livro de Contas da Capela da Torre, f. 1).

259 Creio ser, fundamentalmente, o legado pio de que se falou na nota anterior, que, acrescido, entretanto já em 1880 – se converteu em títulos de dívida pública.

Título de obrigação de divida, a juros de 5%. Agora, acrescenta-se o nome do depositário: António José Fernandes, tesoureiro da Junta (item 27). Segundo o inventário de 1899 (ff. 8 v. – 9), este capital mutuado estava nas mãos de Manuel Soares Palmeira, rendendo o citado juro. Em 2 de Janeiro de 1902, passou para as mãos de Manuel Dias Palmeira: depois (6 de Fevereiro de 1909), possuia-o António Correia de Carvalho, viúvo, de Sande: finalmente (6 de Fevereiro de 1911), recebeu-o, nas mesmas condições, Cândido Dias Moreira Padrão, casado, de Areias

6. O culto de Nossa Senhora da Torre

6.1. Antes de mais, os clamores.

A capela da Torre foi meta de alguns *votos*, quer da população arenense, quer das que vivem e trabalham à roda. O P. Atanásio Mendes de Freitas, a 27 de Agosto de 1736, fala de uns vinte clamores anuais à capelinha. Alguns deles com suas datas:

1. *Em 18 de Dezembr*o, chegavam à Torre votos de Areias e de Lama. Dizem os Estatutos do Subsigno desta última paróquia:

1º A N. Senbora da Torre a 18 de Dezbrº a Expectação²⁶¹.

- 2. Na primeira Sexta feira da Quaersma igualmente subiam ao Monte da Torre aquelas duas paróquias. Prescrevem os citados Estatutos da freguesia da Lama:

 O 6º A primeyra sexta-feira de Quaresma principia nesta Igrª. daqui vay a Snr.ª da Torre e de lá a Igr.ª de Areas sempre com cruz levantada²⁶².
- 3. Na segunda e terceira Sexta feira da Quaresma, os fiéis da nossa comunidade lá davam satisfação a mais um clamor.
- 4. Em 8 de Maio, a capela recolhia os votos das duas comunidades que com a nossa ombreavam, a da Lama e a de Sequeirô. Importante registar o teor dos Estatutos da Lama de 1784, que confirmam a titularidade primitiva da Expectação:

13º em dia de S. Miguel de Mayo hira a freg.ª em procissão desta Igr.ª a Snr.ª do Ó a Torre e lá rezarão as oraçoines tantos Padre NN, e Ave Marias como quantos são os moradores desta freg. 4263.

Convém não esquecer que por lá passaria o cerco de S. Sebastião. Vieira Braga²⁶⁴ cita o Sr. Dr. Augusto: «Na Senhora da Torre (Santo Tirso) parava o clamor e distribuiam-se doces e vinho pelo abade e músicos. A Juiza dava um andor e as quatro mordomas outro».

Para além dos clamores e cercos, *as romeiras*. O Sr. Dr. Augusto fala da promessa de envio de 12 romeiras à Senhora da Torre e da missa na capela²⁶⁵.

6.2. Missas

Quanto a *missas*, na segunda metade do sec. XIX, havia-as quase diariamente. Uma das razões da entrega de uma das duas chaves à Casa de Covas era o facto de um irmão do membro da Junta da Paróquia, José Joaquim da Silva Carneiro, que se responsabilizou pela guarda das alfaias, ser padre e lá, na capela, dizer a missa. Chamava-se Pe. Boaventura da Silva Carneiro²⁶⁶.

Uma vez, ficou a capela interdita ao culto, com pena fulminada a 21 de Outubro de 1780. Não tinha sepulcro das relíquias. Estava ainda à guarda e à responsabilidade pastoral dos abades da freguesia da Lama. Já vimos o episódio²⁶⁷.

6.3. Ex-votos

No que respeita a *ex-votos*, são dignos de menção, entre outros, o *azeite*. Da *caixa* que existia na capela para o receber, veja-se o tema dos inventários e dos leilões do mesmo, que a Junta efectuou²⁶⁸.

E quanto a *ouro*, no séc. passado, vejam-se igualmente os inventários de 1880, 1888, 1899, 1911 sobre o *par de brincos* que, julgo, adornaria a imagem, então coberta, igualmente, de um manto de seda azul, e o rosário que, em parte, se fabricou da mesma matéria preciosa.

- APL, Estatutos da Confraria do Subsigno da Lama (1784), f. 9
- APL, Estatutos da Confraria do Subsigno da Lama, f. 9 v.
- APL, Estatutos da Confraria do Subsigno da Lama, f. 10.
- BRAGA, Alberto Vieira – Curiosadades de Guimarães, vol. II. Cercos e clamores, Guimarães, 1986, p. 30, nota 1.
- O Lugar da Torre, em «O Concelho de Santo Tirso. Boletim Cultural» IV (1955-1956)
- 234.

 266 PIRES DE LIMA,

 Augusto César, art. cit., p. 234.

 O Pe. Boaventura Luis Carneiro
 foi pároco de Santo Tirso, em
 1873.
- APA, Livro de Visitas,
- I, f. 70.

 Já falámos, neste artigo, do azeite e seu leilão. Nos inventários também se fez referência à caixa bipartida.

7. Atentado ao património histórico do concelho

Saque, seguido de incêndio, na Capela da Torre, em Areias (1991).

Não acreditava! Que a roubassem, temia. Jóia por demais preciosa, para não suscitar a cobiça. Mas que lhe pegassem fogo, sinceramente não o supunha... Os rumores insistentes e as correrias do povo deram a confirmação. Não tinha coragem de ver o sacrilégio, duplo aliás: atentado contra a arte e contra a sensibilidade religiosa.

Afinal, até fora roubo também. Ardeu tão só o que menos valia: para evanescer impressões digitais, para refrear, aos começos, as intenções de procura...

Um atentado ao património: perdeu a freguesia, perdeu o concelho, perdeu a cultura portuguesa. Sim, porque as pinturas da Torre – muito mais que a escultura! – eram uma jóia, no panorama artístico nacional.

Mas, ao fim ao cabo, o que é que levou sumiço, na Torre? Para desfazer equívocos dos nossos órgãos de informação, cujos noticiaristas, alguns, de certeza, nunca visitaram a capela – de contrário não diriam tanta inexactidão! –, aqui vai o elenco do que se «perdeu»:

A imagem de Nossa Senhora, de sabor medievo. Mas de dificil seriação cronológica: sec. XIII (Aguiar Barreiros), sec. XIV (Pedro Vitorino e Maria Emília Amaral Teixeira), séc. XVI (Adriano de Gusmão). Em todo caso, valiosa! Digamos, para desfazer um de tantos erros que esvoaçaram a seu propósito: não é uma imagem de madeira, nem de pedra ou mármore. Antes, de pasta.

O *tríptico*, pintura sobre madeira de castanho, do sec. XVI, de valor extraordinário, sobretudo no que toca à figura central *(o arcanjo S. Miguel:* 1,230 m x 0,560 m) e ao volante da epístola *(S. Jerónimo:* 1,210 m x 0,490 m). Mais deteriorado por "re-pinturas" subsequentes, o volante da esquerda *(S. Pedro:* 1,210 m x 0,475 m). "Por nós, sabemos que ao ver o conjunto, pela primeira vez, sentimos nele uma maneira familiar como de factura muito conhecida. A cor, o desenho, a proporção dos corpos, o tratamento das roupagens dos rostos, a linguagem meio flamenga meio italianizante das figuras – a bela cabeça de S. Miguel muito expressiva nesta última – dir-se-ia ser do nosso trato quotidiano. E uma interrogação nos acudiu, tratar-se-á de mais uma obra do pintor António Vaz, cuja obra está largamente representada no Museu Regional de Alberto Sampaio, em Guimarães?" (Maria Emília Amaral Teixeira).

Possivelmente, pois, um conjunto grandioso da autoria do pintor António Vaz, um dos bons nomes da pintura portuguesa do sec. XVI, activo em Guimarães e que pode bem ser o homónimo que, pela mesma altura, trabalha na região das Beiras. Sem sombra de dúvida, a melhor pintura do concelho de Santo Tirso e uma das mais importantes da arquidiocese de Braga.

O Frontal, do sec. XVIII, belo, cheio de motivos fitológicos e marinhos. Pintura sobre madeira também.

Duas cruzes, uma com o crucificado, do séc. XVIII, e já arrolado no inventário de 1831; e uma outra, com entalho e peanha que já consta em 1878.

Quatro castiçais de madeira, do sec. XIX (já figuravam no inventário de 1878), dourados.

Duas imagens modernas de Nossa Senhora, compradas há poucos anos, ja na década de 80: uma grande, que figurava sobre o andor, nas procissões; outra, mais pequena, que os festeiros davam a beijar aos devotos nos dias de festa da Senhora da Torre. Uma outra imagem moderna de Nossa Senhora de Fátima encontrouse meio informe nos escombros calcinados da capela.

Devorados nas chamas do incêndio, além daquela imagem de N. Sr². de Fátima, castiçais de vidro que o fogo reduziu a massas de configuração estranha, objectos de latão (a coroa da Nossa Senhora medieva) ou de estanho de que alguns pedaços se mantiveram, com possível identificação...

- Nossa Senhora medieva (foi roubada, ficando apenas muito deteriorada pelas chamas a coroa);
- O **Tríptico**, de Antão Vaz (sec. XVI): pintura sobre madeira. A mais importante do concelho e, talvez, da Diocese de Braga. Foi roubado, talvez até com o enquadramento da madeira, do sec. XVI: colunas e friso).
- **Crucifixo**, do sec. XVIII (roubado) e **quatro castiçais** (aqui falta um) dourados (sec. XIX), igualmente roubados.
 - Do retábulo, arderia a maquineta (sec. XVII).
- O **frontal**, que aqui não figura (sec. XVIII), pintado, foi, sem dúvida, roubado.



ESTAMPA I

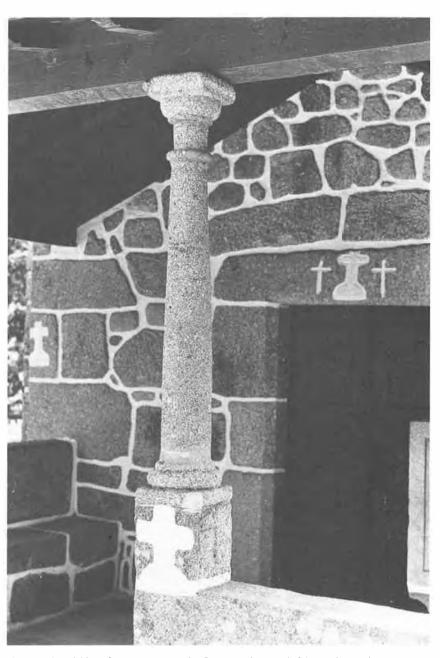
Houve quem a dissesse, à capela, do séc. XVI. Como estava – antes do incêndio de 1991 – era do séc. XVIII (1736-1739), embora com elementos quinhentistas e sobre o lugar de uma capela medieval (séc. X).



A titular era a *Senhora do Ó* ou *Senhora da Expectação*, cuja festa é a 18 de Dezembro. A imagem do séc. XIV foi reajustada, depois do séc. XVI, como reflexo das decisões tridentinas sobre imagens inconvenientes ao culto.

ESTAMPA II

ESTAMPA III



As cruzes insculpidas referem-se aos anos de 1739, quando a capela foi sagrada ao culto, após a sua reconstrução. Os colunelos dóricos serão do séc. XVI.



O tríptico, possivelmente de Antão Vaz (séc. XVI), veio da Lama que administrava a Capela da Torre. Por isso, ao meio figura S. Miguel, o orago daquela freguesia. O S. Pedro, à direita, foi retocado no séc. XVIII. Belissima a figura de S. Jerónimo, ao lado direito.



S. Miguel, no centro do retábulo. Mostra que o tríptico não era originário da Torre, que, quando acompanhada de um Anjo, a Senhora do Ó exige um S. Gabriel.

ESTAMPA IV

ESTAMPA V

ESTAMPA VI



Em 1991, a Capela foi estupidamente assaltada, roubada e incendiada,

ESTAMPA VII



O interior da ermida após o acto criminoso de 1991.



DOCUMENTOS DE SANTO TIRSO

D Livro Preto da Sé de Coimbra. Publicação subsidiada pelo fundo Sá Pinto, Universidade de Coimbra, vol. 1,2 e 3, 1977, 1978 e 1979. Já Herculano publicara do Livro Preto alguns dos seus documentos, no DC.

Cf. Ecos de Negrelos de Agosto-Setembro de 1993, p. 11. É a doação da Vila de Azevea ao mosteiro de Refojos pela devota Siti, com a condição de nele ser sepultada. O original está no AUC depósito III, secção 1ª D, estante 10, tabela 5, n. 41.

Liber Fidei, ed. crítica do Sr. Doutor Avelino de Jesus Costa, pp. 223-224.

Aos santos mártires. invictos e triunfantes, em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo e em honra da Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, que são um só Deus, por Quem tudo foi feito, o invisível e o visível (...) Aos santos mártires invictos e triunfantes S. Salvador, S. Miguel Arcanjo, Santa Maria sempre Virgem Santa Cristina Virgem aos santos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo, aos apóstolos S. Tomé e Santo André, ao bispo S. Martinho, S. Donato, aos apóstolos S. João e S. Tiago, cuja basílica está fundada na vila de Recarei, abaixo do monte de Custóias, em território portucalense, junto do rio Leça, Eu, o servo de Deus Godinho, e a minha esposa Teodora, iuntamente com os meus filhos Gonçalo e Ermesenda e com a nossa neta Unisco, oprimidos pelo pecado, assim como não conhecemos o dia do nascimento, também não sabemos do dia da nossa morte. quando tivermos de sair deste mundo, para salvação da nossa alma quisemos fazer carta de testamento das nossas vilas de Coronado e Rebordões, tais como as obtivemos por direito, com todas as suas benfeitorias, com todos os seus limites antigos e com tudo o que nelas se encontra e com todas os seus melhoramentos (...) Concedemo-las. as referidas vilas, ao vosso mosteiro santíssimo e a vós, abade Tudeildo, e aos vosso frades e presbíteros que aí habitarem e aí viverem nesse mosteiro, para que as tenhais e possuais, para salvação da nossa alma. E que as não possais vender, doar, escambar, mas que permaneçam sempre desse mosteiro.

LIVRO PRETO DA SÉ DE COIMBRA ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

COMENTÁRIO

Francisco Carvalho Correia

O Livro Preto da Sé de Coimbra

Depois da edição de três volumes¹, sai agora uma outra edição mais completa do famoso cartulário da Sé de Coimbra. Melhorada, dizemos nós. E evidenciamos, sobretudo, a inclusão de mais alguns documentos que faltavam na primeira e os capítulos introdutórios que nos facultam a integração dos textos no seu respectivo contexto original. Acrescentem-se os apêndices vários, que complementam a leitura e a transcrição do original.

Mais acidental o aparato luxuoso que contribui – e muito! – para o elevado preço que temos de desembolsar na sua aquisição. Mas vale a pena o sacrifício material, quando disciplinado e submetido à satisfação dos valores mais altos do espírito. "Tudo vale a pena, se a alma não é pequena", admoesta-nos Fernando Pessoa... Assim também penso eu.

De resto, o livro interessa também, e de modo particular, nos motiva a sua aquisição. É que documentos há que se referem ao nosso concelho. E vamos até dar em tradução portuguesa dois documentos que põem em jogo a sorte e destino de três das nossas freguesias.

O primeiro que vamos dar diz respeito ao mosteiro de Refojos. De subsistência fugaz. Eu já tinha traduzido e publicado o primeiro documento que dele se conhece.² Aqui, no *Livro Preto*, um outro texto documental, uma pedrazinha mais para a reconstituição da memória histórica desta instituição medieva do nosso concelho.

O segundo documento respeita ao Coronado e a Rebordões. A esta última freguesia, sobretudo. Poderia marcar o início de uma dependência, mais alargada posteriormente, na medida em que até o *padroado da igreja de Rebordões* será também por Leça repartido, ao longo de vários séculos. Dar-se-á conta deste alargamento num texto documental (n.189) do *Liber Fidei* de 1055³. E postas assim as coisas seguem-se os documentos tirsenses do *Livro Preto*.

1. Testamento sobre Coronado e Rebordões⁴ AUC, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Doc. 369, pp. 522-523.

TESTAMENTUM DE CORNATU ET ROVORDAES

Domnis invictissimis hac triumfatoribus sanctisque martiribus, in nomine Domini Nostri Jhesu Christi ejus inseparabilem pius, qui est trina majestas et una Deitas, Patrem et Filius et Spiritus Sanctus, per quem cuncta creata sunt, visibilia et invisibilia, per quem cuncta legis intonat diceret. Domnis invictissimis sanctisque martiribus ac triumphatoribus gloriosimorum martirum Sancti Salvatoris, Sancti Michaeli arcangeli, Sancta Maria semper Virginis, Sancta Christina, virginis, sanctorum apostolorum Petri et Pauli, Sancti Thome, apostoli, Sancti Andree, apostoli, Sancti Martini, episcopi, Sancti Donati, Sancti Johannis, apostoli, Sancti Jacobi, apostoli, quorum baselica fundata est in villa Recaredi, subtus alpe mons Custodias, territorio Portugalensis, discurrente ribulo Leza. Ego, famulo Dei Gontino, et conjuge mea, Teodara, una cum filiis meis, Gundesalvo et Ermisenda, et nepta nostra, Unisco, cum peccatoribus mole depressos, quia neque inicium naquendi novimus, nec finem vite nostre scire volumus, quando ab hoc seculo migraturi fuerimus, et remedio anime nostre, et quod facere voluimus cartula testamenti de villas nostras proprias quos vocitant Cornatu et Revordanos, sicut illas obtinuimus in juri nostro, qum cunctos prestacionibus suis per suis antiquitis terminis, quantum in illa potueritis invenire et ad prestitum ominis est, et sicut illas conparavimus, per cartas nostras et pro precio justo, vel ganavimus. Concedimus ipsas villas jam superius nominatas ad ipsum locum sanctisimum et ad vobis, Tudeildus, abba, vel a fratribus vestris vel presbiteris, qui in ipsum locum abitantes fuerint et monasterio deduxerint vita, habeant et possideant, pro remedio anime nostre; et non habeant in ea licencia nec vendere nec donare nec in alia parte transferre, sed in aula testamenti permanere. Ita ut, ex presenti die vel tempore, si aliquis homo venerit, de propinquis nostris vel extraneis, ad inrunpendum vel inquietandum contra hanc nostrum factum vel testamentum inpere voluerit, in primis, sit excomunicatus et separatus ad fidem Christi, et cum Juda traditore habeat participio, in eterna damnacione pena et non finienda; et insuper, pariet auri talenta duo vel ternas et ipso que in hoc testamento resonat duplato; et hunc nostrum factum plena habeat firmita<s> robore stantem et permanentem. Facta series testameti notum die quod erit XVIIII Kalendas Septenbris, Era M. LXXX. IIII.a. Guntinu et Teodara et filiis nostris, Gundesalvo et Ermesenda, et nepta nostra, Unisconi, in hanc series testamenti quod fieri voluimus manus nostras roboramus.

Dolquito Cresconiz conf., – Teodemiro quos vidit conf., – Egaredo presbitero conf., – Gondoredo presbitero conf., – Ramirus presbitero conf., – Sandino presbitero conf. – Anaia Loveneuzi quos vidit, – Petrus frater quos vidit, – Lucidus frater quos vidit, – Tudeildus presbitero quo<s> vidit.

2. Testamento a favor do bispo Maurício⁵ AUC, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Doc. 538, pág. 719.

TESTAMENTUM AD EPISCOPUM MAURICIUM

In nomine Patris et Fulii et Spiritus. Hoc est testamentum quod ego, Menendus Roderiguiz, et Susana mente et propria voluntate, pro remedio anime mee, timendo ne intestatus ab hac vita discederem, per manus domini mei, Mauricii, Colimbriensis ecclesie episcopi, ejusdem ecclesie et ipsi ejusque sucessoribus fieri obtavi, de heredibus infra nominatis laicalibus quas a parente meo possedi, tam emptis quam transmutatis, que site sunt ultra Dorium flumen, im parte que dicitur Refoios, scilicet, in Bicoreios et in *Lavatães* et in Cirquidello, de omni quod mihi pertinet, hereditario jure, ut supra dixi, excepto casali de Leza, quod dedi uxori mee, in patrone; post obitum meum, tertiam partem integram statuo dari, duas vero partes, filio meo <re>tineri; qui si sine liberis ab hac vita discesserit, predicte hereditates per medium dividantur, quarum medietas perfate sedi ejusque pontifici, hereditario jure, me testante, permaneat, altera vero, monasterio quod est in predicto Refoios, in quo parentum nostrorum corpora dinoscuntur esse sepulta, tali pacto permaneat. Quod testamentum, si propinquus vel extraneus irrumpere temtaverit, perpetuo damnetur anatema; insuper et quamtum aufferre voluerit, eidem sedi ejusque episcopo, quoactus, in duplum restituat.

Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Este é o testamento que eu Mém Rodrigues e Susana fiz, consciente e de livre vontade, em remédio de minha alma que não queria morrer sem que o fizesse. Pelas mãos de meu sr. Maurício, bispo da igreja de Coimbra decidi fazê-lo, em favor da dita igreia e sucessores daguele, de todas as herdades laicais que do meu pai recebi, compradas ou permutadas. Situam-se acima do rio Douro, na região a que se dá o nome de Refojos, a saber: Bicoreios, Lavatães e em Cerzedelo Faço doação de tudo o que me pertence por direito de herança, como acima declarei. Faço excepção do casal de Leça que o dei à minha esposa (...) Depois da minha morte, da terca que duas partes sejam para o meu filho. Mas, se ele morrer sem filhos, as ditas herdades se dividam a meio: metade, por direito de herdade, sejam para a sé de Coimbra e seu prelado; a outra metade para o mosteiro que está no dito lugar de Refojos, no qual se encontram sepultados os corpos dos meus pais. E se alguém, parente ou não, quiser anular este testamento seja excomungado, e, além do mais, pague à dita sé e ao seu bispo o dobro de quanto guis roubar. Este testamento foi escrito e confirmado por minha mão na presença do citado bispo, a 12 das Calendas de Março da era de 1141. Pessoas que viram e estiveram presentes. Eu Maurício, por graça de Deus, bispo de Coimbra, confirmo com o sinal da Santa Cruz, Mém Gonçalves, testemunha Pedro Pires, testemunha Paio Teuviazi, testemunha Rodrigo Sendins Abade Sesnando, confirmo Martim, presbítero. confirmo

Soeiro, presbítero, confirmo

Belido Justes, testemunha

Paio, presbitero, notário.

Francisco Carvalho Correia LIVRO PRETO DA SÉ DE COIMBRA

Quod scriptum est et manu propria roboratum, in presentia predicti pontificis XII 1° Kalendas Martias, Era M. C. X. I.

Qui viderunt et presentes fuerunt: Ego Mauritius [fl. 207] Dei gratia Colimbriensis episcopus confirmo et signum Sancte Crucis t inpono.

Menendus Gondisalvi ts., – Petrus Petri ts., – Pelagius Teuviazi ts., – Rodericus Sendiniz, – abbas Sesnandus conf., – Martinus presbiter conf., – Suarius presbiter conf., – Bellidus Justiz ts.

Pelagius presbiter scripsit.

		*	

«MANIFESTO DOS CATÓLICOS DE SANTO TIRSO A TODOS OS CATÓLICOS DO REINO» PERIÓDICO A PALAVRA

COMENTÁRIO

Nuno Olaio

Manifesto dos Católicos de Santo Tirso a todos os Católicos do reino

O documento que se apresenta caracteriza o momento vivido pelo movimento católico português no último quartel do século XIX. A tentativa de reorganização da Igreja Católica face aos avanços do *século*, após algumas experiências goradas, leva-a a pugnar contra a crescente perda de influência e laicização da sociedade portuguesa. O catolicismo legitimista, ligado à causa dinástica perde gradualmente espaço para a afirmação de uma nova corrente dentro da Igreja portuguesa, um catolicismo menos intransigente para com o regime liberal, procurando, através da intervenção dos leigos e clérigos, recuperar espaço perdido no domínio político para os liberais e socialistas e no domínio religioso para os protestantes. Com o Papa Leão XIII são definidos novos rumos para a política religiosa e social da Igreja.

A celebração de um acordo entre o Estado e a Igreja, a concordata de 23 de Junho 1886, constitui um atenuar de tensões no campo missionário, permitindo revitalizar as relações entre o poder político e o poder espiritual, e a reorganização do Padroado Português. O manifesto que agora se apresenta é um importante sinal da recomposição do catolicismo no âmbito da política desenvolvida pelo novo Papa, Leão XIII¹. Reflecte a preocupação que a Igreja teve de, cooperando com o sistema, criar espaço para a participação social e política dos católicos dentro do regime liberal, estimulando a união dos católicos.

Apresentamos o *Manifesto dos Católicos de Santo Tirso a todos os Católicos do reino e* outras três breves artigos, repercussões directas da sua publicação e insertas no mesmo periódico, de inspiração religiosa, *A Palavra*. É possível distinguir nos vários documentos agora publicados duas preocupações fundamentais: o apelo à união e intervenção pública dos católicos e a importância que revestiu o envio pelo Papa Leão XIII da carta encíclica *Pergrata nobis*, dirigida aos bispos portugueses, a qual veio contribuir para a discussão da questão social entre os católicos portugueses e estimular o seu movimento. Sobre a identidade dos subscritores do manifesto não existem pistas, mas é um facto que a comunidade católica tirsense mantinha uma certa actividade social e política².

A vontade participativa dos católicos tirsenses e portugueses, alguns anos mais tarde vai-se consubstanciar na criação do Centro Católico Parlamentar (1894), congregando políticos católicos de vários partidos como Henrique Barros Gomes e o conde de Casal Ribeiro. Á criação de um movimento católico de larga expressão nacional o Centro Nacional (1901), suceder-se-á em 1903 a criação do Partido Nacionalista. A importância e a expressão dos primeiros testemunhos da vontade participativa dos católicos portugueses, permite-nos compreender melhor as suas aspirações e interesses, bem como a sua importância na posterior criação a animação do *nacionalismo católico*.

Manuel Braga da Cruz, «Os católicos e a política nos finais do século XIX» in Análise Social, vol. XVI (61-62), 1980, pp. 259-270

Ver artigo do autor inserta neste mesmo número da revista Santo Tirso Arqueológico.

«Manifesto dos Católicos de Santo Tirso a todos os Católicos do reino» A Palavra, ano XV, nº 102, 10 de Outubro de 1886.

CATÓLICOS! É tempo de acordar da letargia em que há tantos anos vivemos. É tempo de nos unirmos numa só alma, num só pensamento e numa só vontade para defender os nossos direitos violados, a nossa consciência oprimida, as nossas crenças insultadas, e a Igreja nossa mãe, perseguida.

Em Portugal, todos os dias aparecem em certos jornais blasfémias horríveis contra os dogmas da nossa santa religião; nos teatros expõe-se à irrisão pública e ao ódio das massas ignorantes tudo o que é sagrado e respeitável na religião católica; no parlamento tem-se legislado contra a liberdade da Igreja, nos comícios, nas assembleias e até nas escolas subsidiadas pelo Estado, tem-se propalado doutrinas as mais abomináveis e dissolventes.

Perdeu-se o respeito à autoridade, quebraram-se os vínculos sociais, transgridem-se impunemente as leis civis e eclesiásticas: e daí esse enorme cortejo de crimes que horrorizam, esse mal estar social que todos lamentam, essa anarquia em todas as esferas da pública governação, que se não desaparecer prontamente, será a ruína e a desgraça da nossa pátria.

Quando uma nação que se diz católica desaparece o temor de Deus, o respeito à sua lei, a obediência à sua Igreja, o que há a esperar senão o que estamos vendo em o nosso Portugal? Não confessam todos que somos um povo irremediavelmente perdido? Não proclamam todos que a situação de Portugal vai de mal a pior, e que se não lhe acudirmos com pronto remédio é impossível que o nosso país sustente a sua autonomia e independência?

Levantemo-nos da criminosa indiferença em que temos vivido, unamo-nos, e procuremos tanto quanto seja possível, remediar os males da nossa querida pátria. Levantemo-nos como um só homem, não para conspirar contra as instituições, pois que é dever do católico obedecer à autoridade constituída, não para semear a confusão e a desordem, pois que somos nós os católicos, o melhor, o mais firme e o mais eficaz elemento e garantia da paz e da ordem social, mas para pedir aos poderes públicos sempre venerandos e respeitáveis, que cessem por uma vez os atentados públicos contra a religião do Estado, que sejam respeitadas as crenças da nossa alma, que não seja envenenada com más doutrinas a educação científica de nossos filhos, que sejam severamente punidos os delitos da imprensa contra Deus e os dogmas que se dignou revelar-nos, que a Igreja em Portugal seja livre e independente e não escrava.

Se com o imortal Leão XIII professamos e abraçamos a admirável doutrina exposta por Ele na sua encíclica *Immortale Dei* acerca da constituição política dos Estados, queremos também com o mesmo Pontífice que seja acatada e venerada a única religião que pode tornar felizes os mesmos Estados.

Estes são os nossos ardentes votos, estas as nossa únicas aspirações.

Estão próximas as eleições gerais de deputados: porque não nos havemos de unir para levar ao parlamento homens de sãos princípios católicos, sem compromissos para com nenhum partido de política militante, homens independentes que se comprometam solenemente defender não os interesses pessoais ou de partido, mas os altos interesses da religião e da pátria?

Não se trata de política partidária, não se trata de auxiliar ou combater o governo por facciosismo ou paixão política, trata-se de formar uma cruzada verdadei-

Nuno Olaio MANIFESTO DOS CATÓLICOS DE SANTO TIRSO A TODOS OS CATÓLICOS...

ramente patriótica a fim de salvaguardar os interesses mais caros da nossa alma, os interesses deste país em que nascemos, e os interesses ainda mais elevados da religião divina em que fomos educados. A esta cruzada podem e devem prestar auxílio todos os homens de boa vontade seja qual for o partido em que militem, e porque não tem cor política, nem programa político, nem aspirações políticas a bandeira que agora hasteamos. É a bandeira católica, que pode viver à sombra de todas as formas de governo, é a bandeira da paz, da ordem e da prosperidade social, e se todos se agruparem em roda desta bandeira tolerantissima para com as pessoas e intransigente para com os princípios contrários aos seus princípios, nós poderemos minorar os males que nos oprimem e preparar para a nossa pátria dias prósperos e felizes. Unamo-nos, tentemos uma campanha pacífica nas próximas eleições, imitemos o nobre exemplo dos nossos irmãos da Bélgica, da França, da Suíça e da Alemanha, e não desanimemos ante os obstáculos porque a vitória será *nossa*.

Nós podemos muito, somos a grande maioria da nação... Assim nós nos uníssemos e puséssemos de parte os respeitos humanos, sempre criminosos quando se trata dos interesses de Deus, da Igreja e da Pátria.

CATÓLICOS PORTUGUESES, unamo-nos, chamemos em nosso auxílio todas as forças vivas da nação, façamos propaganda destas ideias, na imprensa, na oficina, no campo, no lar doméstico, entre as pessoas de nossas relações; envidemos todos os nossos esforços, empreguemos todos os meios lícitos e honestos, para que nas próximas eleições gerais de deputados possamos levar ao parlamento homens dignos, independentes, católicos. A urna por Deus e pela Pátria!

Santo Tirso, 10 de Outubro de 1886.

«Manifesto aos católicos» A Palavra, ano XV, nº 102, 10 de Outubro de 1886.

Em outros lugar publicamos uma proclamação dirigida a todos os católicos do país por um grupo de homens de boa vontade e fartos já do marasmo da vida católica em Portugal, que destoa sensivelmente da grande actividade das outras nações nossa irmãs.

Os católicos de Santo Tirso, zelosos do bem da Pátria e da sua excelsa Religião, acolheram cheios de gratidão e regozijo a Encíclica sobre a Constituição Cristã dos Estados, em que o nosso paternal Pontífice aconselha e anima todos os seus filhos a entrarem na vida activa das respectivas nações: esperam que em Portugal alguns dos centros de onde costuma partir a iniciativa para os grandes empreendimentos nacionais, fizesse ouvir a usa voz de chamamento, e aqui no Porto, alguma coisa se tentou já, cremos ainda que não se deixará morrer a ideia, mas parou-se, por motivos que não cremos agora explicar. Entretanto, os católicos de Santo Tirso, vendo a aproximar-se a época das eleições de deputados e que nenhuma voz se ergue para incitar o exército católico, tomarão louvavelmente a resolução de dirigirem um manifesto ao país, recordando-lhe os males de que este adoece e que uma nova política – a política da *Constituição Cristã dos Estados* – só pode curar.

Realmente é preciso que os católicos sacudam a inércia que os inutiliza e os rebaixa.

Aí temos agora, muito a propósito, um novo incentivo do Santo Padre, e desta vez directamente dirigido a Portugal, a nós todos os católicos portugueses, por

intermédio dos nossos bispos. É a encíclica a que ante-ontem nos referimos e que publicaremos no próximo número.

Não fechemos os ouvidos; unamo-nos e trabalhemos!

Oxalá que o manifesto dos católicos de Santo Tirso encontre eco em todas as terras do reino e seja o *alerta* eficaz!

«O manifesto dos católicos de Santo Tirso» A Palayra, ano XV, nº 111, 21 de Outubro de 1886.

No meio das ansiedades pelo presente e pelo futuro da Igreja em Portugal, vem-nos de onde a onde alegrar o espírito conturbado alguns motivos de grande satisfação.

O manifesto dos católicos de Santo Tirso, publicado no numero 10 do corrente na *Palavra* aos seus irmãos portugueses é um documento precioso e eloquente em si e pelo diagnostico que permite formar.

Fosse qual fosse o número de cavalheiros que o assinaram, nem por isso deixa de constituir um dado sintomático das preocupações, que os católicos portugueses experimentam pela sorte de suas crenças no futuro, que tantas mudanças neste rápido caminhar preparam. O que será da fé cristã neste solo abençoado pela cruz, a cuja sombra se constituiu e consolidou ? Qual será o quinhão, que tocará à família portuguesa na partilha que tudo evoca ou de paz à sombra do Evangelho e de respeito pela lei, ou de anarquia e tentativas loucas? Os católicos de Santo Tirso deixam bem penetrar que foram estes receios os moveis do seu manifesto, e na grandeza de sua fé, no zelo pela lei cristà não hesitaram em se apresentar como os primeiros campeadores de uma causa santa. Embora poucos em número, eles calcularam que não estavam sós: e calcularam justamente, porque entre nós há muita gente e boa, que descrê da eficácia dos princípios liberais sem fé, e sente a necessidade de procurar nesta fonte cristalina e pura as águas que devem desalterar os povos, sequiosos de justiça, ordem e verdadeira liberdade. Se vissem que estavam sós, pranteariam provavelmente a sorte iníqua dos tempos, gemeriam na prece; mas não, como o sacerdote Matatias, e seus gloriosos filhos, chamam Israel à peleja com a confiança no Deus das vitórias. Honra lhes seja por isso.

Seja qual for o resultado deste apelo, bom é registá-lo. Outros se tem feito com o carácter individual, que não tem sortido efeito; mas não serão protestos eloquentes contra a marcha desorganizadora, que segue a nossa política religiosa por parte dos governos, e um aviso do que podemos ainda, se a união se chegar a efectuar? Para que não seja debalde que um manifesto tão bem elaborado, tão sensato, tão cheio de verdade e correcção se fez conhecer, aconselharia, se me o permitem, os católicos de Santo Tirso a formar uma comissão encarregada de realizar o pensamento, que emitiram, valendo-se de influências na localidade e fora dela para se constituírem em centro todos aqueles que escutassem o seu apelo.

Enquanto não passarmos do papel para o campo da acção, do desejo para a obra, edificaremos quando muito, e alentaremos os nossos correligionários, mas não seremos a força material, a muralha contra a qual venham cair ineficazes os projécteis do inimigo.

A principal dificuldade está em dar o primeiro passo neste terreno, realizada a tentativa podem crer-me os católicos de Santo Tirso – terão seguidores devotados e unidos.

Nuno Olaio MANIFESTO DOS CATÓLICOS DE SANTO TIRSO A TODOS OS CATÓLICOS...

A primeira terra do reino, onde certamente, há a esperar uma resolução imediata, um equipamento pronto e respeitável – é a Covilhã. Todos os elementos católicos, de que dispõe, e são muitos, concorrerão a um centro de acção, desde que tenham a consciência, de que não marcham desacompanhados.

Avante, pois, pela ideia! Oxalá que a legião faça o que não tem podido fazer o soldado.

Eu quisera desvanecer umas certas melancolias, assegurando que não é desaire o sofrer uma derrota. Quem justifica a contenda é o motivo dela; os contendores não têm por dever senão empregar os meios, a vitória pertence a Deus. E quereríamos merecê-la na primeira tentativa! Seremos tão pouco ajuizados que reputemos fácil a escalada desta Jebus, tão amuralhada e tão senhora de suas posições vantajosas?

Em Portugal quem está no poder é que nomeia os deputados, o povo é chancela inconsciente. Não estamos por outro lado suficientemente instruídos na luta política, tão pouco estamos destros e experimentados: que admira pois que não nos saiam bem a primeira ou primeiras tentativas? Há muito que fazer, vamos, façamos um pouco já. Levanto pois um viva entusiasta aos católicos de Santo Tirso!

«O manifesto dos católicos de Santo Tirso» A Palavra, ano XV, nº 118, 29 de Outubro de 1886.

A respeito deste belo documento, diz o nosso bom colega *A Cruz do Operário* o seguinte:

«O nosso prezado colega da *Palavra* do Porto publica um manifesto dirigido aos católicos portugueses pelos católicos de Santo Tirso.

Os católicos de Santo Tirso, diz o colega portuense, vendo aproximarse a época das eleições de deputados e que nenhuma voz se ergue para incitar o exército católico, tomaram louvavelmente a resolução de dirigirem um manifesto ao país, recordando-lhe os males de que este adoece e que uma nova política – a política da *Constituição Cristã dos Estados* – só pode curar.

E na verdade, se os interesses religiosos estão reduzidos em Portugal ao estado actual, deve-se em grande parte ao *indiferentismo político* proclamado e praticado, como princípio de prudência. Não duvidamos afirma-lo: se os católicos se empenhassem numa séria luta eleitoral, se se apresentassem no campo legal francamente, levariam ao parlamento representantes que soubessem defender a Igreja e os seus princípios essencialmente civilizadores.

Não é católico o país? Não lamenta ele o estado actual de coisas? Não protesta contra o estado a que está reduzida a Igreja ? E se é verdade que lavra no país uma surda agitação, não é deixar de ser católico o não aproveitar esta disposição e abrir uma campanha franca e vigorosa no campo eleitoral?

É difícil, direis, vencer contra as manobras dos governos. Será mais difícil a nós na totalidade católicos, o que foi possível na Inglaterra, na Alemanha, protestantes, na Bélgica, em França, dominadas pela maçonaria? Não. O nosso pecado mortal é a desunião. Ao passo que em todos os países se faz a guerra à maçonaria e ao ímpio liberalismo, por todos os meios, escolas, jornais, livros, associações, congressos, conferências, etc., Portugal dorme um sono podre, e quando se fala dos desacatos às suas crenças católicas, esfrega preguiçoso os olhos, mal abertos, e exclama: é preciso

acabar com isto. Está tudo dito! Nada de acção prática; nada de medidas, que afirmem a sua energética vontade.

A última carta de Leão XIII traça com firmeza o nosso caminho por trilhar. Não basta escrever em artigos rendilhados que a religião sofre em Portugal; não satisfazem a ninguém essas declamações contra os ministros que legislam sem respeitar a religião do Estado. É pouca ou quase nada a propaganda do jornal. A acção e acção e mais acção. O Papa, nosso mestre infalível, já indicou o caminho a seguir.

Aplaudimos sinceramente o *Manifesto* de Santo Tirso e fazemos sinceros votos para que se alevantem da indiferença os católicos portugueses e mostrem o que são e o que valem. Só assim acreditaremos nos seus lamentos; só assim justificarão os seus queixumes; só assim responderão ao apelo do supremo chefe da Igreja, cujo conselho é de suma importância na presente situação.

VÁRIA

×		

FICHEIRO DE ENTRADAS

Ano de 1998

- * Arqueologia, nº 22 (Dezembro de 1992), nº 23 (Dezembro de 1993), GEAP, Porto.
- * Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, série 109^a (7-12), 1991; série 110^a (1-12),1992; série 111^a (1-12), Lisboa, 1993.
- * Cadernos do Noroeste, vol. 11 nº 1, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga,1998.
- * Castrelos, Revista do Museo Municipal de "Quiñones de Leon", 9-10, Vigo, 1996-1997.
- * Humanitas. Revista do Instituto de Estudos Clássicos, vol. L (t. 1), 1998; vol. L, (t. 2), Coimbra, 1998.
- * Munda, Revista do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, nº 34,1997; nº 35, Coimbra, 1998.
- * Mémoires de la Société Archéologique du Midi de la France, tome LVII, Toulouse, 1997.
- * Quaderns de Prehistòria i Arqueologia de Castelló, 18, Castelló, 1997.
- * Torrens. Estudis i Investigacions de Torrent i Comarca, 10, 1996; 11, Valéncia, 1997.
- * Vária Escrita, nº 2, 1994; nº 3, 1995, nº 4, Sintra, 1996.
- * Bulleti Arqueológico, vol. 17, 1995; vol. 18, Tarragona, 1996.
- * Revista da Escola Superior de Conservação e Restauro de Bens Culturais da Galiza, nº 1, 1998.
- * Boletin del Real Instituto de Estudios Asturianos, nº 14, 1997.
- * El Museo de Pontevedra, XLVIII, 1994; XLIX, 1995; L, Pontevedra, 1996.
- * Cuadernos de Filologia Clásica, nº 8, Madrid, 1998.
- * Annales de la Sociedad de Paleologia de Lengua Española, vol. V, 1990; vol. VI, 1993.
- * Cuadernos de Prehistória de la Universidad de Granada, nº 16-17, Granada, 1991-1992.
- * Cuadernos de Arqueologia de la Universidad de Navarra, nº 6, Navarra, 1998.
- * Boletim do Museu da Indústria Têxtil, nº 8/9, Vila Nova de Famalicão, Julho de 1997.
- * Cuadernos de Estudos Gallegos, Santiago de Compostela, 1998.
- * Acta Histórica et Arcchaeologia Medievalia, Barcelona, 1997.
- * Revista de Matosinhos, nº 18, Abril de 1998.
- * Jornadas sobre a Função Social do Museu. Actas, Póvoa de Lanhoso, 1998.
- * El Yacimeinto de la Cueva de Uratxa III, Universidad de Duesto, Bilbao, s.d.
- * *A Cerâmica portuense. Evolução empresarial e estruturas edificadas*, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1995.

- * Catálogo da Exposicion Hace 4000 años... vida y muerte en dos poblados de la Alta Andalucia, nº 94, 1997.
- * Boletim de Ligação. Colaboradores e Amigos do Centro de Arqueologia de Almada, Outubro de 1999.

Ano de 1999

- * Actas da 2º Jornada de História Local, Câmara Municipal de Fafe, 1998.
- * Al-Madam, Museus com Colecções de Arqueologia, II série, nº 2, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 1993.
- * Al-Madam, A Arqueologia e o Mar, II série, nº 7, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 1998.
- * Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, série 113ª, (1-12), 1995; série 114ª (1-12), Lisboa, 1996.
- * Boletin Auriense, ano XXVIII, tomo XVIII, Museo Arqueolóxico Provincial, Ourense, 1998
- * Boletin do Museo Provincial de Lugo, nº 8, vol.1 e vol. 2, Lugo, 1977.
- * Bolletino del Museo Civico di Padova, annata LXXXV, 1996.
- * Brigantium. Boletin do Museo Arqueolóxico e Histórico da Coruña, Vol. 10, Corunha, 1997.
- * Cadernos do Noroeste, vol. 11 nº 2, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 1998.
- * Caesaragusta. II Congresso Nacional de Arqueometria, nº 73, Institución "Fernando El Católico", Zaragoza,1999.
- * Castrelos, Revista do Museo Municipal de "Quiñones de Leon", 11, Vigo, 1998.
- * Dom Fafes. Revista Cultural, ano 5, nº 5, Câmara Municipal de Fafe, 1998.
- * Ecomuseu Informação, Câmara Municipal do Seixal, 1998 e 1999.
- * Humanitas. Revista do Instituto de Estudos Clássicos, vol. LI, Coimbra, 1999.
- * Jornadas Culturais de Vila das Aves. Sétimas Jornadas, Vila das Aves, 1993.
- * Jornadas Culturais de Vila das Aves. Oitavas Jornadas, Vila das Aves, 1994.
- * Jornadas Culturais de Vila das Aves. Nonas Jornadas, Vila das Aves, 1995.
- * Jornadas Culturais de Vila das Aves. Décimas Jornadas, Vila das Aves, 1996.
- * Jornadas Culturais de Vila das Aves. Undécimas Jornadas, Vila das Aves, 1997.
- * Jornadas Culturais de Vila das Aves. Duodécimas Jornadas, Vila das Aves, 1998.
- * Kalathos. Revista del Seminario de Arqueología y Etnología Turolense, 17, Teruel, 1998.
- * Lucentum. Anales de la Universidad de Alicante Prehistoria, Arqueología e Historia Antigua, tomo XI-XIII, 1992-1994; tomo XIV-XVI, Alicante, 1995-1997.
- * Mélanges de la Casa de Velázquez. Époque Contempoiraine, tome XXXI, 1-2-3, 1995;
- * Mémoires da la Société Archéologique du Midi de la France, tome LVIII, Toulouse, 1998.
- * Monumentos, n° 3, 1994; n° 4, 1995; 5° 1995; n° 6, 1997; n° 7,1997; n° 8, 1998; n° 9, 1998; n° 10, 1999; N° 11, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, 1999.
- * Polen, vol. 9, Universidad de Cordoba, Córdoba, 1998.
- * *Portugália*, nova série vol. XVII-XVIII, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, 1996/1997.

- * *Pyrenae*, nº 29, Departament de Prehistòria, Història Antiga i Arqueologia, Universitat de Barcelona, 1998.
- * Sociedade Arqueológica da Figueira (1898-1910). Centenário, Museu Municipal Santos Rocha, 1999.
- * Trabalhos de Arqueologia da EAM, nº 3/4, Edições Colibri, Lisboa, 1998.
- * João Carlos Viegas e Outros, *Aqueduto Romano da Amadora*, Relatórios 2, Gabinete de Arqueologia Urbana da Amadora, Amadora, 1996.
- * Jorge Augusto Miranda, *Alto da Cabreira. Trabalhos de Arqueologia de Emergência efectuado em 1992* Relatórios 2, Gabinete de Arqueologia Urbana da Amadora, Amadora, 1996.
- * Revista da Associação Nacional de Municípios com Centro Histórico, nº 1, 2ª série, Out.--Dez. 1999.
- * A afirmação de uma política (1995-1999), Ministério da Cultura, 1999.
- * Revista do Grémio das empresas de Conservação e Restauro de Património Arquitectónico, ano I, nº 4, 1999.
- * Revista da Associação Nacional do Ensino Profissional de Música e Artes, , 1999.
- * Homenagem a Carlos Ferreira de Almeida, vol. 1, Cadernos do Museu nº 2, Museu Municipal de Penafiel, 1998.
- * Homenagem a Carlos Ferreira de Almeida, vol.2, Cadernos do Museu nº 4, Museu Municipal de Penafiel, 1998.
- * Erzats, Jornal do Centro Português de Fotografia, nº 1 Julho de 1999.
- * Monografia de Préhistória e Arqueologia Castelhanense, nº 5, 1999.
- * El Museo de Pontevedra, tomo LI; tomo LII; tomo LIII, Ourense, 1999.
- * Revista da Faculdade de Letras História, 2ª série, vol. XIV, Porto, 1997.
- * Gladius, tomo XIX, 1999.
- * Revista Matosinhos, nº 22, 1999.
- * Arqueologia 56, nº 414, Junho de 1999.
- * Arys, vol.1, Universidade de Huelva, 1998.
- * Humberto Delgado e as Eleições de 1958, Arquivo Nacional / Torre do Tombo, 1998.
- * A Quinta da Trindade, Câmara Municipal do Seixal Edite Martins, 1999
- * Museu Nacional do Azulejo, nº2, Lisboa, 1992.
- * Apuntes de Tipologia Préhistórica, Universidade de Murcia, 1989
- * Memórias de História Antigua, vol. XVIII, 1997.
- * Lusofonia, Revista da Faculdade de Letras, nº 21/22, 1996/97.
- * Imagem, Revista da Faculdade de Letras, nº 24,5ª série, 1999.
- * O Mar, Revista da Faculdade de Letras, nº 23, 5ª série, 1998.
- * Real Academia de Cultura Valenciana, Arqueologia, 1988.
- * Cuadernos de Arqueologia da Universidade de Navarra, nº 7, 1999.
- * Olaria, n 2, Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos, Câmara Municipal de Barcelos, Dezembro de 1998.
- * Actas do II Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, 1997.
- * Cadernos de Arqueologia, Museu Municipal de Penafiel, Penafiel, 1998.
- * I Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste, Setúbal Arqueológica, vols.11-12, 1997.
- * Revista Municipal de Matosinhos, nº 21, Abril de 1999.

- * Boletim de Ligação, Colaboradores e Amigos do Centro de Arqueologia de Almada, Outubro de 1998; Outubro de 1999.
- * Forum, Universidade do Minho, nº 20, 1996; nº 22, Julho /Dezembro de 1997.
- * Informação para Proteger. Critérios de Classificação de Bens Imóveis, IPPAR, 1995.
- * Informação para Proteger. Legislação Nacional, IPPAR, 1996.
- * Informação para Proteger. Cartas e Convenções Internacionais, IPPAR, 1996.
- * Boletim Aviense, ano XXVIII, tomo XVIII, Ourense, 1998.
- * Paulo Catrica, Periferias, Centro Português de Fotografia, Porto, 1998.
- * Augusto Alves da Silva e Luís Palma, Distância dupla, Junho de 1999.
- * Manuel Magalhães, *A Lenda do Rei Ramiro*, Centro Português de Fotografia, Porto, 1999.
- * Adriano Heitmam, *Noite de S. João Lenda do Rei Ramiro*, Centro Português de Fotografia, Porto, 1998.
- * Jorge Molder, Anatomy and Boxing, Porto, 1997.
- * Bernard Plossu, O País da Poesia, Porto, 1997.